



**ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA**

Proposta da Administração

**Manual para Participação de
Acionistas em Assembleia**

29 de abril de 2021

REAPRESENTAÇÃO

LOJAS RENNER S.A.

 **RENNER**

 **CAMIGADO** youcom realize

ÍNDICE

| | |
|--|------------|
| Mensagem do Presidente do Conselho de Administração | 03 |
| Mensagem do Diretor Presidente | 04 |
| Convite | 05 |
| Procedimentos e prazos | 06 |
| Matérias a serem deliberadas em Assembleia Geral Ordinária : | |
| 1) Examinar, discutir e votar as contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 | |
| Contas dos Administradores | 09 |
| Demonstrações Financeiras | 09 |
| 2) Examinar, discutir e votar a proposta de destinação do Lucro Líquido do Exercício e a distribuição de Dividendos | |
| Destinação do Lucro Líquido | 10 |
| Distribuição de Dividendos..... | 10 |
| 3) Fixar o número de membros do Conselho de Administração..... | 10 |
| 4) Eleger os membros do Conselho de Administração..... | 10 |
| 5) Fixar o montante da remuneração global dos Administradores..... | 14 |
| 6) Fixar o número de membros do Conselho Fiscal..... | 15 |
| 7) Eleger os membros do Conselho Fiscal..... | 15 |
| 8) Fixar o montante da remuneração dos membros do Conselho Fiscal..... | 16 |
| Anexos | |
| I. Relatório e Análise da Administração..... | 18 |
| II. Comentários dos Administradores acerca da situação financeira da Companhia | 38 |
| III. Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas | 75 |
| IV. Parecer dos Auditores Independentes | 149 |
| V. Relatório e Parecer do Comitê de Auditoria e Gestão de Risco e Parecer do Conselho Fiscal | 153 |
| VI. Proposta de Orçamento de Capital e Declarações dos Diretores | 157 |
| VII. Proposta de Destinação do Lucro Líquido | 161 |
| VIII. Informações sobre os candidatos indicados pela Administração da Companhia..... | 164 |
| IX. Informações Adicionais sobre a Remuneração dos Administradores | 172 |
| X. Aviso aos Acionistas de 19.04.2021 | 208 |
| XI. Edital de Convocação | 209 |

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Prezados Acionistas,

Convidamos a participar da Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), convocada para o dia 29 de abril de 2021, às 13h, de modo exclusivamente digital.

A Lojas Renner S.A., em 2005, foi a primeira empresa do País a ter 100% das ações negociadas na Bolsa de Valores brasileira, com o capital totalmente pulverizado e, por essa razão, foi necessário, ao longo dos anos, desenvolver mecanismos inovadores para a organização e execução dos atos societários, tais como a adoção pioneira do Manual de Participação em Assembleia, seguindo os moldes das "proxy statements" de empresas estrangeiras, e a utilização do mecanismo de pedido público de procuração. Além disso, a Companhia buscou sempre, ao longo do tempo, a participação de seus acionistas nas assembleias, onde podiam escolher a forma mais conveniente de participação, fosse pessoalmente, pelo voto a distância, por representação ou pelo pedido público de procuração feito pela Companhia.

E, neste momento, ainda de grande incerteza devido à Covid-19, a Companhia, para preservar a saúde de seus acionistas e colaboradores, tomou a decisão de fazer a AGO 2021 exclusivamente digital, através de um sistema eletrônico de participação remota ou através do Boletim de Voto a Distância, conforme detalhado ao longo deste Manual. A Companhia conta com a Secretaria de Governança Corporativa, que apoia às atividades relacionadas ao funcionamento de governança, ao atendimento e interação com acionistas e agências de voto, inclusive de questões relacionadas às assembleias e que está à disposição para esclarecimentos sobre essas formas de participação na nossa AGO.

O ano de 2020 foi marcado não só pela pandemia e pelos dias intensos e imprevisíveis que vivemos, mas também por toda a transformação e evolução que tivemos em nossos negócios. Foi um ano desafiador, onde, mais do que nunca, foi necessário nos reinventarmos em muitos aspectos, pois, no mês de março, tivemos que tomar a difícil decisão do fechamento temporário de todas as nossas lojas físicas, mas colocando, como sempre, as pessoas no centro de nossas decisões, optando pela preservação da saúde e das vidas. Trabalhamos muito para fazer algo nunca imaginado para a retomada gradual das lojas, até chegar a 100% das lojas abertas, que ocorreu somente ao final de agosto, mesmo que com restrições de funcionamento. Assim, mantivemos o negócio, com manutenção de empregos e o máximo possível de ativação dos negócios.

Paralelamente, reforçamos nosso balanço patrimonial, reavaliando os projetos e investimentos do ano e reduzindo o pagamento previsto de dividendos. Igualmente, buscamos recursos financeiros que nos possibilitassem ter uma posição confortável de caixa e que também permitissem apoiar nossos principais parceiros comerciais através da cadeia de fornecedores.

Em governança, em 2020, comemoramos o 15º ano de atuação com o modelo corporativo pulverizado e de listagem no Novo Mercado da B3, fato que nos enche de orgulho. Adicionalmente, assinamos um termo de adesão com a Women on Board (WOB), em que nos comprometemos a manter, pelo menos, duas conselheiras no Conselho de Administração. Aderimos às melhores práticas nacionais e internacionais para gestão eficiente dos riscos do negócio, reforçando a cultura de ética, transparência e governança responsável, com uma estrutura robusta de gestão, através de políticas e processos. No ano que passou, concluímos o projeto de adequação à nova Lei Geral de Proteção de Dados, um feito importante para garantir o uso das informações de forma segura e responsável.

Assim, chegamos ao final de 2020, um ano desafiador, mas cheio de oportunidades. Dessa forma, queremos contar com sua presença na nossa AGO e ficamos à disposição, através da Secretaria de Governança Corporativa, para esclarecimentos que se façam necessários. As nossas assembleias têm contado com a participação ativa dos acionistas e, por isso, seu voto é de extrema importância.

Atenciosamente,

José Galló

Presidente do Conselho de Administração

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE



Prezados Acionistas,

Definitivamente, 2020 foi um ano desafiador e convivemos com situações nunca previstas, com o fechamento temporário de todas as lojas entre março e agosto. Após a organização do ambiente de negócios, começamos a planejar nossas ações para a retomada. A reabertura das lojas se deu de forma muito gradual e só tivemos a rede com 100% das lojas abertas ao final de agosto, mesmo que com restrições de funcionamento. Realmente tudo se mostrava ainda mais desafiador do que poderíamos pensar, mas, mesmo assim, persistimos e aceleramos nossas iniciativas de transformação, trazendo mais e melhores produtos e serviços à população. Seguimos organizando as operações dos centros de distribuição e centrais de atendimento, de forma a continuar nossa jornada, com segurança para nossos clientes e equipes, respeitando um de nossos principais valores: GENTE.

Adicionalmente, evoluímos muito na forma de trabalhar e de ver as coisas, nos papéis e nas soluções propostas, e agimos com determinação transformando a Companhia em busca de produtividade e velocidade para gerar maior encantamento aos clientes omni e, conseqüentemente, maior engajamento, frequência e recorrência. Continuamos nossa jornada com um enorme avanço no online, que hoje tem um novo patamar de crescimento e de relevância dentro do negócio. Nossos canais digitais representaram mais de 12% das vendas totais, com crescimento de 126,0%, e sabemos que todos os passos implementados até aqui devem nos trazer muitas novas oportunidades. Tudo isso com uma atuação forte em três importantes pilares: inovação, digitalização e sustentabilidade.

Um ano de desafios, sem dúvidas, mas também de superação. Em 2020, alcançamos R\$ 7,5 bilhões de Receita Líquida Total e nosso Endividamento Líquido foi de R\$ 712 milhões, equivalente a 0,6x o EBITDA Ajustado Total. Também investimos R\$ 544,0 milhões na expansão e digitalização da Companhia e nosso valor de mercado representava R\$ 34,5 bilhões em 31 de dezembro de 2020. Ainda, nosso Lucro Líquido totalizou R\$ 1,1 bilhão e foi aprovada a distribuição de 25% como remuneração aos acionistas.

Na parte ESG (Ambiental, Social e Governança) seguimos avançando. Além das medidas de colaboração e apoio à comunidade durante a pandemia, evoluímos nas ações para atingimento dos nossos compromissos públicos de sustentabilidade em 2021 e seguimos participando nas carteiras de índices importantes relacionados ao tema, tais como o ISE, o IGC e o ICO2, além do DJSI World, o MSCI Brazil ESG Leaders e o CDP Climate Change. Também fomos incluídos no novo índice da S&P B3 ESG, onde ficamos em primeiro lugar na lista de 10 empresas componentes.

E assim, concluímos nossa caminhada em 2020, ano em que observamos três claras oportunidades: a primeira refere-se a um novo comportamento dos consumidores, que nos permitirá ampliar o número de clientes omni e alavancarmos a integração dos canais on e offline. A segunda diz respeito à reacomodação do setor de moda e lifestyle depois de um ano difícil, no qual só existirá espaço para quem tiver claros diferenciais competitivos para ganhar maior participação de mercado. E por fim, a terceira oportunidade se refere às relações comerciais que se fortaleceram ao longo do ano, pela forma como tratamos nossos grandes parceiros, os fornecedores de revenda.

Para 2021, ainda temos muitas incertezas sobre os cenários econômico e de saúde, no entanto, sabemos que estamos mais preparados e muito atentos às oportunidades que se configuram. Já somos a maior varejista omni de moda no Brasil e seguiremos expandindo a rede de lojas, ao mesmo tempo em que continuaremos crescendo a operação online, com encantamento! Nosso maior objetivo será seguir acelerando a integração das lojas físicas e do e-commerce, combinando a operação de varejo e a Realize, através de um ecossistema de moda e lifestyle, alicerçando todos os negócios em inovação, digitalização e sustentabilidade, onde atingiremos nossos 4 primeiros compromissos públicos de ESG e já lançaremos novos desafios nesse aspecto.

Agora que estamos nos preparando para a nossa AGO de 2021, gostaria de relembrar aos acionistas da importância da participação na Assembleia. A Companhia, para proteção da saúde de seus acionistas e colaboradores, irá fazer a AGO 2021 exclusivamente digital, através de um sistema eletrônico de participação remota ou usando o Boletim de Voto a Distância, cujas instruções estão neste Manual. Para auxiliá-los em suas análises e apreciação das matérias a serem debatidas, colocamos na forma de anexos a este Manual, os documentos referentes a cada matéria constante da ordem do dia, bem como as formas de votação e a lista dos documentos necessários para cada uma delas.

Estamos envidando nossos melhores esforços para que a AGO se instale em primeira convocação e, para tanto, a sua participação é muito importante, assim como uma análise profunda da documentação, de cada uma das matérias destas assembleias, antes da votação.

Disponibilizamos o e-mail acionistas@lojasrenner.com.br para acesso à Secretaria de Governança Corporativa da Companhia, que está à disposição para esclarecer qualquer dúvida em relação as assembleias.

Atenciosamente,

Fabio Adegas Faccio

Diretor Presidente

CONVITE

DATA: 29 de abril de 2021

HORÁRIO: 13h

LOCAL: Sede da Companhia - exclusivamente digital pela plataforma ALFM Easy Voting

MATÉRIAS:

l) em **Assembleia Geral Ordinária:**

1. examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;
2. examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
3. fixar o número de membros do Conselho de Administração;
4. eleger os membros do Conselho de Administração;
5. fixar o montante da remuneração global dos Administradores;
6. fixar o número de membros do Conselho Fiscal;
7. eleger os membros do Conselho Fiscal; e
8. fixar o montante da remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

A Companhia informa que, visando a preservação da saúde de seus acionistas e colaboradores, tomou a decisão de fazer a AGO 2021 exclusivamente digital, através de um sistema eletrônico de participação remota, plataforma ALFM Easy Voting ou através do Boletim de Voto a Distância.

Informamos, ainda, que o quórum para a instalação da AGO tem a necessidade da presença de acionistas (ou seus representantes) titulares de ações que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) das ações que compõem o capital social da Companhia. Caso o quórum legal não seja atingido, anunciaremos nova data para a realização em segunda convocação. Sendo esse o caso, a assembleia poderá ser instalada com a presença de qualquer número de acionistas.

PROCEDIMENTOS E PRAZOS

Para participar da Assembleia Geral Ordinária, convocada para às 13h do dia 29 de abril de 2021, os Acionistas da Companhia poderão escolher uma das duas opções colocadas à disposição: (i) por Boletim de Voto a Distância ou (ii) sistema eletrônico de participação remota.

(i) BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

Conforme previsto nos artigos 21-A e seguintes da ICVM 481/09, os acionistas da Companhia também poderão exercer o voto em Assembleias Gerais por meio de voto a distância, a ser formalizado em um documento eletrônico denominado "Boletim de Voto a Distância" (Boletim), cujo modelo está disponibilizado no site da Companhia www.lojasrenner.com.br/ri, na área de Documentos CVM - Assembleias e Atas - Assembleia Geral Ordinária 2021. O voto a distância, utilizando o Boletim, poderá ser de três formas:

Diretamente à Companhia

O Acionista que optar por enviar o Boletim diretamente à Companhia, deverá imprimir, preencher, rubricar, assinar e enviar por correio (Av. Joaquim Porto Villanova, 401, Torre Sul, 7º andar, Bairro Jardim do Salso, Porto Alegre, RS, Cep.91410-400) ou eletrônico (acionistas@lojasrenner.com.br), à Lojas Renner S.A., aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores, Sr. Alvaro Jorge Fontes de Azevedo.

Segundo o Art. 21-B da ICVM 481/09, o Boletim será recebido até 7 (sete) dias antes da assembleia. Os Boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia e, nos termos do Art. 21-U, a Companhia comunicará ao Acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do Boletim, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido. Não serão exigidos reconhecimento de firma, notorização ou consularização.

Juntamente com o Boletim, o Acionista deve enviar cópia autenticada dos seguintes documentos (dispensada autenticação para aqueles disponíveis no website da CVM): Pessoa Física - documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal, podendo ser: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteira de registro profissional. Pessoa Jurídica (PJ) e Fundos de Investimento (FI) - a) documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal, podendo ser: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteira de registro profissional; b) contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado (no caso de PJ), ou regulamento consolidado e atualizado do fundo (no caso de FI); e c) documento que comprove os poderes de representação.

Através do Agente de Custódia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia, observadas as regras por esses determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3. Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal. Segundo o Art. 21-B da ICVM 481/09, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim para seus agentes de custódia em até 7 dias antes da data de realização da Assembleia, salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia.

Conforme determinado pela ICVM 481/09, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos Acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

Através do Banco Escriturador da Companhia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações depositadas no Banco Itaú S.A., que é o banco escriturador da Companhia. O Itaú criou o site Assembleia Digital, uma solução segura onde é possível realizar o voto a distância. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site:

<https://assembleiadicital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices/artigo/home/assembleia-digital>

Outras Informações referentes ao Voto a Distância

Ressalvada a exceção prevista na ICVM 481/09, caso haja divergência entre eventual Boletim recebido diretamente pela Companhia e instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo depositário central com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, a instrução de voto contida no mapa de votação prevalecerá, devendo o Boletim recebido diretamente pela Companhia ser desconsiderado.

Durante o prazo de votação, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada. Uma vez encerrado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas. Caso o acionista julgue que a alteração seja necessária, esse deverá participar pessoalmente da Assembleia, portando os documentos exigidos pela Companhia para participação presencial, e solicitar que as instruções de voto enviadas via Boletim sejam desconsideradas.

Acionistas com ações custodiadas em mais de uma instituição (exemplo: parte da posição está custodiada nos livros do banco escriturador e outra parte com um agente de custódia, ou ações estão custodiadas em mais de um agente de custódia): basta enviar a instrução de voto para apenas uma instituição, o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações do Acionista.

A Companhia disponibilizará sistema eletrônico próprio para o envio do Boletim ou participação a distância durante a Assembleia.

PROCEDIMENTOS E PRAZOS

(II) SISTEMA ELETRÔNICO DE PARTICIPAÇÃO REMOTA

A Companhia, no intuito de facilitar a participação dos acionistas na AGO, coloca a disposição uma plataforma virtual, onde os acionistas poderão participar e votar de forma virtual, conforme a Instrução CVM 481/09.

Os acionistas, por si ou por seus procuradores ou representantes legais, que desejarem participar remotamente, por meio da plataforma de assembleias virtuais ALFM Easy Voting ("Plataforma") deverão acessar o link <https://plataforma.alfm.adv.br/ALFM/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAgUx1hBxa4PbZ2fb5QK1fz6/Hx8u7uQ1fFsJtsxF+XTaxyZnf2p> de pré cadastro, impreterivelmente, **até o dia 27 de abril de 2021 (inclusive)**, preenchendo todas as informações solicitadas e realizar o *upload* dos documentos que comprovem a sua qualificação.

Antes de iniciar o cadastro, o acionista deverá concordar com a coleta dos dados pessoais solicitados nos termos da LGPD, possibilitando o seu respectivo credenciamento para participação na Assembleia. Após o consentimento para coleta de dados, o acionista, seu procurador ou representante legal, deverá inserir as seguintes informações: (i) número do Cadastro de Pessoa Física (CPF); (ii) nome; (iii) nº celular para contato; e (iv) e-mail.

Para completar o cadastro é necessário que os acionistas realizem o *upload* da seguinte documentação, conforme o caso: (i) peessoas físicas: documento de identidade do Acionista, com foto; (ii) peessoas jurídicas: cópia do estatuto ou contrato social atual consolidado e documentos de representação (ata de eleição e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do representante legal; e (iii) fundos de investimento: cópia do regulamento atual consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador e documentos de representação (ata de eleição e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do representante legal.

Para os acionistas que forem representados por meio de procuração, a procuração a ser enviada deve ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano, conforme artigo 126, parágrafo 1º, da Lei 6.404/1976.

Ainda, para finalização do cadastro é necessário capturar uma foto de rosto dos acionistas, procuradores ou representantes legais.

Após o cadastro, a Companhia fará a validação das informações e os acionistas, procuradores ou representantes legais receberão, em até 24 horas, um e-mail informando sobre o deferimento ou indeferimento do cadastro. Será permitido ao acionista que regularize o seu cadastro pendente até às 24h que antecedem a Assembleia.

Os cadastros recebidos nos finais de semana serão validados até as 18 horas da segunda-feira subsequente.

A Companhia enviará aos acionistas, procuradores ou representantes legais devidamente habilitados, dentro das 24 (vinte e quatro) horas antes do início da Assembleia, um e-mail contendo o link, login e senha de acesso ("Link de Acesso") na Plataforma e demais instruções necessárias para o acesso e a participação na Assembleia. A Companhia informa, desde já, que as informações de acesso são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização do acionista.

Abaixo tabela com as recomendações de uso da Plataforma, por meio de computador pessoal:

| | Chrome | Firefox | Safari | Edge | IE>=11 | Opera | Vivaldi | Edge (Chromium) |
|-----------------------|--------|---------------|--------|------|--------|-------|---------|-----------------|
| Vídeo | Sim | Sim | Sim | Não | Não | Sim | Sim | Sim |
| Computer Audio | Sim | Somente Linux | Não | Não | Não | Não | Sim | Sim |
| View Sharing | Sim | Sim | Sim | Não | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Screen Sharing | >=72 | >=66 | Não | Não | Não | Não | Sim | Sim |
| Chat | Sim | Sim | Sim | Não | Sim | Sim | Sim | Sim |

Ressaltamos que o uso da Plataforma não é compatível com tablets e smartphones. Recomendamos, ainda, o uso de fones de ouvido para melhor qualidade de áudio.

A Companhia não se responsabiliza por qualquer problema operacional ou de conexão que o acionista ou procurador venha a enfrentar que dificulte ou impossibilite sua participação na Assembleia.

A Companhia informa, ainda, que a Assembleia será integralmente gravada, nos termos da regulamentação vigente.

O acionista que participar por meio da Plataforma será considerado presente na Assembleia e assinante da respectiva ata, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 21-V da Instrução CVM 481/2009.

MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS

Nos termos do Art. 132 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e do Artigo 10 do seu Estatuto Social, a Companhia deve promover a realização de sua AGO uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social.

Conforme consta do referido dispositivo da Lei das S.A., é competência privativa da Assembleia Geral Ordinária deliberar acerca das matérias constantes da seguinte ordem do dia, as quais serão a seguir destacadas e comentadas:

- examinar, discutir e votar as contas dos Administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;
- examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- fixar o número de membros do Conselho de Administração;
- eleger os membros do Conselho de Administração;
- fixar o montante da remuneração dos Administradores;
- fixar o número de membros do Conselho Fiscal;
- eleger os membros do Conselho Fiscal; e
- fixar o montante da remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

A seguir serão encontrados esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia acerca de cada um dos itens que se propõem deliberar na Assembleia Geral Ordinária.



Prédio da sede administrativa da Lojas Renner S.A. em Porto Alegre.

MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS

1. EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

(A) CONTAS DOS ADMINISTRADORES

Os documentos apresentados pela Administração da Companhia são:

- (i) Relatório da Administração sobre as estatísticas operacionais e a análise e discussão dos Administradores sobre as principais contas da Demonstração do Resultado do Exercício (Anexo I deste Manual);
- (ii) Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia (Anexo II deste Manual);
- (iii) Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas (Anexo III deste Manual);
- (iv) Parecer dos Auditores Independentes (Anexo IV deste Manual);
- (v) Relatório e Parecer do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e Parecer do Conselho Fiscal (Anexo V deste Manual); e
- (vi) Proposta de Orçamento de Capital e declarações dos Diretores da Companhia na forma do Artigo 25, §1º, incisos V e VI da Instrução CVM 480/09 ("ICVM 480/09") (Anexo VI deste Manual).

Os documentos da Administração acima identificados são parte integrante deste Manual. Além disso, podem ser encontrados, separadamente, no endereço eletrônico da CVM (www.cvm.gov.br) ou da Companhia (www.lojasrenner.com.br/ri).

As contas dos Administradores são apresentadas junto do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras elaboradas pela Diretoria da Companhia. Antes de serem levadas ao conhecimento e aprovação dos acionistas, as contas devem ser aprovadas previamente pelo seu Conselho de Administração. Após a coleta da opinião dos Conselheiros Fiscais, as contas são, por fim, submetidas à AGO. A aprovação pelo Conselho de Administração se deu em reunião desse órgão em 11 de fevereiro de 2021. Na mesma data, o Conselho Fiscal emitiu a sua opinião.

O Relatório da Administração contém informações de caráter financeiro e não financeiro, além de informações estatísticas, operacionais, sobre a análise e discussão das principais contas da Demonstração do Resultado do Exercício, assim como informações relacionadas aos colaboradores, ESG – ambiental, social e governança corporativa, mercado de capitais, dentre outras.

A Companhia recomenda, aos seus acionistas, que examinem detidamente os documentos colocados à disposição pela Administração da Companhia, a fim de deliberarem acerca das contas dos Administradores.

(B) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras expressam a situação econômico-financeira da Companhia e as mutações patrimoniais ocorridas no exercício social. Pela análise das Demonstrações Financeiras, é possível avaliar a situação patrimonial, os índices de liquidez, o nível de lucratividade e o grau de endividamento da Companhia.

As Demonstrações Financeiras tem, como data base, o dia 31 de dezembro de 2020, e são referentes ao exercício social encerrado nessa mesma data e sendo compostas de seis documentos: (i) Balanço Patrimonial; (ii) Demonstração do Resultado do Exercício; (iii) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido da Controladora e Consolidado; (iv) Demonstração do Fluxo de Caixa; (v) Demonstração do Resultado Abrangente; e (vi) Demonstração do Valor Adicionado.

As Notas Explicativas acompanham as Demonstrações Financeiras e visam complementá-las, além de auxiliar sua análise e entendimento. Os acionistas deverão examinar detidamente as notas explicativas referentes às Demonstrações Financeiras da Companhia, a fim de que possam avaliar e aprovar (ou não) as aludidas Demonstrações Financeiras.

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., que emitiram um parecer sem ressalvas, conforme íntegra trazida no Anexo VI deste Manual. A política da Lojas Renner junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está fundamentada nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar para o seu cliente. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os serviços de auditoria independente na Companhia, realizados pela Ernst & Young Auditores Independentes, contemplaram o exame das demonstrações financeiras e a asseguuração do Relatório Anual da Companhia. O montante de honorários incorridos com os auditores independentes no exercício de 2020 foi de R\$ 1.327,9 mil, sendo que R\$ 276 mil se referem a serviços de apoio na regularização de obras, no processo de abertura de novas lojas, homologação de fornecedores e assessoria de comércio exterior.

A Companhia recomenda, aos seus acionistas, que examinem detidamente os documentos colocados à disposição pela Administração, a fim de deliberarem acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia.

MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS

2) EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR A PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO E A DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

(A) DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

A Administração da Companhia deve apresentar a proposta para destinação do Lucro Líquido do exercício, nos termos do Anexo 9-1-II à ICVM 481/09. Referida proposta consta no Anexo VII ao presente Manual. Recomendamos a leitura detida do referido Anexo após a leitura desta seção do Manual.

O Lucro Líquido da Companhia no exercício foi de R\$ 1.096,3 milhões e corresponde ao resultado positivo apurado no período, após deduções da provisão para o Imposto sobre a Renda e das participações estatutárias. A Administração da Companhia propõe a seguinte destinação para o Lucro Líquido do exercício: Dividendos em R\$ 271,5 milhões, que representam 27,8% do lucro líquido ajustado do exercício, Reserva Legal em R\$ 54,8 milhões, que representam 5% do lucro líquido do exercício, Reserva para Investimento e Expansão em R\$ 704,7 milhões, que representam 64,2% do lucro líquido do exercício e Reserva para Incentivos Fiscais em R\$ 65,3 milhões, que representam 5,8% do lucro líquido do exercício, nos termos do Artigo 195-A da Lei 6.404/76. Tal proposta levou em conta a política de crescimento sustentado da Companhia e os investimentos em novas lojas, em estrutura e processo logístico.

A Companhia entende que a proposta de destinação do Lucro Líquido acima foi formulada de acordo com as obrigações legais e estatutárias da Companhia, perseguindo rigorosamente a finalidade máxima constante do seu objeto social.

(B) DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Nos termos do Anexo VII deste Manual, a Administração da Companhia, considerando os impactos econômicos gerados pelo Covid-19, propõe a distribuição do montante de R\$ 271,7 milhões, o que corresponde a 27,8% do lucro líquido ajustado da Companhia e dividendos prescritos em 2020, a serem distribuídos entre os acionistas da Companhia com base nas suas respectivas participações.

Conforme faculdade prevista no Artigo 34 do Estatuto Social, os Juros sobre Capital Próprio, no montante total de R\$ 240,8 milhões, os quais foram declarados nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 16 de março, 18 de junho, 17 de setembro e 15 de dezembro de 2020, foram imputados ao valor do dividendo obrigatório proposto pela Administração, portanto o valor a ser pago a título de dividendos, após a AGO, será de R\$ 30,9 milhões, correspondendo a R\$ 0,038940 por ação.

Em atendimento ao Plano de Ações Restritas da Companhia, na data de 08/02/2021, foram transferidas 238.260 ações que estavam em tesouraria, de forma que a quantidade de ações base para distribuição de dividendos a ser deliberada nesta AGO, passou de 793.011.525, conforme posição de 31/12/2020, para 793.249.785.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 19 de abril de 2021, declarou o pagamento, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária a ser

realizada no dia 29 de abril de 2021, conforme Aviso aos Acionistas. Farão jus aos dividendos aprovados, os acionistas que se encontrarem inscritos nos registros da Companhia no final do dia 23 de abril de 2021, inclusive. Dessa forma, a partir de 26 de abril de 2021 (inclusive), as ações da Companhia serão negociadas "Ex-Dividendos".

A Companhia entende que a proposta de distribuição de dividendos foi formulada de acordo com as obrigações legais e estatutárias da Companhia, sendo que está em conformidade com o projeto de expansão das atividades operacionais da Companhia.

3) FIXAR O NÚMERO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conforme previsto no Parágrafo 3º do Artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas deverão, na Assembleia Geral Ordinária, deliberar o número efetivo de membros do Conselho de Administração. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração poderá ser composto de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros.

A proposta da Administração é de que o número de membros do Conselho de Administração seja de 08 (oito) membros.

A Companhia entende que a proposta de manter o número de membros do Conselho de Administração está de acordo com os preceitos de governança corporativa seguidos atualmente.

4) ELEGER OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

A eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia poderá ser realizada através de 2 (dois) sistemas de votação, quais sejam: (i) via processo de votação individual ("Votação Individual"); ou (ii) por processo de voto múltiplo ("Processo do Voto Múltiplo").

Como já é de conhecimento, os membros do Conselho de Administração em exercício serão considerados automaticamente indicados para reeleição por proposta conjunta dos membros do Conselho de Administração. Dessa forma, os nomes indicados pela Companhia são: José Galló, Osvaldo Burgos Schirmer, Carlos Fernando Couto de Oliveira Souto, Fábio de Barros Pinheiro, Thomas Bier Herrmann, Juliana Rozenbaum Munemori, Christiane Almeida Edington e Alexandre Vartuli Gouvea, todos aderentes à Política de Indicação para membros do Conselho de Administração da Lojas Renner S.A..

O processo de voto múltiplo é um procedimento mediante o qual se atribui a cada ação tantos votos quantos sejam os cargos a preencher no Conselho de Administração, sendo reconhecido ao acionista o direito de acumular os votos em um só candidato ou distribuí-los entre vários. Acionistas da Companhia, representando no mínimo 5% (cinco por cento) do capital social, poderão requerer, por escrito, a adoção do processo de voto múltiplo à Companhia, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da AGO, conforme estabelecido na Lei nº 6.404/76.

MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS

4) ELEGER OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Caso não tenha sido solicitado o processo de voto múltiplo, os membros do Conselho de Administração poderão deliberar por maioria absoluta dos presentes para propor o nome de candidatos substitutos para o lugar de qualquer Conselheiro em exercício que declinar da reeleição, na medida em que tal indicação for necessária para compor o número total de candidatos para as vagas no Conselho, observado o disposto no Artigo 16 do Estatuto Social da Companhia. Caso tenha sido solicitado o processo de voto múltiplo, cada membro do Conselho de Administração em exercício será considerado um candidato à reeleição para o Conselho de Administração.

O Conselho de Administração conta com o apoio de quatro comitês: Comitê de Pessoas, que foi criado em 08 de junho de 2005 com a denominação de Comitê de Remuneração; Comitê de Sustentabilidade, que foi criado em 31 de março de 2008; Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, em 20 de abril de 2012 e estatutário desde 09 de março de 2018, e o Comitê Estratégico em 17 de abril de 2014. Tanto o Conselho de Administração como os Comitês têm Regimentos Internos que regulam seus respectivos funcionamentos.

O Conselho de Administração da Lojas Renner S.A., desde 2009, é objeto de uma avaliação formal de seu desempenho, seguindo as boas práticas de governança corporativa e buscando o aperfeiçoamento contínuo do Órgão. Em 2020, o Conselho de Administração foi avaliado novamente com o apoio de uma consultoria externa especializada, com sólidos conhecimentos e experiência em avaliações de conselhos de grandes empresas. O processo, através do qual os conselheiros avaliam o funcionamento do Conselho e Comitês e a Presidência do Conselho, conta com 4 (quatro) fases: (i) definição e preparação - alinhamento com o Presidente do Conselho e Comitê de Pessoas, com questionário online de avaliação; (ii) reuniões individuais - entrevista individual conduzida pela consultoria, com todos os Conselheiros e o Presidente do Conselho; (iii) consolidação de dados e análise interna - consolidação, pela consultoria, dos resultados do questionário e inputs obtidos durante as entrevistas; e (iv) apresentação dos resultados - apresentação prévia, pela consultoria, da avaliação ao Presidente do Conselho e, posteriormente, a todos os membros do Conselho de Administração para discussão dos resultados e definição dos planos de melhorias a serem implementadas. A avaliação de 2020 foi conduzida utilizando questionários previamente preenchidos pelos Conselheiros e posteriormente discutidos em entrevista presencial. O questionário foi dividido em: (i) funcionamento do Conselho de Administração, incluindo composição; estrutura e organização; comunicação e fluxo de informação com CEO e Diretoria; estratégia, resultados e gestão de riscos; sucessão e desenvolvimento; e comitês. (ii) efetividade dos Comitês; e (iii) avaliação do Presidente do Conselho. As informações dos questionários e entrevistas realizadas dentro do escopo da avaliação são sempre confidenciais. A consultoria externa apresenta análises e resultados qualitativo e quantitativos consolidados e baseia a avaliação na escala de 1 a 6 e nos critérios: pouco efetivo (1-2), efetivo (3-4) e excepcional (5-6).

De acordo com o resultado da avaliação, em geral, o Conselho de Administração da Companhia é percebido com um alto nível de efetividade no cumprimento de seu papel, mostrando-se efetivo nas diversas dimensões e apresentando evolução em relação ao ano passado, mas com oportunidades de melhoria, visando uma composição com maior diversidade frente aos desafios do setor. O Conselho possui rituais de governança estruturados e alinhados que permitem a condução de discussões produtivas e eficientes, e seus membros são engajados e contributivos através de experiências adequadas. Ainda de acordo com a avaliação, os comitês são efetivos no cumprimento de seus papéis, com adequada estrutura, composição e proposição de temas para suportar as discussões do Conselho, apresentando, em alguns casos, oportunidades de melhoria em relação à uma atuação mais estratégica e propositiva, com reportes mais profundos ao Conselho. Por fim, a avaliação geral do Conselho de Administração e Comitês da Companhia, no ano de 2020, apresentou evolução em relação ao ano anterior, com nota 4,8 ante 4,6 em 2019. No entanto, mesmo com desempenho altamente efetivo, os resultados da avaliação permitiram identificar oportunidades de melhoria e alguns planos de ação a serem traçados para a busca contínua do aperfeiçoamento do Órgão seguindo sempre as boas práticas de governança corporativa.

Em 2020, o Conselho de Administração da Lojas Renner se reuniu 22 vezes, acompanhando de perto a gestão e os negócios da Companhia, com a participação média de 99,4%. O Conselho de Administração da Lojas Renner adota, como prática e ao final de todas as suas reuniões presenciais, a realização de uma "Non Executive Session", sem a presença dos executivos da Companhia. Dos oito membros atuais do Conselho, apenas um Conselheiro foi diretor estatutário da Companhia. Assim, todos os membros atuais são externos e sete são independentes, o que promove pluralidade de opiniões na busca por estratégias de negócio e garante independência das atividades executivas.

Os Conselheiros Osvaldo Burgos Schirmer, Carlos Fernando Couto de Oliveira Souto, Fábio de Barros Pinheiro, Thomas Bier Herrmann, Juliana Rozenbaum Munemori, Christiane Almeida Edington e Alexandre Vartuli Gouvea, se declararam independentes através de documento entregue à Companhia, de acordo com os critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Dessa forma, o Conselho de Administração tem 88% de membros independentes e 25% são mulheres.

O Conselho de Administração da Lojas Renner S.A. manifesta-se favoravelmente ao enquadramento, de cada um dos membros do Conselho de Administração acima citados, aos critérios de independência dispostos no Regulamento do Novo Mercado.

O documento contendo as informações constantes dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência anexo à ICVM 480/09, de cada um dos membros do Conselho de Administração indicados, consta deste Manual em seu Anexo VIII.

MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS

4) ELEGER OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA



José Galló. Presidente do Conselho de Administração desde 18 de abril de 2019. Atua como membro do Conselho de Administração da Lojas Renner desde abril de 1998, tendo ocupado a posição de Presidente desse Conselho entre os anos 1999 e 2005 e é, atualmente, Presidente do Comitê Estratégico e membro do de Sustentabilidade. Foi Diretor Superintendente da Lojas Renner S.A., de setembro de 1991 até março de 1999, quando foi eleito Diretor Presidente, cargo que ocupou até abril de 2019.

Foi Diretor da Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda., da Dromegon Participações Ltda., da Realize Participações S.A. e da Realize Crédito, Financiamento e Investimento S.A., todas empresas ligadas a Lojas Renner S.A.. Atua no varejo há mais de 30 anos, tendo sido membro Conselho de Administração do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV). É membro do Conselho de Administração do Itaú Unibanco Holding S.A. desde abril de 2016 e da Ultrapar Participações S.A. desde abril de 2019. Foi membro do Conselho de Administração da SLC Agrícola S.A. de abril de 2007 até maio de 2016 e da Localiza Rent a Car S.A. de outubro de 2010 a junho de 2020, tendo sido Vice-

Presidente desse Conselho de abril de 2019 a junho de 2020. Atualmente, é embaixador da Endeavor Brasil no Rio Grande do Sul e Vice-Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Caldeira, ecossistema de inovação em Porto Alegre. Também foi membro do Conselho Deliberativo do Instituto Lojas Renner de junho de 2008 a abril de 2019.

Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, em 1974.



Osvaldo Burgos Schirmer. Membro Independente do Conselho de Administração da Lojas Renner desde abril de 2012 e foi Presidente do Conselho de abril de 2013 a abril de 2019. Em abril de 2019 foi eleito Vice-Presidente do Conselho de Administração. É Presidente do Comitê de Pessoas, além de Membro do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos da Companhia. Atualmente é membro dos Conselhos de Administração das empresas de capital aberto, SLC Agrícola S.A., produtora de commodities agrícolas, desde junho de 2013 e da Estácio Participações S.A. (atualmente YDUQS), posição que acumula com a de Coordenador do Comitê de Auditoria e Finanças, desde abril de 2016. É Conselheiro Consultivo da CMPC Produtora de Celulose e Papel sediada no Chile, mas com relevante operação no Brasil via Celulose Riograndense, desde junho de 2016; da SLC Participações, "holding" familiar fechada do Grupo SLC, desde abril de 2017; da META Soluções de Informática, desde janeiro de 2019; da FCC Indústria e Comércio Ltda., empresa da indústria química fabricante de produtos para a indústria automotiva, farmacêutica, de calçados e construção civil, desde março de 2020; da OLEOPLAN produtora de Biodiesel, desde outubro de 2020 e da CFL construtora e Incorporadora com atuação nos estados

de Santa Catarina e Rio Grande do Sul desde outubro de 2020. Como executivo trabalhou no Grupo Gerdau, empresa do setor siderúrgico, de 1986 a janeiro de 2013, quando se aposentou. Nessa empresa foi diretor financeiro, CFO e depois Vice-Presidente e membro do Comitê Executivo. Desde fevereiro de 2013 é Membro do Conselho da "American Chamber of Commerce. Durante cinco anos, até 2018, foi Chairman do Conselho desta Câmara.

Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, também obteve o título "Masters' Degree" pela Southern Illinois University. Participou de inúmeros cursos de extensão, dentre eles um na Harvard Business School, focado em Instrumentos de Gestão para "Senior Management"



Carlos Fernando Couto de Oliveira Souto. Membro Independente do Conselho de Administração da Lojas Renner desde abril de 2015, foi Vice-Presidente do Conselho de abril de 2016 até 18 de abril de 2019 e, atualmente, é membro do Comitê de Pessoas e do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos. É sócio, fundador e CEO, desde 2013, do escritório de advocacia Souto, Correa, Cesa, Lummertz & Amaral Advogados. É membro dos Conselhos da YPO (Região LAC), Associação Escola Panamericana de Porto Alegre (PAS), da Câmara Americana de Comércio - Porto Alegre (AMCHAM), membro do conselho do Instituto de Estudos Empresariais - IEE e do Hospital Moinhos de Vento de Porto Alegre (HMV).

Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1989, com especialização em Filosofia e Economia Política pela PUC/RS; participou do programa Direito da Economia e da Empresa, da FGV, e da pós-graduação da Escola Superior do Ministério Público; é formado pelo OPM

Program da Harvard Business School (HBS), incluindo o módulo do OPM em Shanghai. Participa há anos do Seminário para Presidentes, programa de gestão organizado pela FGV em conjunto com o YPO, e participou do YPO Gold Harvard President's Program, organizado pela HBS em janeiro de 2020.



Fábio de Barros Pinheiro. Membro Independente do Conselho de Administração da Lojas Renner desde agosto de 2014 e, atualmente, é Presidente do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos. É membro Independente do Conselho de Administração do Banco Pan S.A. desde 2013, Presidente do Conselho de Administração da Itseg Seguros Inteligentes S.A. desde janeiro de 2016 e Membro independente do Conselho da CPSEC (Cia Paulista de Securitização). É membro independente do Conselho de Administração e membro do CAUD do BNEDES, desde abril de 2020. É Membro do Conselho de Administração e Presidente do CAUD do Atakarejo Distribuidora de Alimentos e Bebidas AS, desde janeiro de 2020. Foi membro Independente do Conselho de Administração da Galvani Indústria, Comércio e Serviços S.A., da Estre Ambiental Inc. e Presidente dos Conselhos do Grupo Diletto e da Eneva S.A. Foi Diretor Gerente do Banco UBS Pactual S.A.. Foi membro Independente do Conselho de Administração da Laticínio São Vicente de Minas S.A. de 2013 a 2018.

Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília (Brasília, DF) em 1982 e fez MBA na Indiana University (Indiana - EUA), em 1992.

MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS

4) ELEGER OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA



Juliana Rozenbaum Munemori. Membro Independente do Conselho de Administração da Lojas Renner desde abril de 2017 e, atualmente, é membro do Comitê Estratégico. Desde julho de 2013 (até abril de 2021), é membro do Conselho de Administração da Arezzo&Co e Coordenadora do Comitê de Estratégia. Desde junho de 2016, é membro independente do Conselho de Administração da Duratex S.A., além do Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos e do Comitê para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas. Desde abril de 2018, é membro independente do Conselho de Administração da EDP – Energias do Brasil S.A., do Comitê de Governança Corporativa e Partes Relacionadas, e do Comitê de Inclusão e Diversidade. Desde dezembro de 2018, participa do Comitê de Estratégia da Suzano Papel e Celulose S.A. e, desde janeiro de 2019, é membro do Conselho Consultivo da Eurofarma Laboratórios S.A. Desde Dezembro de 2019, é membro do Conselho de Administração da Cogna Educação S.A., do Comitê de Pessoas e Governança e Coordenadora do Comitê de Estratégia e Inovação. Acumulou 13 anos de experiência em Sell Side Equity Research, com foco primordial em empresas do setor de consumo e varejo. Passou por algumas instituições financeiras entre 2000 e maio de 2013, mas primordialmente no Itaú BBA. Entre 2013 e 2017, atuou

como consultora em projetos de consumo e varejo do Investment Banking do Itaú BBA. Ao longo dos anos, foi várias vezes premiada pela Institutional Investor por sua cobertura dos setores de varejo e bens de consumo. Anteriormente, atuou como economista no Buy Side de instituições como JGP, Pactual e Icatu. Faz parte do Conselho Consultivo da GoCase e Uatt, empresas de Empreendedores Endeavor, organização da qual é mentora ativa. Fundou a ONG Associação Beneficente Parents in Action, na qual é Diretora Financeira.

Graduada em Economia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro e detém a designação CFA.



Thomas Bier Herrmann. Membro independente do Conselho de Administração da Lojas Renner desde abril de 2017 e, atualmente, é Presidente do Comitê de Sustentabilidade e membro do Comitê de Pessoas. Exerce suas atividades profissionais há 47 anos no Grupo Renner Herrmann S.A. Desde 1997, é o Diretor Presidente da Renner Herrmann S.A. Foi membro do Conselho de Administração da Lojas Renner, de abril de 1991 a dezembro de 1998. Foi Conselheiro da Iochpe-Maxxion S/A de janeiro de 2008 a março de 2015. Integra o Conselho Superior da Associação do Aço do Rio Grande do Sul e, desde 2020, é Líder do Conselho de Administração do Hospital Moinhos de Vento, tendo sido já Presidente desse Conselho de 1999 a 2005.

Graduado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Porto Alegre.



Christiane Almeida Edington. Membro Independente do Conselho de Administração da Lojas Renner e membro do Comitê Estratégico desde abril de 2018. Possui sólida experiência na área de tecnologia da informação, implementação de modelos de negócios digitais e em telecomunicações. É membro Independente do Conselho de Administração e do Comitê Digital e de Pessoas da JHSF Participações SA, membro independente do Conselho de Administração e do Comitê de Tecnologia da Padtec Holding, membro do Conselho da CIONET (rede mundial de líderes de tecnologia da Informação), Conselheira no Programa Winning Women Brasil da EY, Membro do Conselho de Administração da Dataprev, onde também foi Presidente, responsável por ações de transformação digital de processos beneficiando 35 milhões de pessoas. Por 22 anos fez parte da liderança do Grupo Telefônica/VIVO responsável pela transformação digital dos negócios. Como Chief Information Officer da VIVO, foi eleita por 3 vezes executiva de TI do Ano pela Informática Hoje e IT Midia. Experiências anteriores como Conselheira Consultiva na ZUP IT INNOVATION, como membro do Comitê Estratégia da Oesia Grupo, Membro do Conselho de Administração da LIQ S.A..

Graduada em Processamento de Dados – Escola Baiana de Processamento de Dados (1985); Pós-graduação em Engenharia de Software – Universidade Federal da Bahia (1994); Master em Gestão Empresarial – Fundação Dom Cabral (2000); Gestão de Pessoas – Universidade de São Paulo (2001); MBA em Gestão Empresarial – Fundação Getúlio Vargas (2002); IESE Business School – Universidad de Navarra – Advanced Management Program (2002); MBA em Governança de TI – Instituto de Pesquisas Tecnológicas/USP (2007); Governança Corporativa, Conselho de Administração – IBGC (2016).



Alexandre Vartuli Gouvea. Membro Independente do Conselho de Administração da Lojas Renner desde julho de 2019 e, atualmente, é membro do Comitê Estratégico. Foi sócio sênior da McKinsey & Company. Durante seus 29 anos na McKinsey, atendeu clientes em serviços financeiros, varejo, telecomunicações, indústria química e metais e mineração, em temas estratégicos, organizacionais, operacionais, fusões e expansão internacional. Mais recentemente, desenvolveu e liderou a Prática RTS na América do Sul, que oferece uma abordagem comprovada para mudanças transformacionais em clientes que buscam melhorias de desempenho radicais, rápidas e sustentáveis. Desde que ingressou na McKinsey, trabalhou em toda a América Latina, nos Estados Unidos, no Canadá e na Turquia. No Grupo Credicorp no Peru é membro do Conselho de Administração, é membro do comitê de Nomeações e Remuneração, além de Presidente do Comitê de Auditoria. Também é membro do Conselho do Banco de Crédito del Peru (BCP). Desde 2013, é membro do Conselho do Habitat for Humanity Internacional.

Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1982) e possui MBA em Estratégia pela UCLA Anderson School of Management (1990).

MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS

5) FIXAR O MONTANTE GLOBAL DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A Companhia apresenta a proposta de remuneração dos Administradores abaixo, bem como informações adicionais constantes do item 13 do Formulário de Referência da Companhia, na forma do Anexo IX a este Manual.

Para o exercício social de 2021, a Administração da Companhia está propondo uma remuneração global de até R\$ 39,9 milhões, conforme tabelas e notas abaixo. Esse montante já contempla o previsto no artigo 152 da Lei 6.404/1976, os termos da decisão proferida no processo administrativo CVM Nº RJ-2014-6629, bem como do Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2021. Abaixo, abertura da remuneração global dos Administradores e do Conselho Fiscal de 2018, 2019, 2020 e o estimado para 2021).

| Remuneração Global dos Administradores | 2018 (Realizada) | 2019 (Realizada) | 2020 | | | 2021 (Prevista) |
|--|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| | | | 1ª Proposta AGO | Proposta final AGO | Realizada | |
| Remuneração Fixa | R\$ 11.262.270,94 | R\$ 17.956.539,66 | R\$ 25.500.000,00 | R\$ 21.048.882,21 | R\$ 20.746.654,81 | R\$ 22.420.500,00 |
| Pro-labore | R\$ 8.708.973,34 | R\$ 14.892.876,66 | R\$ 21.800.000,00 | R\$ 17.864.760,00 | R\$ 17.808.301,59 | R\$ 19.170.500,00 |
| Participação em Comitês | R\$ 1.641.600,00 | R\$ 2.148.200,00 | R\$ 2.500.000,00 | R\$ 2.342.400,00 | R\$ 2.150.453,22 | R\$ 2.400.000,00 |
| Benefícios | R\$ 911.697,60 | R\$ 915.463,00 | R\$ 1.200.000,00 | R\$ 841.722,21 | R\$ 787.900,00 | R\$ 850.000,00 |
| Remuneração Variável | R\$ 9.240.949,20 | R\$ 6.349.451,36 | R\$ 8.000.000,00 | R\$ 2.851.500,00 | R\$ 1.362.846,79 | R\$ 7.000.000,00 |
| Participação em Reuniões* | R\$ 946.200,00 | R\$ 494.000,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| Remuneração Variável (Participação Estatutária) | R\$ 8.294.749,20 | R\$ 5.855.451,36 | R\$ 8.000.000,00 | R\$ 2.851.500,00 | R\$ 1.362.846,79 | R\$ 7.000.000,00 |
| Remuneração Baseada em Ações | R\$ 13.030.852,06 | R\$ 13.745.961,89 | R\$ 16.000.000,00 | R\$ 14.910.091,25 | R\$ 13.628.043,32 | R\$ 10.500.000,00 |
| Despesas com o Plano de Opção de Compra de Ações / | R\$ 13.030.852,06 | R\$ 13.745.961,89 | R\$ 16.000.000,00 | R\$ 14.910.091,25 | R\$ 13.628.043,32 | R\$ 10.500.000,00 |
| Total | R\$ 33.534.072,20 | R\$ 38.051.952,91 | R\$ 49.500.000,00 | R\$ 38.810.473,46 | R\$ 35.737.544,92 | R\$ 39.920.500,00 |

* Deixou de ser paga como variável a partir de jul/19

Notas: **1)** Em 2020, foi aplicada a redução salarial de 25% durante 4 meses. **2)** Os valores solicitados para (RV) Participação Estatutária, em 2020, estavam baseadas na hipótese de atingimento de 50% do target, considerando efeitos da pandemia. Em 2021, está sendo considerado atingimento integral. **3)** A partir de 2021, a remuneração variável da Diretoria passa a ser também atrelada a metas ESG. **4)** A metodologia de precificação do plano de opções de compra de ações utilizada para a determinação dos valores na tabela acima, teve como base as orientações da Deliberação CVM 562 e do Pronunciamento CPC 10. Estas determinam que as empresas contabilizem seus mecanismos conforme o valor justo (fair value) através de metodologias consistentes e reconhecidas. No caso da Companhia, é utilizado o modelo Black&Scholes, amplamente usado no mercado, que leva em consideração parâmetros como o preço de mercado da ação na data de outorga, preço de exercício da opção, histórico de volatilidade da ação, entre outros. O resultado do modelo Black&Scholes, utilizado para fins de determinação da despesa contábil, pode ser interpretado como o valor presente dos ganhos potenciais futuros com as opções de compra de ações, calculados na data de cada outorga, levados ao resultado numa base pró-rata ao longo do período de "vesting", sem alterações de valores, independentemente de oscilações posteriores no preço das ações. Portanto, cabe enfatizar que o resultado apresentado na tabela acima não representa ganhos financeiros efetivamente realizados pelos executivos no exercício fiscal reportado, uma vez que no conceito de opções de compra de ações existem riscos de que os executivos não venham a auferir nenhum tipo de ganho, por conta de desligamentos, que podem cancelar as opções outorgadas, e principalmente por conta de possíveis desvalorizações sobre o preço de exercício durante a vigência da opção.

De acordo com o Artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da remuneração global individualmente entre os Administradores, após considerar o parecer do Comitê de Pessoas.

A Companhia recomenda, aos seus acionistas, que examinem detidamente os documentos colocados à disposição pela Administração da Companhia, a fim de deliberarem sobre a Remuneração Global dos Administradores. Maiores detalhes sobre a remuneração dos Administradores e do Conselho Fiscal são encontrados no Anexo IX deste Manual.

MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS

6) FIXAR O NÚMERO DE MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

Conforme previsto no caput do Artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas deverão, na Assembleia Geral Ordinária, deliberar o número de membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal poderá ser composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número.

A proposta da Administração é de que o número de membros do Conselho Fiscal permaneça o mesmo do atual, ou seja, 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes.

A Companhia entende que a proposta de manter o número de membros do Conselho Fiscal está de acordo com os preceitos de governança corporativa seguidos atualmente.

7) ELEGER OS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal funcionará de modo permanente e será composto de 03 (três) a 05 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, quantidade esta a ser definida na Assembleia Geral Ordinária, com mandato unificado de 01 (um) ano, podendo ser reeleitos.

De acordo com o Artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, a maioria absoluta dos acionistas presentes na AGO elegerá a maioria dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes. Os demais acionistas elegerão os membros remanescentes, bem como seus suplentes.

Em 2020, o Conselho Fiscal da Lojas Renner se reuniu 8 vezes, incluindo quatro reuniões com participações dos Auditores Independentes. Participaram ainda de partes de reuniões do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e do CA, quando das deliberações sobre as aprovações das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração, orçamento de capital, dividendos e JSCP.

Como o Conselho Fiscal é permanente e, caso não tenha indicação por parte de acionistas, os membros atuais são sugeridos, anualmente, para reeleição. Para esta eleição, a acionista Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil solicitou a recondução das duas Conselheiras (efetiva e suplente) indicadas por eles em 2020.

Em havendo mais indicações por parte de acionistas para a composição do Conselho Fiscal, os acionistas presentes na Assembleia Geral elegerão os membros do Conselho Fiscal entre todos os indicados para tal posição, inclusive os elencados no [Anexo VIII](#).

O documento contendo as principais informações de cada um dos membros para o Conselho Fiscal, incluindo aquelas constantes dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência anexo à ICVM 480/09, consta deste Manual em seu [Anexo VIII](#).

Sugeridos pela Companhia:

MEMBRO EFETIVO



Joarez José Piccinini. É Conselheiro Fiscal efetivo das Lojas Renner desde 18 de abril de 2019. Desde 2009, é o Diretor Superintendente de Serviços Financeiros (Banco Randon e Randon Consórcios). É Diretor de Relações Institucionais das Empresas Randon, também é Diretor da Randon Ventures (Rvc Venture Capital Participações e Investimentos Ltda) e Presidente do Conselho Deliberativo da RandonPrev. Com mais de 20 anos de atuação no mercado financeiro brasileiro, com passagens pelos Bancos BankBoston, Sogeral e Maisonnave e com larga experiência no mercado financeiro internacional, sendo 10 anos de residência em Londres, (FleetBoston/ Bank of America e Votorantim). Enquanto residiu em Londres foi Conselheiro da Câmara de Comércio Brasil e Reino Unido. Atualmente é Diretor de Economia e Finanças e Conselheiro da Câmara de Indústria e Comércio de Caxias do Sul.

Graduado em Administração de Empresas, tem especialização em Economia, Mercado de Capitais e Derivativos realizadas no exterior, MBA em Marketing, pela ESPM e curso para Conselheiros de Administração, certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) de São Paulo.

MEMBRO SUPLENTE



Roberto Zeller Branchi. É Conselheiro Fiscal (suplente) da Lojas Renner desde 29 de abril de 2020, foi Conselheiro Fiscal (suplente) da Lojas Renner de abril de 2016 a abril de 2019. É sócio da Ardenas Partners, foi Controller da CRP Companhia de Participações e CFO da Rexnord Correntes Ltda., além de ter trabalhado como Gerente Sênior da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. É professor em diversos MBA's e Especializações, membro de comissões junto ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRC/RS). Associado ao IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

Graduado em Ciências Contábeis, em 1999, Pós-Graduado em Controladoria de Gestão, em 2001 e Mestre em Economia, em 2011, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS

7) ELEGER OS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

Sugeridos pela Companhia:

MEMBRO EFETIVO



Roberto Frota Decourf. É Conselheiro Fiscal efetivo da Lojas Renner desde 03 de agosto de 2020, foi Conselheiro Fiscal suplente de abril de 2010 a julho de 2020. É sócio Diretor do Instituto Pantex de Pesquisa Ltda. desde 2001, trabalhando com consultoria e treinamento na área de gestão financeira e riscos. É membro do Conselho de Administração da Connectplug desde 2018. Foi membro efetivo do Conselho Fiscal da Metalúrgica Gerdaul S.A. de 2007 a 2011 e 2014 a 2016. É professor de Mestrado e Doutorado na Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos), desde 2005. Também possui certificação em ESG pelo CFA-UK.

Graduado em Administração de Empresas, Doutor em Administração pela Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (EA/UFRGS) e Pós Doutor em Finanças pela Université Grenoble Alpes.

MEMBRO SUPLENTE



Vanderlei Dominguez da Rosa. É Conselheiro Fiscal (suplente) da Lojas Renner desde 21 de outubro de 2020. É Conselheiro Fiscal titular, desde abril de 2007 da Odontoprev S.A., desde abril de 2014 da Weg S.A., desde abril de 2015 da Equatorial Energia S.A., da Equatorial Pará Distribuidora De Energia S.A. e da Equatorial Maranhão Distribuidora De Energia S.A., desde abril de 2016 da Valid Soluções S.A e desde abril de 2018 da Triunfo Part. e Investimentos S.A. Foi Conselheiro Fiscal da Marcopolo S.A., da Ideiasnet S.A., da Cosan S.A., entre outras. É perito ou assistente técnico em litígios trabalhistas, dissolução de sociedades e outros. Foi Sócio-Gerente da empresa HB Audit - Auditores Independentes, sucessora de Handel, Bittencourt & Cia. – Auditores Independentes, na qual foi sócio de fevereiro de 1994 até junho de 2016, tendo atuado na empresa por 28 anos (desde 1988) e foi responsável técnico perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Graduado em Ciências Contábeis, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (janeiro de 1990).

Indicadas pela Previ:

MEMBRO EFETIVO



Estela Maris Vieira De Souza. É Conselheira Fiscal efetiva da Lojas Renner desde 29 de abril de 2020. Iniciou sua carreira na PricewaterhouseCoopers (PwC) em agosto de 1987. Na PwC foi sócia de auditoria de 2000 a 2018, aposentou-se em janeiro de 2019. Liderou projetos de auditoria e consultoria para empresas nacionais e multinacionais de diversos portes e com operações em distintos segmentos de negócios. Liderou equipes de assessoria a investidores no processo de privatização do setor de telecomunicações no Brasil (privatização do sistema Telebrás) em 1998. Exerceu por mais de 15 anos responsabilidades de liderança em Tecnologia, Comunicação, Entretenimento e Mídia em âmbito nacional e internacional na PwC. Foi membro titular do Board da PwC. Membro do Conselho de Administração da Transportadora Sulbrasileira de Gás. Coordenadora do Comitê de Auditoria da Track&Field. Membro do Comitê de Auditoria da Agência Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF. Membro do Comitê de Auditoria da Localiza S.A.

Bacharel em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). MBA Especialização em Marketing em Serviços pela Fundação Instituto de Administração (FIA/USP), Mestrado em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo (FEA/USP), MBA em Negócios Digitais pela Universidade Positivo (em andamento). Conselheira certificada pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

MEMBRO SUPLENTE



Isabel Cristina Bittencourt Santiago. É Conselheira Fiscal (suplente) da Lojas Renner desde abril de 2019. Membro eleita do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Auditoria e Gestão dos Riscos do IIA Brasil, desde 2017. Conselheira Fiscal (Suplente): Fundação Renova desde 05/2020 e da São Martinho S.A desde 2017; Conselheira Fiscal: Nova Fronteira Bioenergia S/A ("joint venture" da São Martinho S.A com Petrobrás BioEnergia S.A): de 2011 até 2017. Presidente do Conselho Fiscal da Aceprev (Entidade fechada de Previdência Complementar): de 1999 até 2012 e da Fundação Aperam Acesita: de 2010 até 2011. Gerente Executiva de Auditoria Interna e Gerenciamento de Riscos (Regional: Américas), Gerente de conformidade com a SOX & Controles Internos e Contabilidade e, membro do Comitê de Compliance na Aperam S.A desde 1992. Diretora Financeira e de Relações com Investidores: Metaltrust S.A.: de 2009 até 2012.

Graduada em Ciências Contábeis e Administração de Empresas; "Master Business Administration" (MBA) Empresarial pela Fundação Dom Cabral; Conselheira Fiscal e de Administração certificada pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa; Certificada pelo IIA Global: em Auditoria Interna (CIA – "Certified Internal Auditor") e em Gerenciamento de riscos (CRMA: "Certification in Risk Management Assurance"). Certificada em "Business English" pela Universidade de Cambridge. Publicações de artigos no "IIA Notícias" sobre Comitê de Auditoria e Certificação CIA. Comentário de artigo: "A hora e a vez de escolher o melhor regime tributário" publicado no Mensário do Contabilista.

8) FIXAR O MONTANTE DA REMUNERAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada na AGO e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) do que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Para 2021, a Administração propõe a correção dos valores praticados em 2020, corrigidos pelo INPC de 2020, perfazendo o valor total de R\$ 669,4 mil. Esse valor está incluído na Remuneração Global dos Administradores apresentado no item 5 acima.

Maiores detalhes sobre a remuneração dos Conselheiros Fiscais são encontrados no Anexo IX deste Manual.

16



ANEXOS

ANEXO I

RELATÓRIO E ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO

APRESENTAÇÃO

No cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira, a Lojas Renner S.A. apresenta, a seguir, o Relatório da Administração, comentando os resultados operacionais e financeiros relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Este relatório é parte integrante das Demonstrações Financeiras da Companhia, que seguem as normas contábeis internacionais (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB). O conteúdo aqui exposto está alinhado ao Relatório Integrado da Companhia, que respeita as melhores práticas globais e diretrizes do IIRC (International Integrated Reporting Council).

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2020 ficará marcado na história. Não só pela pandemia e pelos dias intensos e imprevisíveis que vivemos, mas também por toda a transformação e evolução que tivemos em nossos negócios.

Não temos dúvidas de que saímos de 2020 muito mais fortes, ágeis e resilientes. Nos reinventamos em muitos aspectos e, apesar de tudo, hoje somos uma empresa melhor e com oportunidades de acelerar todos os planos e metas que prevíamos em nossa transformação digital e na contínua expansão das lojas físicas pela América Latina.

Mas antes de falarmos sobre o futuro, acreditamos que cabe aqui, ressaltar nossas ações e aprendizados do ano que passou. Fomos pioneiros no setor, tomando a difícil, mas correta, decisão de fecharmos temporariamente todas as nossas lojas físicas em março, antes dos decretos e do mercado em geral. Trabalhamos muito para fazer algo nunca imaginado e colocamos, como sempre, as pessoas no centro de nossas decisões, optando pela preservação da saúde e das vidas e mantivemos nosso negócio, com manutenção de empregos e o máximo possível de ativação dos negócios. No mesmo momento, seguimos organizando as operações dos Centros de Distribuição e Centrais de Atendimento, de forma a continuar nossa jornada, com segurança para nossos clientes e equipes, respeitando um de nossos principais valores: GENTE.

Paralelamente, reforçamos nosso balanço patrimonial, reavaliando os projetos e investimentos do ano e reduzindo o pagamento previsto de dividendos. Igualmente, buscamos recursos financeiros que nos possibilitassem ter uma posição confortável de caixa e que também permitissem apoiar nossos principais parceiros comerciais através da cadeia de fornecedores. Além disso, nos mobilizamos para colaborar com a comunidade em geral através de diversas iniciativas realizadas pelo Instituto Lojas Renner.

No momento seguinte, após a organização do ambiente de negócios, começamos a planejar nossas ações para a retomada. A reabertura das lojas se deu de forma muito gradual e desde o fechamento em março, só tivemos a rede com 100% das lojas abertas ao final de agosto, mesmo que com restrições de funcionamento. Realmente tudo se mostrava ainda mais desafiador do que poderíamos pensar, mas, mesmo assim, persistimos e aceleramos nossas iniciativas de transformação, trazendo mais e melhores produtos e serviços à população.

Continuamos nossa jornada com um enorme avanço no online, que hoje tem um novo patamar de crescimento e de relevância dentro do negócio. Nossos canais digitais representaram mais de 12% das vendas totais, com crescimento de 126,0%, e sabemos que todos os passos implementados até aqui devem nos trazer muitas novas oportunidades.

Na parte operacional, tivemos muitos avanços. Em logística, aumentamos a produtividade nos Centros de Distribuição, aceleramos as entregas, reduzimos os *lead times* e melhoramos a experiência dos clientes. No e-commerce desenvolvemos em nosso aplicativo novas funcionalidades e serviços, dando maior autonomia aos clientes, permitindo que usem ferramentas para acompanhar pedidos e gerir suas informações de forma mais independente. Ainda no online, quintuplicamos o número de itens disponíveis e passamos a entregar 20% das vendas usando os estoques das lojas físicas.

Em nossas lojas, após as reaberturas, aceleramos também a nossa oferta *omni*. Além das iniciativas de vendas de produtos por Whatsapp e pelo Fashion Delivery - envio para clientes de sacolas com itens escolhidos a partir do uso de dados - sabemos que muitos dos nossos consumidores que se tornaram digitais, agora se transformam em clientes *omni*. Ao longo do ano, fomos um dos apps de moda mais baixados, aumentando o número de clientes de forma exponencial. Agora, esses clientes, já habituados a comprar on e offline, passam a desfrutar dos benefícios que uma operação *omni*, que historicamente compram até 3 x mais e com maior frequência, pode proporcionar: mais facilidade na retirada de pedidos nas lojas e trocas simplificadas, quando comparadas às experiências de devoluções por correio, sem falar na maior velocidade de entrega, uma vez que as lojas servem como *hubs* de distribuição espalhados em todo o País.

No ano, implantamos mais uma importante iniciativa com os pilotos da Prateleira Infinita, onde os clientes do e-commerce passam a ter a sua disposição, também, o estoque das lojas. Isso irá proporcionar maior disponibilidade dos estoques a todos, se refletindo em um maior giro de mercadorias, menor necessidade de remarcações e maior liberação de espaço em lojas para recebimento de novas coleções.

E para suportar essas iniciativas, também nos estruturamos, através da criação de novas áreas, subdividindo as responsabilidades e dando maior foco aos negócios. Passamos a ter um executivo dedicado à Realize CFI para a agenda digital e de crescimento da nossa Financeira e desenvolvemos a área de Agilidade para disseminação dos métodos ágeis em toda a empresa, criamos tribos e *squads* para os projetos. Também desenvolvemos a nova diretoria de Dados e demos novas

atribuições ao time de tecnologia, que conta hoje com mais de 700 pessoas entre profissionais próprios e terceiros dedicados, e, uma área de Estratégia e Novos Negócios que dará tração à agenda de parcerias, investimentos e aquisições.

Nas outras marcas de varejo também continuamos investindo: aceleramos os e-commerces e seguimos focados na digitalização e nas trocas das melhores experiências e iniciativas. A Camicado passou por um profundo processo de melhoria da operação comercial e teve alterações importantes na gestão. Os resultados têm aparecido de forma muito consistente e se somam à toda a evolução do e-commerce e da oferta *omni*, além da contínua ampliação do marketplace. Assim, a penetração das vendas digitais foi de 25,9% na Camicado. Na Youcom também continuamos evoluindo, principalmente na parte online, que alcançou participação de 9,4% nas vendas. Lançamos o app e estamos investindo nas mesmas ferramentas e serviços já oferecidos na Renner. Na Ashua, seguimos fortalecendo a marca e consolidando nosso modelo *omni* de operação.

Na Realize, igualmente, seguimos a jornada da transformação digital, favorecida por novos comportamentos dos clientes. Com o longo período de lojas fechadas, digitalizamos os processos de pagamentos e de contato com os clientes e a Realize chegou a alcançar mais de 20 milhões de visitas mensais no app e site da Renner. Atualmente 80% das interações com clientes, relativas aos Cartões, são digitais.

Um ano de desafios, sem dúvidas, mas também de superação. Em 2020, alcançamos R\$ 7,5 bilhões de Receita Líquida Total e nosso Endividamento Líquido foi de R\$ 712 milhões, equivalente a 0,6x o EBITDA Ajustado Total. Também investimos R\$ 544,0 milhões na expansão e digitalização da Companhia e nosso valor de mercado representava R\$ 34,5 bilhões em 31 de dezembro de 2020. Ainda, nosso Lucro Líquido totalizou R\$ 1,1 bilhão e foi aprovada a distribuição de 25% como remuneração aos acionistas. Adicionalmente, evoluímos muito na forma de trabalhar e de ver as coisas, nos papéis e nas soluções propostas, e agimos com determinação transformando a Companhia em busca de produtividade e velocidade para gerar maior encantamento aos clientes *omni* e, conseqüentemente, maior engajamento, frequência e recorrência. Tudo isso com uma atuação forte em três importantes pilares: inovação, digitalização e sustentabilidade.

Na parte ESG (Ambiental, Social e Governança) também avançamos. Além das medidas de colaboração e apoio à comunidade durante a pandemia, evoluímos nas ações para atingimento dos nossos compromissos públicos de sustentabilidade em 2021 e seguimos participando nas carteiras de índices importantes relacionados ao tema, tais como o ISE, o IGC e o ICO2, além do DJSI World, o MSCI Brazil ESG Leaders e o CDP Climate Change. Também fomos incluídos no novo índice da S&P B3 ESG, onde ficamos em primeiro lugar na lista de 10 empresas componentes. Ainda em governança, em 2020, comemoramos o 15º ano de atuação com o modelo corporativo pulverizado, fato que nos enche de orgulho, dito que em 2005, fomos a primeira empresa do País a ter 100% das ações negociadas na Bolsa de Valores brasileira. Adicionalmente, assinamos um termo de adesão com a Women on Board (WOB), em que nos comprometemos a manter, pelo menos, duas conselheiras no Conselho de Administração. No ano que passou, também concluímos o projeto de adequação à nova Lei Geral de Proteção de Dados, um feito importante para garantir o uso das informações de forma segura e responsável.

E assim, concluímos nossa caminhada em 2020, ano em que observamos três claras oportunidades: a primeira refere-se a um novo comportamento dos consumidores, que nos permitirá ampliar o número de clientes *omni* e alavancarmos a integração dos canais on e offline. A segunda diz respeito à acomodação do setor de vestuário depois de um ano difícil, no qual só existirá espaço para quem tiver claros diferenciais competitivos para ganhar maior participação de mercado. E por fim, a terceira oportunidade se refere às relações comerciais que se fortaleceram ao longo do ano, pela forma como tratamos nossos grandes parceiros, os fornecedores de revenda.

Para 2021, ainda temos muitas incertezas sobre os cenários econômico e de saúde, no entanto, sabemos que estamos mais preparados e muito atentos às oportunidades que se configuram. Já somos a maior varejista *omni* de moda no Brasil e seguiremos expandindo a rede de lojas, ao mesmo tempo em que continuaremos crescendo a operação online, com encantamento!

Nosso maior objetivo será seguir acelerando a integração das lojas físicas e do e-commerce, combinando a operação de varejo e a Realize, através de um ecossistema de moda e *lifestyle*, alicerçando todos os negócios em inovação, digitalização e sustentabilidade, onde atingiremos nossos 4 primeiros compromissos públicos de ESG e já lançaremos novos desafios nesse aspecto.

Para o ecossistema, seguiremos nos diferenciando em produto e *lifestyle*, investindo em qualidade e moda, sempre atentos às oportunidades de parcerias, participações e novos negócios que se configuram a partir da combinação das marcas de varejo e Realize. Para isso, investiremos, ao todo, R\$1,1 bilhão, destinado à abertura de 20 a 30 lojas Renner, entre 5 a 10 unidades da Camicado, 5 a 10 da Youcom e cerca de 5 na Ashua, assim como à construção desse ecossistema e sua plataforma.

E por fim, não podemos deixar de fazer um agradecimento especial a nossos colaboradores, conselheiros e executivos, que seguiram engajados, mesmo diante de tantos desafios, não só na Empresa, mas também em suas vidas pessoais; aos fornecedores, que estiveram comprometidos e nos permitiram conduzir com segurança a operação; aos acionistas, que nos apoiaram nessa trajetória; e aos clientes e comunidade em geral, que fizeram com que fôssemos uma das empresas mais lembradas durante a pandemia, conforme estudo do Instituto Croma Insights e, novamente, reconhecidos como a 11ª marca mais valiosa do País, segundo a Interbrand.

Obrigado a todos!

José Galló
Presidente do
Conselho de Administração

Fabio Adegas Faccio
Diretor Presidente

ENFRENTAMENTO À PANDEMIA

Desde os primeiros sinais da Covid-19, a Lojas Renner tomou ações ancoradas em suas convicções e valores, priorizando a saúde de colaboradores e clientes, o que a levou a ser a primeira varejista a fechar temporariamente todas as lojas físicas no Brasil, com a certeza de que era a melhor decisão naquele momento. Simultaneamente, a Companhia reagiu de forma rápida e responsável, definindo os seus objetivos e focos de atuação, que se basearam em quatro pilares, divididos em quatro fases operacionais. E, a partir dali, passou a focar nos níveis de serviço, para fazer mais rápido e melhor e, principalmente, para se adaptar a um novo comportamento de consumo, que impulsionou a aceleração da transformação digital.

PILARES DE ATUAÇÃO

No contexto dos quatro pilares de atuação, diversas medidas foram adotadas para proteção e segurança das equipes, clientes e parceiros, além da manutenção dos empregos, preservação da saúde financeira e do bom funcionamento dos negócios. Ao mesmo tempo, uma grande rede de colaboração foi mobilizada, para multiplicar os esforços e os investimentos no combate às crises sanitária e econômica, levando apoio a instituições de saúde e comunidades em condições de vulnerabilidade.

PILAR 1 PRESERVAÇÃO DA SAÚDE DA VIDA

- Equipes administrativas em home office
- Redução temporária das equipes dos CDs e Centrais de Atendimento
- Fechamento temporário de todas as lojas no Brasil, Uruguai e Argentina
- Promover o distanciamento social e protocolos de segurança para as atividades mantidas
- Transporte disponibilizado para as equipes das Centrais de Atendimento e dos Centros de Distribuição

PILAR 2 PRESERVAÇÃO DOS EMPREGOS

- Utilização de férias
- Mecanismo de banco de horas
- Compromisso de não demissão por, pelo menos, 60 dias
- Uso da MP para suspensão de contratos de trabalho dos colaboradores sem atividade naquele momento
- Uso da MP para redução de jornada de trabalho e salários na proporção de 25% para administradores e colaboradores

PILAR 3 PRESERVAÇÃO DA SAÚDE FINANCEIRA

- Redução de CAPEX
- Redução de payout para 25%
- Redução de despesas
- Tomada de recursos para reforço do caixa (R\$ 2b)
- Revisão das ordens e pedidos de compras
- Apoio a fornecedores com antecipações de recebíveis
- Apoio a fornecedores nas triangulações e acesso a linhas de crédito bancárias
- Apoio a fornecedores sobre alternativas para questões trabalhistas, legais e tributárias

PILAR 4 APOIO AOS HOSPITAIS E COMUNIDADES

- Doação de R\$ 5,1 milhões e 1,7 milhão de máscaras e EPIs
- Apoio a hospitais
- Doação para fundo de apoio a saúde do RJ
- Doações de recursos à comunidades carentes
- Apoio na renda mínima de recicladores e costureiras da comunidade próxima à sede administrativa em Porto Alegre
- Parceria com a Eretz.bio, incubadora de startups do Hosp. A. Einstein (inovacaodobem.com)
- Distribuição de máscaras a comunidades carentes

FASES OPERACIONAIS

Além disso, a Companhia viveu quatro fases muito importantes: a primeira, entre final de março e início de abril, voltada para a segurança de todos; a segunda, focada na reorganização dos negócios e início da aceleração do online; a terceira, reabrindo gradual e cuidadosamente as lojas físicas ao mesmo tempo em que alavancava, significativamente, as vendas online; e a quarta, no momento seguinte, com a reabertura da totalidade das lojas, para avançar com força total.

FASE 1 SEGURANÇA (março a abril)

- Equipe em segurança
- Atenção especial aos grupos de maior risco
- Reduzir ao máximo a velocidade da operação
- Revisar procedimentos, operações, processos, planos, projetos e ações para as novas condições
- Revisar plano financeiro
- Reforçar caixa
- Ampliar comunicação com todos os públicos

FASE 2 VOLTAR A ANDAR (abril)

- Medidas para o aumento gradual dos volumes
- Iniciar aceleração do on-line
- Acelerar projetos estratégicos de transformação digital, inovação e sustentabilidade
- Preparar lojas físicas para plano gradual de reabertura adaptada aos novos cenários
- Implementar novos procedimentos para preservação da saúde
- Retomar em segurança abastecimento das lojas

FASE 3 INÍCIO DA RETOMADA (abril em diante)

- Continuar avaliando e implementando novas medidas, sempre que necessário
- Acelerar on-line aproveitando a sinergia do omni e ampliação de disponibilidade de estoques
- Iniciar abertura gradual de lojas físicas
- Iniciar retomada gradual das demais atividades, ainda priorizando Home Office nas áreas administrativas e back office.

FASE 4 VOLTAR A VOAR

- Continuar avaliando e implementando novas medidas, sempre que necessário
- Acelerar on-line aproveitando a sinergia do omni e ampliação de disponibilidade de estoques agora em sua plenitude
- Operar com todas as lojas físicas e expandir;
- Áreas administrativas e back office adotando modelo híbrido de trabalho, entre home office e presencial, de acordo com cada necessidade específica

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O ano de 2020 foi marcado pelos efeitos da Covid-19, que impactou a economia não só do Brasil, mas de todo o mundo. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no País. Para minimizar estes impactos, foram lançadas políticas de incentivo fiscal e preservação de empregos, assim como medidas de auxílio à renda, que beneficiaram os setores econômicos em diferentes níveis.

Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. No varejo de vestuário, o fluxo nos shoppings foi gradualmente retomando aos patamares normalizados e, com isso, as vendas do segmento evoluíram sequencialmente a partir de abril, já alcançando níveis próximos ao ano anterior em outubro, conforme dados do PMC – Pesquisa Mensal do Comércio, divulgada pelo IBGE. No entanto, o aumento nos casos de Covid-19, no final do ano, trouxe novas limitações à mobilidade e, conseqüentemente, alterou esta tendência.

A COMPANHIA

A Lojas Renner S.A. foi constituída em 1965 e compreende o maior ecossistema de moda e lifestyle do Brasil. A Companhia possui 606 lojas em operação, das quais 594 estão no Brasil, através das redes de lojas Renner, Camicado, Youcom e Ashua, além de 12 unidades Renner no Uruguai e Argentina.

Quanto à logística, possui três Centros de Distribuição (CDs), sendo um dedicado à Camicado, além de uma unidade de *cross docking*; e, para a gestão de produtos financeiros, conta com a Realize CFI. Adicionalmente, tem sua sede administrativa localizada em Porto Alegre (RS), e possui escritórios na China e em Bangladesh, para operações de importação e desenvolvimento de novos fornecedores.

Em linha com o Ciclo Digital que a Companhia está vivendo, foram feitos avanços importantes na implementação de diversas iniciativas relacionadas aos três grandes projetos que compõem esta transformação: o primeiro refere-se à construção da Visão Única do Cliente, que busca criar um relacionamento personalizado e consistente com este público, através da maior assertividade na comunicação e relação com a marca. O segundo está relacionado ao uso de dados para o Ciclo de Vida do Produto, empregando Inteligência Artificial em processos que compreendem desde a captura de tendências até a distribuição dos itens nas lojas. E o terceiro, da Transformação Omnichannel, que visa garantir uma jornada de compras única, com a completa integração entre os canais online e offline.

Adicionalmente, o ano que passou foi importante para a ampliação da integração de todas as empresas que compõem a Lojas Renner S.A., com o objetivo de estruturar e fortalecer o seu ecossistema de moda e lifestyle e, assim, gerar maiores sinergias entre os negócios e fortalecer a estratégia da Companhia.

VALORES CORPORATIVOS

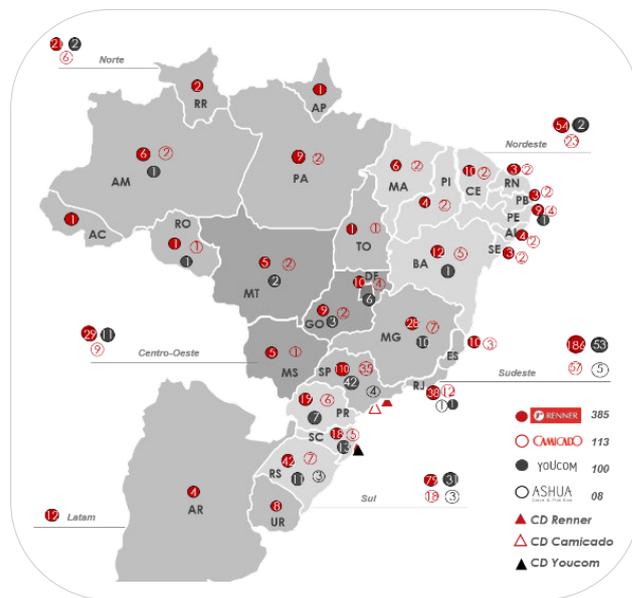
ENCANTAR... exceder a expectativa dos clientes.
 NOSSO JEITO... fazer coisas de forma simples e ágil, com muita energia e paixão.
 GENTE... contratar, desenvolver e manter as melhores pessoas.
 DONOS DO NEGÓCIO... pensar e agir como donos de nossa unidade de negócio.
 OBSTINAÇÃO POR RESULTADOS... buscar resultados e não apenas boas ideias.
 QUALIDADE... nossos produtos e serviços têm o mais alto nível de qualidade.
 SUSTENTABILIDADE... negócios e atitudes pautados pelos princípios da sustentabilidade.

ADORAMOS DESAFIOS: não sabendo que é impossível, nós vamos lá e fazemos!

CULTURA DE ENCANTAMENTO

O Encantamento faz parte da essência da Lojas Renner e sua razão de existir, permeando a relação com todos os públicos, principalmente, os clientes. E foi com base neste propósito e no papel de influenciar pessoas, que, durante a pandemia, foram criadas formas inovadoras de comunicação, em uma conexão que buscou apoiar o bem-estar e incentivar os cuidados com a saúde. Para tanto, foram lançados eventos musicais, *podcasts* sobre moda, aulas virtuais e programações diversas, com o intuito de aumentar a aproximação com seu público.

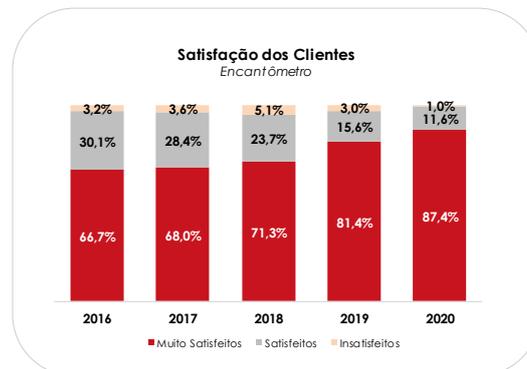
Ainda no contexto de relacionamento conectado com a proposta de valor, a Companhia seguiu avançando na busca de uma Visão Única do Cliente, para maior conhecimento do consumidor e oferta de experiências personalizadas e encantadoras em todos os pontos de contato. Através do uso de análises e transformação de dados integrados, a base de clientes ativos aumentou e 80% do faturamento foi identificado. Adicionalmente, foram desenvolvidos modelos estatísticos de predição de



comportamento, que possibilitaram a realização de campanhas personalizadas, gerando maior frequência, ticket médio e número de itens por sacola.

Os avanços no relacionamento com o cliente se somam às diversas melhorias nos diferentes canais de vendas, que trouxeram maior flexibilidade e digitalização à jornada do consumidor, desde o acesso aos produtos, até a efetivação da compra. Desta forma, ainda que o contexto da Covid-19 tenha trazido importantes restrições à operação das lojas, a Companhia seguiu superando as expectativas dos seus clientes, atingindo níveis recordes de encantamento: 99,0% satisfeitos ou muitos satisfeitos.

Há mais de 20 anos, a Companhia foi pioneira na criação do Encantômetro, equipamento que mensura a experiência de compras dos clientes na porta de cada loja da Renner. Além disso, perpetua esta cultura através de 890 mil Histórias de Encantamento: situações reais, nas quais os clientes foram surpreendidos por iniciativas diferenciadas, tomadas por colaboradores, em todos os países de atuação.



RENNER



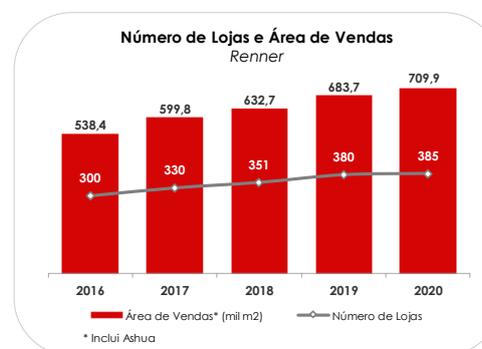
O principal negócio da Companhia é a rede de lojas Renner, que representa 90% da Receita Líquida total. A Renner busca entregar a melhor experiência em moda para o segmento médio/alto, com produtos e serviços de qualidade a preços competitivos. A rede desenvolve e vende roupas e calçados para mulheres, homens e crianças sob 20 marcas próprias, das quais oito são representativas do conceito Lifestyle, que reflete um estilo próprio de ser e de vestir. Também vende acessórios e cosméticos e oferece algumas mercadorias sob marcas de terceiros.

No total, a marca conta com 373 lojas no Brasil, 8 unidades no Uruguai, além de 4 unidades na Argentina. As lojas têm área média de 1,8 mil m² e 91% delas estão localizadas em shopping centers. Adicionalmente, oferece seus produtos pelo e-commerce, no Brasil e no Uruguai.

LOJAS

Em 2020, a Renner avançou em seu plano de expansão física, ainda que em ritmo menor que o usual, em função dos desdobramentos da Covid-19. Desta forma, foram inauguradas 7 lojas no período, e houve o encerramento de 2 unidades, em função do processo frequente de revisão da rentabilidade das operações. No total, eram 385 unidades em operação ao final do ano, que somavam 709,9 mil m² de área total de vendas.

Em relação à operação, a Companhia seguiu inovando e investindo na Transformação *Omni*, não obstante as restrições às atividades, principalmente durante o período de fechamento temporário das unidades. No ano, foram feitas evoluções importantes, tanto nas novas formas de vendas implementadas, como nas entregas.



Adicionalmente, muitos dos serviços que já estavam disponíveis se mostraram ainda mais essenciais durante a pandemia, como as alternativas de *checkout* móvel, que representaram 20% das vendas das lojas. Nesse sentido, todas as lojas oferecem o Venda Móvel, em que o colaborador, por meio de dispositivos específicos, finaliza a compra em qualquer ponto da área de vendas, e o Venda Digital, no qual os produtos do e-commerce são vendidos nas lojas. Adicionalmente, é possível realizar o pagamento através de caixas de autoatendimento, que já representam 12% das vendas nas unidades onde o serviço está disponível. Ainda, foi implementado, em toda a rede, o Pague Digital, cujo pagamento das compras é realizado pelo smartphone do cliente no app Renner, com um total de 200 mil operações desde seu lançamento.

Quanto às novas formas de comprar, passou-se a oferecer novas alternativas: foi criado o Minha Sacola, modalidade de venda social que permite a qualquer pessoa anunciar produtos da Renner, recebendo uma comissão pela venda gerada e, ao final do ano, já eram mais de 17 mil afiliados. Da mesma forma, foi disponibilizada a venda por Whatsapp, que está funcionando em 80 lojas e se destaca pela elevada conversão, assim como o Ligue e Compre, para realização de vendas por telefone. Foi lançado também, o Fashion Machine, piloto de *vending machine* em Estação de Metrô na cidade de São Paulo, que oferece uma compra 100% autônoma. E, por fim, foi lançado o Fashion Delivery, em teste em 17 lojas da Renner, que usa *analytics* para definição do público-alvo e envio de itens selecionados para a casa do cliente, com base em suas preferências.

Já em relação à entrega, ampliou-se a conveniência para receber os produtos e, para isso, a implementação do RFID, em 2019, foi um passo fundamental para a maior acuracidade de estoques e integração on e *offline* . Nesta frente, foram lançadas iniciativas não só através do Retira em Loja, em funcionamento desde 2018, mas também através da modalidade *drive-thru* , que proporcionou flexibilidade e segurança durante o fechamento de lojas, assim como do *Ship from Store* , presente em mais de 180 unidades, e que permite oferecer prazos de entrega mais rápidos. Outra importante iniciativa foi a Prateleira Infinita, que é a disponibilização do estoque das lojas aos clientes do e-commerce, em implementação desde setembro. Este recurso potencializa as vendas online, pois amplia consideravelmente o sortimento e a profundidade de itens disponibilizados aos

clientes, aumentando a participação do uso do estoque das lojas para atender as compras online. Desta forma, ao final do ano, 20% das vendas digitais já eram atendidas pelas unidades físicas.

VENDAS DIGITAIS

A pandemia da Covid-19 também trouxe importantes mudanças no comportamento do consumidor, que aderiu fortemente a este canal, a partir das restrições impostas à mobilidade. Após o período de redução intencional das vendas, ao final de março, para as devidas adaptações na operação e, com isso, garantir a saúde e segurança dos colaboradores, iniciou-se um intenso processo de aceleração dos canais digitais, com aumento relevante na quantidade de itens disponíveis. Assim, as vendas digitais apresentaram aumento de 126,0%, com picos de crescimento de mais de 200% durante o ano, e ganharam relevância no negócio, representando 12,3% das vendas totais.

Ampliou-se também, os investimentos em conteúdo, com foco na cumplicidade com os clientes, através de informações e tutoriais de moda, comportamento e bem-estar, além do Renner Live Music e do Renner Live Shop, sobre moda e beleza, com experts nestes temas. Adicionalmente, foram implementadas diversas melhorias na experiência de compras dos clientes, trazendo mais autonomia, como a solicitação de troca e devolução diretamente pela plataforma; flexibilidade, com a aceitação de novos meios de pagamento, como o Apple Pay e PIX; bem como na usabilidade, com a criação de ferramentas como o Guia do Sutiã Ideal e as regras de medidas.

Todas estas iniciativas refletiram em aumento de 134% no fluxo e o número de clientes ativos mais que dobrou no ano. Adicionalmente, houve crescimento relevante na quantidade de novos clientes, de mais de 160%, os quais representaram quase 70% da base total e mais de 50% das vendas. A participação do aplicativo foi destaque ao longo do ano, com crescimento de 205% no número de *downloads*, o mais baixado entre os players de moda online, e representando cerca de 50% das vendas digitais. Como resultado, a Renner foi reconhecida, mais uma vez, com o Prêmio EBIT Loja Favorita Moda.

OPERAÇÃO NO EXTERIOR

A Renner possui operações no Uruguai e na Argentina, através de 12 unidades, que seguem o mesmo padrão e posicionamento das demais lojas da rede no Brasil. As primeiras unidades no exterior foram inauguradas em 2017, no Uruguai, e representaram um passo importante para testar o modelo de negócio em outros mercados. A aceitação dos produtos pelos clientes locais é ótima e a performance de vendas na região foi destaque durante a pandemia. Além das 8 unidades físicas, a operação conta com o canal online e possui, ainda, um *hub* para recebimento direto de produtos importados da Ásia, evitando assim a bitributação.

Devido ao desempenho no Uruguai, ao final de 2019, a Renner abriu 4 lojas na Argentina, um País populoso, com ambiente competitivo favorável e com oportunidades comerciais advindas do Mercosul. Mesmo com pouco tempo de operação, em função dos fechamentos temporários de lojas, os clientes se mostraram encantados com os produtos e o nível de serviço ofertados e, com isso, a região teve o melhor resultado no Encantômetro da Companhia. O foco na operação tem sido a estabilização dos processos de comércio exterior e o desenvolvimento de fornecedores locais, para ganhos de *lead time*.

PRODUTO

Um dos principais focos, em 2020, foi a sustentação da cadeia de fornecedores durante a pandemia, onde todos os compromissos foram honrados e se trabalhou de maneira muito próxima aos parceiros comerciais de revenda, buscando replanejar os pedidos que estavam em andamento, ajustando coleções e redesenhando produtos para adaptação à situação atual (mais detalhes no capítulo ESG).

Ao mesmo tempo, a Companhia seguiu investindo em iniciativas tecnológicas e de inovação que contribuam para levar as tendências com mais rapidez aos pontos de venda, agregando maior valor e qualidade aos produtos. Nesse sentido, foi pioneira em investir em uma máquina digital para estampar peças, trazendo mais sustentabilidade, qualidade e velocidade ao processo, produzindo sob demanda e com mais customização. Também foi intensificado o uso da área de pilotagem, uma oficina de corte, modelagem e costura, presente na área de produtos, que, através do uso de máquinas e equipamentos digitais, reduz não só a quantidade de versões de amostras produzidas, mas também o transporte para trocas com os fornecedores, trazendo mais qualidade, sustentabilidade e redução de tempo de desenvolvimento e produção.

Quanto à sistemas, a Renner seguiu a implementação do PLM (*Product Lifecycle Management*), sistema de gestão do ciclo de vida do produto, que permite a digitalização do processo de desenvolvimento dos itens, a padronização dos processos e a rastreabilidade das peças. Todos os itens de produção nacional já são desenvolvidos e as suas ordens de compras realizadas através da ferramenta e, em 2020, se avançou na integração com os fornecedores internacionais.

Em relação ao Uso de Dados no Ciclo de Vida dos Produtos, em 2020, a Companhia ampliou o escopo de atuação, alcançando 17% dos itens já distribuídos de forma automatizada (*data-driven*) na Renner. Para tanto, são usados modelos preditivos, em que algoritmos definem a demanda por peça e por loja, garantindo assim, mais venda, com menor necessidade de estoque. Esta solução também foi ampliada para os demais negócios da Companhia, com pilotos finalizados na Youcom e iniciados na Camicado. Adicionalmente, foi lançado um projeto semelhante, através do uso de Inteligência Artificial no processo de compra de produtos, com decisões de volumes orientadas por dados.

LOGÍSTICA

Em 2020, houve avanço na expansão da capacidade logística para o atendimento dos negócios, com ajustes nos modelos de operação para os novos formatos de venda, entrega e retirada de produtos, em linha com as estratégias de transformação digital. As operações foram diversificadas, os times reforçados, além da evolução na qualidade das embalagens e preparo dos produtos enviados, gerando melhor experiência de compras aos clientes. Também foi promovida maior sinergia entre as empresas da Companhia, através do compartilhamento de transportes, trazendo maior otimização e sustentabilidade à operação.

Quanto aos desafios da pandemia, houve rápida adaptação às diretrizes de saúde e segurança, assim como o replanejamento dos CDs e malhas e equilíbrio de estoques, visando a retomada com maior agilidade e excelência. Essa calibragem permitiu reabrir com estoques saudáveis e um sortimento de produtos adequado para o reabastecimento das lojas. Tudo isso foi possível graças a uma gestão capaz e integrada entre as Diretorias de Produto, Supply Chain e Operações de Lojas, implementada em 2019, e que ganhou ainda mais relevância na pandemia, permitindo decisões mais ágeis e precisas.

Em meio a tantas mudanças, a construção do novo Centro de Distribuição em Cabreúva (SP), com conclusão prevista para 2022, seguiu conforme o cronograma. Este CD permitirá ganhos de eficiência, velocidade e sinergia entre os negócios e atenderá a operação *omnichannel*.

CAMICADO



A Camicado é uma rede de lojas especializada, que busca encantar as pessoas com experiências para casa e decoração. Ela foi adquirida em 2011 e é a maior varejista nacional neste segmento, com presença em todas as regiões do País. Oferece grande variedade de produtos, entre artigos de decoração, utensílios de cozinha e domésticos, eletroportáteis, organização e cama, mesa e banho.

A marca possui 113 lojas, todas localizadas em shopping centers, com área média de 427 m². No ano, foram inauguradas 2 lojas e, como resultado do processo de revisão da rentabilidade das operações, 3 foram fechadas.

Em 2020, a Camicado teve alterações importantes na gestão e passou por um significativo processo de melhoria operacional, que permeou por diversas áreas do negócio. As atividades de lojas foram revisadas, gerando maior produtividade, assim como foram feitas adequações no *mix* de produtos e na estratégia comercial.

Quanto à operação online, a Camicado acelerou a implantação de melhorias na jornada de compras, principalmente através da geração de conteúdo, com temas educacionais e entretenimento, que levaram ao aumento no engajamento de clientes. Adicionalmente, evoluiu na oferta *omni*, com mais lojas oferecendo o *Ship from Store*, e implementou novos serviços, como o atendimento via *chatbot* e a venda por Whatsapp. Da mesma forma, seguiu evoluindo na estruturação do seu *marketplace*, com desenvolvimento de novos parceiros e aumento no número de *sellers*, para oferecer uma solução mais completa de casa e decoração aos consumidores.

YOUCOM



A Youcom foi lançada em 2013 e tem como propósito encantar e conectar pessoas de *lifestyle* jovem. Opera em formato de loja especializada, com tamanho médio de 167 m², oferecendo serviços e produtos de qualidade, com alto apelo de moda, a preços competitivos e de forma inovadora e sustentável.

No ano de 2020, a Youcom inaugurou 2 lojas e, como parte do processo de melhoria de rentabilidade de suas operações, encerrou 3 unidades. Desta forma, em dezembro, contava com 100 lojas em operação, presentes em todas as regiões do Brasil, em um total de 16,9 mil m² de área de vendas.

Igualmente aos demais negócios, a Empresa também avançou na transformação digital no ano que passou. Em novembro foi lançado o app Youcom e a operação *omnichannel* ganhou tração, com o *Retire em Loja* disponível em toda a rede e o *Ship from Store*, em 33 unidades. Desta forma, o uso da loja para realização de entregas chegou a representar 40% das vendas online. Quanto às novas formas de vendas, foi a primeira na Companhia a lançar o envio de itens selecionados para a casa do cliente, com base em suas preferências, chamado Youcom na sua Casa.

Ainda, houve avanço no uso de dados, permitindo maior entendimento do consumidor, o que tem ajudado no relacionamento com clientes e *mix* de produtos ofertados. E, quanto ao Uso de Dados no Ciclo de Vida dos Produtos, quase 6% dos itens já são alocados nas lojas através de Inteligência Artificial.

ASHUA



A Ashua Curve & Plus Size foi lançada em 2016, exclusivamente no e-commerce da Renner, oferecendo produtos nos tamanhos 46 a 54, que valorizam as curvas e o corpo feminino, com qualidade e informação de moda.

As primeiras unidades físicas foram abertas em 2018 e, ao final do ano, contava com 8 lojas em operação, com área média de 240 m². Ainda sobre a evolução no canal físico, foram lançadas ilhas (*corners*) da marca dentro de três lojas da Renner, nas cidades de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, em espaços de cerca de 50 m², que apresentaram elevada produtividade.

Quanto à transformação digital, a Ashua também deu passos importantes, tanto na atratividade de sua operação online, através de campanhas com *influencers*, quanto nas iniciativas *omni*. Nesta frente, passou a oferecer vendas por Whatsapp, cuja adesão foi destaque entre os formatos da Companhia, lançou o Fashion Delivery, com envio de itens selecionados para a casa do cliente, assim como iniciou os pilotos do *Ship from Store*.

REALIZE CFI - PRODUTOS FINANCEIROS

A Realize Crédito, Financiamento e Investimento S.A. - Realize CFI busca encantar os clientes com experiências e soluções financeiras que tenham impacto em suas vidas. Em dezembro de 2020, a Instituição Financeira detinha uma carteira de crédito total de R\$ 3,5 bilhões, composta, principalmente, por duas modalidades de produtos: o Cartão Renner (Private Label), criado em 1973, e o Meu Cartão (Cartão Co-branded), lançado em 2012, com as bandeiras Mastercard e Visa, que pode ser utilizado também em outros estabelecimentos, dentro e fora do Brasil. Para compras realizadas na Renner, ambos cartões oferecem opções de pagamento em até cinco parcelas mensais sem juros ou oito, com encargos. Aos clientes elegíveis, são oferecidos também outros serviços, como o Saque Rápido, modalidade de empréstimo pessoal, além de assistências e seguros, entre outros.

A partir do fechamento temporário das lojas, em função da Covid-19, foram colocadas em prática, com a mesma agilidade que no varejo, uma série de melhorias na experiência de pagamentos, aprimorando canais já existentes, lançando outros e promovendo a digitalização dos clientes nas consultas e pagamentos. Adicionalmente, buscou-se alternativas para flexibilizar os pagamentos durante este período, com isenção de juros de até sete dias e uma linha de crédito para financiamento da fatura, com custo inferior ao usual. Ainda, para maior conveniência, foram desenvolvidas novas facilidades e formas de pagamento em correspondentes bancários, como supermercados e redes de conveniência.

Ao longo do ano, a Realize evoluiu o seu portfólio de produtos e serviços financeiros, principalmente através da digitalização da jornada de pagamentos dos clientes. No app, foram implementadas melhorias, como a possibilidade de emissão de cartão virtual, contratação de empréstimos com depósito em conta corrente, venda de seguros, aumento de limites, facilidades de parcelamentos e acordos e simulações de Saque. Desta forma, o número de clientes que interagiu digitalmente com a Realize passou de 35% para cerca de 80% da base ativa, e a seção de cartões do app chegou a alcançar cerca de 20 milhões de acessos mensais. Adicionalmente, o aplicativo da Renner subiu da 26ª para a 8ª posição no ranking de app de meios de pagamentos e funcionalidades que facilitam a vida do cliente, segundo a Cardmonitor, consultoria especializada no tema.

No ano, a Realize também reforçou o time de gestão e acelerou as definições estratégicas para renovação de seu portfólio de produtos e ampliação da oferta de soluções que impactem a vida dos clientes e impulsionem o ecossistema da Companhia. Nesse sentido, aumentou a abrangência do Meu Cartão, que passou a ser ofertado também a clientes novos, e desenvolveu parcerias para disponibilizar benefícios e vantagens aos portadores deste cartão. Ainda, foi dado o primeiro passo na oferta de soluções de investimento, através da estruturação de um CDB, e foram obtidas autorizações do Banco Central para emissão de moeda eletrônica e operação de conta de pagamento pré-paga. Também já estão sendo realizadas as adequações necessárias para adesão ao PIX e foi lançado o programa de *cashback*, em formato piloto.

Como resultado, a Realize avançou na percepção de seus clientes, aumentando em 10 p.p. o NPS dos cartões, conforme pesquisa realizada por empresa especializada no segmento, e foi reconhecida pelo Prêmio Finanças Mais 2020, do Estadão, na categoria Financeira, onde são avaliados critérios como desempenho e liderança de mercado.

ESG – AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA CORPORATIVA

AMBIENTAL E SOCIAL

Os negócios e atitudes da Companhia são pautados pelos princípios da sustentabilidade, no entendimento de que a moda deve ser justa, consciente e responsável. Desta forma, foram definidos, no plano estratégico de Moda Responsável, os temas prioritários para a sustentabilidade do negócio até 2021. Com base neles, o Comitê de Sustentabilidade e as equipes atuam na identificação contínua e minimização dos riscos socioambientais relevantes da cadeia e na geração de valor aos diferentes públicos de relacionamento, por meio de projetos, organizados em quatro frentes:

I. FORNECEDORES RESPONSÁVEIS

Como varejista, o engajamento, monitoramento e desenvolvimento da cadeia de fornecimento é uma diretriz fundamental na estratégia de sustentabilidade. Este pilar busca criar valor a partir da promoção do respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos e trabalhistas na cadeia de fornecedores, mitigando riscos e potencializando o impacto positivo na construção de uma cadeia de fornecimento ética, responsável e sustentável.

Durante a pandemia, a aproximação com os fornecedores foi ainda maior para que, juntos, fosse possível construir soluções e amenizar os impactos da crise. Neste sentido, foi tomada uma série de medidas de suporte a estes parceiros. Para isso, a adequação dos pedidos à nova realidade foi cuidadosamente negociada e, assim, as ordens já compromissadas foram mantidas, assegurando, inclusive, todas as linhas de antecipação de recursos aos fornecedores, com custo, como sempre, abaixo dos níveis do mercado. As linhas de crédito de apoio aos parceiros foram ampliadas e foram produzidas cartilhas e manuais tutoriais, assim como *webinars* com especialistas, com intuito de orientar sobre os procedimentos para acesso às linhas de crédito e auxílio na tomada de decisão para seus negócios sobre as novas medidas disponíveis nos âmbitos trabalhista, tributário e legal.

Sobre o monitoramento, a Companhia assumiu o compromisso de ter 100% da cadeia nacional e internacional de revenda com certificação socioambiental até 2021, garantindo a adoção de melhores práticas amplamente legitimadas. Neste contexto, ao longo de 2020, foi dada maior eficiência ao processo de monitoramento, com o avanço no uso de dados para gerenciar risco e direcionar esforços. Passou-se a usar inteligência artificial e *machine learning* na análise dos dados históricos das auditorias e, assim, entender as correlações entre as não conformidades e reincidências, apontando os maiores riscos potenciais. Através desta e outras medidas adotadas, no final de 2020, 96,5% da cadeia de revenda estava certificada.

Para maximizar o potencial de impacto positivo na cadeia têxtil, a Companhia também possui iniciativas e programas de apoio ao desenvolvimento dos fornecedores no Brasil. Alguns destes programas já tem um histórico longo de existência, como o PMC (Programa de Melhoria Contínua), já em seu oitavo ano consecutivo de atuação, assim como o Programa Encadeamento Produtivo, em parceria com o Sebrae, que promove a capacitação das empresas e, em 2020, beneficiou 136 fornecedores. Ainda, através do Programa de Excelência Renner (PER), a Companhia busca promover e incentivar o desenvolvimento e a inovação na cadeia de fornecedores, reconhecendo as empresas que se diferenciam em Qualidade, Sustentabilidade, Eficiência, Cooperação e Inovação. Após o ciclo completo do PER, foi realizada a primeira premiação dos destaques do ano.

II. GESTÃO ECOEFICIENTE

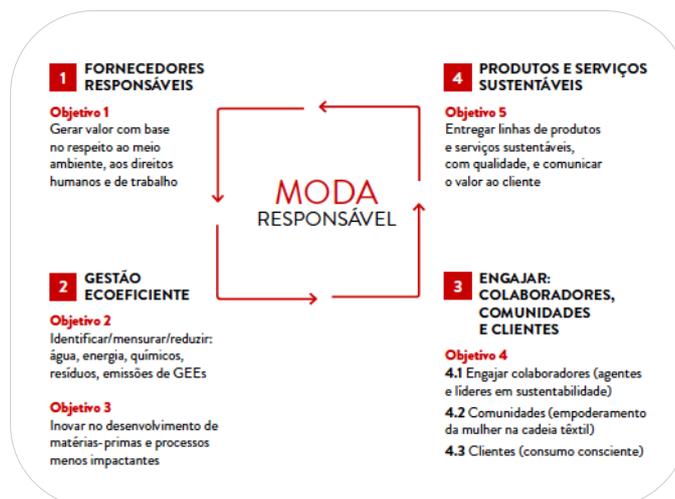
No combate às mudanças climáticas, a Companhia tem como meta reduzir 20% das emissões absolutas de CO₂ até 2021 e, em 2020, já alcançou redução de 16% (dados preliminares). Para tanto, vem atuando na promoção da eficiência energética e na ampliação do uso de energia de fontes renováveis, entre outros. Desta forma, há dez anos, se mantém no Índice Carbono Eficiente (ICO₂) da B3 e publica seu inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE), que, desde 2014, recebe o selo Gold do programa GHG Protocol. Desde 2015, é uma Companhia carbono neutro, com 100% das emissões de GEE, relativas ao inventário do ano anterior, compensadas. Em 2020, passou também a apoiar a Science Based Targets initiative (SBTi), iniciativa global que reúne empresas em um caminho claramente definido para reduzir emissões, em linha com a meta do Acordo de Paris.

Quanto ao consumo de energia, 100% das lojas têm sua iluminação com lâmpadas de LED e cerca de 130 unidades têm acionamento e monitoramento remoto do consumo, que permite manter os patamares de conforto e eficiência desejados. Adicionalmente, ao longo dos últimos anos, foram promovidas continuamente, junto aos fornecedores de logística, ações de conscientização e capacitação, focadas na gestão de emissões de gases de efeito estufa. Outra frente em andamento é a ampliação do uso de energia a partir de fontes renováveis e de baixo impacto, para alcançar o compromisso público de 75% do consumo através dessas fontes até 2021. Além da compra de energia no mercado livre, seguiu-se investindo em parcerias para a construção de fazendas solares para abastecer as lojas. Desta forma, em 2020, 65% da energia consumida foi proveniente de fontes renováveis.

Em relação às lojas ecoeficientes, a Companhia possui empreendimentos desenvolvidos com as premissas da certificação LEED (Leadership in Energy and Environmental Design) e replica os requisitos destas unidades sustentáveis no seu Manual de Construção e Reforma para novas unidades.

III. ENGAJAR COLABORADORES, COMUNIDADES E CLIENTES

A Lojas Renner acredita ter uma responsabilidade importante na relação com seus clientes para criar um negócio cada vez mais sustentável, principalmente através da informação aos seus públicos sobre o processo produtivo dessas peças e seus diferenciais, empoderando suas escolhas e estimulando hábitos de consumo mais sustentáveis. Para isso, em 2018, foi criado o selo Re Moda Responsável para os produtos da Renner e, em 2020, o selo YC Change para os produtos Youcom, que simbolizam o jeito de pensar e praticar a sustentabilidade e identificam os produtos, serviços e iniciativas voltados para o tema.



Quanto ao investimento social, o Instituto Lojas Renner faz a gestão de todas as iniciativas da Companhia, em mais de uma década de trabalho junto a organizações e lideranças comunitárias. Em 2020, todos os recursos financeiros disponíveis do Instituto, tradicionalmente voltados ao empreendedorismo e geração de emprego e renda para mulheres na cadeia da moda, além de recursos próprios da Companhia, foram direcionados para ajudar o máximo de pessoas durante a pandemia. Colaboradores, parceiros e o próprio Instituto formaram um grande ecossistema de colaboração social para ampliar o potencial das ações de assistência a comunidades e apoio a hospitais e equipes médicas e, assim, gerar o maior valor possível para a sociedade. No total, foram produzidas 1,7 milhões de máscaras e EPIs hospitalares e mais de 130 toneladas de alimentos e itens de higiene foram doadas, perfazendo R\$ 5,1 milhões investidos nestas ações sociais.

Quanto ao compromisso com os direitos humanos, foi publicada, em 2020, a Política Corporativa sobre o tema, que estabelece as condutas e valores a serem observados por todos os públicos da Companhia. Adicionalmente, foi conduzida uma Due Diligence, que resultou na Matriz de risco de violação de Direitos Humanos, a qual identifica os riscos prioritários, orientando, assim, a atuação para os 3 temas mais urgentes.

Além do Programa de Conformidade, que trata do risco de violação de direitos humanos na cadeia de fornecimento internacional, e dos Programas de Sustentabilidade na cadeia produtiva, que abrangem os riscos de danos ao meio ambiente no processo produtivo, foi mobilizado um grupo de trabalho multidisciplinar para atuar no risco de discriminação a colaboradores e clientes e no combate à violência doméstica. Além desta *squad*, foi criado o Programa de Diversidade "Plural", para promoção da Diversidade & Inclusão, que construiu, junto a grupos representativos da Companhia, uma estratégia de Diversidade, com ações e metas a serem alcançadas já em 2021.

Para subsidiar estas iniciativas, a Companhia se associou aos seguintes movimentos: IDBR (Instituto Identidades do Brasil), Fórum de Empresas LGBT+ e Coalizão Empresarial pelo fim da violência contra mulheres e meninas.

IV. PRODUTOS E SERVIÇOS SUSTENTÁVEIS

A Companhia entende que o caminho para uma Moda Responsável necessariamente passa por construir uma oferta de produtos e serviços menos impactantes. Para isso, é necessário o desenvolvimento e evolução de toda a cadeia para modelos mais sustentáveis, desde a matéria-prima, passando pelos processos, até o ciclo de vida dos produtos e serviços, buscando a circularidade.

Nessa construção, conforme comentado, este papel é materializado pelo Selo Re Moda Responsável e o YC Change, que identificam produtos com matérias-primas ou processos com menor impacto ambiental e maior geração de valor na cadeia. Em 2020, foram produzidas mais de 75 milhões de peças com o Selo Re e esse volume representou 56,8% do total de produtos no ano, em linha com o compromisso público de elevar esse percentual para 80% até 2021. Quanto à meta de 100% do algodão certificado até 2021, em 2020, este percentual foi de 79,9% do total de itens em algodão.

Em relação à economia circular, foram dados passos importantes nesta direção. Em 2020, foram incluídos atributos de circularidade em novas unidades e, em 2021, será lançada a primeira loja circular do Brasil, que alinha a circularidade à transformação digital para criar uma experiência única para os clientes. Ainda, foi iniciada uma parceria com o Repassa, buscando estimular o consumo consciente e a ampliação da vida útil das peças. Os clientes podem retirar gratuitamente nas lojas participantes a Sacola do Bem, para destinar suas roupas que não são mais usadas para venda no brechó.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Lojas Renner, em 2020, completou 15 anos de atuação de modelo corporativo pulverizado, pois em 2005 foi a primeira empresa no Brasil a ter 100% de suas ações negociadas na B3, sem um acionista controlador. Também são 15 anos de Novo Mercado, o nível mais elevado de governança da bolsa brasileira. A Companhia comemorou esses dois momentos, no dia 1º de julho, com um evento inovador, público e totalmente online na B3.

No modelo de Governança Corporativa adotado desde então, as diretrizes estratégicas são estabelecidas pelo Conselho de Administração, atualmente com oito membros, sendo 88% de independentes, e que conta com o apoio de quatro Comitês: Pessoas, Sustentabilidade, Estratégico e Auditoria e Gestão de Riscos, sendo este último estatutário. A Companhia conta também com um Conselho Fiscal permanente.

As atividades operacionais, por sua vez, são conduzidas pela Diretoria Estatutária, atualmente com cinco membros, seguindo as orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração e tendo o suporte de alguns Comitês de Gestão para a tomada de decisões: Executivo, Prevenção de Perdas, Real Estate, Ética Empresarial, Divulgação e Segurança da Informação. A Companhia conta ainda com diretorias não estatutárias, alinhadas à cultura de líderes formadores de líderes e dando continuidade ao trabalho de formação e valorização dos talentos internos, bem como para suportar o crescimento da Companhia.

Principais Práticas de Governança Corporativa

- Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão
- 100% de *free float*
- Maioria de Conselheiros independentes (88%)
- Mulheres no Conselho de Administração (25%), na Diretoria (40%) e no Conselho Fiscal (33%).
- Comitês do Conselho de Administração e de Gestão
- Diferentes executivos como Presidentes do CA e Diretoria
- Manual para Participação em Assembleias
- Plano de Opção de Compra de Ações e de Ações Restritas
- Regimento Interno para Conselhos, Diretoria e Comitês
- Avaliação formal do Conselho de Administração e da Diretoria
- Secretários para Conselhos, Diretoria e Comitês
- Portal do Conselho de Administração e dos Comitês
- Auditoria Interna e Compliance
- Canal de denúncias terceirizado e independente
- Diversas Políticas Corporativas
- Secretaria de Governança Corporativa

Em relação a gestão de riscos, a Lojas Renner aderiu às melhores práticas nacionais e internacionais para gestão eficiente dos riscos do negócio, reforçando a cultura de ética, transparência e governança responsável, com uma estrutura robusta de gestão, através de políticas e processos. A Diretoria de Riscos, criada em 2019, trabalha próxima às áreas do negócio, dando apoio consultivo à identificação, prevenção e tratamento dos principais riscos e, também, promovendo a conscientização das áreas sobre uma cultura preventiva de gestão dos riscos. As principais categorias de riscos que são monitorados são os operacionais, estratégicos, reputacionais e socioambientais. A Companhia conta ainda com uma estrutura dedicada na área de *Compliance*, na Diretoria de Riscos, voltada à conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que trabalha desde 2018 nos avanços necessários para adoção das melhores práticas no tema. Em 2020, foi concluída a implantação do projeto de adaptação à LGPD com entregas importantes para garantir a privacidade e segurança, com uma estrutura voltada à proteção de dados.

A Companhia revisa constantemente o seu sistema de Governança Corporativa, no qual novas práticas são adotadas e outras já existentes são aprimoradas. Em 2018, a Lojas Renner foi a primeira empresa brasileira a divulgar ao mercado o "Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa" (método pratique e explique), e em 2019 e 2020 o percentual de aderência ao Código foi de 98,1%, com apenas um item a ser explicado ao mercado.

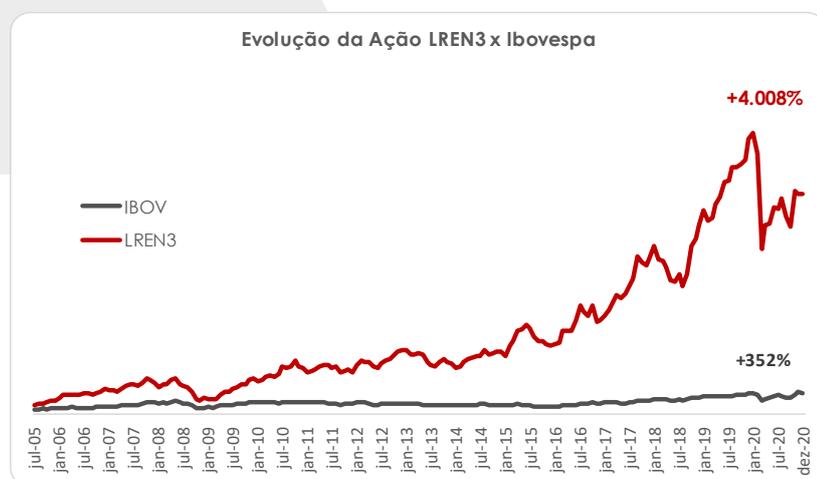
A Lojas Renner, valorizando a diversidade de gênero, em consonância com a sua Política de Indicação de Administradores e visando manter a prática da Companhia alinhada às melhores práticas mundiais de governança, assinou um termo de adesão com a Women on Board (WOB), se comprometendo a manter, pelo menos, duas conselheiras no seu Conselho de Administração. A WOB é uma iniciativa independente apoiada pela ONU Mulheres, que visa reconhecer, valorizar e divulgar a existência de ambientes corporativos com a presença de mulheres em Conselhos de Administração, para demonstrar os benefícios desta diversidade ao mundo empresarial e à sociedade.

Devido ao engajamento dos acionistas, pela primeira vez, desde que a Companhia se tornou a primeira corporação brasileira, em 2005, com o capital totalmente pulverizado, foi possível instalar, em primeira convocação, uma Assembleia Geral Extraordinária com o quórum de mais de 2/3 do capital social. Assim, os acionistas, na AGE, realizada em 21 de outubro de 2020, aprovaram (i) a eleição de um novo membro suplente para o Conselho Fiscal; (ii) alterações nos Planos de Incentivo de Longo Prazo, principalmente o prazo, que passou de 5 anos para 10 anos; e (iii) alterações estatutárias, que buscam a atualização de práticas de governança corporativa, através de diversos estudos que abrangem práticas nacionais e internacionais, bem como uma releitura da Lei 6.404/76.

Em relação aos dividendos, no ano, foram creditados aos acionistas R\$ 240,8 milhões sob a forma de Juros sobre Capital Próprio, os quais serão ainda complementados pelos dividendos anuais propostos de R\$ 30,7 milhões, a serem aprovados na Assembleia Geral de 2021. Assim, a remuneração total de 2020 deverá atingir R\$ 271,5 milhões, com *dividend yield* de 0,8% (com base no preço da ação em 30/12/2020) e *payout* de 25%, igual distribuído referente ao ano de 2019, considerando a estratégia de crescimento, o plano de investimentos da Companhia e ainda a visibilidade do cenário atual.

Como reconhecimento das ações relativas ao tema ESG, a Companhia continuou compondo a carteira 2020/2021 do Dow Jones Sustainability World Index, do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice Carbono Eficiente (ICO2) ambos da B3, além de ser a primeira colocada no novo índice S&P/B3 Brasil ESG e estar listada entre as 10 brasileiras líderes em ESG no MSCI Brazil ESG Leaders Index. Pelo 10º ano consecutivo, a Companhia submeteu informações ao CDP Climate Change com evolução da nota no último ano para B e foi ainda selecionada para compor a carteira do novo Índice CDP Brasil - Resiliência Climática (ICDPR-70).

PERFORMANCE DAS AÇÕES



As ações da Lojas Renner S.A. são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código LREN3, e, via ADRs, no OTC US, sob o código LRENY. No ano de 2020, devido a pandemia da Covid-19 e seus impactos no mercado de capitais, as ações LREN3 tiveram desvalorização de 22,0% (ajustada por eventos societários), versus uma valorização de 2,9% do Ibovespa, atingindo valor de mercado de R\$ 34,7 bilhões, em 30 de dezembro. No ano, o número de acionistas da Companhia teve um aumento de 107,5%, saindo de 57,4 mil, em dezembro de 2019, para 119,0 mil, em 2020, principalmente de pessoas físicas. Nesse período, foram realizados 7,6 milhões de negócios, com 2.110,5 milhões de ativos movimentados, e um volume médio diário negociado de R\$ 358,8 milhões. Quanto ao programa de ADRs, que foi lançado em 2017, havia um total de 7,5 milhões de recibos emitidos, ao final de 2020, ante 1,9 milhão, em dezembro de 2019.

GESTÃO DE PESSOAS

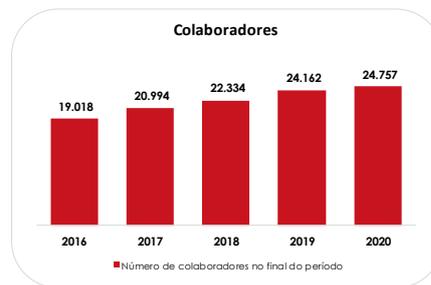
As pessoas são e sempre foram a prioridade da Companhia e, em 2020, isso ficou ainda mais evidente. Desde o princípio da Covid-19, a Companhia buscou preservar os empregos e se comprometeu a não demitir. Rapidamente colocou os colaboradores das áreas administrativas em regime de home office, ampliando a prática que havia sido lançada em 2019, e adaptou as operações das equipes dos CDs e Centrais de Atendimento para reforço das medidas de segurança. Durante o fechamento temporário das lojas, usou-se de férias, banco de horas e também da Medida Provisória 936/2020 para ajustes de jornada.

Adicionalmente, foram lançadas diversas iniciativas para aumentar a transparência e diálogo com os colaboradores, como a intensificação no uso da rede social interna e a promoção de lives com a diretoria, a fim de reforçar a relação de confiança e os cuidados com a saúde e bem-estar das equipes. Estas e outras medidas permitiram que, mesmo diante de tantos desafios profissionais e pessoais que a pandemia gerou, o engajamento das equipes fosse bastante elevado. Anualmente, este indicador é medido através de pesquisa específica, realizada de forma voluntária e anônima e, em 2020, o engajamento foi de 89%, nível superior ao varejo internacional de moda.

Também foram feitos avanços importantes na atração de novos talentos, com o uso de inteligência artificial no recrutamento, garantindo maior assertividade na seleção. Ainda, foram lançadas diversas ações através do Programa Circuito, que aproxima a empresa dos ecossistemas de Educação e Inovação nacionais e internacionais, por meio de uma agenda contínua de encontro com parceiros para exploração de soluções inovadoras para problemas de negócio, além de troca de conhecimento sobre novas competências e *skills* essenciais às carreiras do futuro, gerando valor ao setor e à sociedade. Ao todo, mais de 2.800 pessoas já foram impactadas pelo Circuito, em desafios como *hackatons* e maratonas conectados à estratégia de negócio e desenvolveu-se diversas parcerias com Labs (laboratórios), Universidades e instituições referência.

Para suportar toda a transformação que a Companhia está vivendo, assim como o desenvolvimento do ecossistema de moda e lifestyle, foram criadas novas áreas, para maior foco aos negócios. A Realize passou a ter um executivo dedicado ao negócio, com foco na agenda digital e de crescimento. Foi estruturada a área de Agilidade, para governança, gestão e disseminação dos métodos ágeis na Companhia. Foram criadas as diretorias de Dados, que, juntamente com a diretoria de Tecnologia serão pistas importantes para o ecossistema, e a Diretoria de Estratégia e Novos Negócios, que dará tração à agenda de parcerias, investimentos e aquisições. Ainda, houve revisão do modelo operacional e foram criadas tribos e *squads* para execução do portfólio de iniciativas do ecossistema da Lojas Renner.

Quanto ao desenvolvimento, o modelo de competências e as estratégias são os norteadores do plano corporativo, colocado em prática pela Universidade Renner (UR), por meio de trilhas de desenvolvimento, treinamentos e preparação das equipes para os desafios do negócio. Frente ao ciclo de transformação digital do negócio, a UR tem sido um instrumento fundamental para acelerar a mudança de *mindset*. Em 2020, ano em que a UR completou 20 anos, o conceito de aprendizagem foi renovado e foram alcançados importantes avanços tecnológicos, por meio de uma nova plataforma, mais moderna, interativa e colaborativa, potencializando a rede de experiências de aprendizado e conectando as equipes aos melhores conteúdos do mundo, em diversos formatos, como games, realidade virtual e aumentada, *chatbots* e uso de Inteligência Artificial, funcionando como uma rede social de colaboração. Assim, em 2020, a Lojas Renner foi reconhecida como a Empresa Mais Incrível em Educação Corporativa pelo Prêmio Lugares Incríveis para Trabalhar.



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto onde indicado o contrário, estão de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as variações aqui apresentadas são calculadas com base nos números em milhares de reais, assim como os arredondamentos. Conforme a norma em vigor, a partir de janeiro de 2019, as despesas de aluguel, depreciação e juros refletem o efeito do IFRS 16.

Destaques

| Informações Consolidadas (R\$ MM) | 2020 | 2019 | Var. |
|---|-----------|-----------|----------|
| Receita Líquida das Vendas de Mercadorias | 6.660,6 | 8.474,7 | -21,4% |
| Crescimento de Vendas em Mesmas Lojas | -23,9% | 8,7% | - |
| Lucro Bruto da Operação de Varejo | 3.459,3 | 4.767,4 | -27,4% |
| Margem Bruta da Operação de Varejo | 51,9% | 56,3% | -4,4p.p. |
| Despesas Operacionais (Vendas, Gerais e Administrativas) ¹ | (2.608,9) | (2.736,8) | -4,7% |
| Despesas Operacionais/Receita das Vendas de Mercadorias | 39,2% | 32,3% | 6,9p.p. |
| EBITDA da Operação de Varejo Ajustado | 1.108,5 | 1.561,8 | -29,0% |
| Margem EBITDA da Operação de Varejo Ajustada | 16,6% | 18,4% | -1,8p.p. |
| Resultado de Produtos Financeiros | 81,9 | 391,4 | -79,1% |
| EBITDA Total Ajustado (Varejo + Produtos Financeiros) - inclui Arrendamentos ² | 1.190,4 | 1.953,2 | -39,1% |
| Margem EBITDA Total Ajustada - inclui Arrendamentos ² | 17,9% | 23,0% | -5,1p.p. |
| EBITDA Total Ajustado (Varejo + Produtos Financeiros) - exclui Arrendamentos ³ | 1.661,2 | 2.388,8 | -30,5% |
| Margem EBITDA Total Ajustada - exclui Arrendamentos ³ | 24,9% | 28,2% | -3,2p.p. |
| Lucro Líquido | 1.096,3 | 1.086,2 | 0,9% |
| Margem Líquida | 16,5% | 12,8% | 3,7p.p. |
| ROIC LTM | 15,9% | 21,3% | -5,4p.p. |

¹ Na tabela acima, para melhor análise, as despesas com Depreciação e Amortização foram excluídas, inclusive a Depreciação de Arrendamento.

² EBITDA Total Ajustado, com o impacto da Depreciação e Despesa Financeira dos Arrendamentos. Para fins de comparabilidade com os períodos anteriores, a Companhia passou a reportar o EBITDA ajustado também pela Depreciação e Despesa Financeira dos Arrendamentos, relativas à adoção do IFRS 16, dada a similaridade com os fluxos de caixa incorridos nos contratos de aluguel.

³ EBITDA Total Ajustado, sem o impacto da Depreciação e Despesa Financeira dos Arrendamentos, relativas à adoção do IFRS 16.

Companhia obteve êxito em ação judicial relativa à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. Assim, foi reconhecido crédito tributário de R\$ 784,6 MM (R\$ 742,5 MM líquido dos honorários advocatícios) em Outros Resultados Operacionais, referente ao principal, assim como R\$ 587,7 MM (R\$ 560,4 MM líquido de impostos), referentes aos juros sobre este montante e contabilizados no Resultado Financeiro. O valor total atualizado foi de R\$ 1.372,3 MM, com efeito líquido de R\$ 1.059,7 MM no Lucro Líquido. Detalhes na nota explicativa nº 10.

A Companhia alterou a taxa de desconto para os seus contratos de arrendamento, conforme nota explicativa nº 3.6.1.1 e, com isto, os valores de depreciação e juros de arrendamento foram alterados para os períodos relativos a 2019 e 2020, sem impactos significativos.

Desempenho por Negócio



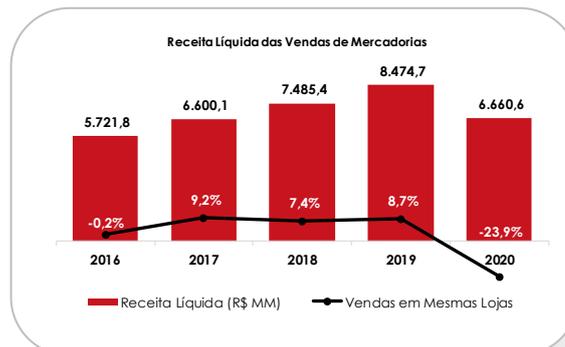
| Abertura por Negócios | RENNER | | | CAMICADO | | | youCOM | | |
|--------------------------|---------|---------|----------|----------|-------|----------|--------|-------|----------|
| | 2020 | 2019 | Var. | 2020 | 2019 | Var. | 2020 | 2019 | Var. |
| Número de Lojas | 393 | 388 | 5 | 113 | 114 | -1 | 100 | 101 | -1 |
| Inaugurações | 7 | 34 | - | 2 | 9 | - | 2 | 9 | - |
| Área de Vendas (mil m²) | 709,9 | 683,7 | 3,8% | 48,3 | 48,7 | -0,9% | 16,9 | 16,7 | 1,1% |
| Receita Líquida (R\$ MM) | 5.974,5 | 7.728,4 | -22,7% | 506,9 | 525,0 | -3,5% | 172,7 | 221,3 | -22,0% |
| Margem Bruta | 51,9% | 56,4% | -4,5p.p. | 50,9% | 51,5% | -0,6p.p. | 56,2% | 61,3% | -5,1p.p. |

*Dados de Renner inclui Ashua e lojas no Uruguai e Argentina. Fechamentos: em 2020 foram 2 Renner, 3 Camicado e 3 Youcom e, em 2019, foram 3 Camicado e 2 Youcom.

Receita Líquida das Vendas de Mercadorias

O ano de 2020 iniciou em um ambiente favorável, com bom desempenho de vendas e estoques saudáveis até meados do mês de março. No entanto, com o aumento nas incertezas geradas com a proliferação da Covid-19, a Companhia decidiu fechar temporariamente todas as suas lojas físicas. Ao final de abril, iniciou-se o processo gradual de reabertura, com evolução mensal no número de unidades em operação. Após a reabertura, as unidades funcionaram com limitações na quantidade de dias e horas de operação, assim como no acesso aos provedores e nas regras de distanciamento social. Estas restrições, somadas ao comportamento do consumidor, inseguro quanto à circulação em espaços públicos, resultou em um fluxo abaixo do normal ao longo do ano, porém com conversão e número de peças por sacola mais elevados.

Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando em algumas localidades, os consumidores passaram a frequentar mais as lojas e, com isso, o fluxo médio evoluiu de forma importante, estando, a partir de setembro, alinhado aos patamares normalizados. Este movimento foi bastante evidente em algumas regiões, como o Norte e o Nordeste, em que a circulação das pessoas já havia se normalizado. No entanto, o aumento no número de casos ao final do ano, levaram novamente à elevação nas restrições e, em alguns casos, ao fechamento temporário de unidades, reduzindo a tendência de melhora sequencial observada até então. Neste contexto, a performance das vendas no ano foi impactada de forma significativa, atingindo R\$ 6.660,6 milhões, com redução de 21,4% ante 2019, e Vendas em Mesmas Lojas de -23,9%.

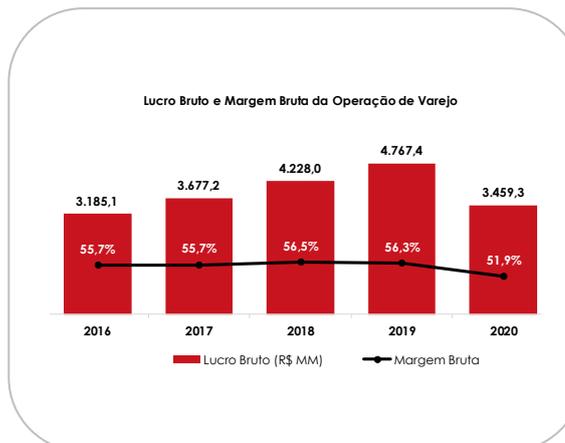


As vendas na Youcom foram igualmente impactadas pelo fechamento temporário das lojas físicas, totalizando R\$ 172,7 milhões, com redução de 22,0%. Já na Camicado, a Receita Líquida foi de R\$ 506,9 milhões, redução de 3,5%, desempenho bastante superior ao do setor de Moda Casa, principalmente, fruto da adequação do mix de produtos, assim como melhorias na produtividade das lojas. Estas iniciativas, somadas à boa performance do online, parcialmente compensaram os efeitos dos fechamentos temporários de unidades físicas no período. Adicionalmente, a maior demanda por itens de casa e decoração, na medida em que as pessoas passaram a ficar mais tempo em casa, também beneficiou esta performance.

Quanto ao online, após o período de redução intencional das vendas, ao final de março, para as devidas adaptações na operação, iniciou-se um intenso processo de aceleração dos canais digitais, que apresentaram forte crescimento no ano, de 126,0%. No período, houve importante evolução no fluxo, no número de clientes ativos e, principalmente, na quantidade de novos clientes. Destacaram-se, ainda, as vendas digitais da Camicado, em função do aumento no engajamento de clientes, reflexo do maior foco em conteúdo e na evolução das iniciativas omni.

Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) e Lucro Bruto da Operação de Varejo

O CMV apresentou redução de 13,6%, em relação ao ano anterior, abaixo da redução da Receita Líquida de Mercadorias. Desta forma, o Lucro Bruto da Operação de Varejo foi 27,4% menor, com Margem de 51,9%, versus 56,3% em 2019. Este desempenho foi consequência do fechamento temporário das lojas, que gerou maiores níveis de remarcações no ano. O processo de ajuste nos estoques foi iniciado em abril e, na medida em que as lojas reabriam, já ofereciam descontos, e, assim, houve melhora sequencial de margem nos trimestres.



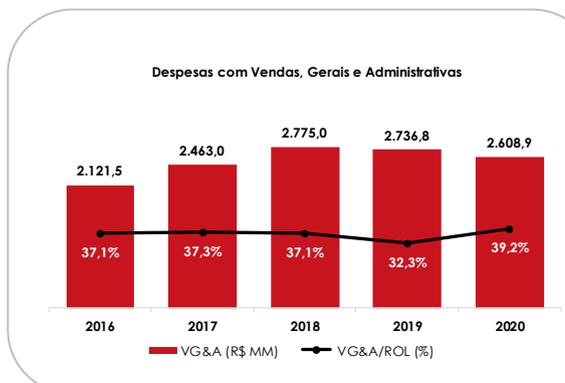
Na Renner, a Margem Bruta foi 4,5 p.p. menor que em 2019. Já na Youcom, a redução chegou a 5,1 p.p., e sofreu impacto também pelo período de *freezing* para troca do ERP, realizada no 1S20. A Camicado, por sua vez, apresentou redução de apenas 0,6 p.p., consequência do processo de melhoria na gestão comercial e no mix de produtos ofertados, que ajudaram a compensar as maiores remarcações, em função do período de fechamento temporário de lojas.

Despesas Operacionais

As Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas (VG&A) ficaram 4,7% abaixo dos níveis de 2019, refletindo os menores volumes vendidos, assim como os ajustes e renegociações para adaptação da operação, principalmente durante o período em que as lojas estavam temporariamente fechadas.

As Despesas com Vendas totalizaram R\$ 1.885,6 milhões, com queda de 4,6% e as Despesas Gerais e Administrativas, por sua vez, alcançaram R\$ 723,3 milhões, ficando 5,0% menores ante 2019.

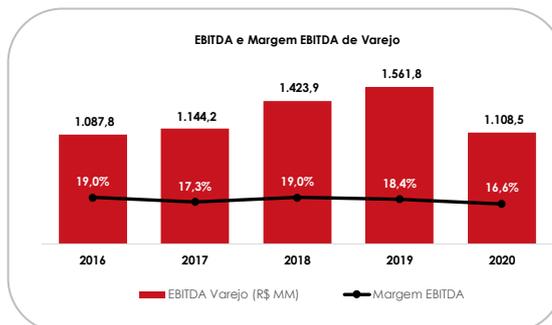
Os Outros Resultados Operacionais totalizaram R\$ 726,6 milhões, ante R\$ 35,2 milhões negativos, em 2019. Este aumento deveu-se, basicamente, ao reconhecimento de R\$ 742,5 milhões do principal, líquidos dos honorários advocatícios, referentes ao êxito em ação judicial relativa à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins (detalhes na nota explicativa nº 10).



EBITDA Ajustado de Varejo

Para fins de comparabilidade com períodos anteriores, a Companhia passou a reportar o EBITDA ajustado também pela Depreciação e Despesa Financeira, relativas à adoção do IFRS 16, dada a similaridade com os fluxos de caixa incorridos nos contratos de aluguel.

O EBITDA Ajustado de Varejo alcançou R\$ 1.108,5 milhões, em 2020, 29,0% menor que no ano anterior. A Margem foi de 16,6%, versus 18,4% em 2019, consequência da menor alavancagem operacional, em função dos volumes vendidos, e da redução na Margem Bruta. Este resultado também reflete o reconhecimento de R\$ 742,5 milhões de crédito fiscal, já mencionado. Se desconsiderado este montante, o EBITDA foi de R\$ 366,0 milhões, com Margem de 5,5%.

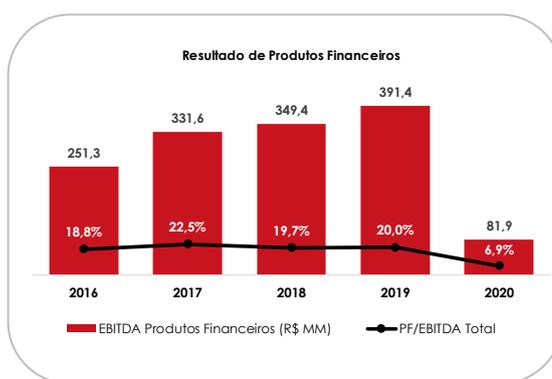


Resultado de Produtos Financeiros

| Resultado de Produtos Financeiros (R\$ MM) | 2020 | 2019 | Var. |
|---|----------------|----------------|---------------|
| Receitas, Líq. do Funding e Impostos | 854,3 | 1.090,5 | -21,7% |
| Cartão Renner (Private Label) | 246,9 | 414,7 | -40,5% |
| Meu Cartão (Co-branded) | 607,5 | 675,8 | -10,1% |
| Perdas, Líq. das Recuperações | (412,6) | (381,0) | 8,3% |
| Cartão Renner (Private Label) | (107,2) | (168,5) | -36,4% |
| Meu Cartão (Co-branded) | (305,5) | (212,5) | 43,7% |
| Despesas Operacionais | (359,8) | (318,1) | 13,1% |
| Resultado de Produtos Financeiros | 81,9 | 391,4 | -79,1% |
| % Sobre o EBITDA Total Ajustado | 6,9% | 20,0% | -13,1p.p. |

A partir do IT20, as Receitas e Perdas do Saque Rápido foram incluídas no Private Label.

Perdas, Líq. das Recuperações incluem as perdas efetivas, os complementos/reversões de provisão e as recuperações de créditos baixados no período.



O Resultado de Produtos Financeiros somou R\$ 81,9 milhões, versus R\$ 391,4 milhões, em 2019, em função, principalmente, das menores Receitas geradas.

A queda nas Receitas foi consequência, principalmente, dos menores patamares de carteira, gerados pelo período de lojas fechadas, assim como pelo menor uso dos cartões de crédito em geral. Adicionalmente, os descontos concedidos nas renegociações, assim como as isenções de juros no período de lojas fechadas e a redução nas taxas de financiamento também impactaram esse desempenho. Importante mencionar que, na medida em que os volumes das carteiras foram se recompondo, houve o reflexo gradual na geração de Receitas para os períodos seguintes.

Já as Perdas Líquidas foram 8,3% maiores, em função dos maiores níveis de cobertura da carteira, de 15,6%, em 2020, ante 12,2%, em 2019, face as incertezas do cenário macroeconômico, que ocasionaram um maior nível de provisionamento.

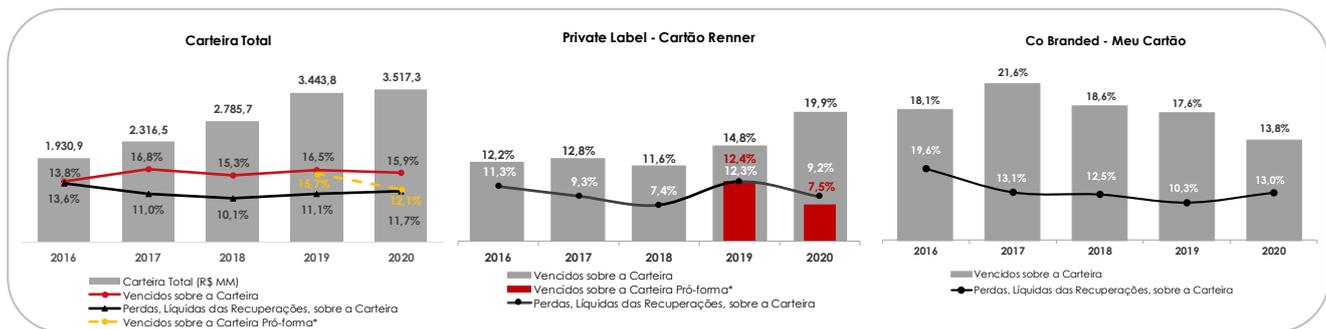
As Despesas Operacionais, por sua vez, aumentaram 13,1%, refletindo o reforço da atividade de cobrança e as despesas relacionadas às iniciativas digitais na Realize.

Análise da Carteira de Crédito

A carteira total de produtos financeiros apresentou crescimento de 2,1%, nível abaixo do usual. O Private Label totalizou R\$ 1.167,6 milhões de carteira, em dezembro de 2020, 15,0% inferior ano anterior, em função do período de fechamento de lojas. O portfólio do Meu Cartão, por sua vez, alcançou R\$ 2.349,6 milhões, crescimento de 13,5%, ainda que em proporção menor que o histórico, e compensou a queda no Private Label.

A redução no percentual de vencidos total foi consequência, principalmente, da melhor recuperação de crédito no Meu Cartão, que mais que compensou o aumento no Private Label, impactado pela baixa de ativos a partir de 360 dias ante 180 anteriormente. Lembrando que, a partir de abril de 2019, as transações realizadas com o Private Label passaram a ser contabilizadas na Realize e, desta forma, o 2S20, principalmente, apresentou um volume de vencidos acima de 180 dias maior.

Já o nível de Perdas foi levemente maior em relação à carteira total, principalmente pelo aumento no Meu Cartão, em função do menor ritmo de crescimento, e pelo maior índice de cobertura, adequado ao cenário econômico do período.

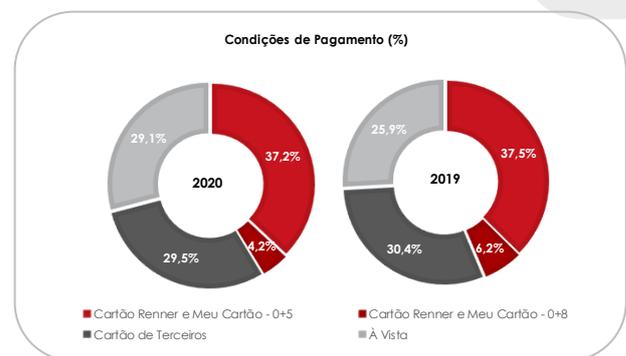


* Para fins de comparabilidade, a informação pré-forma refere-se à carteira de recebíveis até 180 dias.

Condições de Pagamento

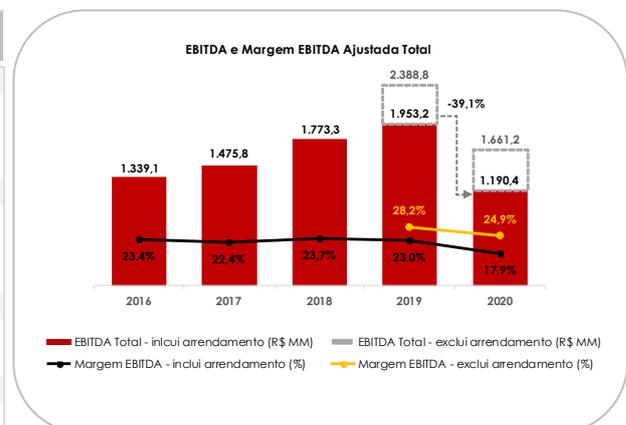
Os Cartões Renner somavam 33,8 milhões de unidades em dezembro de 2020 e registraram participação de 41,4% nas vendas de mercadorias versus 43,7% em 2019, percentual menor que no ano anterior, principalmente, pela redução da participação do 0+8, reflexo do comportamento do cliente, com menor propensão ao parcelamento de compras com juros, e também mais suscetível, no contexto atual, ao pagamento à vista.

O ticket médio do Cartão Renner foi de R\$ 211,49, em 2020, estável em relação a 2019. Já o ticket médio da Companhia foi de R\$ 151,06, com redução de 2,2%.



EBITDA Ajustado Total: Varejo + Produtos Financeiros

| Reconciliação do EBITDA (R\$ MM) | 2020 | 2019 | Var. |
|--|----------------|----------------|---------------|
| Lucro líquido | 1.096,3 | 1.086,2 | 0,9% |
| (+) IR, CSLL | 104,5 | 405,8 | -74,2% |
| (+) Resultado Financeiro, Líquido | (343,9) | 184,4 | NA |
| (+) Depreciações e Amortizações (*) | 759,6 | 661,8 | 14,8% |
| EBITDA Total | 1.616,5 | 2.338,1 | -30,9% |
| (+) Plano de Opção de Compra de Ações | 22,8 | 21,1 | 8,3% |
| (+) Participações Estatutárias | 1,4 | 5,9 | -76,7% |
| (+) Resultado da Baixa e Provisão para Perda em Ativos Fixos | 20,5 | 23,8 | -13,6% |
| EBITDA Total Ajustado - exclui Arrendamentos¹ | 1.661,2 | 2.388,8 | -30,5% |
| (-) Depreciação de Arrendamento (IFRS 16) (**) | (335,0) | (300,8) | 11,4% |
| (-) Despesa Financeira de Arrendamento (IFRS 16) (**) | (135,8) | (134,8) | 0,7% |
| EBITDA Total Ajustado - inclui Arrendamentos² | 1.190,4 | 1.953,2 | -39,1% |
| Margem EBITDA Total Ajustada - inclui Arrendamentos ² | 17,9% | 23,0% | -5,1p.p. |



De acordo com o previsto no art. 4º da Instrução CVM nº 527, a Companhia optou por divulgar o EBITDA Ajustado, conforme tabela acima, visando demonstrar a informação que melhor reflete a geração operacional bruta de caixa em suas atividades.

1 EBITDA Total Ajustado, sem o impacto da Depreciação e Despesa Financeira dos Arrendamentos, relativas à adoção do IFRS 16.

2 Para fins de comparabilidade com os períodos anteriores, a Companhia passou a reportar o EBITDA ajustado também pela Depreciação e Despesa Financeira dos Arrendamentos, relativas à adoção do IFRS 16, dada a similaridade com os fluxos de caixa incorridos nos contratos de aluguel.

* Depreciação e Amortização sobre arrendamento líquida de PIS/COFINS, que totalizou R\$ 31,4MM nos 12M20 e R\$ 33,0MM nos 12M19.

** Juros sobre Arrendamento líquidos de PIS/COFINS, que totalizou R\$ 12,3MM nos 12M20 e R\$ 6,1MM nos 12M19. Os valores de Juros sobre Arrendamento, demonstrados na DFC, na linha "Juros e custos de estruturação sobre empréstimos e arrendamentos", totalizaram R\$ 90,8MM nos 12M20 e R\$ 67,5MM nos 12M19.

Para fins de comparabilidade com períodos anteriores, a Companhia passou a reportar o EBITDA ajustado também pela Depreciação e Despesa Financeira, relativas à adoção do IFRS 16, dada a similaridade com os fluxos de caixa incorridos nos contratos de aluguel. Sem este ajuste, o EBITDA foi de R\$ 1.661,2 milhões, com Margem de 24,9%.

O EBITDA Total Ajustado foi de R\$ 1.190,4 milhões, com Margem de 17,9%, apresentando redução em relação ao mesmo período de 2019. Este desempenho foi consequência do menor resultado operacional de varejo, assim como da redução no Resultado de Produtos Financeiros. Este resultado também reflete o reconhecimento do crédito fiscal, mencionado anteriormente. Se desconsiderado este montante, o EBITDA foi de R\$ 448,0 milhões, com Margem de 6,7%.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido foi positivo em R\$ 343,9 milhões, basicamente, em razão dos juros sobre créditos tributários de R\$ 560,4 milhões reconhecidos no período. Se excluído este valor, o resultado teria sido negativo em R\$ 216,5 milhões versus R\$ 184,4 milhões também negativos em 2019. Este resultado deveu-se, principalmente, aos maiores Juros de Empréstimos,

Financiamentos e Swap, dado o maior nível de endividamento ao longo de 2020, assim como ao aumento na Variação Monetária negativa, em função de fluxos de pagamento de comércio exterior e realização do hedge cambial.

Fluxo de Caixa Livre

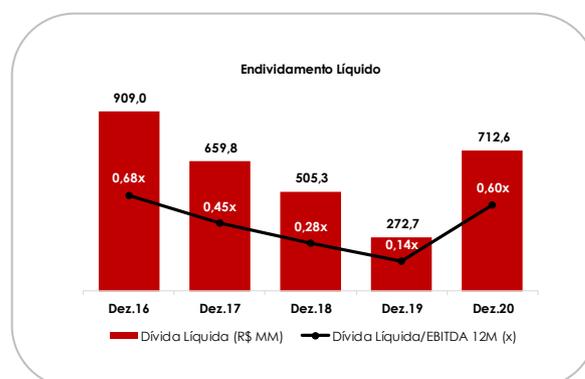
| Fluxo de Caixa (R\$ MM) | 2020 | 2019 | Var. |
|---------------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| EBITDA Total Ajustado | 1.190,4 | 1.953,2 | (762,8) |
| (+/-) IR, CSLL/Outros | 222,7 | (396,2) | 618,9 |
| Fluxo de Caixa Operacional | 1.413,1 | 1.557,0 | (143,9) |
| (+/-) Variação Capital de Giro | (875,6) | (213,0) | (662,6) |
| Contas a Receber | 14,3 | (657,2) | 671,4 |
| Estoques | (257,2) | (14,2) | (243,0) |
| Fornecedores | 418,6 | 55,9 | 362,7 |
| Impostos | (1.313,3) | (15,5) | (1.297,8) |
| Outras Contas a Receber/Pagar | 261,9 | 417,9 | (156,0) |
| (-) Capex | (544,0) | (751,5) | 207,6 |
| (=) Fluxo de Caixa Livre | (6,5) | 592,5 | (599,0) |

O Fluxo de Caixa Operacional foi beneficiado em R\$ 1.302,9 milhões, pela recuperação de créditos da ação do PIS e da Cofins. Este montante foi neutralizado pelo aumento na linha Impostos.

Desta forma, a menor geração de Fluxo de Caixa Livre foi consequência, principalmente, do menor EBITDA Ajustado no período.

Endividamento/Disponibilidades Líquidas

| Endividamento Líquido (R\$ MM) | Dez.20 | Dez.19 |
|---|------------------|------------------|
| Empréstimos e Financiamentos | (2.623,0) | (1.153,7) |
| Circulante | (1.077,1) | (709,0) |
| Não Circulante | (1.545,9) | (444,6) |
| Financiamentos de Operações de Crédito ao Cliente | (762,0) | (491,4) |
| Circulante | (341,4) | (185,0) |
| Não Circulante | (420,6) | (306,4) |
| Endividamento Bruto | (3.385,0) | (1.645,0) |
| Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras | 2.672,4 | 1.372,3 |
| Endividamento Líquido | (712,6) | (272,7) |
| Endividamento Líquido/EBITDA Ajustado Total (12M) | 0,60x | 0,14x |

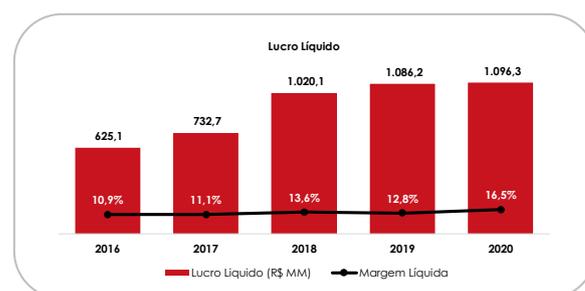


Os Financiamentos de Operações de Crédito ao Cliente destinam-se ao financiamento das carteiras de Produtos Financeiros e sua variação está atrelada aos volumes financiados destes produtos. As despesas dos serviços da dívida relacionadas à gestão de capital estão contabilizadas no Resultado Financeiro, Líquido. Os Financiamentos de Operações de Crédito ao Cliente, que são atrelados a Produtos Financeiros, têm seus custos refletidos no Resultado Operacional.

Em 31 de dezembro de 2020, o Endividamento Líquido da Companhia era de R\$ 712,6 milhões, aumento de 161,3% em relação à posição do mesmo período do ano anterior, devido, especialmente, à menor geração operacional de caixa no período.

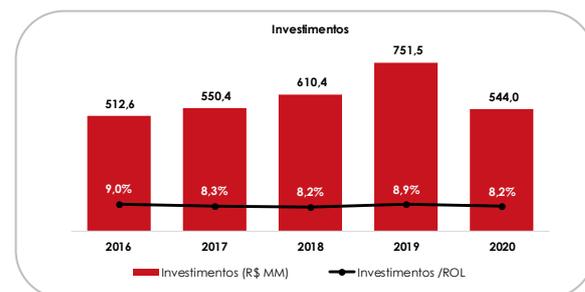
Lucro Líquido

O Lucro Líquido totalizou R\$ 1.096,3 milhões, apresentando leve crescimento de 0,9% ante 2019, com Margem de 16,5% versus 12,8% no ano anterior, em virtude da recuperação de crédito fiscal. Desconsiderando este valor, este resultado foi de R\$ 36,6 milhões e refletiu o menor EBITDA Total gerado no período, assim como o crescimento das despesas com depreciações, consequência dos ativos fixos e investimentos realizados em períodos anteriores.



Investimentos

| Sumário dos Investimentos (R\$ MM) | 2020 | 2019 |
|------------------------------------|--------------|--------------|
| Novas Lojas | 96,3 | 262,4 |
| Remodelação de Instalações | 45,5 | 94,7 |
| Sistemas e Equip. de Tecnologia | 265,7 | 247,0 |
| Centros de Distribuição | 134,9 | 145,0 |
| Outros | 1,6 | 2,3 |
| Total dos Investimentos | 544,0 | 751,5 |



Em 2020, os investimentos em ativos fixos totalizaram R\$ 544,0 milhões. Deste montante, 48,8% foram investidos em Sistemas e Equipamentos de Tecnologia e 24,8% em Centros de Distribuição, relativos à construção do novo CD em São Paulo. Ainda, 17,7% foram direcionados à abertura de 11 novas lojas, sendo 7 Renner, 2 Camicado e 2 Youcom. Os restantes 8,7% foram aplicados em reformas de unidades e outros.

AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Lojas Renner junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está fundamentada nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar para o seu cliente. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os serviços de auditoria independente na Companhia, realizados pela Ernst e Young auditores independentes, contemplaram o exame das demonstrações financeiras e a asseguuração do Relatório Anual da Companhia. O montante de honorários incorridos com os auditores independentes no exercício de 2020 foi de R\$ 1.327,9 mil, sendo que R\$ 276 mil se referem a serviços de apoio na regularização de obras, no processo de abertura de novas lojas, homologação de fornecedores e assessoria de comércio exterior.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Ao longo de 2020, a Lojas Renner foi destaque em diversas premiações e rankings, realizados por diferentes instituições referência nos seus campos de atuação. Estes reconhecimentos contribuem para o engajamento das equipes e fortalecimento da marca. Abaixo, lista com os principais reconhecimentos:

| | |
|---|---------------------------------|
| As Melhores da Dinheiro – 1º Lugar na Categoria Varejo | Istoé Dinheiro |
| Black Friday de Verdade - Vencedora na categoria Moda e Acessórios | Proxy Media |
| Campeãs da Inovação – 1º lugar no setor Comércio, Atacado e Varejo | Revista Amanhã |
| Dow Jones Sustainability World Index – 8º lugar no setor de Varejo no mundo | RobecoSam |
| Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) – composição da carteira pelo 7º ano consecutivo | B3 – Brasil, Bolsa, Balcão |
| Lugares Mais Incríveis para Trabalhar – 1º lugar na categoria Educação Corporativa | FIA/UOL |
| Marcas Brasileiras Mais Valiosas - 11º lugar geral | Interbrand |
| Marcas de Quem Decide - 1º lugar na categoria Moda Feminina | Jornal do Comércio |
| Melhores do E-commerce – Loja mais querida na categoria Moda e Acessórios | Ebit |
| Melhor CEO, Melhor CFO, Melhor Profissional de RI, Melhor Time de RI, Melhor Site de RI, Melhor Investor Day, Melhor em Métricas ESG e Melhor Programa de RI de Varejo da América Latina – 2º lugar nestas categorias | Institutional Investor Magazine |
| Prêmio Finanças Mais – 1º Lugar para a Realize CFI na categoria Financeira | Estadão e Austin Rating |
| Prêmio iBest – 2º lugar (júri popular) na categoria E-commerce de Moda | iBest |
| Prêmio Mulheres na Liderança – Destaque na categoria Varejo | Valor Econômico |
| Prêmio Reclame Aqui – 2º lugar na categoria Moda e Confecção | Reclame Aqui |
| Top of Mind – 1º lugar na categoria Rede de Lojas de Roupas | Revista Amanhã |
| Troféu Transparência – Listada entre as ganhadoras com Receita Líquida acima de R\$ 8 bilhões | ANEFAC |
| S&P/B3 Brasil ESG – 1º lugar na carteira de estreia | B3 |
| Valor 1000 – 1º lugar na categoria Comércio Varejista | Valor Econômico |

PERSPECTIVAS

O ano de 2021 se inicia ainda com desafios relacionados à saúde e à economia. Neste sentido, a Companhia acredita que marcas com significado e proposta de valor clara geram diferenciais competitivos e criam condições para ganhos de market share, independente do ambiente econômico. No ano que passou, a Companhia aprendeu, reaprendeu e se transformou, e é a partir dessa capacidade de adaptação que entende estar preparada para os novos desafios que ainda possam ser vividos no ano que se inicia.

Assim, a Companhia segue comprometida com seus projetos de longo prazo e a sustentabilidade dos negócios. Para 2021, estão previstos R\$ 1.100,0 milhões em investimentos, conforme proposta a ser apresentada aos acionistas. Este montante contempla investimentos na continuidade do plano de expansão de lojas, com a inauguração de 20 a 30 lojas Renner, 5 a 10 unidades na Camicado, 5 a 10 na Youcom e cerca de 5 na Ashua. Também serão realizados investimentos importantes em logística, para a construção do novo CD, em São Paulo, assim como na aceleração da transformação digital. Adicionalmente, a Companhia seguirá atenta às novas possibilidades para executar sua estratégia, através da combinação dos negócios e desenvolvimento do ecossistema de moda e *lifestyle*.

AGRADECIMENTOS

A Lojas Renner faz um agradecimento especial aos colaboradores, que seguiram engajados, mesmo diante de tantos desafios, não só no negócio, como também em suas vidas pessoais; aos fornecedores, que seguiram comprometidos e permitiram condução da operação com segurança; aos acionistas, que apoiaram essa trajetória; e aos clientes, que mantiveram a cumplicidade com as marcas da Companhia.

Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2021

LOJAS RENNER S.A. E CONTROLADAS BALANÇO SOCIAL

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

1 – BASE DE CÁLCULO

| | 2020 | 2019 |
|--|-----------|-----------|
| Receita Líquida (RL) | 7.537.180 | 9.588.437 |
| Resultado Operacional (RO) – Reapresentado (*) | 856.879 | 1.676.377 |
| Folha de Pagamento Bruta (FPB) | 841.085 | 894.054 |
| Valor Adicionado Total (VAT) – Reapresentado (*) | 4.539.776 | 5.589.674 |

2 – INDICADORES SOCIAIS INTERNOS

| | 2020 | | | | 2019 | | | |
|---|----------------|--------------|-------------|--------------|----------------|--------------|-------------|--------------|
| | R\$ mil | % sobre FPB | % sobre RL | % sobre VAT | R\$ mil | % sobre FPB | % sobre RL | % sobre VAT |
| Alimentação | 51.016 | 6,1% | 0,7% | 1,1% | 64.162 | 7,2% | 0,7% | 1,2% |
| Encargos sociais compulsórios | 268.998 | 32,0% | 3,6% | 5,9% | 306.610 | 34,3% | 3,2% | 5,5% |
| Saúde | 55.000 | 6,5% | 0,7% | 1,2% | 55.187 | 6,2% | 0,6% | 1,0% |
| Segurança e medicina no trabalho | 2.969 | 0,4% | 0,0% | 0,1% | 2.924 | 0,3% | 0,0% | 0,1% |
| Capacitação e desenvolvimento profissional | 462 | 0,1% | 0,0% | 0,0% | 813 | 0,1% | 0,0% | 0,0% |
| Creches ou auxílio-creche | 955 | 0,1% | 0,0% | 0,0% | 1.006 | 0,1% | 0,0% | 0,0% |
| Participação nos lucros ou resultados | 22.526 | 2,7% | 0,3% | 0,5% | 96.752 | 10,8% | 1,0% | 1,7% |
| Transporte | 29.812 | 3,5% | 0,4% | 0,7% | 37.001 | 4,1% | 0,4% | 0,7% |
| Outros | 27.516 | 3,3% | 0,4% | 0,6% | 25.829 | 2,9% | 0,3% | 0,5% |
| Total – Indicadores sociais internos | 459.254 | 54,6% | 6,1% | 10,1% | 590.284 | 66,0% | 6,2% | 10,6% |

3 – INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

| | 2020 | | | | 2019 | | | |
|---|------------------|---------------|--------------|--------------|------------------|---------------|--------------|--------------|
| | R\$ mil | % sobre FPB | % sobre RL | % sobre VAT | R\$ mil | % sobre FPB | % sobre RL | % sobre VAT |
| Outros (Instituto Lojas Renner) | 8.243 | 1,0% | 0,1% | 0,2% | 9.907 | 1,1% | 0,1% | 0,2% |
| Total das contribuições para a sociedade | 8.243 | 1,0% | 0,1% | 0,2% | 9.907 | 1,1% | 0,1% | 0,2% |
| Tributos (excluídos encargos sociais) | 1.539.082 | 183,0% | 20,4% | 33,9% | 2.375.380 | 265,7% | 24,8% | 42,5% |
| Total – Indicadores sociais externos | 1.547.325 | 184,0% | 20,5% | 34,1% | 2.385.287 | 266,8% | 24,9% | 42,7% |

4 – INDICADORES AMBIENTAIS

| | 2020 | | | | 2019 | | | |
|--|--------------|-------------|-------------|-------------|------------|-------------|-------------|-------------|
| | R\$ mil | % sobre FPB | % sobre RL | % sobre VAT | R\$ mil | % sobre FPB | % sobre RL | % sobre VAT |
| 4.1 Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa | | | | | | | | |
| Conservação de energia | 914 | 0,1% | 0,0% | 0,0% | 237 | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Investimentos em ações de compensação ambiental (**) | 1.151 | 0,1% | 0,0% | 0,0% | 323 | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Total dos investimentos relacionados com a produção/operação da empresa | 2.065 | 0,2% | 0,0% | 0,0% | 560 | 0,0% | 0,0% | 0,0% |

(**) A alteração se deve à mudança de metodologia do cálculo do indicador, que antes considerava somente investimento em compensação de emissões e agora inclui outros investimentos de compensação.

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos e o consumo em geral na produção/operação para aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa: | () Não tem metas () Cumpre de 0% a 50% () Cumpre de 51% a 75% (x) Cumpre 76% a 100% | (x) Não tem metas () Cumpre de 0% a 50% () Cumpre de 51% a 75% () Cumpre 76% a 100% |

5 – INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL

| | 2020 | 2019 |
|---|---------------|---------------|
| | Em unidades | Em unidades |
| Número de empregados(as) no fim do período | 24.757 | 24.162 |
| Número de admissões durante o período | 8.212 | 12.216 |
| Número de desligamentos durante o período | 7.617 | 10.388 |
| Número de empregados(as) terceirizados(as) | ND | ND |
| Número de estagiários(as) | 58 | 81 |
| Número de empregados por faixa etária: até 29 anos | 14.255 | 14.229 |

| | | |
|---|------------------|------------------|
| Entre 30 e 49 anos | 9.565 | 9.055 |
| 50 anos ou mais | 937 | 878 |
| Número de empregados por nível de escolaridade: | | |
| Analfabetos | 2 | 2 |
| Com ensino fundamental | 552 | 616 |
| Com ensino médio/técnico | 19.560 | 19.361 |
| Com ensino superior e pós-graduados | 3.837 | 3.357 |
| Não informados | 806 | 826 |
| Os dados de escolaridade são coletados no momento da contratação do colaborador e não há fluxo contínuo de atualização. Assim, os dados apresentados não refletem a formação mais atual de todo nosso quadro. | | |
| Número de mulheres que trabalham na empresa | 16.041 | 15.718 |
| Percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres | 64,8% | 65,1% |
| Número de homens que trabalham na empresa | 8.716 | 8.444 |
| Percentual de cargos de chefia ocupados por homens | 35,3 | 34,9% |
| Número de negro(as) que trabalham na empresa (***) | 6.783 | 7.510 |
| Percentual de cargos de chefia ocupados por negros(as) | 27,4% | 31,1% |
| Número de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais | 1.015 | 1.015 |
| Remuneração bruta (R\$ milhões) segregada por: | | |
| (***) Incluímos número de negros somando pretos + pardos. | | |
| Empregados | 789.106 | 757.939 |
| Administradores | 21.275 | 18.503 |
| Diferença entre o menor salário pago pela empresa e o salário-mínimo (nacional ou regional): | | |
| Diferença entre o menor salário pago pela empresa e o salário-mínimo | Não há diferença | Não há diferença |

6 – INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL

| | 2020 | 2019 |
|--|---|---|
| Número total de acidentes de trabalho | 48 | 79 |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram desenvolvidos por: | () Direção () Direção e gerências (x) Todos(as) os(as) empregados(as) | () Direção () Direção e gerências (x) Todos(as) os(as) empregados(as) |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: | () Direção (x) Direção e gerências () Todos(as) os(as) empregados(as) () Todos(as) + CIPA | () Direção (x) Direção e gerências () Todos(as) os(as) empregados(as) () Todos (as)+ CIPA |
| Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: | () Não se envolve () Segue as normas da OIT (X) Incentiva e segue a OIT | () Não se envolve () Segue as normas da OIT (X) Incentiva e segue a OIT |
| A previdência privada contempla: | Não temos previdência privada. | Não temos previdência privada. |
| A participação nos lucros ou resultados contempla: | () Direção () Direção e gerências (x) Todos(as) os(as) empregados(as) | () Direção () Direção e gerências (x) Todos(as) os(as) empregados(as) |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa | () Não são considerados () São sugeridos (x) São exigidos | () Não são considerados () São sugeridos (x) São exigidos |
| Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa: | () Não se envolve () Apoia (x) Organiza e incentiva | () Não se envolve () Apoia (x) Organiza e incentiva |
| Valor adicionado total a distribuir (R\$ mil): | 2020 | 2019 |
| Distribuição do Valor Adicionado (DVA): | R\$ mil | R\$ mil |
| | % sobre total | % sobre total |
| Governo – Reapresentado (*) | 1.808.080 | 2.681.990 |
| Colaboradores(as) | 1.099.119 | 1.259.051 |
| Acionistas | 271.516 | 549.546 |
| Terceiros – Reapresentado (*) | 536.308 | 562.432 |
| Retido – Reapresentado (*) | 824.753 | 536.655 |
| | 39,8% | 48,0% |
| | 24,2% | 22,5% |
| | 6,0% | 9,8% |
| | 11,8% | 10,1% |
| | 18,2% | 9,6% |

(*) Nesta demonstração apresenta-se os efeitos mencionados na nota explicativa 3.6.1.1.

ANEXO II

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES ACERCA DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as informações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as quais foram elaboradas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas operacionais líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Administração da Companhia entende que as condições financeiras da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo.

Em 31 de dezembro de 2020, os Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e Financiamentos de Operações e Serviços Financeiros (Endividamento Bruto), totalizavam R\$ 3.385,0 milhões. Deduzindo o Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras, apresentou Endividamento Líquido de R\$ 712,6 milhões, com aumento de 161,3% em relação à posição de 31 de dezembro de 2019, devido, especialmente, à menor geração operacional de caixa no período.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encerrou o exercício com Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e Financiamentos de Operações e Serviços Financeiros (Endividamento Bruto), no total de R\$ 1.645,0 milhões. Deduzindo o Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras, apresentava um Endividamento Líquido de R\$ 272,7 milhões, uma redução de 46% sobre o Endividamento Líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em consequência da maior geração de caixa das atividades operacionais no exercício de 2019.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia encerrou o exercício com os Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e Financiamentos de Operações e Serviços Financeiros (Endividamento Bruto), no total de R\$ 1.889,6 milhões. Deduzindo o Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras, apresentava um Endividamento Líquido de R\$ 505,3 milhões. O caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras no final do exercício de 2018 totalizavam R\$ 1.384,4 milhões, um acréscimo de 21,2% em relação aos R\$ 1.142,2 milhões de 31 de dezembro de 2017, como consequência, principalmente, de um aumento na sua geração de caixa das atividades operacionais.

Segue abaixo tabela com endividamento líquido da Companhia, a qual apresenta a relação do Índice de Alavancagem Financeira em comparação com os anos de 2019 e de 2018.

| (em milhares de reais, exceto %) | Consolidado | | |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Empréstimos, Financiamentos e Debêntures | (2.623.014) | (1.153.663) | (1.038.062) |
| Circulante | (1.077.081) | (709.022) | (710.804) |
| Não circulante | (1.545.933) | (444.641) | (327.258) |
| Financiamentos Operações e Serviços Financeiros | (761.965) | (491.366) | (851.586) |
| Circulante | (341.390) | (184.996) | (712.558) |
| Não circulante | (420.575) | (306.370) | (139.028) |
| Endividamento bruto | (3.384.979) | (1.645.029) | (1.889.648) |
| Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras | 2.672.353 | 1.372.302 | 1.384.364 |
| Endividamento líquido | (712.626) | (272.727) | (505.284) |
| Patrimônio líquido | 5.501.316 | 4.691.019 | 3.954.512 |
| Índice de alavancagem financeira (*) | 12,95% | 5,81% | 12,78% |

(*) O Índice de Alavancagem Financeira é calculado com base no Endividamento Líquido dividido pelo Patrimônio Líquido.

Em 31 de dezembro de 2020, a liquidez corrente (Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante) da Companhia foi de 1,6x, (1,4x em 31 de dezembro de 2019). A liquidez imediata, que é obtida pela divisão do caixa e equivalentes e aplicações financeiras pelo Passivo Circulante, foi de 0,5x em 31 de dezembro de 2020 (0,3x em 31 de dezembro de 2019 e 2018).

b. estrutura de capital

A Administração da Companhia entende que a estrutura de capital da Companhia é adequada para o seu modelo de negócio.

O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 era respectivamente de R\$ 5.501,3 milhões, R\$ 4.691,0 milhões e R\$ 3.954,5 milhões, demonstrando uma trajetória de crescimento constante, compatível com os resultados gerados ao longo destes exercícios.

Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) atingiram R\$ 2.623,0 milhões (R\$ 1.153,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 1.038,1 milhões em 31 de dezembro de 2018) e referem-se às emissões de debêntures com saldo em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 1.419,1 milhões, R\$ 553,1 milhões de capital de giro modalidade 4.131 Bacen e o saldo em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 650,8 milhões de capital de giro via CCB. Nestes montantes, não estão incluídos os financiamentos das operações de serviços financeiros, no total de R\$ 762,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, (R\$ 491,4 milhões em 2019 e R\$ 851,6 milhões em 2018).

Segue abaixo tabela com a composição da estrutura de capital da Companhia no final dos exercícios de 2020, 2019 e 2018:

| (em milhões de reais, exceto %) | 31/12/2020 | AV | 31/12/2019 | AV | 31/12/2018 | AV |
|---------------------------------------|-----------------|---------------|-----------------|---------------|----------------|---------------|
| Passivo (Circulante e Não Circulante) | 9.141,3 | 62,4% | 6.861,9 | 59,4% | 4.866,5 | 55,2% |
| Patrimônio Líquido | 5.501,3 | 37,6% | 4.691,0 | 40,6% | 3.954,5 | 44,8% |
| Total (Passivo + PL) | 14.642,6 | 100,0% | 11.552,9 | 100,0% | 8.821,0 | 100,0% |

Não ocorreram variações significativas na estrutura de capital da Companhia nos últimos 3 anos. Destaque-se apenas a adoção da nova norma contábil IFRS 16/CPC 06 (R2) Arrendamento, em 2019, que refletiu no aumento tanto do passivo quanto do ativo da Companhia.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria entende que o nível de liquidez da Companhia, associado a geração de caixa e as fontes disponíveis para financiamento seja via dívida ou aumento de capital, são compatíveis com seus investimentos, despesas, serviços das dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos.

Com base no ciclo de caixa das operações de varejo e no capital mínimo necessário para garantir as operações de crédito, a Companhia administra suas disponibilidades estabelecendo um montante de caixa mínimo estratégico.

A Administração monitora continuamente as previsões das exigências de liquidez, considerando os planos de financiamento da dívida, para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Os limites globais concedidos à Companhia nas linhas de crédito compromissadas disponíveis apresentam espaço livre suficiente, sem risco de quebra de limites ou de cláusulas dos empréstimos. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia.

A sólida posição patrimonial da Companhia, e sua longa relação com importantes instituições financeiras e com o mercado de capitais, garantem condições de acesso bastante confortáveis para captação de recursos via endividamento ou mesmo, emissão de novas ações para aumento de capital, se assim for necessário.

O saldo do Endividamento Líquido é consequência das decisões de gestão de capital e os resultados dos encargos líquidos destas posições são refletidos no resultado financeiro, líquido.

Os demais passivos apresentados junto ao sistema financeiro correspondem a financiamentos operacionais, cujos encargos são debitados ao resultado operacional e são na sua maior parte diretamente vinculados aos financiamentos dos recebíveis de produtos financeiros. O Endividamento líquido incluindo os financiamentos operacionais reflete a exposição total da Companhia das obrigações contraídas junto ao sistema financeiro.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia normalmente utiliza capital próprio para o financiamento de suas atividades, no entanto no cenário atípico impactado pela Covid-19, intensificou-se a captação de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não

circulante) junto a terceiros destinados para reforço de capital de giro e manutenção do nível de caixa mínimo estratégico, ainda assim apresentando, baixo nível de endividamento quando comparado à sua posição de patrimônio líquido, bem como quando comparado à sua posição de caixa. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava um saldo de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e Financiamentos de Operações e Serviços Financeiros (Endividamento Bruto) de R\$ 3.385,0 milhões (R\$ 1.645,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 1.889,6 milhões em 31 de dezembro de 2018). Deduzindo o Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras, apresentou Endividamento Líquido de R\$ 712,6 milhões (R\$ 272,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 505,3 milhões em 31 de dezembro de 2018), não prevendo nenhum problema de liquidez no curto e médio prazo.

As captações realizadas têm tido como principal objetivo reforçar o capital de giro para fins de manutenção da política de nível de caixa mínimo estratégico de modo a suportar o crescimento orgânico da Companhia, com sua utilização distribuída na continuidade do plano de expansão de lojas, com inaugurações e reformas, investimentos importantes em logística, por exemplo para a construção do novo CD em Cabreúva - SP, assim como aceleração da transformação digital, entre outros investimentos.

A Administração da Companhia entende que as fontes de financiamento estão adequadas.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

As projeções da Companhia para os próximos 5 anos indicam que dado o plano de investimento a ser implementado associado a manutenção da atual política de dividendos, poderá vir a ensejar captações complementares.

O EBITDA Ajustado, de R\$ 1.190,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 1.953,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 e de R\$ 1.773,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, associada a uma eficiente gestão do capital de giro, tem sido uma das principais fontes para suportar nosso plano de expansão. Tal geração, associada às emissões de dívidas e captações de capital de giro (debêntures, lei 4.131 e CCB) realizadas nos últimos anos, estão ilustradas na evolução da posição de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e Financiamentos de Operações e Serviços Financeiros (Endividamento Bruto) de R\$ 3.385,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.645,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 e de R\$ 1.689,6 milhões em 31 de dezembro de 2018) e do Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras de R\$ 2.672,4 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.372,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 e de R\$ 1.384,3 milhões em 31 de dezembro de 2018).

Considerando um cenário prospectivo, em caso de eventual deficiência de liquidez, as fontes de financiamento que poderiam ser utilizadas pela Companhia seriam captações de recursos no mercado de capitais local, tais como emissão de debêntures, emissão de novas ações, linha de crédito via resolução 4.131, emissão de cédulas de crédito bancário (CCB), fundos constitucionais de financiamento do Nordeste (FNE), financiadora de estudos e projetos (FINEP), bancos de desenvolvimento, tais como o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e financiamentos para capital de giro junto as instituições financeiras no mercado.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimos e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprido essas restrições.

A sólida posição patrimonial da Companhia, e sua longa relação com importantes instituições financeiras e com o mercado de capitais, tem criado condições de acesso favoráveis para captação de recursos junto a instituições financeiras ou diretamente via mercado de capitais.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Abaixo, segue posição dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

| (em R\$ milhões) | | | Consolidado | | |
|---|-----------------|------------|----------------|----------------|----------------|
| Descrições | Encargos (a.a.) | Vencimento | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Em moeda nacional | | | | | |
| Debêntures 5ª Emissão - 2ª série ⁽ⁱ⁾ | - | - | - | - | 40,2 |
| Debêntures 7ª Emissão - série única (i) | - | - | - | 306,5 | 307,8 |
| Debêntures 8ª Emissão - série única (i) | - | - | - | - | 206,4 |
| Debêntures 9ª Emissão - série única (i) | 103,9% do CDI | 10/10/2022 | 401,6 | 404,5 | - |
| Debêntures 10ª Emissão - série única (i) | CDI + 2,96% | 13/04/2021 | 518,9 | - | - |
| Debêntures 11ª Emissão - 1ª série ⁽ⁱ⁾ | CDI + 3,00% | 05/05/2022 | 302,3 | - | - |
| Debêntures 11ª Emissão - 2ª série ⁽ⁱ⁾ | CDI + 3,04% | 05/11/2022 | 201,4 | - | - |
| Debêntures - Custos de estruturação | - | - | (5,2) | (0,0) | (0,4) |
| (+/-) swap – debêntures | - | - | - | - | (1,0) |
| Fundo do Nordeste - FNE | - | - | - | 9,2 | 30,2 |
| BNDES | - | - | - | 5,1 | 13,2 |
| Capital de giro - conta garantida | - | - | - | 51,4 | 16,4 |
| Capital de giro - modalidade 4.131 ⁽ⁱⁱ⁾ | CDI + 3,28% | 24/03/2021 | 313,7 | - | - |
| Capital de giro - CCB ⁽ⁱⁱ⁾ | CDI + 2,65% | 07/07/2022 | 153,4 | - | - |
| Capital de giro - CCB ⁽ⁱⁱ⁾ | 148,0% do CDI | 25/11/2022 | 100,0 | - | - |
| Capital de giro - CCB ⁽ⁱⁱ⁾ | 140,0% do CDI | 25/11/2022 | 401,0 | - | - |
| Capital de Giro - Custos de estruturação | - | - | (3,6) | - | - |
| Em moeda estrangeira | | | | | |
| Capital de giro | - | - | - | - | 12,2 |
| Capital de giro - modalidade 4.131 | - | - | - | - | 459,0 |
| Capital de giro - modalidade 4.131 | - | - | - | 101,0 | - |
| Capital de giro - modalidade 4.131 | - | - | - | 172,8 | - |
| Capital de giro - modalidade 4.131 ⁽ⁱⁱⁱ⁾ | US\$ + 2,57% | 27/01/2021 | 39,6 | - | - |
| Capital de giro - modalidade 4.131 ⁽ⁱⁱⁱ⁾ | US\$ + 3,70% | 07/01/2021 | 55,1 | 43,1 | - |
| Capital de giro - modalidade 4.131 ⁽ⁱⁱⁱ⁾ | US\$ + 0,76% | 22/01/2021 | 208,0 | - | - |
| Capital de giro - modalidade 4.131 | - | - | - | 61,4 | - |
| (+/-) swap - capital de giro | - | - | - | - | (45,9) |
| (+/-) swap - capital de giro | - | - | - | (5,4) | - |
| (+/-) swap - capital de giro | - | - | - | 7,7 | - |
| (+/-) swap - capital de giro ⁽ⁱⁱⁱ⁾ | 108,6% CDI | 27/01/2021 | (7,4) | - | - |
| (+/-) swap - capital de giro ⁽ⁱⁱⁱ⁾ | 106,95% CDI | 07/01/2021 | (15,7) | (3,3) | - |
| (+/-) swap - capital de giro ⁽ⁱⁱⁱ⁾ | 112,0% CDI | 22/01/2021 | (40,1) | - | - |
| (+/-) swap - capital de giro | - | - | - | (0,3) | - |
| Total | | | 2.623,0 | 1.153,7 | 1.038,1 |

⁽ⁱ⁾ Os recursos obtidos foram destinados à manutenção do nível de caixa mínimo estratégico.

⁽ⁱⁱ⁾ Companhia firmou contratos de conta garantida, modalidade Lei 4.131 Bacen e Cédula de Crédito Bancário (CCB) para reforço de capital de giro e para manutenção do nível de caixa mínimo estratégico.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ As operações de Swaps em moeda estrangeira (Lei 4.131) estão protegendo as oscilações do câmbio.

Os montantes referentes às emissões de debêntures são classificados, com relação ao grau de subordinação, como dívidas quirográficas, e não têm garantia real.

A Administração monitora continuamente as previsões das exigências de liquidez, considerando os planos de financiamento da dívida, e acompanhamentos trimestrais dos indicadores financeiros e não financeiros exigidos contratualmente nos empréstimos. Abaixo a síntese dos indicadores financeiros (Covenants) e não-financeiros previstos nestas operações:

| Financeiros | | | |
|---------------------------|-------------|--|--|
| Instrumento | Emissão | 1º Indicador | 2º Indicador |
| 9ª emissão de debêntures | 18 MAR 2019 | $\frac{\text{Dívida Líquida Consolidada}}{\text{EBITDA}} \leq 3,0$ | $\frac{\text{EBITDA}}{\text{Resultado Financeiro}} \geq 2,0$ |
| 11ª emissão de debêntures | 08 MAI 2020 | | |
| Empréstimo CCB | 14 MAI 2020 | | |
| Empréstimo CCB | 09 SET 2020 | | |
| Empréstimo 4.131 | 09 JAN 2019 | | |
| Empréstimo 4.131 | 27 JAN 2020 | | |

Não Financeiros

- **Apresentar Demonstrações Financeiras Padronizadas** – DFP com parecer dos Auditores Independentes até três meses após o fim de cada exercício social, ou cinco dias úteis após sua divulgação.
- **Cumprir a legislação ambiental e trabalhista** (saúde e segurança, não utilização de mão de obra infantil ou análoga ao trabalho escravo e combate à exploração sexual).
- **Adotar políticas e procedimentos para cumprir as Leis Anticorrupção**, nos termos do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015.

A Administração da Companhia confirma que na data deste Formulário de Referência, a Companhia está em cumprimento de suas obrigações contratuais demonstradas acima.

Financiamentos – operações serviços financeiros

| (em R\$ milhões de reais, exceto %) | Encargos médios - % | Vencimento | Consolidado | | |
|---|---------------------|------------|--------------|--------------|--------------|
| | | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Vendas Parceladas | - | - | - | - | 97,9 |
| Conta Garantida | - | - | - | 37,8 | 1,2 |
| Vendor | - | - | - | - | 29,3 |
| Certificados de Depósitos Interfinanceiros ⁽ⁱ⁾ | 210,0% do CDI | 04/2021 | 51,6 | - | - |
| Certificados de Depósitos Interfinanceiros ⁽ⁱ⁾ | CDI + 3,5% | 04/2021 | 103,9 | - | - |
| Certificados de Depósitos Interfinanceiros ⁽ⁱ⁾ | 181,0% do CDI | 03/2021 | 51,3 | - | - |
| Certificados de Depósitos Interfinanceiros ⁽ⁱ⁾ | 209,0% do CDI | 03/2021 | 51,9 | - | - |
| Certificados de Depósitos Interfinanceiros ⁽ⁱ⁾ | 240,0% do CDI | 05/2021 | 10,3 | - | - |
| Letras Financeiras ⁽ⁱⁱ⁾ | 104,1% do CDI | 08/2022 | 315,2 | 306,4 | 160,8 |
| Cédula de Crédito Bancário ⁽ⁱⁱⁱ⁾ | CDI + 3,5% | 05/2022 | 31,1 | - | - |
| Cédula de Crédito Bancário ⁽ⁱⁱⁱ⁾ | 160,00% do CDI | 09/2022 | 20,2 | - | - |
| Certificados de Depósitos Bancários ^(iv) | 130,74% do CDI | 06/2021 | 72,1 | - | - |
| Certificados de Depósitos Bancários ^(iv) | 137,71% do CDI | 06/2022 | 54,5 | - | - |
| Capital de giro - Lei 4.131 Bacen | - | - | - | 142,8 | 131,8 |
| (+/-) swap - capital de giro | - | - | - | 4,4 | 7,2 |
| Quotas Sênior – FIDC Lojas Renner | - | - | - | - | 424 |
| Custos de estruturação FIDC Lojas Renner | - | - | - | - | (0,7) |
| Total | | | 762,0 | 491,4 | 851,6 |

⁽ⁱ⁾ A Companhia através da sua controlada indireta Realize CFI emitiu Certificados de Depósitos Interfinanceiros para o prazo de 1 ano. Estes recursos têm como finalidade reforçar o caixa mínimo e suportar o curso ordinário do negócio.

⁽ⁱⁱ⁾ A Companhia através da sua controlada indireta Realize CFI emitiu Letras Financeiras em agosto de 2019 pelo prazo de 3 anos para distribuição privada, para financiamento das operações e o curso ordinário do negócio.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ A controlada indireta Realize CFI celebrou contrato de capital de giro CCB (Cédula de Crédito Bancário) com o Banco de BOCOM BBM com o prazo de 2 anos, para financiamento das operações e o curso do negócio, com garantia da Companhia.

^(iv) A controlada indireta Realize CFI emitiu CDBs (Certificados de Depósitos Bancário) com a XP Investimentos para o prazo, respectivamente, de 1 ano e 2 anos. Estes recursos têm como finalidade o financiamento das operações e o curso ordinário do negócio.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

A Companhia normalmente utiliza o mercado de capitais e linhas de longo prazo para financiamento de suas operações e suporte ao plano de investimento, com aprovações de limites sendo realizados a cada operação, no entanto, para algumas de suas controladas, tem disponível junto ao Banco Bradesco S.A. linhas para capital de giro no montante de R\$ 95,0 milhões, sem nenhum valor contratado em 31 de dezembro de 2020, além de valores aprovados no Uruguai e Argentina somando R\$ 45,0 milhões.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Lojas Renner S.A. e Controladas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Levantados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto %)

| Ativo | Consolidado | | | | | | | |
|--|-----------------|---------------|-----------------|---------------|----------------|---------------|-------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | AV 2020 | 31/12/2019 | AV 2019 | 31/12/2018 | AV 2018 | AH 2020 x 2019 | AH 2019 x 2018 |
| Ativo Circulante | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2.066,8 | 14,1% | 981,0 | 8,5% | 944,7 | 10,7% | 110,7% | 3,8% |
| Aplicações financeiras | 605,6 | 4,1% | 391,3 | 3,4% | 439,7 | 5,0% | 54,7% | -11,0% |
| Contas a receber | 3.811,7 | 26,0% | 3.826,0 | 33,1% | 3.162,7 | 35,9% | -0,4% | 21,0% |
| Estoques | 1.381,7 | 9,4% | 1.124,5 | 9,7% | 1.110,3 | 12,6% | 22,9% | 1,3% |
| Tributos a recuperar | 962,0 | 6,6% | 258,4 | 2,2% | 208,8 | 2,4% | 272,3% | 23,8% |
| Instrumentos financeiros derivativos | 5,4 | 0,0% | 4,4 | 0,0% | 10,9 | 0,1% | 24,0% | -59,6% |
| Outros ativos | 63,7 | 0,4% | 70,7 | 0,6% | 53,3 | 0,6% | -9,9% | 32,6% |
| Total do ativo circulante | 8.896,8 | 60,8% | 6.656,3 | 57,6% | 5.930,4 | 67,2% | 33,7% | 12,2% |
| Ativo não circulante | | | | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | | | | |
| Tributos a recuperar | 661,1 | 4,5% | 73,3 | 0,6% | 78,3 | 0,9% | 801,4% | -6,4% |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 276,9 | 1,9% | 214,5 | 1,9% | 153,5 | 1,7% | 29,1% | 39,7% |
| Outros ativos | 12,8 | 0,1% | 16,2 | 0,1% | 29,4 | 0,3% | -20,4% | -44,9% |
| Total do ativo realizável a longo prazo | 950,9 | 6,5% | 304,0 | 2,6% | 261,2 | 3,0% | 212,7% | 16,4% |
| Imobilizado | 2.154,3 | 14,7% | 2.173,7 | 18,8% | 1.994,4 | 22,6% | -0,9% | 9,0% |
| Direito de uso | 1.700,0 | 11,6% | 1.634,7 | 14,1% | 0,0 | 0,0% | 4,0% | 100,0% |
| Intangível | 940,6 | 6,4% | 784,2 | 6,8% | 635,1 | 7,2% | 19,9% | 23,5% |
| Total do ativo não circulante | 5.745,8 | 39,2% | 4.896,6 | 42,4% | 2.890,7 | 32,8% | 17,3% | 69,4% |
| Total do ativo | 14.642,6 | 100,0% | 11.552,9 | 100,0% | 8.821,1 | 100,0% | 26,7% | 31,0% |

Lojas Renner S.A. e Controladas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Levantados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto %)

| | Consolidado | | | | | | | |
|--|-----------------|---------------|-----------------|---------------|----------------|---------------|-------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | AV 2020 | 31/12/2019 | AV 2019 | 31/12/2018 | AV 2018 | AH 2020 x 2019 | AH 2019 x 2018 |
| Passivo e patrimônio líquido | | | | | | | | |
| Passivo circulante | | | | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 1.077,1 | 7,4% | 709,0 | 6,1% | 710,8 | 8,1% | 51,9% | -0,3% |
| Financiamentos - operações serviços financeiros | 341,4 | 2,3% | 185,0 | 1,6% | 712,6 | 8,1% | 84,5% | -74,0% |
| Arrendamento a pagar | 496,6 | 3,4% | 447,7 | 3,9% | 0,5 | 0,0% | 10,9% | 89440,0% |
| Fornecedores | 1.404,9 | 9,6% | 1.081,8 | 9,4% | 1.025,8 | 11,6% | 29,9% | 5,5% |
| Obrigações com administradoras de cartões | 1.193,2 | 8,1% | 985,3 | 8,5% | 694,0 | 7,9% | 21,1% | 42,0% |
| Obrigações fiscais | 402,9 | 2,8% | 636,7 | 5,5% | 550,0 | 6,2% | -36,7% | 15,8% |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 226,8 | 1,5% | 306,9 | 2,7% | 246,0 | 2,8% | -26,1% | 24,8% |
| Obrigações estatutárias | 246,3 | 1,7% | 243,1 | 2,1% | 243,0 | 2,8% | 1,3% | 0,0% |
| Provisões para riscos | 67,1 | 0,5% | 67,6 | 0,6% | 47,8 | 0,5% | -0,9% | 41,4% |
| Instrumentos financeiros derivativos | 31,4 | 0,2% | 7,8 | 0,1% | 14,5 | 0,2% | 304,8% | -46,2% |
| Outras obrigações | 145,8 | 1,0% | 94,4 | 0,8% | 79,4 | 0,9% | 54,5% | 18,9% |
| Total do passivo circulante | 5.633,4 | 38,5% | 4.765,3 | 41,2% | 4.324,4 | 49,0% | 18,2% | 10,2% |
| Passivo não circulante | | | | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 1.545,9 | 10,6% | 444,6 | 3,8% | 327,3 | 3,7% | 247,7% | 35,8% |
| Financiamentos - operações serviços financeiros | 420,6 | 2,9% | 306,4 | 2,7% | 139 | 1,6% | 37,3% | 120,4% |
| Arrendamentos a pagar | 1.365,8 | 9,3% | 1.291,7 | 11,2% | 33,5 | 0,4% | 5,7% | 3755,8% |
| Fornecedores | 95,5 | 0,7% | - | - | - | - | 0% | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | - | - | 5,3 | - | 11,2 | - | -100,0% | -52,7% |
| Provisões para riscos | 55,2 | 0,4% | 24,5 | 0,2% | 29,5 | 0,3% | 125,6% | -16,9% |
| Outras obrigações | 24,8 | 0,2% | 24,1 | 0,2% | 1,8 | 0,0% | 2,9% | 1239,9% |
| Total do passivo não circulante | 3.507,9 | 24,0% | 2.096,6 | 18,1% | 542,2 | 6,1% | 67,3% | 286,7% |
| Total do passivo | 9.141,3 | 62,4% | 6.861,9 | 59,4% | 4.866,6 | 55,2% | 33,2% | 41,0% |
| Patrimônio líquido | | | | | | | | |
| Capital social | 3.805,3 | 26,0% | 3.795,6 | 32,9% | 2.637,5 | 29,9% | 0,3% | 43,9% |
| Ações em tesouraria | (119,5) | -0,8% | (35,5) | -0,3% | (44,5) | -0,5% | 236,0% | -20,2% |
| Reservas de capital | 94,0 | 0,6% | 74,2 | 0,6% | 124,1 | 1,4% | 26,7% | -40,2% |
| Reservas de lucros | 1.694,5 | 11,6% | 869,9 | 7,5% | 1.235,3 | 14,0% | 94,8% | -29,6% |
| Outros resultados abrangentes | 26,9 | 0,2% | (13,2) | -0,1% | 2,1 | 0,0% | -304,0% | -728,6% |
| Total do patrimônio líquido | 5.501,3 | 37,6% | 4.691,0 | 40,6% | 3.954,5 | 44,8% | 17,3% | 18,6% |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | 14.642,6 | 100,0% | 11.552,9 | 100,0% | 8.821,1 | 100,0% | 26,7% | 31,0% |

Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019

Análise do Balanço Patrimonial:

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O Caixa e Equivalentes de Caixa e aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2020 totalizavam R\$ 2.672,4 milhões, um aumento de 94,7% em relação aos R\$ 1.372,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento está relacionado as captações de empréstimos e financiamentos para reforço de capital de giro e reforço das posições de liquidez de forma a suportar a Companhia para um cenário de incertezas oriundo da pandemia da Covid-19.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020, o contas a receber totalizava R\$ 3.811,7 milhões, representando uma redução de 0,4% em relação a 31 de dezembro de 2019, em que totalizava R\$ 3.826,0 milhões. Esta redução das contas a receber está relacionada, principalmente, com a redução do volume de vendas da Companhia no período e maior cobertura das perdas em crédito.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2020, os estoques totalizavam R\$ 1.381,7 milhões, representando um aumento de 22,9% em relação a 31 de dezembro de 2019, cujo montante era de R\$ 1.124,5 milhões. Este aumento está relacionado ao menor volume de vendas, no entanto, vem aprimorando a sua gestão de estoques, acelerando a utilização de dados para capturas de tendências, montagem de coleções, reposição e distribuição de estoques, visando melhorar a sua eficiência operacional.

Tributos a Recuperar (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2020, os tributos a recuperar (circulante e não circulante) totalizavam R\$ 1.623,1 milhões, representando um aumento de 389,3% em relação a 31 de dezembro de 2019, cujo montante era de R\$ 331,7 milhões. Este aumento refere-se principalmente a recuperação de créditos tributários, obtidos pela Controladora, correspondente ao processo de Exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS, no montante de R\$ 1.363,0 milhões.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo imobilizado totalizava R\$ 2.154,3 milhões, representando uma redução de 0,9% em relação a 31 de dezembro de 2019, quando o montante registrado totalizava R\$ 2.173,7 milhões. A redução refere-se principalmente as despesas com depreciações e baixas de ativos em patamares superiores as aquisições realizadas no período.

Direito de Uso

Em 31 de dezembro de 2020, o direito de uso totalizada R\$ 1.700,0 milhões, representando um aumento de 4,0% em relação aos R\$ 1.634,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, devido principalmente à renovações de contratos durante o período.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo intangível totalizava R\$ 940,6 milhões, representando um aumento de 19,9% em relação a 31 de dezembro de 2019, onde o montante registrado totalizava R\$ 784,2 milhões. Tal incremento no intangível da Companhia decorre essencialmente dos investimentos na atualização de sistemas e equipamentos de tecnologia.

Empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) atingiram R\$ 2.623,0 milhões em comparação com R\$ 1.153,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. Este aumento está relacionado a 10ª e 11ª emissão de debêntures, a novos empréstimos e financiamentos para capital de giro na modalidade 4.131 Bacen e a CCB. Os recursos obtidos foram destinados para reforço de capital de giro e para reforço das posições de liquidez de forma a suportar a Companhia para um cenário de incertezas oriundo da pandemia da Covid-19.

Financiamentos – Operações Serviços Financeiros (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2020, os financiamentos – Operações Serviços Financeiros (circulante e não circulante), totalizavam R\$ 762,0 milhões, representando um aumento de 55,1% em relação ao saldo de R\$ 491,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deve-se as novas captações para enfrentamento da Covid-19, reforçando o caixa mínimo estratégico e para suportar o curso ordinário do negócio.

Fornecedores (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de fornecedores (*circulante e não circulante*) totalizava R\$ 1.500,4 milhões, representando um aumento de 38,7% em relação aos R\$ 1.081,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Este aumento está em linha com o maior volume de estoques, e também, com a ampliação de prazo nas compras internacionais.

Arrendamentos a pagar (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de Arrendamentos a pagar (*circulante e não circulante*) totalizava R\$ 1.862,4 milhões, representando um aumento de 7,1% em relação aos R\$ 1.739,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Este aumento deve-se, principalmente, a remensurações/novos contratos.

Considerações sobre principais contas do patrimônio líquido:

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$ 5.501,3 milhões, representando um aumento de 17,3% em relação aos R\$ 4.691,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. A principal razão para o aumento do patrimônio líquido está relacionada a retenção de lucros que financiam parte do plano de expansão da Cia.

Exercício de 2019 comparado com o exercício de 2018

Análise do Balanço Patrimonial:

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O Caixa e Equivalentes de Caixa e aplicações financeiras no final do exercício de 2019 totalizavam R\$ 1.372,3 milhões, uma redução de 0,9% em relação aos R\$ 1.384,4 milhões de 31 de dezembro de 2018. Essa redução está relacionada pelo consumo de caixa pelas atividades de financiamento e investimento da Companhia.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2019, o contas a receber totalizava R\$ 3.826,0 milhões, representando um aumento de 21,0% em relação a 31 de dezembro de 2018, em que totalizava R\$ 3.162,7 milhões. O aumento das contas a receber está relacionado, principalmente, com o crescimento das vendas da Companhia e com o crescimento da carteira do “Meu Cartão”, impulsionado pelo maior uso deste produto pelos clientes

Estoques

Em 31 de dezembro de 2019, os estoques totalizavam R\$ 1.124,5 milhões, representando um aumento de 1,3% em relação a 31 de dezembro de 2018, cujo montante era de R\$ 1.110,3 milhões. Este aumento em relação a 2018 está relacionado a uma melhor composição dos estoques ao final de 2019.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo imobilizado totalizava R\$ 2.173,7 milhões, representando um aumento de 9,0% em relação a 31 de dezembro de 2018, quando o montante registrado totalizava R\$ 1.994,4 milhões. O incremento nos investimentos da Companhia decorre principalmente da inauguração de novas lojas em 2019, remodelação de instalações, centros de distribuição, entre outros.

Direito de Uso

Aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019, a norma IFRS 16/CPC 06 (R2) exige para todos os contratos de arrendamento no escopo da norma – exceto aqueles enquadrados nas isenções – que os arrendatários reconheçam os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso. Em 31 de dezembro de 2019, o direito de uso totaliza R\$ 1.634,7 milhões.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo intangível totalizava R\$ 784,2 milhões, representando um aumento de 23,5% em relação a 31 de dezembro de 2018, onde o montante registrado totalizava R\$ 635,1 milhões. Tal incremento no intangível da Companhia decorre essencialmente dos investimentos na atualização de sistemas de tecnologia.

Considerações sobre principais contas do passivo:

Financiamentos – Operações serviços financeiros

Em 31 de dezembro de 2019, os financiamentos dessas operações totalizavam R\$ 491,4 milhões, representando uma redução de 42,3% em relação ao saldo de R\$ 851,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa redução tem como principal motivo a liquidação do FIDC (Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios) Lojas Renner em maio de 2019.

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de fornecedores totalizava R\$ 1.081,8 milhões, representando um aumento de 5,5% em relação aos R\$ 1.025,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, por conta do aumento do volume das operações.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos e financiamentos e debêntures atingiram R\$ 1.153,6 milhões (R\$ 1.038,1 milhões em 31 de dezembro de 2018). Este aumento está relacionada à 9ª emissão de debêntures da Companhia.

Arrendamento a pagar

Aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019, a norma IFRS 16/CPC 06 (R2) exige para todos os contratos de arrendamento no escopo da norma – exceto aqueles enquadrados nas isenções – que os arrendatários reconheçam os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de Arrendamentos a Pagar totaliza R\$ 1.739,4 milhões.

Considerações sobre principais contas do patrimônio líquido:

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$ 4.691,0 milhões, representando um aumento de 18,6% em relação aos R\$ 3.954,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. A principal razão para o aumento do patrimônio líquido está relacionado ao Lucro Líquido do Exercício que foi retido para financiar parte do plano de expansão da Companhia.

Lojas Renner S.A. e Controladas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto %)

| | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | | | | | | |
|--|---|---------------|------------------|---------------|------------------|---------------|-------------------|-------------------|
| | 2020 | AV 2020 | 2019 | AV 2019 | 2018 | AV 2018 | AH 2020 x 2019 | AH 2019 x 2018 |
| Receita operacional líquida | 7.537,2 | 100,0% | 9.588,4 | 100,0% | 8.426,5 | 100,0% | -21,4% | 13,8% |
| Vendas de mercadorias | 6.660,6 | 88,4% | 8.474,7 | 88,4% | 7.485,4 | 88,8% | -21,4% | 13,2% |
| Produtos e serviços financeiros | 876,6 | 11,6% | 1.113,7 | 11,6% | 941,1 | 11,2% | -21,3% | 18,3% |
| Custos das vendas | (3.223,6) | -42,8% | (3.730,5) | -38,9% | (3.284,5) | -39,0% | -13,6% | 13,6% |
| Vendas de mercadorias | (3.201,3) | -42,5% | (3.707,3) | -38,7% | (3.257,4) | -38,7% | -13,6% | 13,8% |
| Custos dos Produtos e serviços financeiros | (22,3) | -0,3% | (23,2) | -0,2% | (27,1) | -0,3% | -4,1% | -14,4% |
| Lucro bruto | 4.313,6 | 57,2% | 5.857,9 | 61,1% | 5.142,0 | 61,0% | -26,4% | 13,9% |
| Vendas | (2.468,0) | -32,7% | (2.505,8) | -26,1% | (2.256,6) | -26,8% | -1,5% | 11,0% |
| Administrativas e gerais | (885,2) | -11,7% | (879,3) | -9,2% | (820,0) | -9,7% | 0,7% | 7,2% |
| Perdas em crédito, líquidas | (412,6) | -5,5% | (381,0) | -4,0% | (280,7) | -3,3% | 8,3% | 35,7% |
| Outros resultados operacionais | 309,2 | 4,1% | (415,4) | -4,3% | (360,9) | -4,3% | -174,4% | 15,1% |
| Despesas operacionais, líquidas | (3.456,7) | -45,9% | (4.181,5) | -43,6% | (3.718,2) | -44,1% | -17,3% | 12,5% |
| Lucro operacional antes do resultado financeiro | 856,9 | 11,4% | 1.676,4 | 17,5% | 1.423,8 | 16,9% | -48,9% | 17,7% |
| Receitas financeiras | 712,9 | 9,5% | 74,4 | 0,8% | 49,2 | 0,6% | 857,9% | 51,2% |
| Despesas financeiras | (369,0) | -4,9% | (258,8) | -2,7% | (102,8) | -1,2% | 42,6% | 151,8% |
| Resultado financeiro, líquido | 343,9 | 4,6% | (184,4) | -1,9% | (53,6) | -0,6% | -286,5% | 244,0% |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 1.200,8 | 15,9% | 1.492,0 | 15,6% | 1.370,2 | 16,3% | -19,5% | 8,9% |
| Corrente | (162,8) | -2,2% | (472,8) | -4,9% | (278,1) | -3,3% | -65,6% | 70,0% |
| Diferido | 58,3 | 0,8% | 67,0 | 0,7% | (72,0) | -0,9% | -13,0% | -193,1% |
| Imposto de renda e contribuição social, líquidos | (104,5) | -1,4% | (405,8) | -4,2% | (350,1) | -4,2% | -74,2% | 15,9% |
| Lucro líquido do exercício | 1.096,3 | 14,5% | 1.086,2 | 11,3% | 1.020,1 | 12,1% | 0,9% | 6,5% |

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019

Análise das Demonstrações do Resultado

Receita Operacional Líquida de Vendas de Mercadorias (Segmento de Varejo)

O ano de 2020 iniciou em um ambiente favorável, com bom desempenho de vendas e estoques saudáveis até meados do mês de março. No entanto, com o aumento nas incertezas geradas com a proliferação da Covid-19, a Companhia decidiu fechar temporariamente todas as suas lojas físicas. Ao final de abril, iniciou-se o processo gradual de reabertura, com evolução mensal no número de unidades em operação. Após a reabertura, as unidades funcionaram com limitações na quantidade de dias e horas de operação, assim como no acesso aos provedores e nas regras de distanciamento social. Estas restrições, somadas ao comportamento do consumidor, inseguro quanto à circulação em espaços públicos, resultou em um fluxo abaixo do normal ao longo do ano, porém com conversão e número de peças por sacola mais elevados.

Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando em algumas localidades, os consumidores passaram a frequentar mais as lojas e, com isso, o fluxo médio evoluiu de forma importante, estando, a partir de setembro, alinhado aos patamares normalizados. Este movimento foi bastante evidente em algumas regiões, como o Norte e o Nordeste, em que a circulação das pessoas já havia se normalizado. No entanto, o aumento no número de casos ao final do ano, levaram novamente à elevação nas restrições e, em alguns casos, ao fechamento temporário de unidades, reduzindo a tendência de melhora sequencial observada até então. Neste contexto, a performance das vendas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi impactada de forma significativa, atingindo R\$ 6.660,6 milhões, com redução de 21,4% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, e Vendas em Mesmas Lojas com uma redução de 23,9%.

As vendas na Youcom foram igualmente impactadas pelo fechamento temporário das lojas físicas, totalizando R\$ 172,7 milhões, com redução de 22,0%. Já na Camicado, a Receita Líquida foi de R\$ 506,9 milhões, redução de 3,4%, desempenho bastante superior ao do setor de Moda Casa, principalmente, fruto da adequação do mix de produtos, assim como melhorias na produtividade das lojas.

A pandemia da Covid-19 também trouxe importantes mudanças no comportamento do consumidor, que aderiu fortemente aos canais digitais, a partir das restrições impostas à mobilidade. Após o período de redução intencional das operações do E-commerce, ao final de março de 2020, para as devidas adaptações na operação e, com isso, garantindo a saúde e segurança dos colaboradores, iniciou-se um intenso processo de aceleração das vendas através dos canais digitais, com aumento relevante na quantidade de itens disponíveis. Assim, as vendas *on line* apresentaram um aumento de 126,0% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Receita Operacional Líquida do Segmento de Produtos e Serviços Financeiros

Houve uma redução na Receita Operacional Líquida de Produtos e Serviços Financeiros de 21,3% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, foi consequência principalmente, dos menores patamares de carteira, gerados pelo período de lojas fechadas, assim como pelo menor uso dos cartões de crédito em geral. Adicionalmente, os descontos concedidos nas renegociações, assim como as isenções de juros no período de lojas fechadas e a redução nas taxas de financiamento também impactaram esse desempenho. Importante mencionar que, na medida em que os volumes das carteiras foram se recompondo, houve o reflexo gradual na geração de Receitas para os períodos seguintes.

Custo das Vendas de Mercadorias (CMV) e Lucro Bruto do Segmento de Varejo

O Custo das Vendas de Mercadorias no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 apresentou redução de 13,6%, em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, sendo abaixo da redução da Receita Operacional Líquida de Mercadorias no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 que apresentou 21,4%. Como consequência, o Lucro Bruto do Segmento de Varejo apresentou redução de 27,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, e a margem bruta no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 ficou em 51,9%, comparada a uma redução de 4,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 ante 2019, em consequência do fechamento temporário das lojas, que além da queda da Receita, gerou maiores níveis de remarcações de preços no ano.

Custo das Vendas e Lucro Bruto do Segmento de Produtos e Serviços Financeiros

O Custo das Vendas de Produtos e Serviços Financeiros no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 apresentou redução de 4,1%, em relação ao ano anterior, em consequência do menor custo de funding e menor volume das operações.

O Lucro Bruto do Segmento de Produtos e Serviços Financeiros no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 854,3 milhões e apresentou redução de 21,7%, comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, como consequência do menor volume de concessão de crédito, impactando na redução da receita operacional líquida de Produtos e Serviços Financeiros no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 de 21,3%.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto, como consequência, principalmente da menor venda de mercadorias no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, foi de R\$ 4.313,6 milhões, apresentando uma redução de 26,4% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Este desempenho foi impactado pelo fechamento temporário das lojas e maiores níveis de remarcações de preços no ano.

Despesas com vendas e Despesas gerais e administrativas

As Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas (VG&A) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, totalizaram R\$ 3.353,2 milhões, uma redução de R\$ 31,9 milhões ou 0,94%, quando comparado com ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando essas despesas corresponderam a R\$ 3.385,1 milhões. Subtraindo as despesas com depreciações e amortizações destas despesas com vendas, gerais e administrativas, de R\$ 744,3 milhões (R\$ 648,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019), a Companhia apurou uma redução, devido principalmente a:

- (i) menores volumes vendidos;
- (ii) os ajustes e renegociações para adaptação da operação, principalmente durante o período em que as lojas estavam temporariamente fechadas.

Perdas em Crédito, líquidas

As Perdas em Crédito, Líquidas, totalizaram R\$ 412,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 com um aumento de 8,3% quando comparado com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 que totalizou R\$ 381,0 milhões. Este aumento decorre, principalmente, dos maiores níveis de cobertura da carteira, face as incertezas do cenário macroeconômico, que ocasionaram um maior nível de provisionamento e perdas em crédito.

Resultado financeiro, líquido

O Resultado Financeiro Líquido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de uma receita de R\$ 343,9 milhões, basicamente, em razão dos juros sobre créditos tributários de R\$ 560,4 milhões reconhecidos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 totalizavam R\$ 104,5 milhões, uma redução de 74,2% em relação aos R\$ 405,8 milhões de 31 de dezembro de 2019. Essa variação está relacionada, principalmente, ao impacto gerado pela Covid-19.

Lucro líquido do exercício

O Lucro Líquido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$ 1.096,3 milhões, apresentando crescimento de 0,9% comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Este aumento no Lucro líquido do exercício deveu-se, essencialmente ao reconhecimento de crédito tributário, oriundo do trânsito em julgado da ação judicial relativa à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, conforme comentado na evolução dos saldos de tributos a recuperar.

Exercício de 2019 comparado com o exercício de 2018

Análise das Demonstrações do Resultado

Receita Operacional Líquida de Venda de Mercadorias (Segmento Varejo)

No ano de 2019, a Receita Líquida das Vendas de Mercadorias foi de R\$ 8.474,7 milhões, o que representa um crescimento de 13,2%, com vendas em mesmas lojas de 8,7%.

O ano de 2019 foi marcado pela boa aceitação das coleções, eficiência das operações e pelo adequado sortimento dos produtos. Estes fatores, somados às melhorias implementadas na experiência de compras dos clientes, principalmente com a introdução de tecnologia em diferentes processos, levou ao crescimento do fluxo de clientes nas lojas da Renner.

As vendas na Youcom totalizaram R\$ 221,3 milhões e continuaram contribuindo positivamente para o desempenho consolidado, com crescimento de 23,3%, reflexo da boa aceitação das coleções e da correta gestão de estoques. Já na

Camicado, questões relacionadas à gestão comercial e de estoques acabaram impactando a competitividade do negócio, cuja Receita Líquida foi de R\$ 525,0 milhões, com aumento de 4,0%.

O e-commerce seguiu com boa performance, com crescimento de 52,8%, no ano em relação ao ano anterior, superior ao do setor de vestuário e calçados online, conforme dados divulgados por empresa especializada. Esse desempenho é resultado de iniciativas implementadas, como o Retire em Loja, bem como melhorias no app e na experiência de compras.

Receita Operacional Líquida do Segmento de Produtos e Serviços Financeiros

A Receita Operacional Líquida de Produtos e Serviços Financeiros, somou em 2019 R\$ 1.113,7 milhões, com aumento de 18,3% em relação a 2018, devido principalmente às maiores receitas geradas pelo Meu Cartão, reflexo do aumento de 42,6% nesta carteira. Adicionalmente, o crescimento da receita do Private Label refletiu o menor custo de funding e a apropriação de juros nas transações que passaram a ser reconhecidas na Realize CFI, a partir de abril.

Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) e Lucro Bruto do Segmento de Varejo

O CMV apresentou aumento de 13,8% em relação ao ano anterior, levemente acima do crescimento da Receita Operacional Líquida de Mercadorias. O Lucro Bruto do Segmento de Varejo foi de R\$ 4.767,4 milhões e apresentou crescimento de 12,8%, ante 2018, com a margem bruta em 56,3%, estável ante 2018 (-0,2 pontos percentuais). As melhorias na reatividade do negócio e na qualidade dos produtos oferecidos permitiram esta performance, compensando, quase que na totalidade, o efeito negativo do câmbio contratado para os itens importados, principalmente no primeiro semestre do ano.

O Custo das Vendas e Lucro Bruto de Produtos e Serviços Financeiros

O Custo das Vendas de Produtos e Serviços Financeiros apresentou redução de 14,4%, em relação ao ano anterior, em consequência do menor custo de funding. O Lucro Bruto do Segmento de Produtos e Serviços Financeiros foi de R\$ 1.090,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e apresentou crescimento de 19,3%, ante 2018. Este desempenho foi consequência das maiores receitas geradas, principalmente pelo aumento da utilização do Meu Cartão.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto, em 2019 foi de R\$ 5.857,9 milhões, com aumento de 13,9% sobre o ano de 2018, originado principalmente, pelo melhor desempenho no segmento de varejo, decorrente das melhorias na reatividade do negócio e na qualidade dos produtos oferecidos, que permitiram esta performance, compensando, quase que na totalidade, o efeito negativo do câmbio contratado para os itens importados, no primeiro semestre do ano.

Despesas com vendas e Despesas gerais e administrativas

As Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas (VG&A) no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, totalizaram R\$ 3.385,1 milhões, um aumento de R\$ 308,5 milhões (10,0 %), quando comparado com o exercício anterior, quando essas despesas corresponderam a R\$ 3.076,6 milhões, inferior ao crescimento da Receita Operacional Líquida de Vendas de Mercadorias que foi de 13,2%, consequência dos esforços de controle de despesas operacionais e ganhos de eficiência.

Perdas em Crédito, Líquidas

As Perdas em Crédito, Líquidas, em 2019, foram 35,8% maiores que 2018, em função, principalmente, do maior provisionamento do Private Label, como consequência das transações na Realize CFI, e dos maiores volumes do Meu Cartão.

Resultado financeiro

Em 2019, o Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$ 184,4 milhões, aumento de 244,0%, ante 2018, em razão principalmente, do reconhecimento de R\$ 134,5 milhões de Despesa Financeira de Arrendamento, relacionadas à adoção do IFRS 16.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social no final do exercício de 2019 totalizavam R\$ 405,8 milhões, um aumento de 15,91% em relação aos R\$ 350,1 milhões de 31 de dezembro de 2018. Essa variação está relacionada, principalmente, com o aumento do lucro do exercício.

Lucro do exercício

O Lucro Líquido de 2019 totalizou R\$ 1.086,2 milhões, apresentando crescimento de 6,5% ante 2018, quando houve o reconhecimento de créditos tributários não recorrentes, referentes à decisão judicial transitada em julgado relativa à dedução fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, bem como do reconhecimento dos valores considerados subvenção para investimentos, conforme Lei Complementar 160/17.

Fluxo de Caixa do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

| Fluxo de caixa consolidado (Em R\$ milhões) | Consolidado | | | Análise Horizontal 2020 x 2019 | Análise Horizontal 2019 x 2018 |
|---|-------------|------------|------------|--------------------------------------|--------------------------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | | |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | 608,4 | 1.581,7 | 811,4 | -61,5% | 94,9% |
| Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos | (543,8) | (750,3) | (609,8) | -27,5% | 23,0% |
| Caixa líquido gerado nas (consumido pelas) atividades de financiamentos | 1.013,3 | (647,7) | (317,5) | n.m | n.m |

Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2020 vs 2019

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais: No fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 608,4 milhões, comparado a um fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais de R\$ 1.581,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. A Companhia apurou uma redução de 61,5% em relação aos números apresentados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, em função do menor desempenho dos negócios, provocado pelas restrições e fluxo nas lojas, com a correspondente queda nas receitas;

Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos: O caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 543,8 milhões, comparado ao caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos de R\$ 750,3 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. A Companhia implementou um plano de revisão dos investimentos afim de proteger o caixa em um ano de pandemia, o que gerou uma redução de 27,5% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 em relação ao exercício de 2019;

Caixa líquido gerado nas (consumido pelas) atividades de financiamentos: O fluxo de caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos foi de R\$ 1.013,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a um caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos de R\$ 647,7 milhões no exercício de 2019, em decorrência da captação de novos empréstimos, financiamentos e debêntures, tendo em vista a preparação para o enfrentamento da crise da Covid-19.

Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2019 vs 2018

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais: O fluxo de caixa das atividades operacionais no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 1.581,7 milhões, comparado a um fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais de R\$ 811,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. A Companhia apurou um aumento de 94,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em comparação a 31 de dezembro de 2018, em função, principalmente, do crescimento das receitas;

Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos: O caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 750,3 milhões, comparado ao caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos de R\$ 609,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. A Companhia apresentou maior nível de investimentos, de 23,0 % no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em relação 31 de dezembro de 2018, consequência da aceleração do seu plano de expansão;

Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos: o fluxo de caixa consumido das atividades de financiamentos foi de R\$ 647,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, contra um fluxo de caixa consumido das atividades de financiamentos de R\$ 317,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em virtude da maior distribuição de Dividendos e ao reconhecimento do pagamento das contraprestações de arrendamento, que passaram a ser incluídas nas atividades de financiamento a partir da adoção do IFRS 16 no exercício iniciado em 2019.

10.2 - Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Exercício de 2020

O ano de 2020 foi marcado pelos efeitos da Covid-19, que impactou a economia não só do Brasil, mas de todo o mundo. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Para minimizar estes impactos, foram lançadas políticas de incentivo fiscal e preservação de empregos, assim como medidas de auxílio à renda, que beneficiaram os setores econômicos em diferentes níveis.

Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. No varejo de vestuário, o fluxo nos shoppings foi gradualmente retomando aos patamares normalizados e, com isso, as vendas do segmento evoluíram sequencialmente a partir de abril, já alcançando níveis próximos ao ano anterior em outubro, conforme dados do PMC – Pesquisa Mensal do Comércio, divulgada pelo IBGE. No entanto, o aumento nos casos de Covid-19, no final do ano, trouxe novas limitações à mobilidade e, conseqüentemente, alterou esta tendência.

Em linha com o Ciclo Digital que a Companhia está vivendo, foram feitos avanços importantes na implementação de diversas iniciativas relacionadas aos três grandes projetos que compõem esta transformação: o primeiro refere-se à construção da Visão Única do Cliente, que busca criar um relacionamento personalizado e consistente com este público, através da maior assertividade na comunicação e relação com a marca. O segundo está relacionado ao uso de dados para o Ciclo de Vida do Produto, empregando Inteligência Artificial em processos que compreendem desde a captura de tendências até a distribuição dos itens nas lojas. E o terceiro, da Transformação Omnichannel, que visa garantir uma jornada de compras única, com a completa integração entre os canais *online* e *offline*.

Adicionalmente, o ano que passou foi importante para a ampliação da integração de todas as empresas que compõem a Lojas Renner S.A., com o objetivo de estruturar e fortalecer o seu ecossistema de moda e *lifestyle* e, assim, gerar maiores sinergias entre os negócios e fortalecer a estratégia da Companhia.

RENNER

A marca conta com 373 lojas no Brasil, 8 unidades no Uruguai, além de 4 unidades na Argentina. As lojas têm área média de 1,8 mil m² e 91% delas estão localizadas em shopping centers. Adicionalmente, oferece seus produtos pelo e-commerce, no Brasil e no Uruguai.

Em 2020, a Renner avançou em seu plano de expansão física, ainda que em ritmo menor que o usual, em função dos desdobramentos da Covid-19. Desta forma, foram inauguradas 7 lojas no período, e houve o encerramento de 2 unidades, em função do processo frequente de revisão da rentabilidade das operações. No total, eram 385 unidades em operação ao final do ano, que somavam 709,9 mil m² de área total de vendas.

Em relação à operação, a Companhia seguiu inovando e investindo na Transformação Omni, não obstante as restrições às atividades, principalmente durante o período de fechamento temporário das unidades. No ano, foram feitas evoluções importantes, tanto nas novas formas de vendas implementadas, como nas entregas.

Adicionalmente, muitos dos serviços que já estavam disponíveis se mostraram ainda mais essenciais durante a pandemia, como as alternativas de *checkout* móvel, que representaram 20% das vendas das lojas. Nesse sentido, todas as lojas oferecem o Venda Móvel, em que o colaborador, por meio de dispositivos específicos, finaliza a compra em qualquer ponto da área de vendas, e o Venda Digital, no qual os produtos do e-commerce são vendidos nas lojas. Adicionalmente, é possível realizar o pagamento através de caixas de autoatendimento, que já representam 12% das vendas nas unidades onde o serviço está disponível. Ainda, foi implementado, em toda a rede, o Pague Digital, cujo pagamento das compras é realizado pelo smartphone do cliente no app Renner, com um total de 200 mil operações desde seu lançamento.

Quanto às novas formas de comprar, passou-se a oferecer novas alternativas: foi criado o Minha Sacola, modalidade de venda social que permite a qualquer pessoa anunciar produtos da Renner, recebendo uma comissão pela venda gerada e, ao final do ano, já eram mais de 17 mil afiliados. Da mesma forma, foi disponibilizada a venda por Whatsapp, que está funcionando em mais de 80 lojas e se destaca pela elevada conversão, assim como o Ligue e Compre, para realização de vendas por telefone. Foi lançado também, o Fashion Machine, piloto de *vending machine* em Estação de Metrô na cidade

de São Paulo, que oferece uma compra 100% autônoma. E, por fim, foi lançado o Fashion Delivery, que usa *analytics* para definição do público-alvo e envio de itens selecionados para a casa do cliente, com base em suas preferências.

Já em relação à entrega, ampliou-se a conveniência para receber os produtos e, para isso, a implementação do RFID, em 2019, foi um passo fundamental para a maior acuracidade de estoques e integração *online* e *offline*. Nesta frente, foram lançadas iniciativas não só através do Retira em Loja, em funcionamento desde 2018, mas também através da modalidade *drive-thru*, que proporcionou flexibilidade e segurança durante o fechamento de lojas, assim como do *Ship from Store*, presente em mais de 180 unidades, e que permite oferecer prazos de entrega mais rápidos. Outra, importante iniciativa, foi a Prateleira Infinita, que é a disponibilização do estoque das lojas aos clientes do e-commerce, em implementação desde setembro. Este recurso potencializa as vendas online, pois amplia consideravelmente o sortimento e a profundidade de itens disponibilizados aos clientes, aumentando a participação do uso do estoque das lojas para atender as compras online. Desta forma, ao final do ano, em torno de 20% das vendas digitais já eram atendidas pelas unidades físicas.

VENDAS DIGITAIS

A pandemia da Covid-19 também trouxe importantes mudanças no comportamento do consumidor, que aderiu fortemente a este canal, a partir das restrições impostas à mobilidade. Após o período de redução intencional das vendas, ao final de março, para as devidas adaptações na operação e, com isso, garantir a saúde e segurança dos colaboradores, iniciou-se um intenso processo de aceleração dos canais digitais, com aumento relevante na quantidade de itens disponíveis. Assim, as vendas digitais apresentaram aumento de 126,0% e ganharam relevância no negócio, representando 12,3% das vendas totais.

Ampliou-se também, os investimentos em conteúdo, com foco na cumplicidade com os clientes, através de informações e tutoriais de moda, comportamento e bem-estar, além do Renner Live Music e do Renner Live Shop, sobre moda e beleza, com experts nestes temas. Adicionalmente, foram implementadas diversas melhorias na experiência de compras dos clientes, trazendo mais autonomia, como a solicitação de troca e devolução diretamente pela plataforma; flexibilidade, com a aceitação de novos meios de pagamento, como o Apple Pay e PIX; bem como na usabilidade, com a criação de ferramentas como o Guia do Sutiã Ideal e as réguas de medidas.

Todas estas iniciativas refletiram em aumento de 134% no fluxo e o número de clientes ativos mais que dobrou no ano. Adicionalmente, houve crescimento relevante na quantidade de novos clientes, de mais de em torno de 160%, os quais representaram quase 70% da base total e mais de 50% das vendas. A participação do aplicativo foi destaque ao longo do ano, com crescimento de 205% no número de downloads, o mais baixado entre os players de moda online, e representando cerca de 50% das vendas digitais. Como resultado, a Renner foi reconhecida, mais uma vez, com o Prêmio EBIT Loja Favorita Moda.

OPERAÇÃO NO EXTERIOR

A Renner possui operações no Uruguai e na Argentina, através de 12 unidades, que seguem o mesmo padrão e posicionamento das demais lojas da rede no Brasil. As primeiras unidades no exterior foram inauguradas em 2017, no Uruguai, e representaram um passo importante para testar o modelo de negócio em outros mercados. A aceitação dos produtos pelos clientes locais é ótima e a performance de vendas na região foi destaque durante a pandemia. Além das 8 unidades físicas, a operação conta com o canal *online* e possui, ainda, um *hub* para recebimento direto de produtos importados da Ásia, evitando assim a bitributação.

Devido ao desempenho no Uruguai, ao final de 2019, a Renner abriu 4 lojas na Argentina, um País populoso, com ambiente competitivo favorável e com oportunidades comerciais advindas do Mercosul. Mesmo com pouco tempo de operação, em função dos fechamentos temporários de lojas, os clientes se mostraram encantados com os produtos e o nível de serviço ofertados e, com isso, a região teve o melhor resultado no Encantômetro da Companhia. O foco na operação tem sido a estabilização dos processos de comércio exterior e o desenvolvimento de fornecedores locais, para ganhos de *lead time*.

PRODUTO

Um dos principais focos, em 2020, foi a sustentação da cadeia de fornecedores durante a pandemia, onde todos os compromissos foram honrados e se trabalhou de maneira muito próxima aos parceiros comerciais de revenda, buscando

replanejar os pedidos que estavam em andamento, ajustando coleções e redesenhando produtos para adaptação à situação atual.

Ao mesmo tempo, a Companhia seguiu investindo em iniciativas tecnológicas e de inovação que contribuam para levar as tendências com mais rapidez aos pontos de venda, agregando maior valor e qualidade aos produtos. Nesse sentido, foi pioneira em investir em uma máquina digital para estampar peças, trazendo mais sustentabilidade, qualidade e velocidade ao processo, produzindo sob demanda e com mais customização. Também foi intensificado o uso da área de pilotagem, uma oficina de corte, modelagem e costura, presente na área de produtos, que, através do uso de máquinas e equipamentos digitais, reduz não só a quantidade de versões de amostras produzidas, mas também o transporte para trocas com os fornecedores, trazendo mais qualidade, sustentabilidade e redução de tempo de desenvolvimento e produção.

Quanto às sistemas, a Renner seguiu a implementação do PLM (*Product Lifecycle Management*), sistema de gestão do ciclo de vida do produto, que permite a digitalização do processo de desenvolvimento dos itens, a padronização dos processos e a rastreabilidade das peças. Todos os itens de produção nacional já são desenvolvidos e as suas ordens de compras realizadas através da ferramenta e, em 2020, se avançou na integração com os fornecedores internacionais.

Em relação ao Uso de Dados no Ciclo de Vida dos Produtos, em 2020, a Companhia ampliou o escopo de atuação, alcançando 17% dos itens já distribuídos de forma automatizada (*data-driven*) na Renner. Para tanto, são usados modelos preditivos, em que algoritmos definem a demanda por peça e por loja, garantindo assim, mais venda, com menor necessidade de estoque. Esta solução também foi ampliada para os demais negócios da Companhia, com pilotos finalizados na Youcom e iniciados na Camicado. Adicionalmente, foi lançado um projeto semelhante, através do uso de Inteligência Artificial no processo de compra de produtos, com decisões de volumes orientadas por dados.

LOGÍSTICA

Em 2020, houve avanço na expansão da capacidade logística para o atendimento dos negócios, com ajustes nos modelos de operação para os novos formatos de venda, entrega e retirada de produtos, em linha com as estratégias de transformação digital. As operações foram diversificadas, os times reforçados, além da evolução na qualidade das embalagens e preparo dos produtos enviados, gerando melhor experiência de compras aos clientes. Também foi promovida maior sinergia entre as empresas da Companhia, através do compartilhamento de transportes, trazendo maior otimização e sustentabilidade à operação.

Quanto aos desafios da pandemia, houve rápida adaptação às diretrizes de saúde e segurança, assim como o replanejamento dos CDs e malhas e equilíbrio de estoques, visando a retomada com maior agilidade e excelência. Essa calibragem permitiu reabrir com estoques saudáveis e um sortimento de produtos adequado para o reabastecimento das lojas. Tudo isso foi possível graças a uma gestão capaz e integrada entre as Diretorias de Produto, Supply Chain e Operações de Lojas, implementada em 2019, e que ganhou ainda mais relevância na pandemia, permitindo decisões mais ágeis e precisas.

Em meio a tantas mudanças, a construção do novo Centro de Distribuição em Cabreúva (SP), com conclusão prevista para 2022, seguiu conforme o cronograma. Este CD permitirá ganhos de eficiência, velocidade e sinergia entre os negócios e atenderá a operação *omnichannel*.

CAMICADO

A Camicado é uma rede de lojas especializada, que busca encantar as pessoas com experiências para casa e decoração. Ela foi adquirida em 2011 e é a varejista de maior abrangência física nacional no segmento especializado de casa e decoração, com presença em todas as regiões do País. Oferece grande variedade de produtos, entre artigos de decoração, utensílios de cozinha e domésticos, eletroportáteis, organização e cama, mesa e banho.

A marca possui 113 lojas, todas localizadas em shopping centers, com área média de 427 m². No ano, foram inauguradas 2 lojas e, como resultado do processo de revisão da rentabilidade das operações, 3 foram fechadas.

Em 2020, a Camicado teve alterações importantes na gestão e passou por um significativo processo de melhoria operacional, que permeou por diversas áreas do negócio. As atividades de lojas foram revisadas, gerando maior produtividade, assim como foram feitas adequações no mix de produtos e na estratégia comercial.

Quanto à operação *online*, a Camicado acelerou a implantação de melhorias na jornada de compras, principalmente através da geração de conteúdo, com temas educacionais e entretenimento, que levaram ao aumento no engajamento

de clientes. Adicionalmente, evoluiu na oferta *omni*, com mais lojas oferecendo o *Ship from Store*, e implementou novos serviços, como o atendimento via *chatbot* e a venda por Whatsapp. Da mesma forma, seguiu evoluindo na estruturação do seu *marketplace*, com desenvolvimento de novos parceiros e aumento no número de *sellers*, para oferecer uma solução mais completa de casa e decoração aos consumidores.

YOUCOM

A Youcom foi lançada em 2013 e tem como propósito encantar e conectar pessoas de *lifestyle* jovem. Opera em formato de loja especializada, com tamanho médio de 167 m², oferecendo serviços e produtos de qualidade, com alto apelo de moda, a preços competitivos e de forma inovadora e sustentável.

No ano de 2020, a Youcom inaugurou 2 lojas e, como parte do processo de melhoria de rentabilidade de suas operações, encerrou 3 unidades. Desta forma, em dezembro, contava com 100 lojas em operação, presentes em todas as regiões do Brasil, em um total de 16,9 mil m² de área de vendas.

Igualmente aos demais negócios, a Empresa também avançou na transformação digital no ano que passou. Em novembro foi lançado o app Youcom e a operação *omnichannel* ganhou tração, com o *Retire em Loja* disponível em toda a rede e o *Ship from Store*, em mais de 30 unidades. Desta forma, o uso da loja para realização de entregas chegou a representar mais de 40% das vendas *online*. Quanto à novas formas de vendas, foi a primeira na Companhia a lançar o envio de itens selecionados para a casa do cliente, com base em suas preferências, chamado Youcom na sua Casa.

Ainda, houve avanço no uso de dados, permitindo maior entendimento do consumidor, o que tem ajudado no relacionamento com clientes e mix de produtos ofertados.

ASHUA

A Ashua Curve & Plus Size foi lançada em 2016, exclusivamente no *e-commerce* da Renner, oferecendo produtos nos tamanhos 46 a 54, que valorizam as curvas e o corpo feminino, com qualidade e informação de moda.

As primeiras unidades físicas foram abertas em 2018 e, ao final do ano, contava com 8 lojas em operação, com área média de 240 m². Ainda sobre a evolução no canal físico, foram lançadas ilhas (*corners*) da marca dentro de três lojas da Renner, nas cidades de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, em espaços de cerca de 50 m², que apresentaram elevada produtividade.

Quanto à transformação digital, a Ashua também deu passos importantes, tanto na atratividade de sua operação *online*, através de campanhas com *influencers*, quanto nas iniciativas *omni*. Nesta frente, passou a oferecer vendas por Whatsapp, cuja adesão foi destaque entre os formatos da Companhia, lançou o Fashion Delivery, com envio de itens selecionados para a casa do cliente, assim como iniciou os pilotos do *Ship from Store*.

REALIZE CFI - PRODUTOS FINANCEIROS

A Realize Crédito, Financiamento e Investimento S.A. - Realize CFI busca encantar os clientes com experiências e soluções financeiras que tenham impacto em suas vidas. Em dezembro de 2020, a Instituição Financeira detinha uma carteira de crédito total de R\$ 3,5 bilhões, composta, principalmente, por duas modalidades de produtos: o Cartão Renner (*Private Label*), criado em 1973, e o Meu Cartão (Cartão *Co-branded*), lançado em 2012, com as bandeiras Mastercard e Visa, que pode ser utilizado também em outros estabelecimentos, dentro e fora do Brasil. Para compras realizadas na Renner, ambos cartões oferecem opções de pagamento em até cinco parcelas mensais sem juros ou oito, com encargos. Aos clientes elegíveis, são oferecidos também outros serviços, como o Saque Rápido, modalidade de empréstimo pessoal, além de assistências e seguros, entre outros.

A partir do fechamento temporário das lojas, em função da Covid-19, foram colocadas em prática, com a mesma agilidade que no varejo, uma série de melhorias na experiência de pagamentos, aprimorando canais já existentes, lançando outros e promovendo a digitalização dos clientes nas consultas e pagamentos. Adicionalmente, buscou-se alternativas para flexibilizar os pagamentos durante este período, com isenção de juros de até sete dias e uma linha de crédito para financiamento da fatura, com custo inferior ao usual. Ainda, para maior conveniência, foram desenvolvidas novas facilidades e formas de pagamento em correspondentes bancários, como supermercados e redes de conveniência.

Ao longo do ano, a Realize evoluiu o seu portfólio de produtos e serviços financeiros, principalmente através da digitalização da jornada de pagamentos dos clientes. No app, foram implementadas melhorias, como a possibilidade de emissão de cartão virtual, contratação de empréstimos com depósito em conta corrente, venda de seguros, aumento de limites, facilidades de parcelamentos e acordos e simulações de Saque. Desta forma, o número de clientes que interagiu digitalmente com a Realize passou de 35% para cerca de 80% da base ativa, e a seção de cartões do app chegou a alcançar cerca de 20 milhões de acessos mensais. Adicionalmente, o aplicativo da Renner subiu da 26ª para a 8ª posição no ranking de app de meios de pagamentos e funcionalidades que facilitam a vida do cliente, segundo a Cardmonitor, consultoria especializada no tema.

No ano, a Realize também reforçou o time de gestão e acelerou as definições estratégicas para renovação de seu portfólio de produtos e ampliação da oferta de soluções que impactem a vida dos clientes e impulsionem o ecossistema da Companhia.

Nesse sentido, aumentou a abrangência do Meu Cartão, que passou a ser ofertado também a clientes novos, e desenvolveu parcerias para disponibilizar benefícios e vantagens aos portadores deste cartão. Ainda, foi dado o primeiro passo na oferta de soluções de investimento, através da estruturação de um CDB, e foram obtidas autorizações do Banco Central para emissão de moeda eletrônica e operação de conta de pagamento pré-paga. Também já estão sendo realizadas as adequações necessárias para adesão ao PIX e foi lançado o programa de *cashback*, em formato piloto.

Como resultado, a Realize avançou na percepção de seus clientes, aumentando em 10 p.p. o NPS dos cartões, conforme pesquisa realizada por empresa especializada no segmento, e foi reconhecida pelo Prêmio Finanças Mais 2020, do Estadão, na categoria Financeira, onde são avaliados critérios como desempenho e liderança de mercado.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O ano de 2020 iniciou em um ambiente favorável, com bom desempenho de vendas e estoques saudáveis até meados do mês de março. No entanto, com o aumento nas incertezas geradas com a proliferação da Covid-19, a Companhia decidiu fechar temporariamente todas as suas lojas físicas. Ao final de abril, iniciou-se o processo gradual de reabertura, com evolução mensal no número de unidades em operação. Após a reabertura, as unidades funcionaram com limitações na quantidade de dias e horas de operação, assim como no acesso aos provadores e nas regras de distanciamento social. Estas restrições, somadas ao comportamento do consumidor, inseguro quanto à circulação em espaços públicos, resultou em um fluxo abaixo do normal ao longo do ano, porém com conversão e número de peças por sacola mais elevados.

Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando em algumas localidades, os consumidores passaram a frequentar mais as lojas e, com isso, o fluxo médio evoluiu de forma importante, estando, a partir de setembro, alinhado aos patamares normalizados. Este movimento foi bastante evidente em algumas regiões, como o Norte e o Nordeste, em que a circulação das pessoas já havia se normalizado. No entanto, o aumento no número de casos ao final do ano, levaram novamente à elevação nas restrições e, em alguns casos, ao fechamento temporário de unidades, reduzindo a tendência de melhora sequencial observada até então.

Neste contexto, a performance das vendas de mercadorias no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi impactada de forma significativa, atingindo uma receita líquida de vendas de R\$ 6.660,6 milhões, com redução de 21,4% quando comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 e a Receita Líquida de Produtos e Serviços Financeiros no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 876,6 milhões, com redução de 21,3% quando comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

O Lucro Bruto no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, impactado pela menor venda de mercadorias, foi 26,4% menor que no exercício encerrado anterior, atingindo o montante de R\$ 4.313,6 milhões. Este desempenho foi consequência do fechamento temporário das lojas e dos maiores níveis de remarcações de preços no ano. As despesas operacionais, líquidas, foram de R\$ 3.456,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, com uma redução de 17,3% quando comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representa os esforços de contenção de despesas face ao cenário de restrição das atividades em 2020 e também ao reconhecimento de R\$ 742,5 milhões do principal, líquidos dos honorários advocatícios, referentes ao êxito em ação judicial relativa à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins.

O Resultado Financeiro Líquido foi positivo em R\$ 343,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, basicamente, em razão das receitas de juros de R\$ 560,4 milhões sobre créditos tributários, oriundos principalmente do processo referente a exclusão do ICMS da Base de Cálculo de PIS e COFINS transitado em julgado em Maio de 2020. No

exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 também apurou-se maiores Despesas de Juros sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, dado o maior nível de endividamento, assim como apurou-se aumento na Variação Monetária negativa, em função de fluxos de pagamento de comércio exterior e realização do hedge cambial.

O Lucro Líquido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$ 1.096,3 milhões, apresentando leve crescimento de 0,9% quando comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, em virtude principalmente da recuperação de crédito fiscal, conforme mencionado no item 10.1.

Em 31 de dezembro de 2020, os investimentos em ativos fixos totalizaram R\$ 544,0 milhões. Deste montante, 48,8% foram investidos em Sistemas e Equipamentos de Tecnologia e 24,8% em Centros de Distribuição, relativos à construção do novo CD em São Paulo. Ainda, 17,7% foram direcionados à abertura de 11 novas lojas, sendo 7 Renner, 2 Camicado e 2 Youcom. Os restantes 8,7% foram aplicados em reformas de unidades e outros.

Exercício de 2019

O ano de 2019 foi marcado pela transição, com o início de um novo governo, que trouxe mudanças na política econômica do País e uma agenda de reformas. O ano começou com expectativas positivas para a economia, porém a demora maior que a esperada na aprovação da Reforma da Previdência, aliada a níveis de desemprego ainda elevados, reduziu a confiança dos consumidores e, por consequência, o ritmo da recuperação econômica.

Mesmo assim, a partir da metade do ano, conforme as definições econômicas foram acontecendo e a Reforma da Previdência foi aprovada, houve uma retomada gradual da confiança que, aliada às menores taxas de inflação e juros, criou um ambiente macroeconômico mais favorável. Este cenário levou à melhora no fluxo de shoppings e ao aumento de 4,7% nas vendas do varejo, no acumulado até novembro, conforme dados do PMC – Pesquisa Mensal do Comércio, divulgada pelo IBGE.

Foi a partir deste ano que a Companhia avançou e investiu, de forma mais consistente, nas iniciativas digitais em suas operações, organizados em três grandes projetos estruturantes.

O primeiro, voltado à construção da Visão Única do Cliente, que busca criar uma experiência de relacionamento personalizada e consistente com o cliente, trazendo maior assertividade na comunicação e relação com a marca. O segundo está relacionado ao uso de dados para o Ciclo de Vida do Produto, com iniciativas que permeiam desde a captura de tendências até a distribuição dos itens nas lojas, através de Inteligência Artificial. E o terceiro, da Transformação Omnichannel, cujo objetivo é garantir uma jornada de compras única, com a completa integração dos canais de vendas online e offline.

RENNER

A rede contava com 367 lojas no Brasil, 9 unidades no Uruguai, além de 4 unidades na Argentina, marcando o início das operações neste país. As lojas têm área média de 1,8 mil m² e 91% delas estão localizadas em shopping centers. Adicionalmente, oferece seus produtos pelo e-commerce, no Brasil e no Uruguai.

Em linha com o plano de expansão da Renner, em 2019, foram inauguradas 29 lojas, das quais seis fora do Brasil. Desta forma, a Renner encerrou o ano com 380 unidades em operação, que somavam 683,7mil m² de área total de vendas.

No que tange à operação de lojas e conforme o Projeto Estruturante da Transformação Omni, houve avanço importante em iniciativas que flexibilizam a finalização das compras para os clientes, reduzindo a fricção na jornada. Está disponível, em todas as lojas, o Venda Móvel, em que o colaborador, por meio de dispositivos específicos, finaliza a compra em qualquer ponto da área de vendas, e o Venda Digital, no qual os produtos do e-commerce são vendidos nas lojas físicas. Adicionalmente, estão sendo instalados caixas de autoatendimento (self checkout) e o Pague Digital, cujo pagamento das compras é realizado pelo smartphone do cliente no aplicativo Renner, em fase piloto. Essas iniciativas continuarão, gradualmente, sendo implementadas no restante da rede.

Adicionalmente, foi realizada a implementação da identificação de produtos por rádio frequência (RFID) para itens de confecção, em 100% das lojas Renner no Brasil. Esta ferramenta permite identificar a localização, fazer a contagem dos estoques e mostrar as principais informações dos produtos, de forma muito rápida e precisa. Com isto, já foi possível aumentar a frequência de leitura de inventário e agilizar o processo de reposição de itens na área de vendas, com benefícios importantes na produtividade e nos níveis de ruptura e, por consequência, com aumento de vendas.

No escopo da Transformação *Omnichannel*, o RFID permite uma maior acuracidade dos estoques, sendo um passo importante para a integração online e offline, que permite à Companhia usar os estoques das lojas para as vendas no e-commerce. Essa evolução permitirá importantes melhorias para os clientes, que receberão seus pedidos com maior velocidade, a partir da loja mais próxima. Em 2019, itens comprados no e-commerce puderam ser retirados utilizando o estoque da própria loja, em algumas unidades, ainda, foi pilotado o uso de *lockers*, que proporcionam uma jornada 100% autônoma, desde a compra até o recebimento dos itens.

E-COMMERCE

O ano de 2019 foi importante para a operação do e-commerce, que seguiu investindo na experiência de compras, através de melhorias na usabilidade e conteúdo da plataforma e nos processos *omnichannel*. Como resultado de todas as funcionalidades implementadas, este canal seguiu crescendo mais de 3,5 vezes o crescimento do mercado de vestuário online do Brasil, conforme dados divulgados por empresa especializada, e também ganhou participação sobre a venda total da Companhia.

O destaque, no ano, foi o App Renner, que teve o número de downloads crescendo significativamente e, em dezembro, somava 2,3 milhões de clientes ativos. O aplicativo ganhou relevância na operação online: foi o maior gerador de recompra entre os canais digitais, representando 33% das vendas e 45% dos acessos do e-commerce.

Uma outra grande evolução foi no "Compre Online & Retire na Loja", cuja participação cresceu ao longo do ano, chegando, em dezembro, a 36% do total de pedidos, reforçando ainda mais a atratividade das ações *omnichannel* em implementação na Companhia.

Para entender e se conectar cada vez mais com as necessidades dos clientes, foram ampliadas as iniciativas de testes, protótipos, pesquisas e entrevistas com clientes com o intuito de melhorar a qualidade dos serviços digitais disponíveis e a experiência de compras oferecida. Isso permitiu à Renner ser reconhecida, por meio do recebimento de diversos prêmios, dentre eles "Loja Favorita - Moda & Acessórios" e "Top 5 Diamante", do E-Bit. Como resultado, os clientes *omni* tem comprado com frequência quase 3 vezes maior e seu gasto anual tem sido 2,5 vezes mais alto que dos clientes das lojas físicas apenas e por essa razão a Companhia continuará aprimorando a estratégia *omni*, com foco na melhoria da experiência e usabilidade, aliado à redução contínua dos prazos de entregas e retiradas em loja.

OPERAÇÃO NO EXTERIOR

A Renner iniciou sua primeira operação fora do Brasil em 2017, no Uruguai, onde já conta com 9 unidades, das quais 2 foram inauguradas no ano. A chegada ao Uruguai foi importante para o ganho de experiência em operar no exterior e testar o modelo de negócio. A operação tem ótima aceitação dos produtos pelos clientes locais, conta com uma operação de e-commerce e também com um hub para recebimento direto da Ásia de produtos importados, evitando assim a tributação. Devido ao desempenho no Uruguai, em 2019, a Companhia decidiu abrir lojas também na Argentina, um país populoso, com ambiente competitivo favorável e com oportunidades comerciais advindas do Mercosul. Assim, em dezembro, foram inauguradas 4 lojas na Argentina, sendo duas em Buenos Aires e outras duas em Córdoba, as quais seguem o mesmo padrão e posicionamento das demais lojas da Renner.

PRODUTO

A Companhia está constantemente investindo na reatividade, flexibilidade e agilidade do seu negócio e, em 2019, não foi diferente. No ano, foi ampliado o uso de tecidos prontos para tinturar, reduzindo a necessidade de importação de estampas prontas, o que trouxe maior agilidade nas compras e flexibilidade ao processo produtivo. Adicionalmente, a proporção de itens com até 60 dias de *leadtime* aumentou, fruto de diversas melhorias implementadas, e atualmente mais de 15% dos recebimentos nacionais são realizados com média de até 30 dias.

Quanto à inovação na área de Produto, a Renner finalizou a primeira etapa da implementação do PLM (Product Lifecycle Management), sistema de gestão do ciclo de vida do produto, que permite a digitalização do processo de desenvolvimento dos itens, centralizando a gestão das coleções e a rastreabilidade das peças. O sistema proporciona, ainda, maior padronização dos processos e melhora a integração com fornecedores e a gestão de materiais. O ano de 2019 foi encerrado com todos os itens de produção nacional sendo desenvolvidos e as suas ordens de compras realizadas através da ferramenta. Além disso, para os produtos importados, já foi realizada a implementação na etapa de desenvolvimento.

Adicionalmente, no sortimento e alocação de produtos nas lojas, a Companhia passou a realizar este processo baseado em modelos preditivos, em que algoritmos preveem a demanda por peça e por loja e, assim, realizam a distribuição de forma automática (data-driven). Ainda, desde abril, as projeções de vendas são realizadas por Inteligência Artificial, trazendo maior precisão às estimativas e auxiliando na tomada de decisões.

LOGÍSTICA

Em 2019, foram realizadas diversas melhorias na operação logística, com importantes avanços em agilidade e produtividade, o que trouxe avanços importantes na performance de entrega na loja, cujo tempo reduziu em 20%, e a pontualidade atingiu o patamar de 90%. Quanto à produtividade, cabe destacar o melhor aproveitamento dos caminhões, com aumento no número de peças por veículo, e consequente redução no número de viagens.

A gestão do fluxo do produto passou a ser realizada de forma integrada entre as áreas de Produto, Operações e Supply Chain, aprimorando o processo e as decisões de distribuição.

Adicionalmente, alinhado ao plano de evolução da malha logística, foi iniciada a construção do novo Centro de Distribuição em Cabreúva - SP, cuja área será de 150 mil m². Este CD utilizará novas tecnologias de automação e atenderá a operação *omnichannel*, permitindo ganhos de eficiência e velocidade e gerando mais sinergias entre os negócios. Sua construção será realizada no modelo *built to suit* e tem previsão de início de operação em 2022.

CAMICADO

A rede está presente em todas as regiões do Brasil, por meio de 114 lojas, das quais 9 foram inauguradas em 2019. Todas as unidades da rede estão localizadas em shoppings centers, com metragem média de 427 m², e totalizam 48,7 mil m² de área de vendas. Em 2019, 3 unidades foram fechadas, fruto do processo de revisão da rentabilidade das operações.

A Camicado também avançou na direção de proporcionar uma experiência de compras única para os clientes, independente do canal. No segundo semestre, lançou seu aplicativo do e-commerce e os produtos de sua plataforma online já podem ser vendidos em todas as lojas físicas. Estas iniciativas, somadas a outras melhorias funcionais no site, levaram ao aumento nos índices de conversão e fluxo e, com isso, as vendas deste canal apresentaram crescimento relevante em 2019.

Quanto ao *marketplace* próprio da Camicado, ao longo do ano, foram desenvolvidos novos parceiros, com aumento no número de *sellers*. Através desta plataforma, é possível ampliar o sortimento de produtos ofertados, oferecendo uma solução mais completa de casa e decoração para os consumidores.

Adicionalmente, essa rede também buscou melhorias na operação, como a adequação dos estoques, revisão do mix de produtos e redesenho dos processos para melhor execução da operação. Estes temas foram mapeados e estão sendo implementados pela nova equipe de gestão do negócio, para a retomada da rentabilidade.

YOUCOM

Durante o ano de 2019, a Youcom seguiu expandindo seu parque de lojas, com a inauguração de 9 unidades e, com isso, ultrapassou a marca de 100 lojas. Adicionalmente, no processo de melhoria de rentabilidade de suas operações, 2 unidades foram encerradas em 2019. Assim, em dezembro, a Youcom contava com 101 lojas em operação, presentes em 11 estados brasileiros mais o Distrito Federal, que totalizaram 16,7 mil m² de área de vendas.

Igualmente aos demais negócios, a Empresa também avançou rumo à operação *omnichannel*, passando a oferecer o *Retire em Loja* e iniciou também o piloto do *Ship from Store* para compras feitas online. Ainda, houve avanço no uso de dados de clientes, permitindo a identificação e maior entendimento do perfil de compra, o que tem ajudado no relacionamento e mix de produtos ofertados.

ASHUA

A boa receptividade das primeiras unidades por parte das clientes proporcionou que, em 2019, fossem inauguradas mais 5 lojas, ainda em modo piloto, marcando a entrada no Rio de Janeiro, além da presença em São Paulo e Rio Grande do Sul.

Desta forma, ao final de 2019, a marca contava com 8 unidades em operação, com metragem média de aproximadamente 240 m².

REALIZE CFI - PRODUTOS FINANCEIROS

Em dezembro de 2019, a Realize CFI detinha uma carteira de crédito total de R\$ 3,4 bilhões, a qual é composta, principalmente, por duas modalidades de cartões: o Cartão Renner (Private Label), que foi criado em 1973 e é um dos primeiros cartões de loja do Brasil, e o Cartão Co-branded, com as bandeiras Mastercard e Visa, denominado Meu Cartão, que pode ser utilizado também em outros estabelecimentos, dentro e fora do Brasil. Para compras realizadas na Renner, ambos cartões oferecem opções de pagamento em até cinco prestações mensais sem juros ou oito, com encargos. Aos clientes elegíveis, é oferecido, ainda, o Saque Rápido, modalidade de empréstimo pessoal, e algumas assistências e seguros.

A Realize CFI também apresentou evoluções importantes ao longo de 2019, agregando conveniência e melhorando a experiência do cliente. Todo o processo, desde a concessão de crédito até a cobrança e renegociação já são totalmente digitais, incluindo o uso de biometria facial, que agiliza e traz mais segurança ao processo. Neste sentido, no ano, foi implementado o atendimento por *chatbots*, através do uso de Inteligência Artificial, nos serviços relacionados à cobrança e conta do cliente. No Co-branded, foram proporcionados mais conveniência e agilidade, através do Meu Cartão Agora, em que o cartão é emitido e já habilitado para uso imediato, e do lançamento da versão *contactless*, em que o pagamento é realizado por aproximação.

Adicionalmente, com o intuito de aumentar a mobilidade e autonomia ao cliente, foram incluídas novas funcionalidades na seção de cartões do App Renner. Dentre as novas *features* oferecidas, estão a renegociação de contas e a contratação do Saque Rápido com retirada do dinheiro em loja ou crédito em conta.

Adicionalmente, foi iniciado o piloto do novo Programa de Relacionamento, cujos benefícios aumentam a fidelidade dos clientes, por meio de experiências. As compras na Renner geram pontos, que são acumulados para o upgrade de categorias e, na medida que o cliente avança, diferentes benefícios são ofertados, tanto na forma de produtos, descontos e parcerias, como em vivências diferenciadas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O ano de 2019 foi marcado pela boa aceitação das coleções, eficiência das operações e pelo adequado sortimento dos estoques. Estes fatores, somados às melhorias implementadas na experiência de compras dos clientes, principalmente com a introdução de tecnologia em diferentes processos, levou ao crescimento do fluxo de clientes nas lojas da Renner.

Assim, a Receita Líquida das Vendas de Mercadorias atingiu R\$ 8.474,7 milhões, crescimento de 13,2%, com Vendas em Mesmas Lojas de 8,7%, evidenciando consistentes ganhos de participação de mercado ao longo do ano, uma vez que o setor de vestuário e calçados evoluiu apenas 1,1%, no acumulado até novembro, conforme dados do Índice PMC – Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE.

O Lucro Bruto foi de R\$ 5.857,9 milhões, 13,9% superior ao apresentado no exercício de 2018. Este crescimento está relacionado essencialmente ao aumento da Receita Operacional Líquida com Vendas de Mercadorias.

As despesas operacionais, líquidas, no exercício de 2019, foram de R\$ 4.181,5 milhões, com um aumento de 12,5% em relação ao exercício de 2018, patamar inferior ao crescimento da Receita Operacional Líquida de 13,8%, comprovando os constantes esforços da Companhia na busca de eficiência operacional e melhoria na rentabilidade dos negócios.

Em 2019, o Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$ 184,4 milhões, aumento de 244,0%, ante 2018, sobretudo, em razão, do reconhecimento de R\$ 134,5 milhões de Despesa Financeira de Arrendamento, referente, principalmente, à adoção do IFRS 16.

O Lucro Líquido de 2019 totalizou R\$ 1.086,2 milhões, apresentando crescimento de 6,5% ante 2018, com Margem Líquida de 11,3% versus 12,1% no ano anterior. Esta redução na Margem Líquida deveu-se, principalmente, à normalização da alíquota efetiva de IR. Em 2018, houve o reconhecimento de créditos tributários não recorrentes, referentes à decisão judicial transitada em julgado relativa à dedução fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, bem como do reconhecimento dos valores considerados subvenção para investimentos, conforme Lei Complementar 160/17.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia trabalha constantemente na diferenciação dos seus produtos, onde todo esforço está na entrega de itens de qualidade, com maior valor agregado em relação à concorrência. O segmento de moda tem nos seus produtos, ciclos de vida extremamente curtos, com alterações que dificultam a comparação de preços de um período para outro.

Desta forma, ainda que a inflação para o consumidor, medida pelo IPCA (índice utilizado pelo governo para metas de inflação), tenha ficado em 4,52% em 2020 (4,31% em 2019), não se pode atribuir a ela impacto direto nos preços de vendas, assim como na receita apresentada pela Companhia. Da mesma forma, comparar ou atribuir crescimento de receita por conta de alterações de volumes pode levar a conclusões inadequadas, uma vez que não necessariamente se está ofertando os mesmos produtos de um período para outro. A política de preços da Companhia tem baixa sensibilidade às alterações oriundas das variações da taxa de câmbio. Os produtos comercializados pela Companhia são em sua maioria de origem nacional, o que permite a administração de oscilações de preços nos produtos importados, sem alterações significativas no preço ao consumidor, mesmo em um ano com importante oscilação no câmbio decorrente do cenário de instabilidade econômica, agravado pela Covid-19.

Na Argentina, em função da economia hiperinflacionária, observamos periodicamente os impactos da desvalorização da moeda local na manutenção dos preços de vendas, no entanto, no consolidado, em que a moeda funcional utilizada é o Real, não temos impactos relevantes.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O segmento de moda tem nos seus produtos ciclos de vida extremamente curtos, com alterações que dificultam a comparação de preços de um período para outro, uma vez que não estamos ofertando ao consumidor o mesmo produto. Da mesma forma, comparar ou atribuir crescimento de receita por conta de volume de peças vendidas pode trazer informações impróprias, de forma que a Companhia entende não ser uma métrica adequada para ser divulgada. A mesma lógica prevalece quanto aos custos de mercadorias vendidas.

Ainda que seja razoável supor que as taxas de inflação sensibilizem tanto a receita quanto custos e despesas, entendemos que melhorias nos processos de produção da cadeia de fornecimento e na gestão da Companhia neutralizam boa parte dos efeitos que eventuais aumentos de preço em nossos custos e despesas pudessem gerar, portanto, acreditamos que o resultado operacional não sofre impacto material por conta das oscilações nas taxas de inflação atualmente percebidas no mercado brasileiro.

A política de preços da Companhia tem baixa sensibilidade às alterações oriundas das variações da taxa de câmbio. A atividade da Companhia está totalmente voltada para o mercado interno e nossos produtos são, em sua maioria, de origem nacional, o que permite a administração de oscilações de preços nos produtos importados, sem alterações significativas no preço ao consumidor. Ressalte-se também que, para minimizar possíveis impactos na lucratividade de produtos importados decorrentes de alterações nas taxas de câmbio, a Companhia possui operação de hedge, através de contratos de compra de dólar futuro (NDF – *Non Deliverable Forward*). Uma vez definido o planejamento de compras, é tomado por base o nível de preço de moeda que viabiliza a comercialização dos produtos no mercado local, dentro dos padrões de margem de lucro esperados e dos prazos de entrega.

Ao limitar os riscos cambiais incorridos na execução das operações da Companhia, através da contratação de instrumentos derivativos, busca-se garantir rentabilidade mínima nas transações que envolvam ativos ou passivos precificados em moeda estrangeira, como na lucratividade oriunda da comercialização de produtos importados ou na limitação de custos em operações de dívida em moeda estrangeira.

A Companhia possui quatro lojas em operação na Argentina, cuja economia é considerada hiperinflacionária, exigindo o reconhecimento contábil da correção monetária de itens não monetários do balanço patrimonial. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o efeito líquido da correção monetária foi positivo no resultado financeiro em R\$ 21,3 milhões (R\$ 10,2 milhões de despesas financeiras no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019).

10.3 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**Exercício 2020**

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Exercício 2019**Constituição de participação societária****Lojas Renner Trading Uruguay S.A.**

Em setembro de 2019, a Companhia constituiu a empresa Lojas Renner Trading Uruguay S.A. com o objetivo de centralizar as importações oriundas da Ásia e vender para as empresas da Companhia sediadas na América Latina com exceção do Brasil.

Exercício 2018**Constituição de participação societária****Lojas Renner Argentina S.A.U**

Em dezembro de 2018 a Administração aprovou a constituição de subsidiária integral da Lojas Renner S.A. na Argentina para futuras aberturas de lojas da Renner naquele país.

c. eventos ou operações não usuais**Exercício 2020****Impactos da Covid-19**

A partir dos Ofícios Circulares nº 02/2020 e nº 03/2020 emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos da Covid-19. Está relacionada abaixo o resumo dos principais impactos na demonstração financeira e revisão de estimativas em função dos desdobramentos da Covid-19.

i) Receitas de vendas

Com o fechamento de lojas ao longo do ano, houve grande impacto com a redução de receitas principalmente do 2º trim. A partir do 4º trim, a Companhia retoma gradualmente a receita de venda de mercadorias a patamares próximos do ano anterior, ainda com certo impacto das medidas de restrições de funcionamento.



Ao lado demonstra-se a variação da receita líquida consolidada, de mercadoria e serviços financeiros versus ano anterior.

ii) Gestão de capital e risco de liquidez e covenants

O aumento no Endividamento Bruto, que passou de R\$ 1.645,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 3.385,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 e no Endividamento Líquido, que passou de R\$ 272,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para

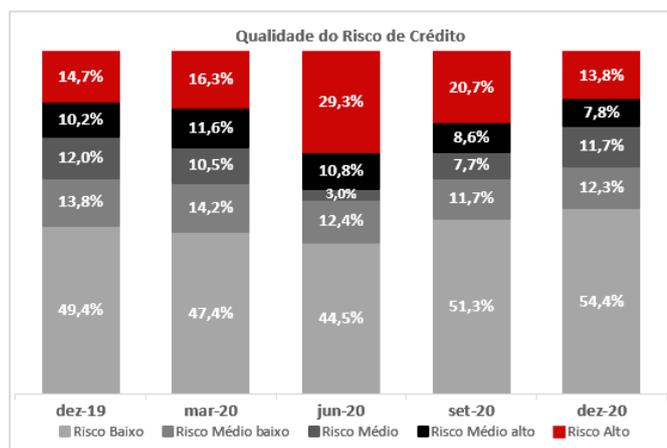
R\$ 712,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, representados pelo índice de Alavancagem Financeira, que passou de 5,81% em 31 de dezembro de 2019 para 12,95% em 31 de dezembro de 2020, é reflexo das ações para enfrentar os impactos do cenário adverso imposto pela Covid-19. A expectativa de geração de caixa para os meses subsequentes foi sensibilizada, o que levou a Companhia a fortalecer seu caixa, intensificando o uso de capital de terceiros por meio de empréstimos e financiamentos e debêntures e financiamentos de operações e serviços financeiros, que tiveram um aumento em relação no ano anterior em R\$ 1.740,0 milhões. Tal decisão foi respaldada pela baixa Alavancagem Financeira, além do amplo acesso a linhas de financiamento via sistema financeiro.

Com estas iniciativas, a Companhia em 31 de dezembro de 2020 fechou o ano com uma posição confortável de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no total de R\$ 2.672,4 milhões.

Os covenants, apesar da queda no EBITDA e do aumento no endividamento, continuaram a apresentar-se abaixo dos limites estabelecidos (vide item 4.2, letra b), com boa margem de segurança.

iii) Contas a receber e perdas estimadas

As contas a receber de clientes apresentaram uma redução de 0,4% em relação ao ano anterior, afetado principalmente pelo menor volume de vendas no período e maior cobertura de perdas em crédito.



Foram revisadas as variáveis que compõem a metodologia de mensuração das perdas estimadas, através da projeção de inadimplência e recuperação dos créditos para os próximos meses, resultando em aumento no índice de cobertura.

A partir do 3º trimestre, percebeu-se uma melhora na qualidade do risco de crédito, voltando aos patamares do ano anterior, devido aos maiores níveis de recuperação, política de descontos e maior eficiência de cobrança.

Ainda assim a Administração está atenta, acompanhando o cenário econômico e avaliando eventuais impactos que podem causar reflexo na performance das carteiras e, conseqüentemente, na mensuração das perdas estimadas.

iv) Estoques e perdas estimadas

Ao longo de 2020, a Companhia ficou mais estocada em função do menor volume de vendas, no entanto, vem aprimorando a sua gestão de estoques, acelerando a utilização de dados para capturas de tendências, montagem de coleções, reposição e distribuição de estoques, além de antecipar remarcações, o que levou a ter, já no início do 4T20, estoques de qualidade para as vendas do final do ano. Além disso, também foram ampliadas formas de entrega, como o *drive thru*, e, principalmente, o *ship from store*, que deram maior disponibilidade aos estoques das lojas e permitiram entregas mais rápidas, potencializando as vendas *on-line*.

Os estoques estão armazenados em bom estado de conservação e segurança, com baixo risco de obsolescência no curto prazo. As perdas em estoques são estimadas com base nos níveis históricos e concretizadas somente na realização dos inventários, e no final do ano já foram capturadas na sua grande maioria em razão da contagem por meio do RFID (*Radio Frequency Identification*), ficando nos mesmos patamares históricos.

Concluiu-se que não há elementos, neste momento, que justifiquem a constituição de estimativa de perda adicional ou necessidade de alteração nas estimativas de perdas derivadas dos impactos da Covid-19.

v) Avaliação de Impairment

Devido aos impactos da Covid-19, foram efetuados testes de revisão do valor recuperável do ágio e intangíveis com vida útil indefinida da Camicado, assim como, realizados testes para os demais ativos no âmbito do consolidado, para os quais há geração de fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC) utilizando como taxa de desconto a WACC para um prazo de 10 anos.

Concluiu-se que não há fatores que indiquem perdas relevantes por *impairment*, dado que o valor recuperável excedeu o valor contábil.

vi) Distribuição de Dividendos

Frente ao cenário de pandemia como medida de preservação do caixa, em 30 de março de 2020, os conselheiros aprovaram, em reunião do Conselho de Administração, a indicação de revisão de distribuição de dividendos para 25% do lucro líquido ajustado de 2019 e dividendos prescritos, o mínimo legal previsto na legislação societária, somando R\$ 267.654. A distribuição dos dividendos foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, em 29 de abril de 2020, e paga no dia 08 de maio de 2020.

Debêntures - 10ª Emissão de debêntures

Em 13 de abril de 2020, foi efetivada a 10ª emissão de debêntures, simples em série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, pela Controladora aprovada em Reunião do Conselho de Administração no dia 06 de abril de 2020, no valor de R\$ 500.000 com taxa de 100% da variação do DI + 2,96% a.a. e vencimento em 13 de abril de 2021, que serão destinados para reforço de capital de giro e manutenção do nível de caixa mínimo estratégico da Companhia.

Debêntures - 11ª Emissão de debêntures

Em 08 de maio de 2020, foi efetivada a 11ª emissão de debêntures, em duas séries, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, pela Controladora aprovada em Reunião do Conselho de Administração no dia 29 de abril de 2020, no valor de R\$ 500.000, sendo a 1ª série de R\$ 300.000 com taxa de 100% da variação do DI +3,00% a.a. e vencimento em 05 de maio de 2022, e a 2ª série de R\$ 200.000 com taxa de 100% da variação do DI +3,04% a.a. e vencimento em 05 de novembro de 2022 que serão destinados para reforço de capital de giro e manutenção do nível de caixa mínimo estratégico da Companhia.

ICMS na Base de Cálculo de PIS e Cofins

A ação judicial da Controladora para o reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos transitou em julgado em maio de 2020 em sentido favorável. A decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região é expressa ao definir que "tratando-se de processo ajuizado após a vigência da LC 118/2005 (9jun.2005), o prazo de prescrição é de 5 anos contados do pagamento pretendido repetir". A ação foi ajuizada em 10/10/2006, razão pela qual os valores a recuperar retroagem à competência 11/2001.

No que se refere ao ICMS a ser excluído, a decisão igualmente é expressa ao "reconhecer a exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais da base de cálculo do PIS e da COFINS, e o direito de compensação dos valores recolhidos a maior e não prescritos". O valor apurado e habilitado para compensação perante a Receita Federal do Brasil referente ao período de 11/2001 a 03/2017, é de R\$ 1.363.029 mil (R\$ 784.619 mil classificado como outras receitas operacionais e R\$ 578.410 mil relativo à atualização monetária e juros classificado como receitas financeiras). Os valores relativos à competência 04/2017 (data da decisão do STF) em diante, vêm sendo reconhecidos no resultado desde então.

A Companhia avaliou o tratamento contábil a ser dispensado à matéria, à luz do que prescreve o CPC 25, entendendo que o ativo não é contingente, uma vez que a entrada de benefícios econômicos é praticamente certa, inclusive já tendo sido iniciadas as compensações.

O valor em referência foi mensurado com razoável confiabilidade, dado que a decisão judicial define a parametrização para a mensuração do valor do indébito (período de compensação e forma pela qual deve ser efetuado o cálculo – ICMS destacado). A companhia elaborou o cálculo com apoio de empresa de consultoria especializada, com base nos arquivos fiscais de venda de todo o período, e conciliado com as informações contábeis e obrigações acessórias.

A Administração tem expectativa de que o crédito fiscal, cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2020, líquido das compensações já realizadas totalizando R\$ 1.241.314 mil, seja compensado até o primeiro trimestre de 2022.

O processo da controlada Camicado teve decisão favorável em 12 de dezembro de 2019, proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, reconhecendo expressamente a prescrição quinquenal (a ação foi ajuizada em março/2017, tendo seus efeitos retroagindo a abril/2012) e definindo que "o ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS/COFINS é o destacado da nota fiscal". Em face de tal decisão, a União Federal apresentou Recurso Extraordinário e o processo encontra-se sobrestado, aguardando definição do leading case no STF. Como ainda está pendente de decisão judicial transitada em julgado não é possível o reconhecimento do ativo relativo aos créditos a serem levantados em relação às competências que antecedem 5 anos da data de ingresso das ações até a competência de 03/2017 (data da decisão do STF), estimado em R\$ 15.829 mil. Os valores relativos aos períodos de apuração 03/2017 em diante, em relação aos quais a probabilidade de perda é avaliada como remota pelos assessores jurídicos, já vêm sendo reconhecidos no resultado desde então.

Exercício 2019

Debêntures - 9ª Emissão de debêntures

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião de 18 de março de 2019, a 9ª (nona) emissão de debêntures simples, no valor total de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada pela Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Letras Financeiras

A Companhia através da sua controlada indireta Realize CFI emitiu Letras Financeiras para distribuição privada, para financiamento das operações e o curso ordinário do negócio, no valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) emitida em 12 de agosto de 2019.

Bonificação de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2019, foi deliberado a bonificação de ações, a razão de 10% (dez por cento), que correspondeu à emissão de 72.002.450 novas ações ordinárias, sendo 1 (uma) nova ação ordinária para cada 10 (dez) ações ordinárias possuídas naquela data, com custo unitário atribuído de R\$ 14,44. As ações mantidas em tesouraria, no plano de opção de compra de ações, no plano de ações restritas e em ADRs também foram bonificadas.

Ativos Contingentes – ICMS na Base de Cálculo de PIS e Cofins (atualização)

ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS - A Companhia tinha ações judiciais em andamento para as empresas Lojas Renner e Camicado, para o reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos. O processo da Controladora já teve decisão favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e encontra-se no Superior Tribunal de Justiça, aguardando publicação de decisão que negou seguimento ou Recurso Extraordinário, interposto em face de decisão que, em agravo interno, confirmou a negativa de seguimento de Recurso Especial da União Federal.

O processo da controlada Camicado segue aguardando julgamento no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Com ambos pendentes de decisão judicial transitada em julgado, não é possível o reconhecimento do ativo relativo aos créditos a serem levantados em relação às competências que antecedem 5 anos da data de ingresso das ações até a competência de março de 2017 (data da decisão do STF).

O processo da Controlada Youcom transitou em julgado em abril de 2019, e teve sua habilitação para compensação deferida pela Receita Federal em junho de 2019, ocasião na qual foram reconhecidos no resultado R\$ 3.482 mil.

Um levantamento preliminar elaborado a partir das informações disponíveis em 31 de dezembro de 2019 e conforme as decisões judiciais proferidas (ambas no sentido de determinar a exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais) estimaram o valor potencial dos créditos em cerca de R\$ 1.346.972 mil na Controladora e R\$ 15.793 mil na Camicado para o referido período. O valor estimado poderá sofrer variações relevantes, pois:

- i) Não há decisão final sobre o pedido de modulação de efeitos, apresentado pela União Federal nos autos do leading case e julgado em sede de repercussão geral;
- ii) Não está definida fixação de forma de cálculo da exclusão do ICMS destacado ou do ICMS a recolher da base do PIS/COFINS; e
- iii) As decisões nos processos em andamento podem ser alteradas.

Quanto aos valores relativos às competências posteriores à data da decisão do STF (15 de março de 2017), período no qual a probabilidade de perda das ações é avaliada como remota pelos assessores jurídicos, a Companhia vem reconhecendo os efeitos no resultado.

Exercício 2018

Ativos Contingentes – ICMS na Base de Cálculo de PIS e Cofins

A Companhia possui ações judiciais em andamento para as empresas Lojas Renner, Camicado e Youcom, que objetivam o reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos. Os processos já possuem decisão favorável de 2ª Instância, proferidas pelos Tribunais Regionais Federais da 3ª e 4ª Regiões, e aguardam julgamento de embargos de declaração e/ou recursos apresentados pela União Federal. A probabilidade de ganho é avaliada por seus assessores jurídicos como provável quanto ao mérito e possível quanto à obtenção de efeitos patrimoniais em relação a competências anteriores à data da decisão do STF (que em 15 de março de 2017 decidiu, em repercussão geral, que o “O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da Cofins”).

Estando os processos da Companhia ainda pendentes em 31 de dezembro de 2018 de decisão judicial transitada em julgado, não é possível o reconhecimento do ativo relativo aos créditos a serem levantados em relação às competências que antecedem 5 anos da data de ingresso das ações até a competência de março de 2017 (data da decisão do STF). Com base em levantamento preliminar, elaborado a partir das informações disponíveis em 31 de dezembro de 2018 e conforme as decisões judiciais proferidas até o momento, a Companhia estima o valor potencial dos créditos em aproximadamente R\$ 1.300.000 mil na Controladora e R\$ 1.320.000 mil no Consolidado, para o referido período. No entanto, em razão da inexistência de decisão final sobre o pedido de modulação de efeitos, apresentado pela União Federal nos autos do leading case, julgado em sede de repercussão geral, e considerando que, além da modulação de efeitos, a União Federal pede também a fixação de forma de cálculo menos favorável ao contribuinte (exclusão do ICMS a recolher da base do PIS/COFINS), o valor estimado poderá sofrer variações relevantes. Por fim, na ocasião não havia como assegurar quando, ou se, os montantes estimados serão efetivamente realizados.

Em relação aos valores relativos às competências posteriores à data da decisão do STF (15 de março de 2017), período no qual a probabilidade de perda das ações é avaliada por seus assessores jurídicos como remota, a Companhia vem reconhecendo os efeitos no resultado.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Exercício de 2020

A Administração identificou a necessidade de reavaliar a política contábil do arrendamento da Companhia, em relação ao tema da taxa de desconto na mensuração dos contratos e da forma de apresentação de fundo exclusivo de investimento como aplicações financeiras durante o segundo trimestre de 2020.

i. Arrendamentos

No decorrer do exercício de 2019 e no primeiro trimestre de 2020, a Administração da Companhia utilizou como política contábil nos contratos de arrendamento, a aplicação da taxa real e fluxo real, buscando preservar a consistência entre fluxo e taxa. No entanto, há que se reconhecer o fato de que a maior parte das empresas que integram o mercado brasileiro optaram pelo uso de uma taxa incremental nominal na adoção da norma CPC 06 (R2)/IFRS 16, em linha com a prática internacional e brasileira, em estrito cumprimento aos seus requerimentos, incluindo empresas que atuam no mesmo segmento da Companhia.

Neste contexto, a Administração identificou, em função dessa comparabilidade, que seria melhor reavaliar sua política contábil em relação ao tema, passando a utilizar taxas de desconto nominais nos seus contratos de arrendamento, com objetivo principal de alinhar sua política contábil à prática majoritariamente adotada pelo mercado, incluindo empresas comparáveis no Brasil e no exterior, bem como a norma internacional. Esta alteração, no entendimento da Administração, traz benefícios aos usuários das demonstrações financeiras pois, como já comentado, permite um alinhamento total com a norma e uma maior comparabilidade com as demais empresas do mercado.

Com tais objetivos, portanto, a Administração alterou sua política contábil, atendendo plenamente os requerimentos do CPC 06 (R2)/IFRS 16, com relação ao uso da taxa incremental nominal para desconto dos fluxos e reapresentando todos os valores comparativos, de 2019, para refletir tal modificação.

ii. Classificação do Fundo Exclusivo de Investimento

Analisando a composição do saldo do fundo Brasil Plural Retail FI, a Administração identificou a necessidade de alterar a forma de apresentação do fundo de investimento. O fundo Brasil Plural Retail FI possui parte da alocação dos seus ativos em títulos cuja liquidez não é garantida via compromisso de recompra pelo emissor, mas sim através de mercado secundário e por esta razão, em benefício da comparabilidade com demais ativos com mesmas características, como títulos públicos, a Companhia reclassificou de equivalentes de caixa para aplicações financeiras. Vale dizer que referida reclassificação não tem qualquer alteração na gestão de caixa da Companhia, bem como na gestão de capital e covenants de dívida.

Exercício de 2019

IFRS 16 – CPC 06 (R2)

A adoção da norma IFRS 16, a partir de 1º de janeiro de 2019, trouxe alterações na contabilização da parcela fixa dos aluguéis, enquadrados como arrendamento, exigindo o reconhecimento dos compromissos futuros, em contrapartida aos ativos referentes ao seu direito de uso. As despesas com aluguéis, que até 2018 eram registradas como "Ocupação", passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras.

Exercício de 2018

IFRS 9 – CPC 48 – Instrumentos financeiros

A norma CPC 48/IFRS 9 substituiu a partir de 1º de janeiro de 2018 a norma CPC 38/ IAS 39 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração e como resultado da adoção inicial, as principais alterações foram:

- i) Classificação e mensuração dos ativos financeiros;

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensuradas ao custo amortizado, valor justo dos outros resultados abrangentes e valor justo. A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

Para os instrumentos financeiros derivativos, a adoção desta norma não apresentou alterações nas políticas contábeis da Companhia.

- ii) Redução ao valor recuperável (substituição do modelo de "perdas incorridas" por um modelo de "perdas em crédito esperadas");

O CPC 48/IFRS 9 exige que a Administração da Companhia realize uma avaliação com base em doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros. A Companhia aplicou a abordagem simplificada e registrou as perdas esperadas durante toda a vida dos ativos financeiros do contas a receber de clientes.

- iii) Contabilidade de hedge.

A Companhia avaliou e adotou o novo modelo de contabilidade de hedge de acordo com a IFRS 9/CPC 48 e determinou que todas as relações de hedge existentes designadas como relações de hedge eficazes, continuarão a ser qualificadas para fins de contabilização de hedge de acordo com a IFRS 9/CPC 48. A aplicação dos requisitos de hedge da IFRS 9/CPC 48 não apresentou impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018.

CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes

A Companhia tem como principais receitas a venda de mercadorias e produtos e serviços financeiros. Conforme avaliação efetuada no exercício anterior nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, a Companhia não identificou alterações no reconhecimento atual das suas receitas, dado que são reconhecidas mediante a transferência do controle pela entrega do produto (mercadorias e produtos e serviços financeiros). Portanto, no exercício de 2018, a Companhia não apresentou impactos e alterações no reconhecimento da receita.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Exercício de 2020

A alteração da taxa de desconto do arrendamento e a classificação do Fundo Exclusivo de Investimento citada anteriormente, não resultaram em efeitos significativos de alterações nas demonstrações financeiras.

Exercício de 2019**IFRS 16/ CPC 06 (R2) – Adoção inicial do arrendamento**

As contas patrimoniais sofreram alterações significativas pelo reconhecimento dos compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial, o ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar e, ajustados ao valor presente, soma R\$ 1.993.746 no Consolidado.

A partir de 1º de janeiro de 2019, o saldo anterior do ativo imobilizado arrendado (*leasing*) foi reclassificado para o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento mercantil financeiro foi incorporado pelo saldo de arrendamentos a pagar.

Para os ativos de direito de uso, a Administração da Companhia optou por usar o expediente prático para transição e não considerar os custos iniciais na mensuração do ativo de direito de uso que corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, mantendo assim o valor do passivo inicial de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

Já para o passivo de arrendamento, dos contratos que foram escopo da norma, considerou-se como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos (bruto de impostos), descontados a uma taxa incremental de juros. Dos contratos que foram escopo da norma, considerou-se como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos (bruto de impostos), descontados a uma taxa incremental de juros. Conforme, mencionado na nota explicativa nº 3.6.1, a Administração da Companhia identificou a necessidade de reavaliar sua política contábil, passando a utilizar taxas de desconto nominais na mensuração dos seus contratos de arrendamento, com objetivo principal de alinhar sua política contábil à prática majoritariamente adotada pelo mercado, incluindo empresas comparáveis no Brasil e no exterior. A taxa de desconto nominal corresponde às taxas referenciais de mercado + spread de risco para captações com montantes que representam o total de investimentos para abertura de novas lojas.

Considerando os efeitos no resultado, de acordo com a norma IFRS 16/CPC 06 (R2), as contraprestações de arrendamento, anteriormente registradas como despesas com ocupação, passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Embora o novo pronunciamento não tenha alterado o total que será levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, o método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos traz um efeito temporal no lucro líquido, com redução de R\$ 32,6 milhões no exercício de 2019.

Também há um efeito temporal no imposto de renda e na contribuição social, já que reconhecemos um ativo fiscal diferido que se realizará a medida que os contratos de locações se encerrarem. Para os impostos recuperáveis PIS/COFINS, continuamos reconhecendo no resultado os créditos com base no pagamento das contraprestações. Em 31 de dezembro de 2019, o potencial crédito de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto é de R\$ 225.206 mil e trazido a valor presente pelo prazo médio ponderado é de R\$ 169.872 mil.

Exercício de 2018**IFRS 9 – CPC 48 – Instrumentos financeiros**

Resumo dos Impactos da Adoção do CPC 48/IFRS 9

Na tabela abaixo demonstramos o resumo dos impactos da adoção inicial e os respectivos efeitos nas posições patrimoniais em 1 de janeiro de 2018:

| Em milhares de reais | Conforme apresentado em 31/12/2017 | Ajustes da adoção CPC 48/ IFRS 9 | Saldo de abertura ajustado em 01/01/2018 |
|---|---|---|---|
| Contas a receber, líquido de perdas esperadas | 2.644.258 | (33.532) | 2.610.726 |
| (*) Imposto de renda e contribuição social diferidos | 199.211 | 12.370 | 211.581 |
| Ajuste de avaliação patrimonial (disponível para venda) | 1 | (1) | - |
| Lucros acumulados | - | 21.162 | 21.162 |

(*) Alíquotas nominais ponderadas de 36,89%, fruto da combinação das alíquotas de 34% da Controladora e 40% da controlada Realize CFI.

CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes

A Companhia tem como principais receitas a venda de mercadorias e produtos e serviços financeiros. Conforme avaliação efetuada no exercício anterior nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, a Companhia não identificou alterações no reconhecimento atual das suas receitas, dado que são reconhecidas mediante a transferência do controle pela entrega do produto (mercadorias e produtos e serviços financeiros). Portanto, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não apresentou impactos e alterações no reconhecimento da receita.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

A Diretoria comunica que não houve ressalvas e/ou ênfases presentes nos pareceres do auditor nas divulgações dos exercícios de 2020, 2019 e 2018.

10.5 Políticas contábeis críticas**ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS**

A preparação das demonstrações requer da Administração premissas e estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, que afetam os saldos de ativos e de passivos e outras transações, os resultados procedentes eventualmente podem divergir dessas estimativas.

As estimativas contábeis críticas são essenciais para produzir a melhor informação possível sobre os resultados e condição patrimonial, mesmo com a subjetividade, complexidade e não precisão, têm impacto significativo em:

Perdas estimadas em créditos

As estimativas para perdas em créditos são constituídas com base no modelo geral da metodologia CPC 48/ IFRS 9. A modelagem adotada pela Companhia tem como base a mensuração da perda esperada, mediante a observação do comportamento da carteira entre eficiência operacional, tanto na recuperação do crédito quanto na concessão do mesmo, levando em consideração a probabilidade e exposição à inadimplência e perda efetiva em cada faixa de atraso durante todo o prazo das operações.

A metodologia consiste na classificação das operações, considerando a segregação em portfólios (Cartão de Crédito Renner e Meu Cartão) e subsegmentação em cada grupo homogêneo de risco (Exemplo: por perfil de clientes, score, entre outros), considerando os seguintes componentes de cálculo:



A provisão para perdas estimadas em crédito é o total considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas na realização dos créditos com base na análise da carteira de clientes.

Perdas estimadas em estoques

Com base nos níveis históricos de perdas da Companhia, que é concretizada somente quando da realização dos inventários, os quais refletirão o modelo de operação da Companhia e servirão como base para as atualizações da provisão de perdas. Além disso, durante o exercício de 2019 foi implementado o projeto RFID (Identificação de Produtos por Rádio Frequência), ferramenta que permite identificar a localização, contagem e principais informações dos produtos de forma muito rápida e precisa. Com isto, já foi possível aumentar a frequência de leitura e reconhecer os efeitos dos inventários dentro do exercício, na Controladora.

Taxa de desconto aplicada nos ajustes a valor presente

A taxa de desconto aplicada desde 1º de julho de 2020 nos ajustes a valor presente do contas a receber é a Taxa de Antecipação de faturas de cartão de crédito e para os estoques e fornecedores é a taxa média de desconto de duplicatas,

ambas observáveis de mercado através do Banco Central do Brasil. Anteriormente era utilizada a taxa do custo médio ponderado de capital.

As taxas de descontos utilizadas estão demonstradas no quadro abaixo:

| Período | Consolidado | | |
|---------|------------------|---------------|---------------|
| | Contas a Receber | Fornecedores | Estoques |
| | Taxa % (a.m.) | Taxa % (a.m.) | Taxa % (a.m.) |
| 2020 | 0,63 | 1,14 | 1,14 |
| 2019 | 0,99 | 0,99 | 0,99 |
| 2018 | 0,99 | 0,99 | 0,99 |

Para fins de arrendamento a pagar, dos contratos que foram escopo da norma CPC 06 (R2)/IFRS 16, considerou-se como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos (bruto de impostos), descontados a uma taxa incremental de juros. A Administração da Companhia identificou a necessidade de reavaliar sua política contábil, passando a utilizar taxas de desconto nominais na mensuração dos seus contratos de arrendamento, com objetivo principal de alinhar sua política contábil à prática majoritariamente adotada pelo mercado, incluindo empresas comparáveis no Brasil e no exterior. A taxa de desconto nominal corresponde às taxas referenciais de mercado + spread de risco para captações com montantes que representam o total de investimentos para abertura de novas lojas.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A recuperabilidade do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício ou quando não for provável a disponibilidade de lucros tributáveis futuros para a recuperação de todo o ativo ou parte dele. A avaliação da Administração é suportada por estudos técnicos de viabilidade que demonstram projeções de lucros futuros tributáveis, permitindo estimativa de recuperação de créditos em um período não superior a 10 anos. Além disso, a estimativa da realização dos tributos diferidos envolve as incertezas das demais estimativas.

Determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível

A vida útil do ativo imobilizado e do intangível é revisada anualmente, com base em avaliações técnicas de especialistas.

Avaliação de impairment de ativos intangíveis com vida útil indeterminada

Para determinação do valor recuperável a Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de 10 anos considerando as seguintes premissas: receitas, custos e despesas projetadas de 2021 a 2030, taxa de desconto de 13,0% a.a. em 2020 (13% a.a. em 2019 e 12,6% a.a. em 2018) e taxa de crescimento na perpetuidade de 6,5% a.a. em 2020 (6,5% a.a. em 2019 e 7,5% a.a. em 2018), taxas de inflação, entre outras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Baseiam-se nas informações de seus assessores jurídicos para constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas em que seja provável o desembolso futuro, das ações em curso, atualizadas até as datas dos balanços. No entanto, em decorrência do trâmite dos processos, a classificação da probabilidade de perda pode não ser definitiva até a conclusão dos processos.

As provisões tributárias consideram a individualidade de cada processo, a classificação de perda e a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos. Para os processos cuja probabilidade de perda foi classificada como possível, a Administração provisiona valores estimados de custas processuais e honorários advocatícios, com base no histórico incorrido e bases contratuais atuais negociadas com seus assessores jurídicos, pois é provável desembolsos futuros de recursos. Para os processos com probabilidade de perda provável, são constituídas provisões para o montante total do risco mensurado.

As provisões cíveis e trabalhistas são revisadas periodicamente, considerando a evolução dos processos e o histórico de valores efetivamente liquidados, já que há probabilidade de saída de recursos para o cumprimento destas obrigações.

Determinação dos valores justos dos instrumentos financeiros derivativos e opções de compra de ações

Utiliza-se a técnica de avaliação do fluxo de caixa descontado para mensurar os valores justos dos ativos e passivos financeiros, cuja premissa é o valor presente dos fluxos de caixa estimados por cotações futuras de mercado. Para ativos e

passivos financeiros, em que os saldos contábeis são razoavelmente próximos do valor justo, não são apurados valores justos, como previsto no CPC 40/ IFRS 7.

Para determinação do valor justo das opções de compras de ações a Companhia utilizou premissas como:

- a) Valor de exercício da opção: taxa média ponderada dos últimos trinta pregões das ações da Lojas Renner S.A. antes da data da outorga.
- b) Volatilidade do preço das ações: ponderação do histórico de negociações das ações da Companhia.
- c) Taxa de juros livre de risco: utilizou-se o CDI disponível na data da outorga e projetado para o prazo máximo de carência da opção.
- d) Dividendo esperado: pagamento de dividendos por ação em relação ao valor de mercado da ação na data da outorga.
- e) Prazo do direito de aquisição: limite máximo do prazo de vencimento para os beneficiários exercerem suas opções.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

1. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
2. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
3. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
4. contratos de construção não terminada
5. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há ativos e passivos relevantes que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e respectivas notas explicativas para os exercícios sociais findos em 2020, 2019 e 2018.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e respectivas notas explicativas para os exercícios sociais findos em 2020.

10.7 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, pois a Diretoria entende que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos exercícios sociais findos em 2020, 2019 e 2018.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, pois a Diretoria entende que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos exercícios sociais findos em 2020, 2019 e 2018.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, pois a Diretoria entende que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos exercícios de 2020, 2019 e 2018.

10.8 - Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

O ano de 2021 inicia ainda com desafios relacionados à saúde e à economia. Neste sentido, a Companhia acredita que marcas com significado e proposta de valor clara geram diferenciais competitivos e criam condições para ganhos de Market share, independente do ambiente econômico.

Assim, a Companhia segue comprometida com seus projetos de longo prazo e a sustentabilidade dos negócios. Para 2021, estão previstos R\$ 1.100,0 milhões em investimentos, conforme proposta a ser apresentada aos acionistas. Este montante contempla investimentos na continuidade do plano de expansão de lojas, com a inauguração de 20 a 30 lojas Renner, 5 a 10 unidades na Camicado, 5 a 10 na Youcom e cerca de 5 na Ashua. Também serão realizados investimentos importantes em logística, para a construção do novo CD, em São Paulo, assim como na aceleração da transformação digital. Adicionalmente, a Companhia seguirá atenta às novas possibilidades para executar sua estratégia, através da combinação dos negócios e desenvolvimento do ecossistema de moda e *lifestyle*.

Para fazer frente aos investimentos previstos no plano de expansão de 2021, a Administração passa a propor a retenção de 64,3% do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 704,7 milhões, totalizando em 31 de dezembro de 2020, R\$ 1.421,8 milhões na conta de Reserva para Investimentos e Expansão.

A Companhia apresenta na tabela abaixo, orçamento de capital para o exercício de 2021:

| Fontes de Financiamento | R\$ Milhões |
|--|------------------|
| Saldo de Reservas de Lucro para Investimento e Expansão - pós AGE de 29/04/2020 | 717,1 |
| Constituição Reserva de Lucro para Investimento e Expansão - 31/12/2020 | 704,7 |
| Saldo Reservas de Lucro para Investimento e Expansão - 31/12/2020 | 1.421,8 |
| Orçamento de Capital - Aplicação de Recursos | Projeção 2021 |
| Investimentos em Ativos Fixos | (914,1) |
| Novas Lojas | (201,2) |
| Remodações e Reformas | (90,5) |
| Sistemas e Equipamento de Tecnologia | (325,3) |
| Logística | (296,3) |
| Outros | (0,8) |
| Investimentos em Controladas | (185,9) |
| Total de Investimentos em Capital Fixo | (1.100,0) |
| Investimentos em Capital de Giro | (154,9) |
| Total de Aplicações de Recursos previstos para 2021 | (1.254,9) |

A Administração entende como necessária a manutenção das Reservas de Lucros para Investimento e Expansão nos níveis atuais, incorporadas às retenções de lucros auferidos no exercício de 2020, as quais serão acrescidas à geração operacional de caixa do exercício de 2021 para suporte do plano de expansão que será implementado ao longo do exercício.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia fez aquisições dos ativos imobilizados e intangíveis no montante de R\$ 544,0 milhões. Deste montante, 48,8% foram investidos em Sistemas e Equipamentos de Tecnologia e 24,8% em Centros de Distribuição, relativos à construção do novo CD em São Paulo. Ainda, 17,7% foram direcionados à abertura de 11 novas lojas, sendo 7 Renner, 2 Camicado e 2 Youcom. O restante 8,7% foram aplicados em reformas de unidades e outros investimentos.

Lojas inauguradas em 2020:**Lojas Renner S.A.**

| Nro. Seq. | Data de Abertura | Estado | Cidade | Localização | Área Total (m²) |
|-----------|------------------|--------|------------------|-------------------------|-----------------|
| 1 | 17/11/2020 | SP | São Paulo | Shopping Ibirapuera | 1.873,2 |
| 2 | 20/10/2020 | RJ | Rio de Janeiro | Village Mall | 1.435,2 |
| 3 | 29/09/2020 | SP | São Paulo | Aeroporto Guarulhos | 1.075,7 |
| 4 | 22/09/2020 | MT | Sorriso | Park Shopping Sorriso | 1.818,4 |
| 5 | 11/08/2020 | MT | Tangará da Serra | Tangará Shopping Center | 1.507,8 |
| 6 | 04/08/2020 | GO | Jataí | Jatahy Shopping | 2.039,1 |
| 7 | 01/08/2020 | BA | Lauro de Freitas | Parque Shopping Bahia | 2.902,2 |

Maxmix Comercial Ltda. (Camicado)

| Nro. Seq. | Data de Abertura | Estado | Cidade | Localização | Área Total (m²) |
|-----------|------------------|--------|------------------|-----------------------|-----------------|
| 1 | 08/08/2020 | SP | Piracicaba | Shopping Piracicaba | 470,7 |
| 2 | 17/03/2020 | BA | Lauro de Freitas | Parque Shopping Bahia | 375,95 |

Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. (Youcom)

| Nro. Seq. | Data de Abertura | Estado | Cidade | Localização | Área Total (m²) |
|-----------|------------------|--------|----------------|-----------------|-----------------|
| 1 | 27/08/2020 | RJ | Rio de Janeiro | Barra Shopping | 278,1 |
| 2 | 20/08/2020 | PE | Recife | Shopping Recife | 219,2 |

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há novos projetos com investimentos relevantes além dos já citados anteriormente.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 10 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

ANEXO III

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Lojas Renner S.A. e Controladas

Levantados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Ativo | | | Reapresentado (*) | | Reapresentado (*) |
| Ativo circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 7.2 | 1.761.439 | 844.755 | 2.066.781 | 980.954 |
| Aplicações financeiras | 7.3 | 139.212 | 167.099 | 605.572 | 391.348 |
| Contas a receber | 8.2 | 1.839.223 | 1.912.774 | 3.811.668 | 3.825.961 |
| Estoques | 9.2 | 1.152.239 | 915.848 | 1.381.662 | 1.124.506 |
| Tributos a recuperar | 10 | 863.933 | 199.116 | 961.997 | 258.396 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 24.4 | 4.896 | 4.244 | 5.435 | 4.382 |
| Outros ativos | 11 | 46.093 | 53.195 | 63.651 | 70.662 |
| Créditos com partes relacionadas | 26.3.2 | 18.215 | 12.221 | - | - |
| Total do ativo circulante | | 5.825.250 | 4.109.252 | 8.896.766 | 6.656.209 |
| Ativo não circulante | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | |
| Tributos a recuperar | 10 | 636.111 | 51.326 | 661.111 | 73.345 |
| Créditos com partes relacionadas | 26.3.2 | 1.358 | 1.098 | - | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 12.2 | 103.790 | 89.469 | 276.925 | 214.505 |
| Outros ativos | 11 | 10.047 | 13.218 | 12.847 | 16.208 |
| Total do ativo realizável a longo prazo | | 751.306 | 155.111 | 950.883 | 304.058 |
| Investimentos | 13 | 1.595.255 | 1.383.276 | - | - |
| Imobilizado | 14.2 | 1.786.396 | 1.814.253 | 2.154.260 | 2.173.710 |
| Direito de uso | 15.2 | 1.397.843 | 1.344.150 | 1.700.038 | 1.634.690 |
| Intangível | 14.4 | 587.713 | 469.711 | 940.636 | 784.235 |
| Total do ativo não circulante | | 6.118.513 | 5.166.501 | 5.745.817 | 4.896.693 |
| Total do ativo | | 11.943.763 | 9.275.753 | 14.642.583 | 11.552.902 |

(*) Nesta demonstração apresenta-se os efeitos mencionados na nota explicativa 3.6.1.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Lojas Renner S.A. e Controladas

Levantados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Passivo e patrimônio líquido | | | Reapresentado (*) | | Reapresentado (*) |
| Passivo circulante | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 17.2 | 1.037.626 | 594.394 | 1.077.081 | 709.022 |
| Financiamentos - operações serviços financeiros | 18 | - | 37.740 | 341.390 | 184.996 |
| Arrendamentos a pagar | 19.2 | 410.998 | 373.555 | 496.583 | 447.685 |
| Fornecedores | 20.2 | 1.208.337 | 953.371 | 1.404.852 | 1.081.785 |
| Obrigações com administradoras de cartões | | 15.711 | 26.919 | 1.193.168 | 985.298 |
| Obrigações fiscais | 21 | 366.320 | 466.977 | 402.930 | 636.723 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 22 | 193.403 | 276.548 | 226.816 | 306.882 |
| Obrigações estatutárias | | 246.269 | 243.114 | 246.269 | 243.114 |
| Provisões para riscos | 23.2 | 52.104 | 57.914 | 67.059 | 67.635 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 24.4 | 30.327 | 6.680 | 31.428 | 7.764 |
| Débitos com partes relacionadas | 26.3.2 | 1.445 | 1.279 | - | - |
| Outras obrigações | 25 | 64.571 | 55.610 | 145.835 | 94.413 |
| Total do passivo circulante | | 3.627.111 | 3.094.101 | 5.633.411 | 4.765.317 |
| Passivo não circulante | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 17.2 | 1.545.933 | 406.086 | 1.545.933 | 444.641 |
| Financiamentos - operações serviços financeiros | 18 | - | - | 420.575 | 306.370 |
| Arrendamentos a pagar | 19.2 | 1.120.649 | 1.060.869 | 1.365.804 | 1.291.676 |
| Fornecedores | 20.2 | 95.503 | - | 95.503 | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 12.2 | - | - | - | 5.287 |
| Provisões para riscos | 23.2 | 53.251 | 23.431 | 55.237 | 24.481 |
| Outras obrigações | 25 | - | 247 | 24.804 | 24.111 |
| Total do passivo não circulante | | 2.815.336 | 1.490.633 | 3.507.856 | 2.096.566 |
| Total do passivo | | 6.442.447 | 4.584.734 | 9.141.267 | 6.861.883 |
| Patrimônio líquido | | | | | |
| Capital social | 27.1 | 3.805.326 | 3.795.634 | 3.805.326 | 3.795.634 |
| Ações em tesouraria | 27.2 | (119.461) | (35.549) | (119.461) | (35.549) |
| Reservas de capital | 27.3 | 94.031 | 74.227 | 94.031 | 74.227 |
| Reservas de lucros | 27.4 | 1.694.515 | 869.896 | 1.694.515 | 869.896 |
| Outros resultados abrangentes | 27.5 | 26.905 | (13.189) | 26.905 | (13.189) |
| Total do patrimônio líquido | | 5.501.316 | 4.691.019 | 5.501.316 | 4.691.019 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 11.943.763 | 9.275.753 | 14.642.583 | 11.552.902 |

(*) Nesta demonstração apresenta-se os efeitos mencionados na nota explicativa 3.6.1.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Lojas Renner S.A. e Controladas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação apresentado em R\$)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| | | | Reapresentado (*) | | Reapresentado (*) |
| Receita operacional líquida | | 5.853.395 | 7.893.166 | 7.537.180 | 9.588.437 |
| Vendas de mercadorias | 33.2 | 5.822.002 | 7.656.754 | 6.660.571 | 8.474.693 |
| Produtos e serviços financeiros | 33.2 | 31.393 | 236.412 | 876.609 | 1.113.744 |
| Custos das vendas | | (2.837.106) | (3.395.245) | (3.223.570) | (3.730.521) |
| Vendas de mercadorias | | (2.837.106) | (3.383.052) | (3.201.309) | (3.707.306) |
| Produtos e serviços financeiros | | - | (12.193) | (22.261) | (23.215) |
| Lucro bruto | | 3.016.289 | 4.497.921 | 4.313.610 | 5.857.916 |
| Vendas | 34.1 | (2.041.170) | (2.122.885) | (2.468.018) | (2.505.821) |
| Administrativas e gerais | 34.2 | (763.428) | (786.127) | (885.233) | (879.264) |
| Perdas em crédito, líquidas | | 98.296 | (62.306) | (412.636) | (381.049) |
| Outros resultados operacionais | 34.3 | 608.174 | (231.729) | 309.156 | (415.405) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 13 | (63.663) | 214.733 | - | - |
| Despesas operacionais, líquidas | | (2.161.791) | (2.988.314) | (3.456.731) | (4.181.539) |
| Lucro operacional antes do resultado financeiro | | 854.498 | 1.509.607 | 856.879 | 1.676.377 |
| Receitas financeiras | 35 | 618.347 | 31.344 | 712.925 | 74.422 |
| Despesas financeiras | 35 | (242.451) | (188.137) | (369.043) | (258.817) |
| Resultado financeiro, líquido | | 375.896 | (156.793) | 343.882 | (184.395) |
| Lucro prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social | | 1.230.394 | 1.352.814 | 1.200.761 | 1.491.982 |
| Corrente | 12.5 | (140.628) | (284.753) | (162.813) | (472.822) |
| Diferido | 12.5 | 6.503 | 18.140 | 58.321 | 67.041 |
| Imposto de renda e contribuição social, líquidos | | (134.125) | (266.613) | (104.492) | (405.781) |
| Lucro líquido do exercício | | 1.096.269 | 1.086.201 | 1.096.269 | 1.086.201 |
| Lucro prejuízo líquido por ação - Básico R\$ | 29 | 1,3828 | 1,4142 | 1,3828 | 1,4142 |
| Lucro prejuízo líquido por ação - Diluído R\$ | 29 | 1,3795 | 1,4079 | 1,3795 | 1,4079 |
| Quantidade de ações ao final do exercício (em milhares) | | 796.170 | 795.558 | 796.170 | 795.558 |

(*) Nesta demonstração apresenta-se os efeitos mencionados na nota explicativa 3.6.1.1.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Lojas Renner S.A. e Controladas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| | | Reapresentado (*) | | Reapresentado (*) |
| Lucro líquido do exercício | 1.096.269 | 1.086.201 | 1.096.269 | 1.086.201 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | | | | |
| Itens que não serão reclassificados para o resultado | (14.924) | 181 | (14.924) | 181 |
| Hedge de fluxo de caixa | (22.995) | 360 | (22.612) | 274 |
| Impostos relacionados com resultado do hedge de fluxo de caixa | 7.818 | (122) | 7.688 | (93) |
| Hedge de fluxo de caixa em controladas, líquido de impostos | 253 | (57) | - | - |
| Ajustes acumulados de conversão e correção monetária | | | | |
| Itens que podem ser posteriormente reclassificados para o resultado | 55.018 | (15.518) | 55.018 | (15.518) |
| Ajustes acumulados de conversão e correção monetária por hiperinflação | 55.018 | (15.518) | 55.018 | (15.518) |
| Outros componentes do resultado abrangente | 40.094 | (15.337) | 40.094 | (15.337) |
| Total do resultado abrangente do exercício | 1.136.363 | 1.070.864 | 1.136.363 | 1.070.864 |

(*) Nesta demonstração apresenta-se os efeitos mencionados na nota explicativa 3.6.1.1.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO

Lojas Renner S.A.

Levantados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto juros sobre capital próprio e dividendos por ação apresentados em R\$)

| | Nota | Reservas de capital | | | | Reservas de lucros | | | | Lucros acumulados | Total |
|---|--------|---------------------|---------------------|---|---------------|--------------------------------------|---------------------------------|------------------------------|-------------------------------|--------------------|------------------|
| | | Capital social | Ações em tesouraria | Reserva plano de opção de compra de ações e ações restritas | Reserva legal | Reserva para investimento e expansão | Reserva para incentivos fiscais | Dividendo adicional proposto | Outros resultados abrangentes | | |
| Saldo em 1º de janeiro de 2019 | | 2.637.473 | (44.536) | 124.093 | 87.641 | 946.514 | 56.540 | 144.639 | 2.148 | - | 3.954.512 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.086.201 | 1.086.201 |
| Aumento de capital | 27.1 | 1.158.161 | - | (72.050) | (87.641) | (895.819) | (56.540) | - | - | - | 46.111 |
| Alienação/Transferência de ações | 27.2 | - | 8.987 | (8.983) | - | - | - | - | - | - | 4 |
| Plano de opção de compra de ações | 30 | - | - | 21.074 | - | - | - | - | - | - | 21.074 |
| Plano de ações restritas | 31 | - | - | 10.093 | - | - | - | - | - | - | 10.093 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | | - | - | - | - | - | - | - | 181 | - | 181 |
| Ajustes acumulados de conversão | | - | - | - | - | - | - | - | (34.930) | - | (34.930) |
| Correção monetária por hiperinflação | | - | - | - | - | - | - | - | 19.412 | - | 19.412 |
| Deliberação de dividendos adicional propostos | 28.2 | - | - | - | - | - | - | (144.639) | - | - | (144.639) |
| Dividendos prescritos | | - | - | - | - | - | - | - | - | 327 | 327 |
| Destinação do Lucro: | | - | - | - | 54.955 | 384.161 | 97.539 | 282.546 | - | (1.086.528) | (267.327) |
| Reserva legal | 27.4.1 | - | - | - | 54.955 | - | - | - | - | (54.955) | - |
| Reserva para investimento e expansão | 27.4.2 | - | - | - | - | 384.161 | - | - | - | (384.161) | - |
| Reserva para incentivos fiscais | 27.4.3 | - | - | - | - | - | 97.539 | - | - | (97.539) | - |
| Dividendos (R\$ 0,375338 por ação) | 28.2 | - | - | - | - | - | - | 282.546 | - | (297.916) | (15.370) |
| Juros sobre capital próprio (R\$ 0,326461 por ação) | 28.2 | - | - | - | - | - | - | - | - | (251.957) | (251.957) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | | 3.795.634 | (35.549) | 74.227 | 54.955 | 434.856 | 97.539 | 282.546 | (13.189) | - | 4.691.019 |

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO

Lojas Renner S.A.

Levantados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto juros sobre capital próprio e dividendos por ação apresentados em R\$)

| | Nota | | | Reservas de capital | | Reservas de lucros | | | | | Total |
|---|--------|------------------|---------------------|---|----------------|--------------------------------------|---------------------------------|------------------------------|-------------------------------|--------------------|------------------|
| | | Capital social | Ações em tesouraria | Reserva plano de opção de compra de ações e ações restritas | Reserva legal | Reserva para investimento e expansão | Reserva para incentivos fiscais | Dividendo adicional proposto | Outros resultados abrangentes | Lucros acumulados | |
| Saldo em 1º de janeiro de 2020 | | 3.795.634 | (35.549) | 74.227 | 54.955 | 434.856 | 97.539 | 282.546 | (13.189) | - | 4.691.019 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.096.269 | 1.096.269 |
| Aumento de capital | 27.1 | 9.692 | - | - | - | - | - | - | - | - | 9.692 |
| Recompra de ações | 27.2 | - | (96.964) | - | - | - | - | - | - | - | (96.964) |
| Alienação/Transferência de ações | 27.2 | - | 13.052 | (13.052) | - | - | - | - | - | - | - |
| Plano de opção de compra de ações | 30 | - | - | 22.832 | - | - | - | - | - | - | 22.832 |
| Plano de ações restritas | 31 | - | - | 10.024 | - | - | - | - | - | - | 10.024 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | | - | - | - | - | - | - | - | (14.924) | - | (14.924) |
| Ajustes acumulados de conversão | | - | - | - | - | - | - | - | 10.205 | - | 10.205 |
| Correção monetária por hiperinflação | | - | - | - | - | - | - | - | 44.813 | - | 44.813 |
| Reserva para investimento e expansão | | - | - | - | - | 282.221 | - | (282.221) | - | - | - |
| Deliberação de dividendos adicional propostos | 28.2 | - | - | - | - | - | - | (325) | - | - | (325) |
| Dividendos prescritos | | - | - | - | - | - | - | - | - | 191 | 191 |
| Destinação do Lucro: | | - | - | - | 54.813 | 704.667 | 65.273 | 191 | - | (1.096.460) | (271.516) |
| Reserva legal | 27.4.1 | - | - | - | 54.813 | - | - | - | - | (54.813) | - |
| Reserva para investimento e expansão | 27.4.2 | - | - | - | - | 704.667 | - | - | - | (704.667) | - |
| Reserva para incentivos fiscais | 27.4.3 | - | - | - | - | - | 65.273 | - | - | (65.273) | - |
| Dividendos (R\$ 0,038952 por ação) | 28.2 | - | - | - | - | - | - | 191 | - | (30.889) | (30.698) |
| Juros sobre capital próprio (R\$ 0,303839 por ação) | 28.2 | - | - | - | - | - | - | - | - | (240.818) | (240.818) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | | 3.805.326 | (119.461) | 94.031 | 109.768 | 1.421.744 | 162.812 | 191 | 26.905 | - | 5.501.316 |

(*) Nesta demonstração apresenta-se os efeitos mencionados na nota explicativa 3.6.1.1.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Lojas Renner S.A. e Controladas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|-------------------|------------------|-------------------|------------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| | Reapresentado (*) | | Reapresentado (*) | |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | | |
| Lucro líquido do exercício | 1.096.269 | 1.086.201 | 1.096.269 | 1.086.201 |
| Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais: | | | | |
| Depreciações e amortizações | 647.843 | 598.042 | 791.036 | 694.712 |
| Juros e custos de estruturação sobre empréstimos e arrendamento | 212.725 | 183.477 | 238.548 | 208.449 |
| Juros de financiamentos de serviços operacionais | 2.561 | - | 29.708 | - |
| Resultado de equivalência patrimonial | 63.663 | (214.733) | - | - |
| Imposto de renda e contribuição social | 134.125 | 266.613 | 104.492 | 405.781 |
| Perdas (reversões) estimadas em ativos, líquidas | (33.843) | (64.150) | 117.371 | 91.705 |
| Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS | (1.363.029) | - | (1.363.029) | - |
| Descontos - arrendamentos a pagar | (104.488) | - | (128.927) | - |
| Outros ajustes do lucro líquido | 67.836 | 59.880 | 95.560 | 65.847 |
| Lucro líquido ajustado | 723.662 | 1.915.330 | 981.028 | 2.552.695 |
| Recebimento de dividendos de controladas | 6.926 | 14.348 | - | - |
| (Aumento) Redução nos Ativos | | | | |
| Contas a receber de clientes | 115.370 | (334.964) | (95.712) | (783.799) |
| Estoques | (247.550) | 70.263 | (265.461) | 28.993 |
| Tributos a recuperar | 92.855 | (87.621) | 75.502 | (44.574) |
| Outros ativos | 9.736 | 7.100 | (1.287) | (26.814) |
| Aumento (Redução) nos Passivos | | | | |
| Fornecedores | 341.980 | 50.784 | 419.457 | 59.255 |
| Financiamentos - operações serviços financeiros | - | 91.303 | - | (360.220) |
| Obrigações com administradoras de cartões | (11.208) | 8.565 | 207.870 | 291.302 |
| Obrigações fiscais | (76.895) | (40.741) | (124.919) | (83.629) |
| Outras obrigações | (74.776) | 45.903 | (18.251) | 86.741 |
| Pagamento de imposto de renda e contribuição social | (164.391) | (194.002) | (296.099) | (302.474) |
| Juros pagos sobre empréstimos e debêntures | (47.643) | (40.661) | (49.224) | (43.675) |
| Juros pagos sobre financiamentos de serviços operacionais | (10.301) | - | (10.301) | - |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais, antes das aplic. financeiras | 657.765 | 1.505.607 | 822.603 | 1.373.801 |
| Aplicações financeiras | 27.887 | (7.558) | (214.224) | 207.886 |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | 685.652 | 1.498.049 | 608.379 | 1.581.687 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | | |
| Aquisições de imobilizado e intangível | (443.982) | (553.032) | (543.976) | (751.428) |
| Recebimentos por vendas de ativos fixos | 147 | 40.726 | 147 | 1.155 |
| Aporte de capital em controladas | (227.297) | (241.724) | - | - |
| Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos | (671.132) | (754.030) | (543.829) | (750.273) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | | | |
| Aumento do capital social | 9.692 | 46.111 | 9.692 | 46.111 |
| Recompra de ações | (96.964) | 4 | (96.964) | 4 |
| Captações de empréstimos | 2.499.466 | 584.515 | 3.467.279 | 724.681 |
| Amortização de empréstimos e debêntures | (987.178) | (510.710) | (1.787.961) | (632.928) |
| Contraprestação de arrendamentos a pagar | (279.017) | (326.864) | (334.911) | (376.500) |
| Juros sobre capital próprio e dividendos pagos | (243.835) | (409.081) | (243.835) | (409.081) |
| Caixa líquido gerado nas (consumido pelas) atividades de financiamentos | 902.164 | (616.025) | 1.013.300 | (647.713) |
| Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa | - | - | 7.977 | 12.123 |
| Aumento no caixa e equivalentes de caixa | 916.684 | 127.994 | 1.085.827 | 195.824 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 844.755 | 716.761 | 980.954 | 785.130 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 1.761.439 | 844.755 | 2.066.781 | 980.954 |

(*) Nesta demonstração apresenta-se os efeitos mencionados na nota explicativa 3.6.1.1.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

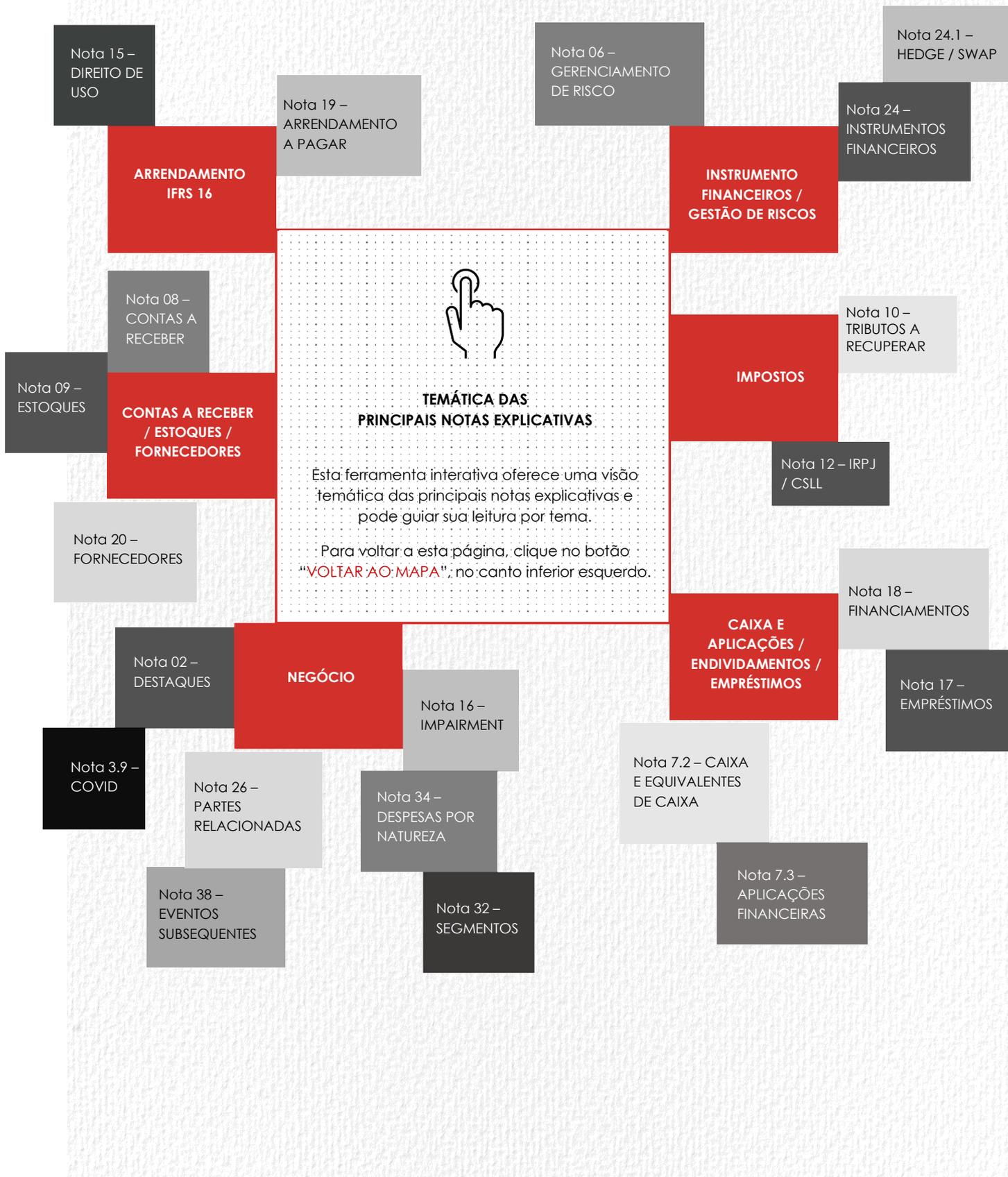
Lojas Renner S.A. e Controladas
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| | | Reapresentado (*) | | Reapresentado (*) |
| (+) Receitas | 8.569.043 | 10.337.962 | 9.995.026 | 11.981.576 |
| Vendas de mercadorias, líquidas de cancelamentos e devoluções | 7.605.783 | 10.047.479 | 8.641.516 | 11.075.280 |
| Produtos e serviços financeiros | 39.278 | 257.745 | 933.234 | 1.182.637 |
| Perdas estimadas em crédito, líquidas | 98.296 | (62.306) | (412.636) | (381.049) |
| Outras receitas | 825.686 | 95.044 | 832.912 | 104.708 |
| (-) Insumos adquiridos de terceiros | (4.565.232) | (5.120.986) | (5.406.310) | (5.773.244) |
| Custo das vendas de mercadorias e serviços prestados (incluindo impostos) | (3.239.976) | (3.862.714) | (3.658.781) | (4.219.379) |
| Energia, serviços de terceiros e outras despesas | (1.258.188) | (1.181.226) | (1.668.259) | (1.467.856) |
| Perdas na realização de demais ativos, líquidas | (67.068) | (77.046) | (79.270) | (86.009) |
| (=) Valor adicionado bruto | 4.003.811 | 5.216.976 | 4.588.716 | 6.208.332 |
| (-) Retenções | (647.843) | (598.042) | (791.036) | (694.712) |
| Depreciações e amortizações | (647.843) | (598.042) | (791.036) | (694.712) |
| (=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade | 3.355.968 | 4.618.934 | 3.797.680 | 5.513.620 |
| (+) Valor adicionado recebido em transferência | 583.793 | 247.520 | 742.096 | 76.054 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (63.663) | 214.733 | - | - |
| Receitas financeiras, bruta de impostos | 647.456 | 32.787 | 742.096 | 76.054 |
| (=) Valor adicionado total a distribuir | 3.939.761 | 4.866.454 | 4.539.776 | 5.589.674 |
| (=) Distribuição do valor adicionado | 3.939.761 | 4.866.454 | 4.539.776 | 5.589.674 |
| Pessoal | 878.827 | 1.075.638 | 1.099.119 | 1.259.051 |
| Remuneração direta | 649.658 | 812.181 | 840.972 | 966.448 |
| Benefícios | 125.994 | 147.520 | 144.900 | 165.866 |
| FGTS | 59.022 | 71.472 | 67.778 | 81.304 |
| Outros | 44.153 | 44.465 | 45.469 | 45.433 |
| Plano de opção de compra de ações | 22.831 | 21.075 | 22.831 | 21.075 |
| Remuneração dos administradores | 21.322 | 23.390 | 22.638 | 24.358 |
| Impostos, taxas e contribuições | 1.597.204 | 2.282.594 | 1.808.080 | 2.681.990 |
| Tributos federais | 522.573 | 802.909 | 596.508 | 1.047.622 |
| Tributos estaduais | 1.020.090 | 1.426.707 | 1.137.003 | 1.562.922 |
| Tributos municipais | 54.541 | 52.978 | 74.569 | 71.446 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 367.461 | 422.021 | 536.308 | 562.432 |
| Despesas financeiras | 252.665 | 193.932 | 381.343 | 264.945 |
| Despesas com ocupação | 114.796 | 228.089 | 154.965 | 297.487 |
| Remuneração de capitais próprios | 1.096.269 | 1.086.201 | 1.096.269 | 1.086.201 |
| Juros sobre capital próprio e dividendos propostos | 271.516 | 267.327 | 271.516 | 267.327 |
| Lucros retidos | 824.753 | 536.655 | 824.753 | 536.655 |
| Dividendo adicional proposto | - | 282.219 | - | 282.219 |

(*) Nesta demonstração apresenta-se os efeitos mencionados na nota explicativa 3.6.1.1.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Lojas Renner S.A. ("Controladora") - sociedade anônima sediada na Av. Joaquim Porto Villanova, 401, Porto Alegre (RS), listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão sob o código LREN3 - e suas controladas diretas e indiretas, individualmente ou em conjunto ("Companhia" ou "Consolidado"), têm como principais negócios:

- i) **Varejo:** comércio nos segmentos de vestuário, esportes, calçados, acessórios, perfumaria, utilidades domésticas, cama, mesa e banho, móveis e decoração; e
- ii) **Serviços Financeiros:** empréstimos pessoais, financiamento de compras, seguros e operações ativas e passivas inerentes às companhias de crédito, dentre outros.

2 DESTAQUES

A Administração destaca abaixo alguns assuntos importantes nesta divulgação:

2.1 IMPACTOS DA COVID-19

A partir dos Ofícios Circulares nº 02/2020 e nº 03/2020 emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos da Covid-19, estão relacionadas, na nota explicativa nº 3.9, as medidas adotadas e as avaliações da Administração.

2.2 EMISSÕES DE DEBÊNTURES

Durante o segundo trimestre de 2020 foram efetivadas a 10ª e a 11ª emissões de debêntures da Controladora. Maiores detalhes das características e montantes vide nota explicativa nº 17.2.

2.3 ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS/COFINS

Em maio de 2020, foi certificado o trânsito em julgado da ação da Controladora, a qual determina a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. A Administração da Companhia também considerou a orientação do Ofício CVM SNC/SEP nº 01/2021 observando os aspectos qualitativos e quantitativos sobre esse tema. Maiores detalhes vide nota explicativa nº 10.

2.4 EMENDA IFRS 16 E DELIBERAÇÃO CVM Nº 859/2020

Em maio de 2020, o IASB emitiu uma emenda na norma IFRS 16, a qual prevê um expediente prático que possibilita ao arrendatário contabilizar os benefícios concedidos no resultado, durante o período impactado pela pandemia da Covid-19. Em 7 de julho de 2020, através da Deliberação nº 859/2020, a CVM aprovou alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos, equivalente a emenda do IFRS 16 emitida pelo IASB. Maiores detalhes vide nota explicativa nº 5.3.

2.5 ALTERAÇÃO DE VALORES COMPARATIVOS

No segundo trimestre de 2020, a Administração reavaliou a sua política contábil do arrendamento, em relação ao tema da taxa de desconto na mensuração dos contratos, e da classificação do fundo exclusivo de investimento como aplicações financeiras. Maiores detalhes na nota explicativa nº 3.6.1.

3 BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 11 de fevereiro de 2021, e foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), incluindo pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aprovados pela CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

3.2 DECLARAÇÃO DE RELEVÂNCIA

A Administração da Companhia afirma que aplicou a orientação técnica OCPC 7 e a Deliberação CVM nº 727/2014, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento.

3.3 BASE DE MENSURAÇÃO

Estas demonstrações financeiras foram mensuradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto em determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos (nota explicativa nº 24.3).

3.4 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, com os saldos arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Para as controladas do exterior que atuam em ambiente econômico estável e possuem moeda funcional distinta da Controladora, as demonstrações do resultado são convertidas para Reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica. Para as controladas que atuam em ambiente de Economia hiperinflacionária, os saldos de ativos, passivos e resultado acumulado são convertidos pela taxa final.

3.5 JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

Como a preparação das demonstrações requer da Administração premissas e estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, que afetam os saldos de ativos e de passivos e outras transações, os resultados procedentes eventualmente podem divergir dessas estimativas.

As estimativas contábeis críticas são essenciais para produzir a melhor informação possível sobre os resultados e condição patrimonial, mesmo com a subjetividade, complexidade e não precisão, têm impacto significativo em:

| Estimativa | Nota Explicativa |
|--|-----------------------|
| Perdas estimadas em crédito | 8.3 |
| Perdas estimadas em estoques | 9.3 |
| Taxa de desconto aplicada nos ajustes a valor presente | 8.1, 9.1, 19.1 e 20.1 |
| Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos | 12.4 |
| Determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível | 14.1 |
| Avaliação de <i>impairment</i> de ativos intangíveis com vida útil indeterminada | 16.1 |
| Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 23.1 |
| Determinação dos valores justos dos instrumentos financeiros derivativos e opções de compra de ações | 24.3 e 30.4 |

3.6 POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis usadas na preparação dessas demonstrações estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios.

3.6.1 Alteração de valores comparativos

A Administração identificou a necessidade de reavaliar sua política contábil do arrendamento, em relação ao tema da taxa de desconto na mensuração dos contratos, e da forma de apresentação de fundo exclusivo de investimento como aplicações financeiras durante o segundo trimestre de 2020.

3.6.1.1 Arrendamentos

No decorrer do exercício de 2019 e no primeiro trimestre de 2020, a Administração da Companhia utilizou como política contábil nos contratos de arrendamento, a aplicação da taxa real e fluxo real, buscando preservar a consistência entre fluxo e taxa. No entanto, há que se reconhecer o fato de que a maior parte das empresas que integram o mercado brasileiro optaram pelo uso de uma taxa incremental nominal na adoção da norma CPC 06 (R2)/IFRS 16, em linha com a prática internacional e brasileira, em estrito cumprimento aos seus requerimentos, incluindo empresas que atuam no mesmo segmento da Companhia.

Neste contexto, a Administração identificou, em função dessa comparabilidade, que seria melhor reavaliar sua política contábil em relação ao tema, passando a utilizar taxas de desconto nominais nos seus contratos de arrendamento, com objetivo principal de alinhar sua política contábil à prática majoritariamente adotada pelo mercado, incluindo empresas comparáveis no Brasil e no exterior, bem como a norma internacional. Esta alteração, no entendimento da Administração, traz benefícios aos usuários das demonstrações financeiras pois, como já comentado, permite um alinhamento total com a norma e uma maior comparabilidade com as demais empresas do mercado.

Com tais objetivos, portanto, a Administração alterou sua política contábil, atendendo plenamente os requerimentos do CPC 06 (R2)/IFRS 16, com relação ao uso da taxa incremental nominal para desconto dos fluxos e rerepresentando todos os valores comparativos para refletir tal modificação.

3.6.1.2 Classificação do Fundo Exclusivo de Investimento

Analisando a composição do saldo do fundo Brasil Plural Retail FI, a Administração identificou a necessidade de alterar a forma de apresentação do fundo de investimento. O fundo Brasil Plural Retail FI possui parte da alocação dos seus ativos em títulos cuja liquidez não é garantida via compromisso de recompra pelo emissor, mas sim através de mercado secundário e por esta razão, em benefício da comparabilidade com demais ativos com mesmas características, como títulos públicos, a Companhia reclassificou de equivalentes de caixa para aplicações financeiras. Vale dizer que referida reclassificação não tem qualquer alteração na gestão de caixa da Companhia, bem como na gestão de capital e *covenants* de dívida.

3.6.2 Reapresentação dos valores anteriormente divulgados com efeitos não considerados materiais

Em conformidade ao CPC 23/IAS 8, a Administração da Companhia está apresentando os impactos e reapresentando os saldos do balanço patrimonial, da demonstração do resultado, da demonstração do resultado abrangente, da demonstração do valor adicionado, da demonstração das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e das notas explicativas para o exercício findo em 2019 impactadas por esta reapresentação.

3.6.2.1 Impactos no balanço patrimonial

| | Nota | Controladora | | |
|--|---------|------------------|------------------|------------------|
| | | Divulgado | Ajuste | Reapresentado |
| 31/12/2019 | | | | |
| Ativo | | | | |
| Circulante | | 4.109.252 | - | 4.109.252 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3.6.1.2 | 1.011.854 | (167.099) | 844.755 |
| Aplicações financeiras | 3.6.1.2 | - | 167.099 | 167.099 |
| Outros ativos circulantes | | 3.097.398 | - | 3.097.398 |
| Não circulante | | 5.353.003 | (186.502) | 5.166.501 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social diferido | 3.6.1.1 | 83.401 | 6.068 | 89.469 |
| Investimentos | 3.6.1.1 | 1.385.092 | (1.816) | 1.383.276 |
| Direito de uso | 3.6.1.1 | 1.534.904 | (190.754) | 1.344.150 |
| <i>Locação com direito de opção de compra (*)</i> | | 26.402 | - | 26.402 |
| <i>Locações</i> | 3.6.1.1 | 1.508.502 | (190.754) | 1.317.748 |
| Outros ativos não circulantes | | 2.349.606 | - | 2.349.606 |
| Total Ativo | | 9.462.255 | (186.502) | 9.275.753 |
| Passivo | | | | |
| Circulante | | 3.098.029 | (3.928) | 3.094.101 |
| Arrendamentos a pagar | 3.6.1.1 | 377.777 | (4.222) | 373.555 |
| <i>Locação com direito de opção de compra (*)</i> | | 4.184 | - | 4.184 |
| <i>Locações</i> | 3.6.1.1 | 373.593 | (4.222) | 369.371 |
| Fornecedores | 3.6.1.1 | 953.077 | 294 | 953.371 |
| Outros passivos circulantes | | 1.767.175 | - | 1.767.175 |
| Não circulante | | 1.659.612 | (168.979) | 1.490.633 |
| Arrendamentos a pagar | 3.6.1.1 | 1.229.848 | (168.979) | 1.060.869 |
| <i>Locação com direito de opção de compra (*)</i> | | 31.244 | - | 31.244 |
| <i>Locações</i> | 3.6.1.1 | 1.198.604 | (168.979) | 1.029.625 |
| Outros passivos circulantes | | 429.764 | - | 429.764 |
| Total Passivo | | 4.757.641 | (172.907) | 4.584.734 |
| Reservas de lucros | 3.6.1.1 | 882.788 | (12.892) | 869.896 |
| Reserva de investimento e expansão | 3.6.1.1 | 447.748 | (12.892) | 434.856 |
| Outras reservas de lucros | | 435.040 | - | 435.040 |
| Outros resultados abrangentes | 3.6.1.1 | (12.486) | (703) | (13.189) |
| Outros itens do patrimônio líquido | | 3.834.312 | - | 3.834.312 |
| Total Patrimônio Líquido | | 4.704.614 | (13.595) | 4.691.019 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 9.462.255 | (186.502) | 9.275.753 |
| % Impactos - Ativo total divulgado | | | | -1,97% |
| % Impactos - Patrimônio líquido total divulgado | | | | -0,29% |

Nesta demonstração refletimos os saldos reapresentados mencionados na nota explicativa 3.6.1.1.

| | Nota | Consolidado | | |
|--|---------|-------------------|------------------|-------------------|
| | | 31/12/2019 | | |
| | | Divulgado | Ajuste | Reapresentado |
| Ativo | | | | |
| Circulante | | 6.656.209 | - | 6.656.209 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3.6.1.2 | 1.148.053 | (167.099) | 980.954 |
| Aplicações financeiras | 3.6.1.2 | 224.249 | 167.099 | 391.348 |
| Outros ativos circulantes | | 5.283.907 | - | 5.283.907 |
| Não circulante | | 5.135.526 | (238.833) | 4.896.693 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social diferido | 3.6.1.1 | 208.067 | 6.438 | 214.505 |
| Direito de uso | 3.6.1.1 | 1.879.961 | (245.271) | 1.634.690 |
| <i>Locação com direito de opção de compra (*)</i> | | 26.402 | - | 26.402 |
| <i>Locações</i> | 3.6.1.1 | 1.853.559 | (245.271) | 1.608.288 |
| Outros ativos não circulantes | | 3.047.498 | - | 3.047.498 |
| Total Ativo | | 11.791.735 | (238.833) | 11.552.902 |
| Passivo | | | | |
| Circulante | | 4.768.397 | (3.080) | 4.765.317 |
| Arrendamentos a pagar | 3.6.1.1 | 450.151 | (2.466) | 447.685 |
| <i>Locação com direito de opção de compra (*)</i> | | 4.184 | - | 4.184 |
| <i>Locações</i> | 3.6.1.1 | 445.967 | (2.466) | 443.501 |
| Fornecedores | 3.6.1.1 | 1.082.399 | (614) | 1.081.785 |
| Outros passivos circulantes | | 3.235.847 | - | 3.235.847 |
| Não circulante | | 2.318.724 | (222.158) | 2.096.566 |
| Arrendamentos a pagar | 3.6.1.1 | 1.513.284 | (221.608) | 1.291.676 |
| <i>Locação com direito de opção de compra (*)</i> | | 31.244 | - | 31.244 |
| <i>Locações</i> | 3.6.1.1 | 1.482.040 | (221.608) | 1.260.432 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 3.6.1.1 | 5.837 | (550) | 5.287 |
| Outros passivos circulantes | | 799.603 | - | 799.603 |
| Total Passivo | | 7.087.121 | (225.238) | 6.861.883 |
| Reservas de lucros | 3.6.1.1 | 882.788 | (12.892) | 869.896 |
| Reserva de investimento e expansão | 3.6.1.1 | 447.748 | (12.892) | 434.856 |
| Outras reservas de lucros | | 435.040 | - | 435.040 |
| Outros resultados abrangentes | 3.6.1.1 | (12.486) | (703) | (13.189) |
| Outros itens do patrimônio líquido | | 3.834.312 | - | 3.834.312 |
| Total Patrimônio Líquido | | 4.704.614 | (13.595) | 4.691.019 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 11.791.735 | (238.833) | 11.552.902 |
| % Impactos - Ativo total divulgado | | | | -2,03% |
| % Impactos - Patrimônio líquido total divulgado | | | | -0,29% |

(*) Corresponde ao prédio da sede administrativa que possui uma taxa de desconto implícita no contrato.

Nesta demonstração refletimos os saldos reapresentados mencionados na nota explicativa 3.6.1.1.

3.6.2.2 Impactos nas demonstrações dos resultados

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|--|--------------------|-----------------|--------------------|--------------------|-----------------|--------------------|
| | 2019 | | | 2019 | | |
| | Divulgado | Ajuste | Reapresentado | Divulgado | Ajuste | Reapresentado |
| Lucro Bruto | 4.497.921 | - | 4.497.921 | 5.857.916 | - | 5.857.916 |
| Vendas | (2.149.181) | 26.296 | (2.122.885) | (2.537.083) | 31.262 | (2.505.821) |
| Depreciação - direito de uso | (261.391) | 26.296 | (235.095) | (307.151) | 34.542 | (272.609) |
| Outras despesas de vendas | (1.887.790) | - | (1.887.790) | (2.229.932) | (3.280) | (2.233.212) |
| Administrativas e gerais | (787.326) | 1.199 | (786.127) | (880.620) | 1.356 | (879.264) |
| Depreciação - direito de uso | (27.280) | 1.199 | (26.081) | (29.026) | 1.356 | (27.670) |
| Outras despesas administrativas e gerais | (760.046) | - | (760.046) | (851.594) | - | (851.594) |
| Perdas em crédito, líquidas | (62.306) | - | (62.306) | (381.049) | - | (381.049) |
| Outros resultados operacionais | (231.729) | - | (231.729) | (415.510) | 105 | (415.405) |
| Depreciação - direito de uso | - | - | - | (699) | 105 | (594) |
| Outras despesas | (231.729) | - | (231.729) | (414.811) | - | (414.811) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 215.846 | (1.113) | 214.733 | - | - | - |
| Despesas operacionais, líquidas | (3.014.696) | 26.382 | (2.988.314) | (4.214.262) | 32.723 | (4.181.539) |
| Lucro operacional antes do resultado financeiro | 1.483.225 | 26.382 | 1.509.607 | 1.643.654 | 32.723 | 1.676.377 |
| Receitas financeiras | 31.344 | - | 31.344 | 74.422 | - | 74.422 |
| Despesas financeiras | (142.795) | (45.342) | (188.137) | (206.222) | (52.595) | (258.817) |
| Resultado financeiro, líquido | (111.451) | (45.342) | (156.793) | (131.800) | (52.595) | (184.395) |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 1.371.774 | (18.960) | 1.352.814 | 1.511.854 | (19.872) | 1.491.982 |
| Corrente | (284.753) | - | (284.753) | (472.822) | - | (472.822) |
| Diferido | 12.072 | 6.068 | 18.140 | 60.061 | 6.980 | 67.041 |
| Imposto de renda e contribuição social, líquidos | (272.681) | 6.068 | (266.613) | (412.761) | 6.980 | (405.781) |
| Lucro líquido do exercício | 1.099.093 | (12.892) | 1.086.201 | 1.099.093 | (12.892) | 1.086.201 |
| Lucro líquido por ação - Básico R\$ | 1,4276 | (0,0134) | 1,4142 | 1,4276 | (0,0134) | 1,4142 |
| Lucro líquido por ação - Diluído R\$ | 1,4212 | (0,0133) | 1,4079 | 1,4212 | (0,0133) | 1,4079 |
| % impacto sobre o lucro líquido | | | -1,17% | | | -1,17% |

Nesta demonstração refletimos os saldos reapresentados mencionados na nota explicativa 3.6.1.1.

3.6.2.3 Impacto nas demonstrações dos resultados abrangentes

| | Controladora e Consolidado | | |
|--|----------------------------|-----------------|------------------|
| | 2019 | | |
| | Divulgado | Ajuste | Reapresentado |
| Lucro líquido do exercício | 1.099.093 | (12.892) | 1.086.201 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | 181 | - | 181 |
| Ajustes acumulados de conversão e correção monetária por hiperinflação | (14.815) | (703) | (15.518) |
| Total do resultado abrangente do exercício | 1.084.459 | (13.595) | 1.070.864 |

Nesta demonstração refletimos os saldos reapresentados mencionados na nota explicativa 3.6.1.1.

3.6.2.4 Impactos nas demonstrações do valor adicionado

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|------------------|---------------|------------------|------------------|---------------|------------------|
| | 2019 | | | 2019 | | |
| | Divulgado | Ajuste | Reapresentado | Divulgado | Ajuste | Reapresentado |
| (+) Receitas | 10.337.962 | - | 10.337.962 | 11.981.576 | - | 11.981.576 |
| (-) Insumos adquiridos de terceiros | (5.120.986) | - | (5.120.986) | (5.773.244) | - | (5.773.244) |
| (=) Valor adicionado bruto | 5.216.976 | - | 5.216.976 | 6.208.332 | - | 6.208.332 |
| (-) Retenções | (628.047) | 30.005 | (598.042) | (730.091) | 35.379 | (694.712) |
| Depreciações e amortizações | (628.047) | 30.005 | (598.042) | (730.091) | 35.379 | (694.712) |
| (=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade | 4.588.929 | 30.005 | 4.618.934 | 5.478.241 | 35.379 | 5.513.620 |
| (+) Valor adicionado recebido em transferência | 248.633 | (1.113) | 247.520 | 76.054 | - | 76.054 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 215.846 | (1.113) | 214.733 | - | - | - |
| Receitas financeiras, bruta de impostos | 32.787 | - | 32.787 | 76.054 | - | 76.054 |
| (=) Valor adicionado total a distribuir | 4.837.562 | 28.892 | 4.866.454 | 5.554.295 | 35.379 | 5.589.674 |
| (=) Distribuição do valor adicionado | 4.837.562 | 28.892 | 4.866.454 | 5.554.295 | 35.379 | 5.589.674 |
| Pessoal | 1.075.638 | - | 1.075.638 | 1.259.051 | - | 1.259.051 |
| Impostos, taxas e contribuições | 2.288.662 | (6.068) | 2.282.594 | 2.688.970 | (6.980) | 2.681.990 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 374.169 | 47.852 | 422.021 | 507.181 | 55.251 | 562.432 |
| Remuneração de capitais próprios | 1.099.093 | (12.892) | 1.086.201 | 1.099.093 | (12.892) | 1.086.201 |

Nesta demonstração refletimos os saldos reapresentados mencionados na nota explicativa 3.6.1.1.

3.6.2.5 Impacto na demonstração da mutação do patrimônio líquido 2019

| | Capital social | Reservas de capital, Opções outorgadas e Ações em Tesouraria | Reservas de lucros Reapresentado (*) | Outros resultados abrangentes Reapresentado (*) | Lucros acumulados Reapresentado (*) | Total |
|--|------------------|--|---|--|--|------------------|
| Saldo em 1º de janeiro de 2019 | 2.637.473 | 79.557 | 1.235.334 | 2.148 | - | 3.954.512 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 1.099.093 | 1.099.093 |
| Alteração de lucro - mudança de política contábil | - | - | - | - | (12.892) | (12.892) |
| Aumento de capital | 1.158.161 | (72.050) | (1.040.000) | - | - | 46.111 |
| Alienação/Transferência de ações | - | 4 | - | - | - | 4 |
| Plano de opção de compra de ações | - | 21.074 | - | - | - | 21.074 |
| Plano de ações restritas | - | 10.093 | - | - | - | 10.093 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | - | - | - | 181 | - | 181 |
| Ajustes acumulados de conversão | - | - | - | (14.815) | - | (14.815) |
| Impacto - mudança de política contábil | - | - | - | (703) | - | (703) |
| Deliberação dividendo adicional proposto | - | - | (144.639) | - | - | (144.639) |
| Dividendos prescritos | - | - | - | - | 327 | 327 |
| Destinação do Lucro: | - | - | 819.201 | - | (1.086.528) | (267.327) |
| Reserva legal | - | - | 54.955 | - | (54.955) | - |
| Reserva para investimento e expansão | - | - | 397.053 | - | (397.053) | - |
| Alteração da destinação - mudança de política contábil | - | - | (12.892) | - | 12.892 | - |
| Reserva para incentivos fiscais | - | - | 97.539 | - | (97.539) | - |
| Dividendos (R\$ 0,375338 por ação) | - | - | 282.546 | - | (297.916) | (15.370) |
| Juros sobre capital próprio (R\$ 0,326461 por ação) | - | - | - | - | (251.957) | (251.957) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 3.795.634 | 38.678 | 869.896 | (13.189) | - | 4.691.019 |

(*) Nesta demonstração refletimos os saldos reapresentados mencionados na nota explicativa 3.6.1.1.

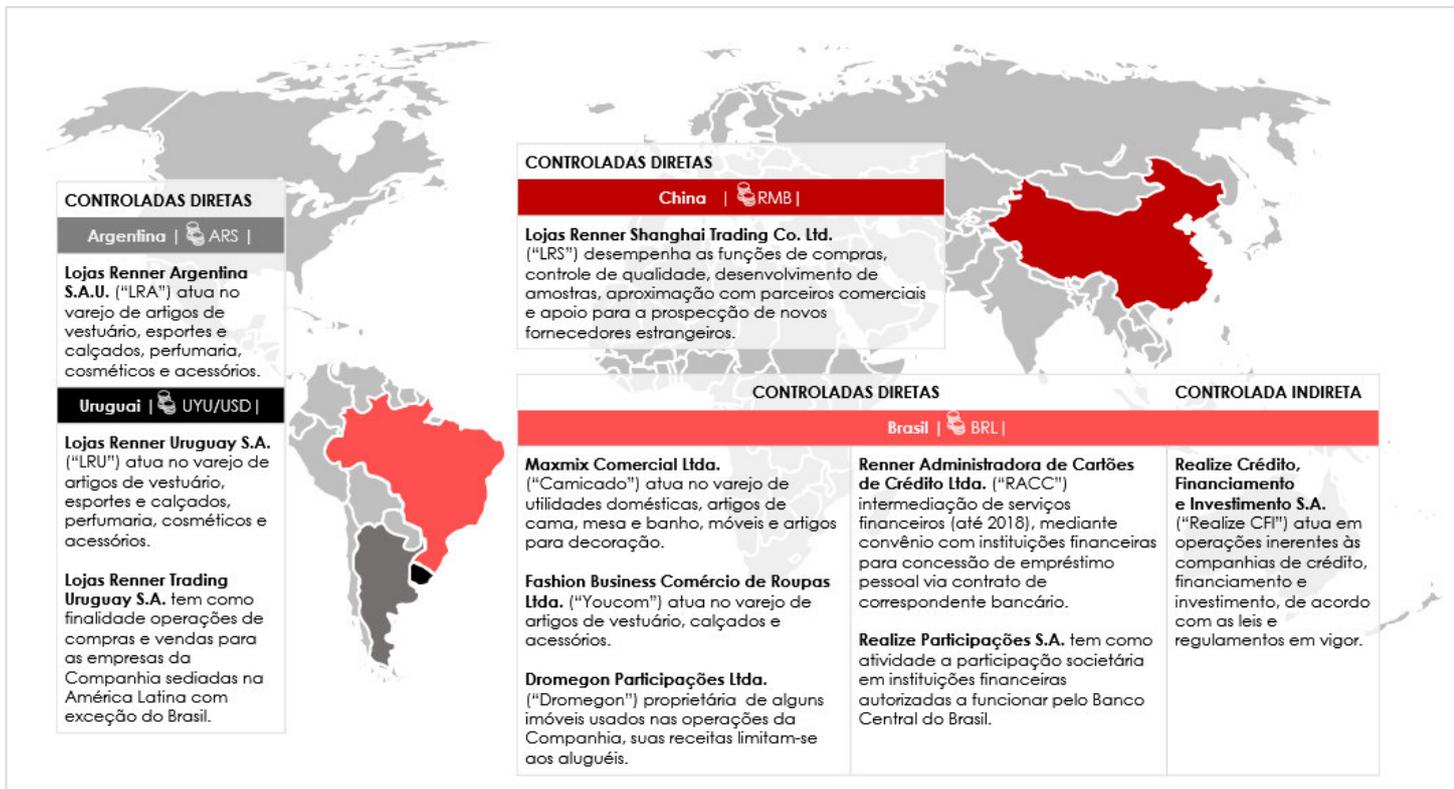
3.6.2.6 Impactos nas demonstrações dos fluxos de caixa

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|------------------|-----------------|------------------|------------------|-----------------|------------------|
| | 2019 | | | 2019 | | |
| | Divulgado | Ajuste | Reapresentado | Divulgado | Ajuste | Reapresentado |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais, antes das aplic. financeiras | 1.480.442 | 25.165 | 1.505.607 | 1.347.404 | 26.397 | 1.373.801 |
| Aumento Aplicações financeiras | - | (7.558) | (7.558) | 215.444 | (7.558) | 207.886 |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | 1.480.442 | 17.607 | 1.498.049 | 1.562.848 | 18.839 | 1.581.687 |
| Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos | (754.030) | - | (754.030) | (750.273) | - | (750.273) |
| Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos | (590.860) | (25.165) | (616.025) | (621.316) | (26.397) | (647.713) |
| Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa | - | - | - | 12.123 | - | 12.123 |
| Redução no caixa e equivalentes de caixa | 135.552 | (7.558) | 127.994 | 203.382 | (7.558) | 195.824 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 876.302 | (159.541) | 716.761 | 944.671 | (159.541) | 785.130 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 1.011.854 | (167.099) | 844.755 | 1.148.053 | (167.099) | 980.954 |

Nesta demonstração refletimos os saldos reapresentados mencionados na nota explicativa 3.6.1.

3.7 BASE DE CONSOLIDAÇÃO

Na preparação destas demonstrações foram utilizadas demonstrações financeiras das controladas encerradas na mesma data base da controladora. Os investimentos são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as empresas abaixo apresentadas, onde a participação direta e indireta representa **100,0%** em 31 de dezembro de 2020 e 2019:



3.8 CPC 42/IAS 29 CONTABILIDADE EM ECONOMIA HIPERINFLACIONÁRIA

Os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado das empresas que operam em Economias altamente inflacionárias, de acordo com o CPC 42/IAS 29, devem ser corrigidos pela variação do poder de compra de acordo com o índice geral de preços de cada país. As atualizações realizadas na LRA estão baseadas no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), resultante da combinação de IPC do INDEC (Instituto Nacional de Estatística e Censo) e IPIM (Índice Interno de Preços ao Atacado) conforme a Resolução nº 539/2018 da FACPCE (Federação Argentina de Conselho de Profissionais de Ciências Econômicas).

Com o início das operações em 2019 passou-se a atualizar suas demonstrações de acordo com CPC 42/IAS 29.

A Companhia reconheceu no exercício de 2020, no Patrimônio Líquido em outros resultados abrangentes é o montante de R\$ 44.813 (R\$ 19.412 de ganho em 2019) e no resultado financeiro receitas de R\$ 21.284 (R\$ 10.248 de despesas financeiras em 2019) decorrentes da hiperinflação na LRA.

3.9 IMPACTOS DA COVID-19

3.9.1 Contexto

O novo coronavírus foi identificado pela primeira vez em dezembro de 2019 em Wuhan na China, e, com disseminação rápida, em 11 de março a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de pandemia da Covid-19 em todo o mundo. A Companhia monitorou os avanços da Covid-19 na Ásia desde o começo do ano, antes de chegar ao Brasil, por meio das equipes locais, dos escritórios em Shanghai e Bangladesh, e dos times de pesquisas de tendência, que acompanham a moda e, também, os acontecimentos que influenciam a sociedade.

Com isso, foi possível planejar e adaptar os processos e cuidados para preservar colaboradores, clientes, fornecedores e apoiar a sociedade. Conheça a seguir os impactos da pandemia nos negócios e os planos para o enfrentamento da crise global.



3.9.2 IMPACTOS NOS NEGÓCIOS E INICIATIVAS DE ENFRENTAMENTO

1º TRI 2020

- Na 2ª quinzena de março, com o avanço da Covid-19, foi necessário tomar decisões mais rígidas para preservar a saúde de todos.
- Foi criado um comitê de crise com os principais executivos e 35 técnicos das frentes de trabalho, relacionadas aos temas impactados pela pandemia. Com base nestes pilares, a Companhia fechou temporariamente todas as lojas físicas do Brasil, Uruguai e Argentina, entre 18 e 20 de março, contribuindo para o isolamento social e combate à pandemia. Também foi adotado o regime de *home office* para os colaboradores das áreas administrativas e Centrais de Atendimento. Estas medidas restritivas e o menor fluxo refletiram na redução de vendas no trimestre ficando em 1,5% na receita líquida consolidada, em relação ao mesmo período do ano anterior.
- Como estratégia de fortalecimento da cadeia produtiva da Companhia, não foram cancelados os pedidos em andamento, apoiando os fornecedores a atravessarem a pandemia e posteriormente apoiarem a retomada.
- Como parte das ações de manutenção do caixa, foi ajustado o plano anual, reduzindo despesas, suspendendo investimentos não essenciais e direcionando recursos para o avanço de soluções dos canais digitais e e-commerce. Foi revisada a distribuição de dividendos de 50% proposta em 2019 para 25%, como medida de preservação do caixa.

2º TRI 2020

- O trimestre iniciou com toda a operação física temporariamente fechada e, em 24 de abril, iniciou-se a reabertura gradual, respeitando protocolos rigorosos para garantir um ambiente seguro aos colaboradores e clientes.
- Para fazer frente a forte redução de vendas que impactou o trimestre, a Companhia captou empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 1.000.000, na Controladora e no Consolidado, com objetivo de reforçar o capital de giro e manutenção do nível de caixa mínimo estratégico.
- Em razão do fechamento de lojas, foi negociado com empreendedores redução dos aluguéis, e revisão de todas as principais linhas de despesas para fazer frente à redução temporária das vendas.

- A partir de 16 de abril, através da MP 936, foi adotada a suspensão do contrato de trabalho para colaboradores que ficaram sem atividades neste momento e a redução de jornada e de salários de 25% para todos os administradores e demais colaboradores.
- Também foi mobilizada a cadeia para a produção de máscaras e outros equipamentos de segurança e higiene, doados às populações vulneráveis e instituições de saúde na linha de frente do combate à pandemia, o que, além de apoiar a sociedade, garantiu a entrada de recursos financeiros na cadeia de fornecedores, ajudando a preservar empresas e empregos. Alguns parceiros, inclusive, estenderam o ciclo virtuoso de responsabilidade social e produziram os equipamentos renunciando ao seu lucro.
- Como o objetivo de fortalecer o canal de vendas on-line, foram aceleradas soluções que facilitam a experiência de compras dos clientes e alavancam a estratégia *omni*. Foram implementadas novas formas de vendas digitais, como a venda por *WhatsApp*. Também foram ampliadas formas de entrega, como o *drive thru*, e, principalmente, o *ship from store*, que deu maior disponibilidade de estoques aos clientes e entregas mais rápidas.

3º TRI 2020

- Foi um período de retomada, com reabertura de todas as lojas, fluxo crescente de clientes e aceleração dos negócios digitais.
- O fluxo de recebimento, tanto em loja, como em meios digitais começou a se normalizar, trazendo um efeito positivo no comportamento das carteiras com o ingresso de novas vendas e uma eficiente ação de cobrança, iniciando a recuperação dos efeitos do trimestre anterior.
- Em decorrência da menor receita gerada no trimestre, consequência principalmente da relevante redução da carteira no período de lojas fechadas e menor uso dos cartões de crédito, foi apurado um resultado negativo de produtos financeiros de R\$ 51.156.

4º TRI 2020

- A adaptação da cultura à transformação digital foi acelerada frente à pandemia e, com isso, foi mantido o *home office* para parte dos colaboradores administrativos.
- As receitas de vendas de mercadorias chegaram a patamares próximos do ano anterior, trazendo com isso reflexos positivos para a retomada gradual das operações.
- Melhora das perdas em crédito, líquidas das recuperações, principalmente pela qualidade da carteira e dos maiores níveis de recuperação de créditos baixados em função de maior eficiência de cobrança.

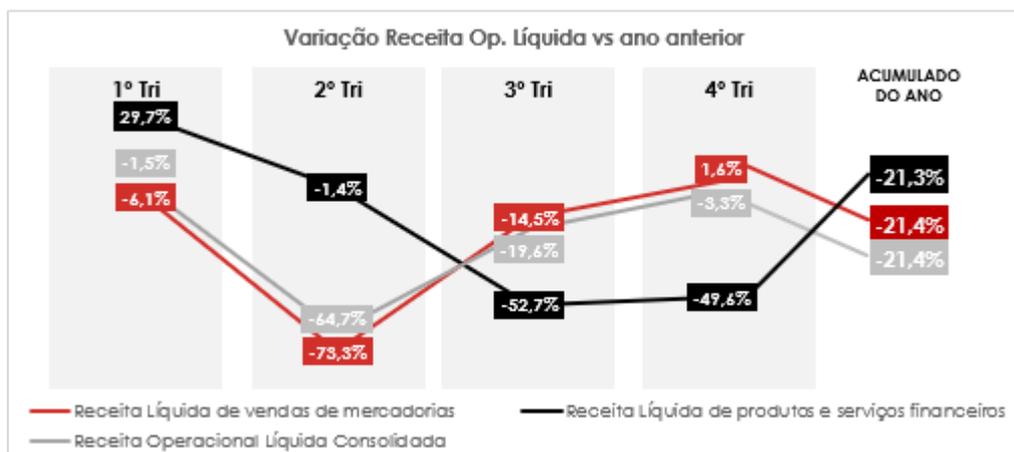
3.9.3 Reflexo da COVID-19 nas estimativas contábeis e nas demonstrações financeiras

A partir dos Ofícios Circulares nº 02/20 e nº 03/20 emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos da Covid-19. Está relacionada abaixo o resumo dos principais impactos na demonstração financeira e revisão de estimativas em função dos desdobramentos da Covid-19.

3.9.3.1 Receitas de vendas

Com o fechamento de lojas ao longo do ano, houve grande impacto com a redução de receitas principalmente do 2º trim. A partir do 4º trim, a Companhia retoma gradualmente a receita de venda de mercadorias a patamares próximos do ano anterior, ainda com certo impacto das medidas de restrições de funcionamento.

Ao lado demonstra-se a variação da receita líquida consolidada, de mercadoria e serviços financeiros versus ano anterior (nota explicativa nº 33).



3.9.3.2 Gestão de capital e risco de liquidez e covenants

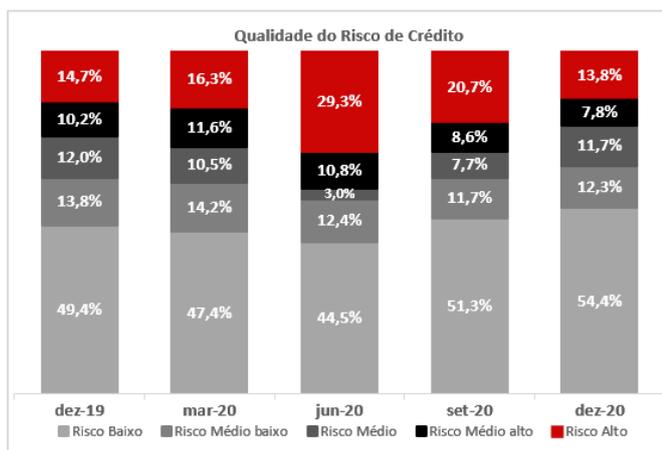
O aumento no endividamento líquido no ano, representado pelo índice de alavancagem financeira foi de 12,95% em 2020 (5,81% no ano anterior), é reflexo das ações para enfrentar os impactos do cenário adverso imposto pela Covid-19. A expectativa de geração de caixa para os meses subsequentes foi sensibilizada, o que levou a Companhia a fortalecer seu caixa, intensificando o uso de capital de terceiros por meio de empréstimos e financiamentos que tiveram um aumento em relação no ano anterior em R\$ 1.739.950. Tal decisão foi respaldada pela baixa alavancagem financeira, além do amplo acesso a linhas de financiamento via sistema financeiro (nota explicativa nº 6.3).

Com estas iniciativas, a Companhia fechou o ano com uma posição confortável de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no total de R\$ 2.672.353.

Os covenants, apesar da queda no EBITDA e o aumento no endividamento, continuaram a apresentar-se abaixo dos limites estabelecidos, com boa margem de segurança.

3.9.3.3 Contas a receber e perdas estimadas

As contas a receber de clientes apresentaram uma leve queda 0,4% em relação ao ano anterior, afetado principalmente pelo menor volume de vendas no período e maior cobertura de perdas em crédito.



Foram revisadas as variáveis que compõem a metodologia de mensuração das perdas estimadas, através da projeção das rolagens de cada faixa da carteira, com reflexos na inadimplência e recuperação dos créditos para os próximos meses, resultando em aumento no índice de cobertura. (nota explicativa nº 8.3).

A partir do 3º trimestre, percebeu-se uma melhora na qualidade do risco de crédito, voltando aos patamares do ano anterior, devido aos maiores níveis de recuperação, política de descontos e maior eficiência de cobrança.

Ainda assim a Administração está atenta, acompanhando o cenário econômico e avaliando eventuais impactos que podem causar reflexo na performance das carteiras e, consequentemente, na mensuração das perdas estimadas.

3.9.3.4 Estoques e perdas estimadas

Ao longo do ano, a Companhia ficou mais estocada em função do menor volume de vendas, no entanto, vem aprimorando a sua gestão de estoques, acelerando a utilização de dados para capturas de tendências, montagem de coleções, reposição e distribuição de estoques, além de antecipar remarcações, o que levou a ter, já no início do 4T20, estoques de qualidade para as vendas do final do ano. Além disso, também foram ampliadas formas de entrega, como o *drive thru*, e, principalmente, o *ship from store*, que deram maior disponibilidade aos estoques das lojas e permitiram entregas mais rápidas, potencializando as vendas *on-line*.

Os estoques estão armazenados em bom estado de conservação e segurança, com baixo risco de obsolescência no curto prazo. As perdas em estoques são estimadas com base nos níveis históricos e concretizadas somente na realização dos inventários, e no final do ano já foram capturadas na sua grande maioria em razão da contagem por meio do *RFID (Radio Frequency Identification)*, ficando nos mesmos patamares históricos.

Concluiu-se que não há elementos, neste momento, que justifiquem a constituição de estimativa de perda adicional ou necessidade de alteração nas estimativas de perdas derivadas dos impactos da Covid-19.

3.9.3.5 Avaliação de Impairment

Devido aos impactos da Covid-19, foram efetuados testes de revisão do valor recuperável do ágio e intangíveis com vida útil indefinida da Camicado, assim como, realizados testes para os demais ativos no âmbito do consolidado, para os quais há geração de fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC) utilizando como taxa de desconto a WACC para um prazo de 10 anos.

Concluiu-se que não há fatores que indiquem perdas relevantes por *impairment*, dado que o valor recuperável excedeu o valor contábil.

3.9.3.6 Distribuição de Dividendos

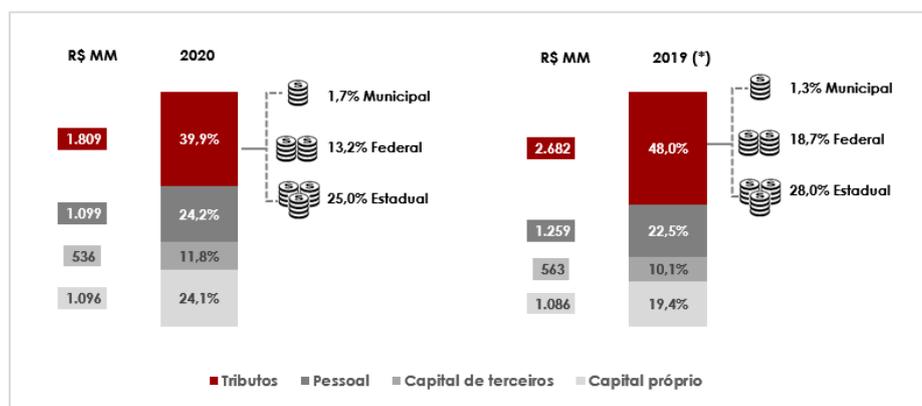
Frente ao cenário de pandemia como medida de preservação do caixa, em 30 de março de 2020, os conselheiros aprovaram, em reunião do Conselho de Administração, a indicação de revisão de distribuição de dividendos para 25% do lucro líquido ajustado de 2019 e dividendos prescritos, o mínimo legal previsto na legislação societária, somando R\$ 267.654. A distribuição dos dividendos foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, em 29 de abril de 2020, e paga no dia 08 de maio de 2020. Para o exercício de 2020, também foi proposto a distribuição de 25% do lucro líquido ajustado (maiores detalhes vide nota explicativa nº 38.1).

4 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração requerida pelo *IFRS*.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis que servem de base de preparação para as demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Demonstra-se abaixo a distribuição das riquezas geradas pela Companhia, na visão do Consolidado, no montante do valor adicionado de R\$ 4.539.776 (R\$ 5.589.674 em 31 de dezembro de 2019):



(*) Reapresentação dos saldos comparativos em razão da alteração de política contábil do arrendamento, conforme descrito na nota explicativa 3.6.1.1.

5 NORMAS E INTERPRETAÇÕES VIGENTES E NÃO VIGENTES

5.1 EMENDAS CPC 38, CPC 40 (R1) E CPC 48 (DELIBERAÇÃO CVM Nº 854/2020)

A deliberação CVM 854/2020 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020. Trata de alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, emitidos pelo CPC, em decorrência da reforma da taxa de juros de referência, relacionada com a previsão de descontinuidade do uso da *London Interbank Offered Rate (Libor)* como taxa de juros de referência após 2021. A Companhia avaliou e concluiu que não houve impactos.

5.2 EMENDAS DO CPC 26/IAS 1 E CPC 23/IAS 8 DEFINIÇÃO DE MATERIALIDADE

As emendas do CPC 26/IAS 1 e do CPC 23/IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis. Estas emendas entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020. A Administração entende que estas emendas não trouxeram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, pois aplica a orientação técnica OCPC 7 e com isso divulga somente informações relevantes (nota explicativa nº 3.2).

5.3 EMENDA IFRS 16 E DELIBERAÇÃO CVM Nº 859/2020

Em maio de 2020, o IASB aprovou uma emenda na norma IFRS 16, a qual concede benefícios no resultado, durante o período impactado pela pandemia da Covid-19 para arrendatários, com isso não tratando como uma modificação de contrato. Em 07 de julho de 2020, a CVM publicou a Deliberação nº 859/2020 que aprova a revisão do CPC 06 (R2)/IFRS 16 que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

A Companhia optou pelo expediente prático e reconheceu no resultado em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 104.488 na Controladora e R\$ 128.927 no Consolidado (vide notas explicativas nº 19.3 e nº 34.1).

6 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Uma estrutura multidisciplinar gerencia os riscos da Companhia e possibilita à Diretoria avaliar o alinhamento da gestão do negócio às políticas e diretrizes definidas pela Administração. Em abril de 2012, o Conselho de Administração criou o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, que identifica e monitora os principais fatores de risco aos quais a Companhia está exposta no curso normal das suas operações:

- i) Risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros);
- ii) Risco de crédito (notas explicativas nº 7.4, 8.4 e 24.5);
- iii) Risco de liquidez; e
- iv) Gestão de capital.

A Companhia aplicou o requerido pelo CPC 40 (R1) e, também considerou a orientação do Ofício CVM SNC/SEP nº 01/2021 observando aspectos qualitativos e quantitativos de gerenciamento de riscos.

Conheça a seguir a descrição dos principais riscos envolvidos:

6.1 RISCOS DE MERCADO

6.1.1 Risco cambial

Risco decorrente, principalmente, das importações de mercadorias. A política de gestão de risco cambial definida pela Companhia é de proteger até 100% das importações via operações de *hedge* - compostas por contratos de compra a termo de moeda do tipo *Non-Deliverable Forward (NDF)* e por operações de *Swap* relativas ao valor contratado de empréstimo em moeda estrangeira (Lei 4.131 Bacen).

Além disso, como a exposição líquida ao risco cambial está relacionada à estimativa de fluxos de caixa futuros e pagamentos de mercadorias importadas a prazo, posteriormente ao seu registro no estoque, a Administração da Companhia ajusta a composição de preços no varejo para compensar o impacto de uma possível valorização na cotação do Dólar e Euro em nossos custos. Para mitigar a exposição líquida dos pedidos de mercadorias importadas, observando a política de gestão de risco cambial, acompanhando as projeções e cenários esperados para as taxas de câmbio das moedas estrangeiras e, com isso, analisando o melhor momento para as contratações de *hedge*.

Abaixo, está demonstrado a exposição líquida e a análise de sensibilidade relacionada aos pedidos de importações de mercadorias, imobilizado e empréstimos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2020, considerando a cotação do Dólar e Euro em cada cenário com base nas projeções do mercado futuro B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, de acordo com a data base da próxima divulgação.

Consolidado

| | Nocional | | Cotação próximo trimestre | Cenário Provável | Valorização da moeda | |
|---|-------------|-----------------|---------------------------|------------------|----------------------|---------------------|
| | (Pagar) | Receber | | | Possível +25% | Remoto +50% |
| Derivativos designados para hedge accounting | | | | | | |
| Pedidos emitidos (objeto) | US\$ | (145.596) | R\$ 5,1882 | R\$ 2.321 | R\$ (253.315) | R\$ (508.955) |
| NDF (instrumento) | US\$ | 134.647 | R\$ 5,1882 | R\$ (2.146) | R\$ 234.265 | R\$ 470.681 |
| Exposição líquida | US\$ | (10.949) | | R\$ 175 | R\$ (19.050) | R\$ (38.274) |
| Contrato de compra de imobilizado (objeto) | | | | | | |
| Contrato de compra de imobilizado (objeto) | € | (39.134) | R\$ 6,3895 | R\$ 349 | R\$ (34.049) | R\$ (68.446) |
| NDF (instrumento) | € | 19.500 | R\$ 6,3895 | R\$ (174) | R\$ 16.966 | R\$ 34.106 |
| Exposição líquida | € | (19.634) | | R\$ 175 | R\$ (17.083) | R\$ (34.340) |
| Não designados para hedge accounting | | | | | | |
| Empréstimo 4.131 (objeto) | US\$ | (58.284) | R\$ 5,1882 | R\$ (100) | R\$ (75.621) | R\$ (151.142) |
| Swap (Instrumento) | US\$ | 58.284 | R\$ 5,1882 | R\$ 100 | R\$ 75.621 | R\$ 151.142 |
| Exposição líquida | US\$ | - | | R\$ - | R\$ - | R\$ - |
| Exposição líquida total / Efeito | | | | R\$ 350 | R\$ (36.133) | R\$ (72.614) |
| Exposição total, líquida de IR/CS de 34,00% | | | | R\$ 231 | R\$ (23.848) | R\$ (47.925) |

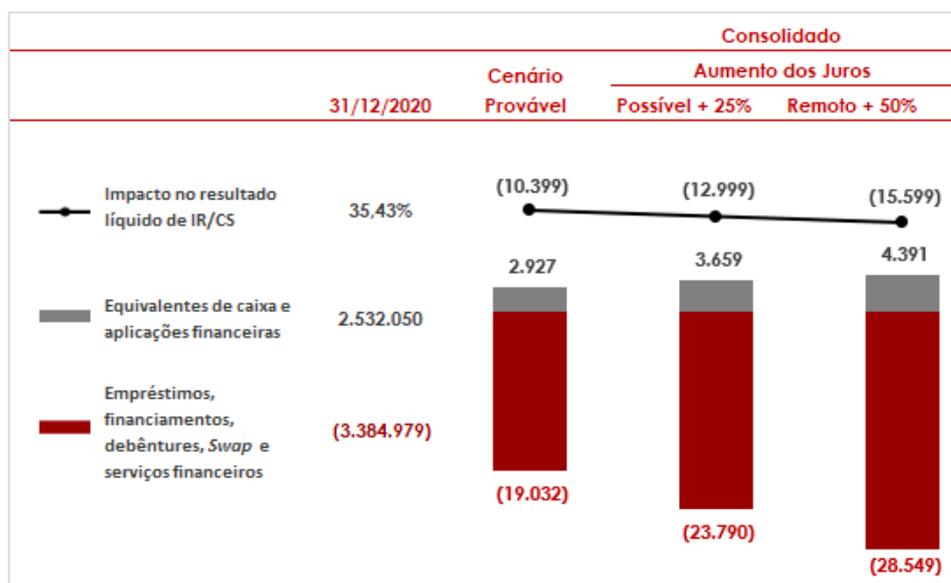
6.1.2 Risco de taxa de juros

Decorre das operações de equivalentes de caixa, aplicações financeiras, financiamentos de operações de serviços financeiros, debêntures, empréstimos e Swap. Nossa política é manter 100% dos empréstimos no mercado de renda fixa, com captações remuneradas tanto à taxa de juros fixa, quanto atreladas ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), Selic e Libor. Com os ativos financeiros indexados ao CDI e os recebíveis realizados em curto prazo corrigidos a taxas de juros fixa, o nível de risco associado às oscilações nas taxas de juros é relativamente baixo.

A Administração analisa continuamente a exposição às taxas de juros, comparando as taxas contratadas às vigentes no mercado, simulando cenários de refinanciamento, renovação de posições e hedge natural, definindo uma mudança razoável na taxa de juros e calculando o impacto sobre o resultado.

Em 31 de dezembro de 2020, realizamos testes de sensibilidade para cenários adversos dos juros, apresentados a seguir, considerando o cenário esperado para a próxima divulgação de taxa de juros do CDI e Selic de 1,96% a.a., baseadas em projeções do

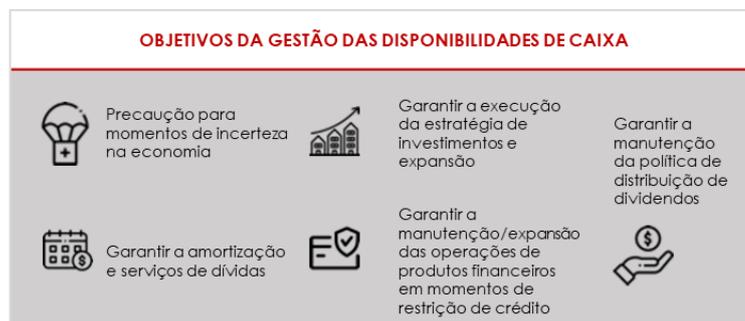
mercado futuro B3. Os rendimentos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras estão líquidos de PIS e COFINS.



6.2 RISCO DE LIQUIDEZ

A Companhia gera suas disponibilidades estabelecendo um montante de caixa mínimo estratégico, baseado no ciclo de caixa das operações de varejo e no capital mínimo necessário para garantirmos as operações de crédito, assegurando que haja caixa suficiente para atender às necessidades e planos de negócio, os quais temos como objetivo de:

A Administração monitora continuamente as previsões das exigências de liquidez, considerando os planos de financiamento da dívida, e acompanhamentos trimestrais dos indicadores financeiros e não financeiros exigidos contratualmente nos empréstimos, a Companhia confirma o atendimento das premissas contratuais estabelecidas. Abaixo os indicadores:



| Financeiros | | | |
|---------------------------|-------------|--|--|
| Instrumento | Emissão | 1º Indicador | 2º Indicador |
| 9ª emissão de debêntures | 18 MAR 2019 | $\frac{\text{Dívida Líquida Consolidada}}{\text{EBITDA}} \leq 3,0$ | $\frac{\text{EBITDA}}{\text{Resultado Financeiro}} \geq 2,0$ |
| 11ª emissão de debêntures | 08 MAI 2020 | | |
| Empréstimo CCB | 14 MAI 2020 | | |
| Empréstimo CCB | 09 SET 2020 | | |
| Empréstimo 4.131 | 09 JAN 2019 | | |
| Empréstimo 4.131 | 27 JAN 2020 | | |

| Não Financeiros | | |
|---|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP com parecer dos Auditores Independentes até três meses após o fim de cada exercício social, ou cinco dias úteis após sua divulgação. | <ul style="list-style-type: none"> • Cumprir a legislação ambiental e trabalhista (saúde e segurança, não utilização de mão de obra infantil ou análoga ao trabalho escravo e combate à exploração sexual). | <ul style="list-style-type: none"> • Adotar políticas e procedimentos para cumprir as Leis Anticorrupção, nos termos do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015. |

A agência de rating 'Standard & Poors' classificou o rating de crédito da Companhia como brAAA- na categoria escala nacional (Brasil).

O fluxo de caixa contratual inclui o principal mais os juros futuros estimados. A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros do Consolidado:

| | Saldo Contábil | Fluxo de Caixa Contratual | Menos de 3 meses | Entre 4 e 6 meses | Entre 7 e 12 meses | Entre 1 e 2 anos | Entre 3 e 5 anos | Acima de 5 anos |
|---|------------------|---------------------------|------------------|-------------------|--------------------|------------------|------------------|-----------------|
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 2.623.014 | 2.767.421 | 556.850 | 545.206 | 36.463 | 1.214.029 | 414.873 | - |
| Financiamentos - operações serviços financeiros | 761.965 | 797.115 | 103.950 | 168.240 | 73.120 | 451.805 | - | - |
| Arrendamentos a pagar | 1.862.387 | 2.912.858 | 132.244 | 124.036 | 245.873 | 462.571 | 1.011.584 | 936.550 |
| Fornecedores | 1.500.355 | 1.509.498 | 1.329.530 | 82.316 | 2.149 | 26.999 | 68.504 | - |
| Obrigações com administradoras de cartões | 1.193.168 | 1.193.168 | 871.760 | 218.051 | 103.357 | - | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | 31.428 | 31.608 | 20.871 | 10.737 | - | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 7.972.317 | 9.211.668 | 3.015.205 | 1.148.586 | 460.962 | 2.155.404 | 1.494.961 | 936.550 |

| Reapresentado | Saldo Contábil | Fluxo de Caixa Contratual | Menos de 3 meses | Entre 4 e 6 meses | Entre 7 e 12 meses | Entre 1 e 2 anos | Entre 3 e 5 anos | Acima de 5 anos |
|---|------------------|---------------------------|------------------|-------------------|--------------------|------------------|------------------|-----------------|
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 1.153.663 | 1.219.144 | 465.204 | 12.240 | 291.882 | 23.012 | 426.806 | - |
| Financiamentos - operações serviços financeiros | 491.366 | 545.170 | 37.740 | - | 152.855 | - | 354.575 | - |
| Arrendamentos a pagar (*) | 1.739.361 | 2.434.655 | 115.160 | 106.431 | 205.734 | 388.194 | 840.842 | 778.294 |
| Fornecedores (*) | 1.081.785 | 1.086.997 | 1.053.462 | 33.282 | 253 | - | - | - |
| Obrigações com administradoras de cartões | 985.298 | 985.298 | 772.122 | 151.619 | 61.557 | - | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | 7.764 | 7.764 | 5.228 | 2.489 | 47 | - | - | - |
| Total em 31 de dezembro de 2019 | 5.459.237 | 6.279.028 | 2.448.916 | 306.061 | 712.328 | 411.206 | 1.622.223 | 778.294 |

(*) Reapresentação dos saldos comparativos em razão da alteração de política contábil do arrendamento, conforme descrito na nota explicativa 3.6.1.1.

6.3 GESTÃO DE CAPITAL

Além do capital próprio, usamos também o de terceiros para financiar nossas atividades, otimizando a estrutura de capital. O Endividamento líquido reflete a exposição total das obrigações junto ao sistema financeiro e ao mercado de capitais e, portanto, não inclui os passivos relacionados aos arrendamentos a pagar.

Os níveis de endividamento são monitorados em relação à nossa capacidade de geração de caixa e estrutura de capital.

| | Consolidado | |
|--|--------------------|--------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Empréstimos e financiamentos | (2.623.014) | (1.153.663) |
| Circulante | (1.077.081) | (709.022) |
| Não circulante | (1.545.933) | (444.641) |
| Financiamentos operacionais | (761.965) | (491.366) |
| Circulante | (341.390) | (184.996) |
| Não circulante | (420.575) | (306.370) |
| Endividamento bruto | (3.384.979) | (1.645.029) |
| Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras | 2.672.353 | 1.372.302 |
| Endividamento líquido | (712.626) | (272.727) |
| Patrimônio líquido (*) | 5.501.316 | 4.691.019 |
| Índice de alavancagem financeira | 12,95% | 5,81% |

(*) Reapresentação dos saldos comparativos em razão da alteração de política contábil do arrendamento, conforme descrito na nota explicativa 3.6.1.1.

7 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

7.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Os equivalentes de caixa, mensurados a valor justo por meio do resultado, compreendem o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo e liquidez imediata, registradas em montantes similares aos valores de mercado.

As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa são aquelas sem garantias de recompra pelo emissor no mercado primário, com liquidez apenas no mercado secundário (balcão), e são mensuradas a valor justo por meio do resultado.

7.2 COMPOSIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| Indexador | Taxa média ponderada a.a. | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------|---------------------------|-------------------|----------------|-------------------|----------------|
| | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| | | Reapresentado (*) | | Reapresentado (*) | |
| Caixa e bancos | | | | | |
| Moeda Nacional | | 82.419 | 121.471 | 95.958 | 136.658 |
| Moeda Estrangeira | | - | - | 44.345 | 45.028 |
| Equivalentes de caixa | | | | | |
| CDB | CDI 103,0% a 104,5% | 1.666.691 | 632.733 | 1.830.736 | 676.527 |
| Fundos de investimento | CDI 17,6% | - | 68.729 | 77.927 | 100.919 |
| Compromissadas em debêntures | CDI 86,5% | - | 23 | 5.486 | 23 |
| Aplicação automática | CDI 10,0% | 12.301 | 21.758 | 12.301 | 21.758 |
| Fundo - BACEN Jud | CDI 61,3% | 28 | 41 | 28 | 41 |
| Total | | 1.761.439 | 844.755 | 2.066.781 | 980.954 |

(*) Reapresentação dos saldos comparativos em razão da alteração de política contábil de classificação de fundos de investimento exclusivo, conforme descrito na nota explicativa 3.6.1.2.

7.3 COMPOSIÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

| Indexador | Taxa média ponderada a.a. | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------------|-------------------|----------------|-------------------|----------------|
| | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| | | Reapresentado (*) | | Reapresentado (*) | |
| Letras Financeiras do Tesouro Nacional | SELIC 100,0% | - | - | 466.360 | 224.249 |
| Fundo de investimentos exclusivos (i) | | | | | |
| Letras Financeiras | CDI 104,8% | 115.468 | 149.978 | 115.468 | 149.978 |
| Letras Financeiras do Tesouro Nacional | SELIC 100,0% | 23.744 | 17.121 | 23.744 | 17.121 |
| Total | | 139.212 | 167.099 | 605.572 | 391.348 |

- (i) O fundo de investimento exclusivo Brasil Plural Retail FI é um fundo de renda fixa de crédito privado gerido e administrado pelo BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. e foi constituído com o propósito exclusivo de participação da Controladora. Desta forma, a aplicação financeira do fundo foi integralmente consolidada à estas Demonstrações Financeiras, de acordo com a Instrução CVM 408/04. As demais obrigações relacionadas a este fundo estão relacionadas substancialmente as taxas administrativas para manutenção da carteira. Os rendimentos reconhecidos refletem a marcação diária na posição do fundo e os seus ativos possuem liquidez através de mercado secundário.

(*) Reapresentação dos saldos comparativos em razão da alteração de política contábil de classificação de fundos de investimento exclusivo, conforme descrito na nota explicativa 3.6.1.2.

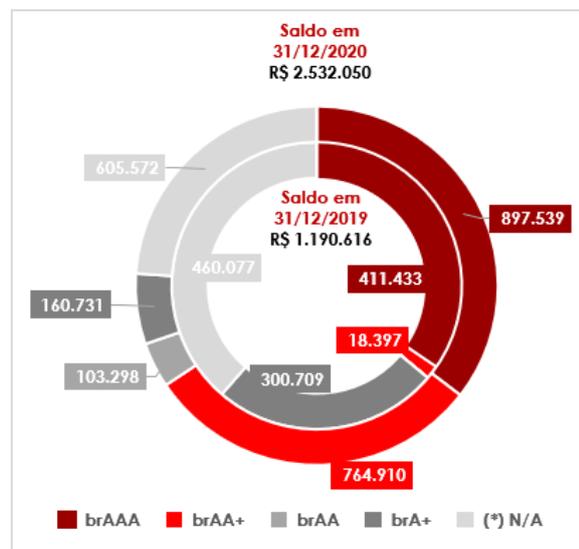
7.4 RISCO DE CRÉDITO

Conforme política financeira da Companhia, os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras devem ser aplicados em instituições financeiras com *rating* de longo prazo em escala nacional classificados com baixo risco de crédito e com reconhecida solidez no mercado.

A classificação dos *ratings* dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras estão de acordo com as principais agências de classificação de risco.

Demonstra-se ao lado a qualidade do crédito dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras mantidas pela Companhia.

(*) Não aplicável, pois nas principais agências não há classificação de risco para os Fundos – Brasil Plural Crédito Privado *Retail FIRF*, *Western Assets* e Títulos do Tesouro Nacional, na escala nacional, entretanto, esses ativos têm classificação de risco AAA em pelo menos uma das agências de classificação de *rating*.



8 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

8.1 POLÍTICA CONTÁBIL

As contas a receber de clientes incluem os recebíveis das vendas de mercadorias, do uso do Meu Cartão na rede conveniada pelo sistema Visa e Mastercard e dos empréstimos pessoais concedidos aos clientes pela controlada indireta Realize CFI e instituições financeiras conveniadas.

As vendas a prazo pré-fixadas foram trazidas ao valor presente na data das transações, com base na taxa média do site do Banco Central do Brasil para antecipação de recebíveis, que foi de 0,63% a.m. (0,99% a.m. em 31 de dezembro de 2019, quando era utilizado o custo médio ponderado de capital). O ajuste a valor presente tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada como receita de vendas pela fruição do prazo.

8.2 COMPOSIÇÃO

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Cartão de crédito Renner (<i>Private Label</i>) | 810.639 | 973.555 | 1.179.920 | 1.394.809 |
| Cartão bandeira (<i>Meu Cartão</i>) | 359.772 | 334.785 | 2.355.916 | 2.078.378 |
| Cartões de terceiros | 658.789 | 644.540 | 846.490 | 816.479 |
| Exportações - Partes relacionadas | 38.484 | 29.173 | - | - |
| Outros recebíveis | 994 | 1.995 | 9.218 | 5.817 |
| (-) Perdas estimadas em crédito | - | (25.965) | (548.109) | (420.705) |
| (-) Ajuste a valor presente | (29.455) | (45.309) | (31.767) | (48.817) |
| Total | 1.839.223 | 1.912.774 | 3.811.668 | 3.825.961 |

8.3 PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITO

As estimativas para perdas em créditos são constituídas com base no modelo geral da metodologia CPC 48/ IFRS 9. A modelagem adotada pela Companhia tem como base a mensuração da perda esperada, mediante a observação do comportamento da carteira entre eficiência operacional, tanto na recuperação do crédito quanto na concessão do mesmo, levando em consideração a probabilidade e exposição à inadimplência e perda efetiva em cada faixa de atraso durante todo o prazo das operações.

A metodologia consiste na classificação das operações, considerando a segregação em portfólios (Cartão de Crédito Renner e Meu Cartão) e subsegmentação em cada grupo homogêneo de risco (Exemplo: por perfil de clientes, *score*, entre outros), considerando os seguintes componentes de cálculo:

PD

(Probability of Default)

PROBABILIDADE DE INADIMPLÊNCIA

Probabilidade do cliente não cumprir suas obrigações de pagamento em determinado intervalo de tempo.

×

EAD

(Exposure At Default)

EXPOSIÇÃO À INADIMPLÊNCIA

É a exposição máxima à perda no momento do default considerando inclusive a projeção de utilização de limites disponíveis.

×

LGD

(Loss Given Default)

PERDA APÓS INADIMPLÊNCIA

Representa a proporção do valor não recuperado após exauridos todos os esforços de recuperação do crédito.

=

ECL

(Expected Credit Loss)

PERDA DO CRÉDITO ESPERADA

A provisão para perdas estimadas em crédito é o total considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas na realização dos créditos com base na análise da carteira de clientes.

8.3.1 Movimentação das perdas estimadas em crédito

| | (Perdas) | | | (Perdas) reversões | | | Saldos em 31/12/2020 |
|--|----------------------|---------------------|----------------|----------------------|---------------------|----------------|----------------------|
| | Saldos em 01/01/2019 | estimadas, líquidas | Baixas | Saldos em 31/12/2019 | estimadas, líquidas | Baixas | |
| Cartão de crédito Renner (Private Label) | (65.406) | (159.539) | 198.980 | (25.965) | 1.397 | 24.568 | - |
| Total da Controladora | (65.406) | (159.539) | 198.980 | (25.965) | 1.397 | 24.568 | - |
| Cartão Bandeira | (232.007) | (280.563) | 224.678 | (287.892) | (372.060) | 318.567 | (341.385) |
| Cartão de crédito Renner (Private Label) | (8.353) | (107.245) | 8.750 | (106.848) | (216.793) | 116.917 | (206.724) |
| Total do Consolidado | (305.766) | (547.347) | 432.408 | (420.705) | (587.456) | 460.052 | (548.109) |

8.3.2 Movimentação do ajuste a valor presente

| | Saldos em 01/01/2019 | | Saldos em 31/12/2019 | | Saldos em 31/12/2020 | | |
|------------------------------|----------------------|-----------|----------------------|-----------------|----------------------|---------|-----------------|
| | Adições | Baixas | Adições | Baixas | Adições | Baixas | |
| Total da Controladora | (40.455) | (163.681) | 158.827 | (45.309) | (92.532) | 108.386 | (29.455) |
| Total do Consolidado | (43.208) | (178.014) | 172.405 | (48.817) | (102.474) | 119.524 | (31.767) |

8.3.3 Carteira por produto de crédito e faixa de atraso

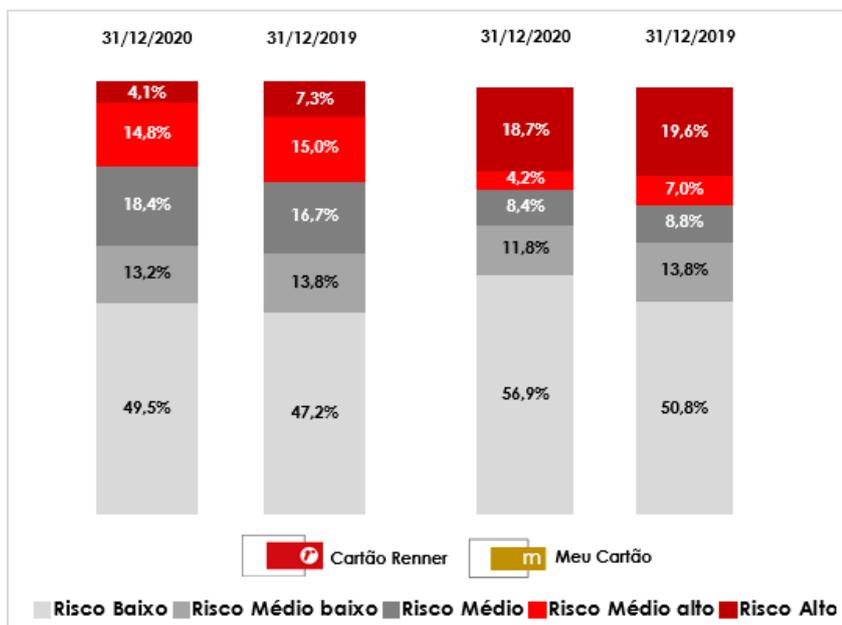
| Cartão de crédito Renner (Private Label) | Consolidado | | | | | |
|--|----------------|----------------|------------------|------------------|----------------|------------------|
| | 31/12/2020 | | | 31/12/2019 | | |
| | A vencer | Vencida | Saldo | A vencer | Vencida | Saldo |
| A - de 0 a 14 dias | 866.763 | 16.380 | 883.143 | 1.097.346 | 22.011 | 1.119.357 |
| B - de 15 a 30 dias | 29.085 | 9.253 | 38.338 | 45.358 | 15.109 | 60.467 |
| C - de 31 a 60 dias | 17.408 | 13.181 | 30.589 | 22.493 | 20.026 | 42.519 |
| D - de 61 a 90 dias | 8.962 | 10.511 | 19.473 | 10.149 | 20.012 | 30.161 |
| E - de 91 a 120 dias | 5.861 | 10.454 | 16.315 | 6.970 | 26.523 | 33.493 |
| F - de 121 a 150 dias | 3.997 | 8.251 | 12.248 | 4.105 | 30.020 | 34.125 |
| G - de 151 a 180 dias | 3.152 | 7.349 | 10.501 | 2.304 | 31.836 | 34.140 |
| H - acima de 180 dias | 12.273 | 157.040 | 169.313 | 2.592 | 37.955 | 40.547 |
| Total | 947.501 | 232.419 | 1.179.920 | 1.191.317 | 203.492 | 1.394.809 |
| Perda em crédito estimada | | | (206.724) | | | (132.813) |
| Índice de cobertura total | | | 17,5% | | | 9,5% |

| Cartão Bandeira (Meu Cartão) | 31/12/2020 | | | 31/12/2019 | | |
|------------------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|------------------|
| | A vencer | Vencida | Saldo | A vencer | Vencida | Saldo |
| A - de 0 a 14 dias | 1.800.723 | 27.865 | 1.828.588 | 1.532.782 | 33.553 | 1.566.335 |
| B - de 15 a 30 dias | 30.276 | 17.414 | 47.690 | 37.041 | 25.445 | 62.486 |
| C - de 31 a 60 dias | 22.157 | 18.856 | 41.013 | 28.494 | 35.624 | 64.118 |
| D - de 61 a 90 dias | 40.816 | 20.553 | 61.369 | 37.186 | 38.532 | 75.718 |
| E - de 91 a 120 dias | 21.640 | 17.536 | 39.176 | 16.886 | 33.014 | 49.900 |
| F - de 121 a 150 dias | 16.371 | 15.288 | 31.659 | 11.365 | 31.333 | 42.698 |
| G - de 151 a 180 dias | 13.835 | 14.809 | 28.644 | 7.829 | 25.568 | 33.397 |
| H - acima de 180 dias | 84.681 | 193.096 | 277.777 | 41.613 | 142.113 | 183.726 |
| Total | 2.030.499 | 325.417 | 2.355.916 | 1.713.196 | 365.182 | 2.078.378 |
| Perda em crédito estimada | | | (341.385) | | | (287.892) |
| Índice de cobertura total | | | 14,5% | | | 13,9% |

8.4 RISCO DE CRÉDITO

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia visam minimizar problemas decorrentes da inadimplência de clientes através da seleção criteriosa da carteira, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação de suas operações (pulverização do risco). Estas políticas estão subordinadas às de crédito, fixadas pela Administração, com apoio de sistemas tecnológicos e processos avançados vinculados à área de risco e fraude.

A classificação interna da qualidade do risco do crédito da carteira das contas a receber está apresentada abaixo:



i) **Risco baixo:** probabilidade menor ou igual a 9,3%, de apresentar atraso superior a 60 dias do vencimento.

ii) **Risco médio baixo:** probabilidade maior que 9,3% e menor ou igual a 16,8%, de apresentar atraso superior a 60 dias do vencimento.

iii) **Risco médio:** clientes com até 4 meses de Cartão de Crédito Renner ou Meu Cartão, com pouco histórico de movimentação para que se meça sua probabilidade de inadimplência.

iv) **Risco médio alto:** probabilidade maior que 16,8% e menor ou igual a 31,3%, de apresentar atraso superior a 60 dias do vencimento.

v) **Risco alto:** probabilidade maior que 31,3% de apresentar atraso superior a 60 dias do vencimento.

Os recebíveis oriundos das vendas com cartões de crédito de terceiros não estão

compondo esta análise por se tratar de recebíveis com risco de inadimplência por parte do emissor do cartão, sem histórico de perda e expectativa de perdas futuras.

Os recebíveis da Companhia provêm das operações de varejo à pessoa física em massa, com análise de crédito individual e baixo ticket médio, caracterizados pela pulverização absoluta do risco de crédito e a ausência de instrumento de garantia. Os valores registrados nas contas a receber representam a dimensão adequada da exposição da Companhia ao risco de crédito.

9 ESTOQUES

9.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Mensuramos os estoques pelo custo de aquisição, incluindo tributos não recuperáveis, custos de transportes e demais custos necessários para trazer os estoques às suas condições atuais. Os custos dos estoques de mercadorias importadas também consideram quaisquer ganhos ou perdas de hedge de fluxo de caixa liquidados que são transferidos do patrimônio líquido.

Os estoques são valorizados ao custo médio ponderado e deduzidos das perdas estimadas e do ajuste a valor presente na data das transações quando aplicável. O ajuste a valor presente tem como contrapartida a conta de estoques e sua realização é registrada como custo das vendas pela realização destas. A taxa de desconto utilizada para ajustar os saldos dos estoques ao seu valor presente é a taxa média de desconto de duplicatas observável de mercado através do Banco Central do Brasil. A taxa utilizada foi de 1,14% a.m. (0,99% a.m. em 31 de dezembro de 2019, quando era utilizada a taxa do custo médio ponderado de capital).

9.2 COMPOSIÇÃO

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Mercadorias para revenda | 984.942 | 779.948 | 1.169.601 | 956.330 |
| Importações em andamento | 193.170 | 165.611 | 238.994 | 199.083 |
| Adiantamento a fornecedores | 18.464 | 3.777 | 18.464 | 3.947 |
| Materiais auxiliares e almoxarifado | 5.534 | 5.226 | 8.078 | 10.742 |
| Ajuste a valor presente | (23.256) | (17.582) | (25.999) | (19.285) |
| Perdas estimadas | (26.615) | (21.132) | (27.476) | (26.311) |
| Total | 1.152.239 | 915.848 | 1.381.662 | 1.124.506 |

A Companhia possui saldo de adiantamentos referentes ao convênio de *confirming* com saldo de R\$ 18.464 em 31 de dezembro 2020 na Controladora e no Consolidado (R\$ 3.777 em 31 de dezembro de 2019), que se efetiva totalmente em mercadorias de estoque.

9.2.1 Movimentação do ajuste a valor presente

| | Controladora | Consolidado |
|---|-----------------|-----------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2019 | (18.822) | (19.698) |
| Adições | (67.471) | (72.105) |
| Baixas | 68.711 | 72.518 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | (17.582) | (19.285) |
| Adições | (63.520) | (68.154) |
| Baixas | 57.846 | 61.440 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | (23.256) | (25.999) |

9.3 PERDAS ESTIMADAS EM ESTOQUES

| | Controladora | Consolidado |
|--|-----------------|-----------------|
| Saldo em 1º de janeiro de 2019 | (61.805) | (69.092) |
| (-) Perdas estimadas, líquidas | (57.356) | (62.240) |
| (+) Perda efetiva | 98.029 | 104.625 |
| (+/-) Ajuste de conversão | - | 396 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | (21.132) | (26.311) |
| (-) Perdas estimadas, líquidas | (54.279) | (58.734) |
| (+) Perda efetiva | 48.796 | 53.687 |
| (+/-) Ajuste de conversão | - | 3.882 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | (26.615) | (27.476) |

A partir da implementação do sistema *RFID* (Identificação de Produtos por Rádio Frequência) na Controladora foi possível aumentar a frequência da realização dos inventários para maior parte dos estoques e, com isso passou-se a reconhecer os efeitos dos inventários realizados ao longo do ano diretamente no resultado, sem transitar pela conta de perdas estimadas.

10 TRIBUTOS A RECUPERAR

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|----------------|------------------|----------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| ICMS | 152.239 | 146.604 | 199.125 | 185.636 |
| ICMS sobre imobilizado | 41.297 | 53.736 | 46.400 | 60.771 |
| Imposto de renda e contribuição social | 43.373 | 11.778 | 73.146 | 17.187 |
| PIS e COFINS (i) | 1.252.670 | 8.821 | 1.254.412 | 9.324 |
| Créditos tributários de controladas no exterior | - | - | 39.130 | 27.673 |
| Outros tributos a recuperar | 10.465 | 29.503 | 10.895 | 31.150 |
| Total | 1.500.044 | 250.442 | 1.623.108 | 331.741 |
| Ativo circulante | 863.933 | 199.116 | 961.997 | 258.396 |
| Ativo não circulante | 636.111 | 51.326 | 661.111 | 73.345 |
| Total | 1.500.044 | 250.442 | 1.623.108 | 331.741 |

(i) ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS

A ação judicial da Controladora para o reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos transitou em julgado em maio de 2020 em sentido favorável. A decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região é expressa ao definir que "tratando-se de processo ajuizado após a vigência da LC 118/2005 (9jun.2005), o prazo de prescrição é de 5 anos contados do pagamento pretendido repetir". A ação foi ajuizada em 10/10/2006, razão pela qual os valores a recuperar retroagem à competência 11/2001.

No que se refere ao ICMS a ser excluído, a decisão igualmente é expressa ao "reconhecer a exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais da base de cálculo do PIS e da COFINS, e o direito de compensação dos valores recolhidos a maior e não prescritos". O valor apurado e habilitado para compensação perante a Receita Federal do Brasil referente ao período de 11/2001 a 03/2017, é de R\$ 1.363.029 (R\$ 784.619 classificado como outras receitas operacionais nota explicativa nº 34.3 e R\$ 578.410 relativo à atualização monetária e juros classificado como receitas financeiras nota explicativa nº 35). Os valores relativos à competência 04/2017 (data da decisão do STF) em diante, vêm sendo reconhecidos no resultado desde então.

A Companhia avaliou o tratamento contábil a ser dispensado à matéria, à luz do que prescreve o CPC 25, entendendo que o ativo não é contingente, uma vez que a entrada de benefícios econômicos é praticamente certa, inclusive já tendo sido iniciadas as compensações.

O valor em referência foi mensurado com razoável confiabilidade, dado que a decisão judicial define a parametrização para a mensuração do valor do indébito (período de compensação e forma pela qual deve ser efetuado o cálculo – ICMS destacado). A companhia elaborou o cálculo com apoio de empresa de consultoria especializada, com base nos arquivos fiscais de venda de todo o período, e conciliado com as informações contábeis e obrigações acessórias.

A Administração tem expectativa de que o crédito fiscal, cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2020, líquido das compensações já realizadas totalizando R\$ 1.241.314, seja compensado até o primeiro trimestre de 2022.

A Companhia avaliou a realização dos tributos a recuperar em função da Covid-19 e entende que os impactos são de curto prazo e não comprometem a sua recuperabilidade.

11 OUTROS ATIVOS

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Despesas antecipadas | 6.307 | 8.241 | 9.858 | 9.414 |
| Depósitos judiciais | 4.701 | 9.496 | 4.856 | 9.610 |
| Adiantamento a terceiros | 18.257 | 18.420 | 28.096 | 29.289 |
| Adiantamento a funcionários | 7.838 | 4.395 | 8.709 | 5.036 |
| Crédito convênio fornecedores | 4.780 | 8.176 | 4.780 | 8.176 |
| Indenizações de seguros em andamento | 164 | 1.162 | 315 | 1.402 |
| Comissões de seguros a receber | - | 197 | 3.740 | 5.479 |
| Valores a receber equalização conta garantida | - | 7.567 | - | 7.567 |
| Outras contas a receber | 14.093 | 8.759 | 16.144 | 10.897 |
| Total | 56.140 | 66.413 | 76.498 | 86.870 |
| Ativo circulante | 46.093 | 53.195 | 63.651 | 70.662 |
| Ativo não circulante | 10.047 | 13.218 | 12.847 | 16.208 |
| Total | 56.140 | 66.413 | 76.498 | 86.870 |

12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

12.1 POLÍTICA CONTÁBIL

A provisão para imposto de renda e contribuição social tem base no lucro tributável do exercício. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas as posições fiscais tomadas. A Companhia acredita que a provisão para o imposto de renda no passivo está adequada baseando-se em avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e opinião de seus assessores jurídicos.

12.2 COMPOSIÇÃO

| Fato gerador | Controladora | | | | | |
|--|------------------|------------------|-----------------|------------------|------------------|-----------------|
| | 31/12/2020 | | | 31/12/2019 | | |
| | Base IRPJ | Base CSLL | IRPJ/CSLL | Base IRPJ | Base CSLL | IRPJ/CSLL |
| Perdas estimadas em ativos | 26.615 | 26.615 | 9.049 | 63.941 | 63.941 | 21.740 |
| Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 108.545 | 108.545 | 36.905 | 84.957 | 84.957 | 28.885 |
| Ajuste a valor presente | 45.023 | 45.023 | 15.308 | 58.086 | 58.086 | 19.749 |
| Provisão para participação de empregados | 23.175 | 23.175 | 7.880 | 68.227 | 68.227 | 23.197 |
| Plano de ações restritas | 26.850 | 26.850 | 9.129 | 39.664 | 39.664 | 13.486 |
| Prejuízo fiscal e base negativa | 164.190 | 159.388 | 55.392 | - | - | - |
| Ajustes avaliação patrimonial - hedge | 25.431 | 25.431 | 8.647 | 2.436 | 2.436 | 828 |
| Swap de empréstimos | - | - | - | 2.115 | 2.115 | 719 |
| Arrendamento a pagar (*) | 121.251 | 121.251 | 41.225 | 81.543 | 81.543 | 27.725 |
| Outras provisões | 700 | - | 175 | 702 | 11 | 177 |
| Ativo fiscal diferido | 541.780 | 536.278 | 183.710 | 401.671 | 400.980 | 136.506 |
| Diferença da vida útil versus fiscal | (186.185) | (186.185) | (63.303) | (124.167) | (124.167) | (42.217) |
| Swap de empréstimos | (47.662) | (47.662) | (16.205) | - | - | - |
| Outras provisões | (1.213) | (1.213) | (412) | (14.176) | (14.176) | (4.820) |
| Passivo fiscal diferido | (235.060) | (235.060) | (79.920) | (138.343) | (138.343) | (47.037) |
| Total | 306.720 | 301.218 | 103.790 | 263.328 | 262.637 | 89.469 |

Alíquotas de 25% de IRPJ e 9% de CSLL.

(*) Reapresentação dos saldos comparativos em razão da alteração de política contábil do arrendamento, conforme descrito na nota explicativa 3.6.1.1.

Consolidado

| Fato gerador | 31/12/2020 | | | 31/12/2019 | | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-----------------|
| | Base IRPJ | Base CSLL | IRPJ/CSLL | Base IRPJ | Base CSLL | IRPJ/CSLL |
| Perdas estimadas em ativos | 288.436 | 286.977 | 104.537 | 283.738 | 282.316 | 103.034 |
| Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 130.223 | 130.223 | 47.271 | 100.754 | 100.754 | 36.644 |
| Ajuste a valor presente | 50.250 | 50.250 | 18.241 | 62.890 | 62.890 | 22.873 |
| Provisão para participação de empregados | 24.002 | 24.002 | 8.713 | 69.864 | 69.864 | 25.410 |
| Plano de ações restritas | 26.850 | 26.850 | 9.747 | 39.664 | 39.664 | 14.426 |
| Prejuízo fiscal e base negativa (i) (*) | 478.686 | 422.275 | 167.389 | 178.105 | 168.610 | 63.697 |
| Ajustes avaliação patrimonial - hedge | 25.993 | 25.993 | 9.435 | 3.382 | 3.382 | 1.230 |
| Arrendamento a pagar (*) | 141.073 | 136.463 | 50.689 | 91.392 | 89.041 | 32.972 |
| Outras provisões | 22.887 | - | 5.721 | 20.707 | 2.126 | 5.418 |
| Base ativo fiscal diferido | 1.188.400 | 1.103.033 | 421.743 | 850.496 | 818.647 | 305.704 |
| Ágio na aquisição de participação societária | (96.693) | (96.693) | (35.100) | (76.707) | (76.707) | (27.898) |
| Mais valia de ativos | (28.543) | (28.543) | (10.361) | (28.888) | (28.888) | (10.507) |
| Diferença da vida útil versus fiscal | (202.375) | (202.375) | (73.462) | (138.639) | (138.639) | (50.423) |
| Swap de empréstimos | (63.328) | (63.328) | (22.988) | (1.471) | (1.471) | (535) |
| Outras provisões | (10.625) | (2.222) | (2.907) | (21.647) | (15.050) | (7.123) |
| Base passivo fiscal diferido | (401.564) | (393.161) | (144.818) | (267.352) | (260.755) | (96.486) |
| Total (ii) | 786.836 | 709.872 | 276.925 | 583.144 | 557.892 | 209.218 |

Alíquota de 25% de IRPJ e alíquota nominal ponderada da CSLL de 11,30% em 31 de dezembro de 2020 (11,37% em 31 de dezembro de 2019) é diferente da alíquota geral de 9% por conta da consolidação dos saldos da controlada indireta Realize CFI.

- (i) Créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social da Controladora e das controladas Camicado, Youcom, LRS, LRU e LRA.
- (ii) A Administração compensa o ativo diferido contra o passivo diferido da Controladora e das subsidiárias individualmente.

(*) Reapresentação dos saldos comparativos em razão da alteração de política contábil do arrendamento, conforme descrito na nota explicativa 3.6.1.1.

12.3 MOVIMENTAÇÃO DOS TRIBUTOS DIFERIDOS LÍQUIDOS

Abaixo demonstra-se a movimentação dos tributos diferidos, constituídos às alíquotas nominais ponderadas:

| | Controladora | Consolidado |
|--|----------------|----------------|
| Saldo em 1º de janeiro de 2019 | 71.451 | 142.244 |
| Reconhecido no resultado | 18.140 | 67.041 |
| Reconhecido em outros resultados abrangentes | (122) | (93) |
| Ajustes de conversão | - | 26 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 - Reapresentado (*) | 89.469 | 209.218 |
| Reconhecido no resultado | 6.503 | 58.321 |
| Reconhecido em outros resultados abrangentes | 7.818 | 7.688 |
| Ajustes de conversão | - | 1.698 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 103.790 | 276.925 |

(*) Reapresentação dos saldos comparativos em razão da alteração de política contábil do arrendamento, conforme descrito na nota explicativa 3.6.1.1.

12.4 REALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS DIFERIDOS ATIVOS

A recuperabilidade do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício ou quando não for provável a disponibilidade de lucros tributáveis futuros para a recuperação de todo o ativo ou parte dele. Na avaliação da Administração, o atual cenário impactado pela Covid-19, não afetou as projeções de lucros futuros tributáveis, às quais são suportadas por estudos técnicos de viabilidade, permitindo a recuperabilidade de créditos em um período não superior a 10 anos. Além disso, a estimativa da realização dos tributos diferidos envolve as incertezas das demais estimativas.



12.5 ANÁLISE DA ALÍQUOTA EFETIVA DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação entre a despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| | | Reapresentado (*) | | Reapresentado (*) |
| Resultado antes do IR e CS | 1.230.394 | 1.352.814 | 1.200.761 | 1.491.982 |
| Alíquota fiscal combinada | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Despesa de tributos à alíquota nominal | (418.334) | (459.957) | (408.259) | (507.274) |
| (Adições) exclusões permanentes: | | | | |
| Despesa com plano de opção de compra de ações | (7.763) | (7.166) | (7.763) | (7.166) |
| Resultado de participações societárias | (21.645) | 73.010 | - | - |
| Juros sobre capital próprio | 81.878 | 85.665 | 81.878 | 85.665 |
| Participação de administradores | (341) | (1.464) | (341) | (1.464) |
| Incentivos fiscais (PAT) | 4.341 | 8.427 | 4.468 | 8.584 |
| Subvenção para investimento (i) | 22.193 | 33.163 | 22.977 | 34.504 |
| Incentivo de inovação tecnológica (Lei 11.196/2005) | 5.129 | 4.319 | 7.623 | 4.380 |
| Diferenças de alíquotas IR e CS de controladas | - | - | (3.769) | (19.187) |
| Recuperações Operações de Crédito | - | - | 12.051 | - |
| Correção Monetária | - | - | (11.691) | - |
| Outras exclusões (adições) (ii) | 200.405 | (2.634) | 198.280 | (3.919) |
| Parcela isenta do adicional de 10% | 12 | 24 | 54 | 96 |
| IR e CS no resultado | (134.125) | (266.613) | (104.492) | (405.781) |
| Corrente | (140.628) | (284.753) | (162.813) | (472.822) |
| Diferido | 6.503 | 18.140 | 58.321 | 67.041 |
| Alíquota efetiva | 10,90% | 19,71% | 8,70% | 27,20% |

(i) Benefícios e incentivos fiscais e financeiros fiscais de ICMS, considerados subvenção para investimento, nos termos da Lei Complementar nº 160/2017.

(ii) Refere-se, principalmente, a exclusão realizada por força de decisão judicial que reconhece a não incidência de IR/CS sobre os juros Selic recebidos em repetição de indébito tributário.

(*) Reapresentação dos saldos comparativos em razão da alteração de política contábil do arrendamento, conforme descrito na nota explicativa 3.6.1.1.

13 INVESTIMENTOS

13.1 COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

| Controladora | | |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| | Reapresentado (*) | |
| Investimentos em controladas | 1.593.965 | 1.381.986 |
| Ágio sobre mais valia de ativos | 1.290 | 1.290 |
| Total | 1.595.255 | 1.383.276 |

(*) Reapresentação dos saldos comparativos em razão da alteração de política contábil do arrendamento, conforme descrito na nota explicativa 3.6.1.1.

13.2 MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

| Empresas controladas | Saldo em 31/12/2019 (*) | Aporte de capital | Resultado de equivalência | Outros resultados abrangentes | Dividendos | Saldo em 31/12/2020 |
|------------------------------|--|------------------------------|--------------------------------------|--|-------------------|--------------------------------|
| RACC | 1.647 | - | 3.423 | - | (3.085) | 1.985 |
| Dromegon | 11.443 | - | 3.729 | - | (3.841) | 11.331 |
| Camicado | 406.766 | 128.778 | (21.149) | 327 | - | 514.722 |
| Youcom | 142.244 | 44.211 | (15.854) | (74) | - | 170.527 |
| LRS | 9.750 | 313 | (2.589) | 1.813 | - | 9.287 |
| Realize Participações S.A. | 550.744 | - | 30.064 | - | - | 580.808 |
| LRU | 142.631 | 16.900 | (15.083) | 20.803 | - | 165.251 |
| LRA | 114.820 | 37.095 | (45.040) | 31.883 | - | 138.758 |
| Realize CFI | 3 | - | - | - | - | 3 |
| Lojas Renner Trading Uruguay | 1.938 | - | (1.164) | 519 | - | 1.293 |
| Total | 1.381.986 | 227.297 | (63.663) | 55.271 | (6.926) | 1.593.965 |

| Empresas controladas | Saldo em 01/01/2019 | Aporte de capital | Resultado de equivalência (*) | Outros resultados abrangentes (*) | Dividendos | Saldo em 31/12/2019 (*) |
|------------------------------|--------------------------------|------------------------------|--|--|-------------------|--|
| RACC | 2.167 | - | 7.597 | - | (8.117) | 1.647 |
| Dromegon | 11.573 | - | 6.101 | - | (6.231) | 11.443 |
| Camicado | 413.838 | - | (7.051) | (21) | - | 406.766 |
| Youcom | 122.949 | 20.000 | (669) | (36) | - | 142.244 |
| LRS | 7 | 6.776 | 2.562 | 405 | - | 9.750 |
| Realize Participações S.A. | 283.938 | 50.000 | 216.806 | - | - | 550.744 |
| LRU | 120.967 | 37.141 | (3.189) | (12.288) | - | 142.631 |
| LRA | 11 | 125.806 | (7.340) | (3.657) | - | 114.820 |
| Realize CFI | 2 | - | 1 | - | - | 3 |
| Lojas Renner Trading Uruguay | - | 2.001 | (85) | 22 | - | 1.938 |
| Total | 955.452 | 241.724 | 214.733 | (15.575) | (14.348) | 1.381.986 |

(*) Reapresentação dos saldos comparativos em razão da alteração de política contábil do arrendamento, conforme descrito na nota explicativa 3.6.1.1.

14 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

14.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Registramos os bens do ativo imobilizado e intangível ao custo de aquisição, formação ou instalação de lojas, deduzidos da depreciação ou amortização acumulada. O cálculo é baseado no método linear, que leva em conta o tempo de vida útil estimada dos bens, considerando:

| Bens, Taxa Vida útil | | | IMOBILIZADO | | INTANGÍVEL | | |
|---|---|---|---|---|---|---|--|
|  | Prédios 1,66% 60 anos |  | Instalações 5 a 10% 10 a 20 anos |  | Máquinas e equipamentos 5 a 10% 10 a 20 anos |  | Sistemas de informática 12,5 a 20% 5 a 8 anos |
|  | Benfeitorias em imóveis de terceiros 10% 10 anos |  | Móveis e utensílios 10 a 25% 4 a 10 anos |  | Veículos 20% 5 anos |  | Computadores e periféricos 10 a 33,3% 3 a 10 anos |
| | | | | | |  | Direito de uso de imóveis 10% 10 anos |

A Companhia tem como procedimento, revisar anualmente os bens do ativo imobilizado e intangível com base em avaliações técnicas de especialistas com o objetivo de:

- Identificar possíveis evidências de que seus ativos possam estar desvalorizados; e
- Identificar alterações na forma de uso e manutenção que possam afetar a vida útil dos seus bens do ativo imobilizado e intangível.

Em 31 de dezembro de 2020, devido aos impactos da Covid-19, a Administração revisou as projeções futuras das suas unidades geradoras de caixa (UGC), utilizando como taxa de desconto a WACC para um prazo de dez anos e não identificou fatores que indiquem perdas relevantes na constituição de *impairment*, bem como não possui ocorrência de reavaliação ou existência de ociosidade de ativos imobilizados.

14.2 COMPOSIÇÃO DO IMOBILIZADO

| | Controladora | | | | | |
|--------------------------------------|------------------|-----------------------|------------------------|------------------|-----------------------|------------------------|
| | 31/12/2020 | | | 31/12/2019 | | |
| | Custo | Depreciação acumulada | Valor contábil líquido | Custo | Depreciação acumulada | Valor contábil líquido |
| Terrenos | 288 | - | 288 | 288 | - | 288 |
| Imóveis | 61.898 | (3.439) | 58.459 | 61.898 | (2.613) | 59.285 |
| Móveis e Utensílios | 422.727 | (222.699) | 200.028 | 469.412 | (237.546) | 231.866 |
| Instalações | 524.433 | (266.896) | 257.537 | 514.051 | (247.698) | 266.353 |
| Máquinas e Equipamentos | 269.507 | (143.610) | 125.897 | 274.080 | (146.160) | 127.920 |
| Benfeitorias em Imóveis de Terceiros | 1.760.527 | (1.021.820) | 738.707 | 1.710.288 | (883.821) | 826.467 |
| Veículos | 1.424 | (562) | 862 | 1.589 | (425) | 1.164 |
| Computadores e Periféricos | 259.715 | (148.114) | 111.601 | 271.695 | (159.500) | 112.195 |
| Imobilizado em andamento | 293.017 | - | 293.017 | 188.715 | - | 188.715 |
| Total | 3.593.536 | (1.807.140) | 1.786.396 | 3.492.016 | (1.677.763) | 1.814.253 |

| | Consolidado | | | | | |
|--------------------------------------|------------------|-----------------------|------------------------|------------------|-----------------------|------------------------|
| | 31/12/2020 | | | 31/12/2019 | | |
| | Custo | Depreciação acumulada | Valor contábil líquido | Custo | Depreciação acumulada | Valor contábil líquido |
| Terrenos | 288 | - | 288 | 288 | - | 288 |
| Imóveis | 76.965 | (9.319) | 67.646 | 76.965 | (8.493) | 68.472 |
| Móveis e Utensílios | 505.892 | (255.515) | 250.377 | 540.693 | (262.862) | 277.831 |
| Instalações | 583.571 | (292.648) | 290.923 | 570.394 | (269.276) | 301.118 |
| Máquinas e Equipamentos | 291.093 | (147.367) | 143.726 | 291.320 | (148.498) | 142.822 |
| Benfeitorias em Imóveis de Terceiros | 2.089.477 | (1.113.903) | 975.574 | 2.003.402 | (945.061) | 1.058.341 |
| Veículos | 1.424 | (562) | 862 | 1.589 | (424) | 1.165 |
| Computadores e Periféricos | 287.350 | (160.366) | 126.984 | 291.164 | (166.821) | 124.343 |
| Imobilizado em andamento | 297.880 | - | 297.880 | 199.330 | - | 199.330 |
| Total | 4.133.940 | (1.979.680) | 2.154.260 | 3.975.145 | (1.801.435) | 2.173.710 |

14.3 CONCILIAÇÃO DO VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO DO IMOBILIZADO

14.3.1 Controladora

| Valor contábil | Saldo em 01/01/2019 | Adições | Transf. | Baixas | Perdas estimadas | Transf. CPC 06 (R2)/IFRS 16 | Depreciação | Saldo em 31/12/2019 | Adições | Transf. | Baixas | Reversão de Perdas estimadas(*) | Deprec. | Saldo em 31/12/2020 |
|--------------------------------|---------------------|----------------|-----------|----------------|------------------|-----------------------------|------------------|---------------------|----------------|----------|-----------------|---------------------------------|------------------|---------------------|
| Terrenos | 288 | - | - | - | - | - | - | 288 | - | - | - | - | - | 288 |
| Imóveis | 87.131 | - | - | - | - | (27.021) | (825) | 59.285 | - | - | - | - | (826) | 58.459 |
| Móveis e Utensílios | 230.385 | 2.103 | 49.958 | (1.307) | (8.204) | - | (41.069) | 231.866 | 6.378 | 17.393 | (11.174) | 8.204 | (52.639) | 200.028 |
| Instalações | 264.322 | 1.365 | 25.868 | (101) | (256) | - | (24.845) | 266.353 | 6.347 | 9.570 | (1.566) | 256 | (23.423) | 257.537 |
| Máquinas e Equipamentos | 123.437 | 958 | 17.271 | (43) | (206) | - | (13.497) | 127.920 | 5.919 | 3.279 | (1.607) | 206 | (9.820) | 125.897 |
| Benfeitorias Imóveis Terceiros | 825.918 | 7.939 | 132.421 | (621) | (1.795) | - | (137.395) | 826.467 | 25.861 | 37.756 | (2.936) | 1.795 | (150.236) | 738.707 |
| Veículos | 1.718 | 311 | - | (628) | - | - | (237) | 1.164 | - | - | (101) | - | (201) | 862 |
| Computadores | 95.011 | 512 | 53.773 | (2.242) | (5.499) | - | (29.360) | 112.195 | 3.913 | 20.810 | (7.281) | 5.502 | (23.538) | 111.601 |
| Imob. em andamento | 89.662 | 378.927 | (279.291) | (581) | (2) | - | - | 188.715 | 193.146 | (88.808) | (36) | - | - | 293.017 |
| Total | 1.717.872 | 392.115 | - | (5.523) | (15.962) | (27.021) | (247.228) | 1.814.253 | 241.564 | - | (24.701) | 15.963 | (260.683) | 1.786.396 |

14.3.2 Consolidado

| Valor contábil | Saldo em 01/01/2019 | Adições | Transf. | Baixas | Perdas estimadas | Transf. CPC 06 (R2)/IFRS 16 | Deprec. | Ajuste de conversão | Saldo em 31/12/2019 | Adições | Transf. | Baixas | Reversão de Perdas estimadas(*) | Deprec. | Ajuste de conversão/ Correção Monetária | Saldo em 31/12/2020 |
|----------------------------|---------------------|----------------|-----------|----------------|------------------|-----------------------------|------------------|---------------------|---------------------|----------------|-----------|-----------------|---------------------------------|------------------|---|---------------------|
| Terrenos | 288 | - | - | - | - | - | - | - | 288 | - | - | - | - | - | - | 288 |
| Imóveis | 96.188 | 131 | - | - | - | (27.021) | (826) | - | 68.472 | - | - | - | - | (826) | - | 67.646 |
| Móveis e Utensílios | 272.596 | 2.577 | 60.643 | (1.128) | (8.654) | - | (47.844) | (359) | 277.831 | 10.076 | 25.416 | (13.945) | 8.608 | (60.242) | 2.633 | 250.377 |
| Instalações | 295.597 | 4.232 | 31.360 | (81) | (896) | - | (28.730) | (364) | 301.118 | 8.802 | 11.283 | (3.169) | 480 | (28.386) | 795 | 290.923 |
| Máquinas e Equipamentos | 130.222 | 952 | 26.222 | (63) | (267) | - | (14.107) | (137) | 142.822 | 5.821 | 4.627 | (1.810) | 264 | (11.118) | 3.120 | 143.726 |
| Benfeitorias Imóveis Terc. | 993.626 | 8.797 | 226.442 | (4.625) | (4.207) | - | (159.162) | (2.530) | 1.058.341 | 35.892 | 54.382 | (8.322) | 3.708 | (182.430) | 14.003 | 975.574 |
| Veículos | 1.718 | 311 | - | (626) | - | - | (238) | - | 1.165 | - | - | (102) | - | (201) | - | 862 |
| Computadores | 103.851 | 1.283 | 57.558 | (671) | (5.574) | - | (31.857) | (247) | 124.343 | 6.673 | 27.218 | (8.689) | 5.566 | (29.086) | 959 | 126.984 |
| Imob. em andamento | 100.363 | 501.678 | (402.225) | - | (2) | - | - | (484) | 199.330 | 216.535 | (122.926) | (786) | - | - | 5.727 | 297.880 |
| Total | 1.994.449 | 519.961 | - | (7.194) | (19.600) | (27.021) | (282.764) | (4.121) | 2.173.710 | 283.799 | - | (36.823) | 18.626 | (312.289) | 27.237 | 2.154.260 |

(*) Se refere a reversão das perdas estimadas e o reconhecimento por baixa por motivos da conclusão do inventário durante o exercício de 2020.

As principais naturezas que compõem o grupo de contas de imobilizado em andamento referem-se às inaugurações de lojas e centros de distribuição da Companhia.

14.4 COMPOSIÇÃO DO INTANGÍVEL

| | Controladora | | | | | |
|----------------------------------|------------------|-----------------------|------------------------|----------------|-----------------------|------------------------|
| | 31/12/2020 | | | 31/12/2019 | | |
| | Custo | Amortização acumulada | Valor contábil líquido | Custo | Amortização acumulada | Valor contábil líquido |
| Sistemas de Informática | 1.004.211 | (532.676) | 471.535 | 765.947 | (451.475) | 314.472 |
| Direito de utilização de imóveis | 69.077 | (51.904) | 17.173 | 69.760 | (49.150) | 20.610 |
| Marcas e Patentes | 6.755 | (83) | 6.672 | 6.519 | (83) | 6.436 |
| Intangível em andamento | 92.333 | - | 92.333 | 128.193 | - | 128.193 |
| Total | 1.172.376 | (584.663) | 587.713 | 970.419 | (500.708) | 469.711 |

| | Consolidado | | | | | |
|----------------------------------|------------------|-----------------------|------------------------|------------------|-----------------------|------------------------|
| | 31/12/2020 | | | 31/12/2019 | | |
| | Custo | Amortização acumulada | Valor contábil líquido | Custo | Amortização acumulada | Valor contábil líquido |
| Sistemas de Informática | 1.219.527 | (584.533) | 634.994 | 947.069 | (494.796) | 452.273 |
| Direito de utilização de imóveis | 103.764 | (65.639) | 38.125 | 98.555 | (59.459) | 39.096 |
| Marcas e Patentes | 35.508 | (83) | 35.425 | 34.851 | (83) | 34.768 |
| Outros intangíveis | 3.836 | (3.500) | 336 | 3.500 | (3.500) | - |
| Intangível em andamento | 115.077 | - | 115.077 | 141.419 | - | 141.419 |
| Ágio Camicado | 116.679 | - | 116.679 | 116.679 | - | 116.679 |
| Total | 1.594.391 | (653.755) | 940.636 | 1.342.073 | (557.838) | 784.235 |

14.5 CONCILIAÇÃO DO VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO DO INTANGÍVEL

14.5.1 Controladora

| Valor contábil | Saldo em 31/12/2019 | Adições | Transf. | Baixas | Perdas estimadas | Amort. | Saldo em 31/12/2020 |
|----------------------------------|---------------------|----------------|-----------|--------------|------------------|-----------------|---------------------|
| Sistemas de Informática | 314.472 | 91.907 | 146.358 | (10) | 10 | (81.202) | 471.535 |
| Direito de utilização de imóveis | 20.610 | - | (223) | (872) | 872 | (3.214) | 17.173 |
| Marcas e Patentes | 6.436 | 236 | - | - | - | - | 6.672 |
| Intangível em andamento | 128.193 | 110.275 | (146.135) | - | - | - | 92.333 |
| Total | 469.711 | 202.418 | - | (882) | 882 | (84.416) | 587.713 |

| Valor contábil | Saldo em 01/01/2019 | Adições | Transf. | Baixas | Perdas estimadas | Amort. | Saldo em 31/12/2019 |
|----------------------------------|---------------------|----------------|-----------|-----------------|------------------|-----------------|---------------------|
| Sistemas de Informática | 271.020 | 284 | 142.397 | (38.829) | (10) | (60.390) | 314.472 |
| Direito de utilização de imóveis | 17.396 | 2 | 7.159 | - | (872) | (3.075) | 20.610 |
| Marcas e Patentes | 5.934 | 502 | - | - | - | - | 6.436 |
| Intangível em andamento | 118.659 | 160.129 | (149.556) | (1.039) | - | - | 128.193 |
| Total | 413.009 | 160.917 | - | (39.868) | (882) | (63.465) | 469.711 |

As principais naturezas que compõem o grupo de contas de intangível em andamento referem-se ao desenvolvimento e implantação de sistemas de tecnologia da informação e licenciamentos.

14.5.2 Consolidado

| Valor contábil | Saldo em 31/12/2019 | Adições | Transf. | Baixas | Perdas estimadas | Amort. | Ajuste de conversão | Saldo em 31/12/2020 |
|----------------------------------|------------------------|----------------|-----------|----------------|---------------------|------------------|------------------------|------------------------|
| Sistemas de Informática | 452.273 | 124.675 | 160.810 | (769) | 11 | (105.794) | 3.788 | 634.994 |
| Direito de utilização de imóveis | 39.096 | 198 | 3.366 | (1.460) | 1.460 | (6.544) | 2.009 | 38.125 |
| Marcas e Patentes | 34.768 | 657 | - | - | - | - | - | 35.425 |
| Outros intangíveis | - | - | 336 | - | - | - | - | 336 |
| Intangível em andamento | 141.419 | 134.647 | (164.512) | - | - | - | 3.523 | 115.077 |
| Ágio Camicado | 116.679 | - | - | - | - | - | - | 116.679 |
| Total | 784.235 | 260.177 | - | (2.229) | 1.471 | (112.338) | 9.320 | 940.636 |

| Valor contábil | Saldo em 01/01/2019 | Adições | Transf. | Baixas | Perdas estimadas | Amort. | Ajuste de conversão | Saldo em 31/12/2019 |
|----------------------------------|------------------------|----------------|-----------|----------------|---------------------|-----------------|------------------------|------------------------|
| Sistemas de Informática | 326.320 | 50.104 | 149.295 | (176) | (11) | (72.735) | (524) | 452.273 |
| Direito de utilização de imóveis | 33.358 | 2 | 12.874 | 16 | (1.497) | (5.431) | (226) | 39.096 |
| Marcas e Patentes | 34.265 | 503 | - | - | - | - | - | 34.768 |
| Intangível em andamento | 124.454 | 180.858 | (162.169) | (1.550) | - | - | (174) | 141.419 |
| Ágio Camicado | 116.679 | - | - | - | - | - | - | 116.679 |
| Total | 635.076 | 231.467 | - | (1.710) | (1.508) | (78.166) | (924) | 784.235 |

15 DIREITO DE USO

Aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019 para unificar o modelo de contabilização do arrendamento, a norma CPC 06 (R2)/IFRS 16 exige para todos os contratos de arrendamento no escopo da norma – exceto aqueles enquadrados nas isenções – que os arrendatários reconheçam os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso.

15.1 POLÍTICA CONTÁBIL

A Administração da Companhia optou por usar o expediente prático para transição e não considerar os custos iniciais na mensuração do ativo de direito de uso que corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, mantendo assim o valor do passivo inicial de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

15.2 COMPOSIÇÃO DO DIREITO DE USO

| Locação com opção de compra (*) VIDA ÚTIL: 43 anos | Locação (**) VIDA ÚTIL: 2 - 13 anos | Saldo em 31/12/2020 |
|---|--|---------------------|
| 25.782 | 1.372.061 | 1.397.843 |
| 25.782 | 1.674.256 | 1.700.038 |
| Controladora | Consolidado | |

(*) Corresponde ao prédio da sede administrativa.

(**) Corresponde a locação de espaços comerciais, centros de distribuição e demais sedes administrativas.

15.3 MOVIMENTAÇÃO DO DIREITO DE USO

15.3.1.1 Controladora

| | Saldo em 31/12/2019 (*) | (+) Remensuração | (+/-) Novos contratos / Contratos encerrados | (-) Depreciação | Saldo em 31/12/2020 |
|------------------------------|-------------------------------|---------------------|--|--------------------|------------------------|
| Locações | 1.317.748 | 153.053 | 203.384 | (302.124) | 1.372.061 |
| Locações com opção de compra | 26.402 | - | - | (620) | 25.782 |
| Total | 1.344.150 | 153.053 | 203.384 | (302.744) | 1.397.843 |

| | Saldo em 01/01/2019 | (-) Ajuste - Mudança na taxa | (+) Remensuração | (+/-) Novos contratos / Contratos encerrados | (-) Depreciação | Saldo em 31/12/2019 (*) |
|------------------------------|------------------------|------------------------------------|---------------------|---|--------------------|-------------------------------|
| Locações | 1.719.658 | (220.759) | 59.580 | 45.999 | (286.730) | 1.317.748 |
| Locações com opção de compra | 27.021 | - | - | - | (619) | 26.402 |
| Total | 1.746.679 | (220.759) | 59.580 | 45.999 | (287.349) | 1.344.150 |

15.3.1.2 Consolidado

| | Saldo em 31/12/2019 (*) | (+) Remensuração | (+/-) Novos contratos / Contratos encerrados | (-) Depreciação | (+/-) Ajuste de conversão/ Correção monetária | Saldo em 31/12/2020 |
|------------------------------|-------------------------------|---------------------|---|--------------------|---|------------------------|
| Locações | 1.608.288 | 209.038 | 218.887 | (365.789) | 3.832 | 1.674.256 |
| Locações com opção de compra | 26.402 | - | - | (620) | - | 25.782 |
| Total | 1.634.690 | 209.038 | 218.887 | (366.409) | 3.832 | 1.700.038 |

| | Saldo em 01/01/2019 | (-) Ajuste - Mudança na taxa | (+) Remensuração | (+/-) Novos contratos / Contratos encerrados | (-) Depreciação | (+/-) Ajuste de conversão/ Correção monetária | Saldo em 31/12/2019 (*) |
|------------------------------|------------------------|---------------------------------------|---------------------|---|--------------------|---|-------------------------------|
| Locações | 1.993.746 | (280.650) | 68.916 | 159.056 | (333.163) | 383 | 1.608.288 |
| Locações com opção de compra | 27.021 | - | - | - | (619) | - | 26.402 |
| Total | 2.020.767 | (280.650) | 68.916 | 159.056 | (333.782) | 383 | 1.634.690 |

(*) Reapresentação dos saldos comparativos em razão da alteração de política contábil do arrendamento, conforme descrito na nota explicativa nº 3.6.1.1.

16 TESTE DE PERDA POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DO ÁGIO E INTANGÍVEIS COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA

16.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Ativos com vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de *impairment*. Para avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam geração de fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC), de acordo com as visões de análises usadas pela Administração. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para avaliar possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

16.2 AVALIAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL

O valor contábil do ágio e da marca alocados na Camicado é de R\$ 144.741 (R\$ 144.741 em 31 de dezembro de 2019).

Para determinação do valor recuperável da Camicado, a Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de 10 anos considerando as seguintes premissas:

- Receitas: projetadas de 2021 a 2030 considerando crescimento histórico das vendas, e, um incremento nas vendas através do plano de abertura de novas lojas e do crescimento de iniciativas digitais;
- Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das lojas e buscando sinergia das despesas através da Controladora;
- Taxa de desconto: elaborada levando em consideração informações do setor de varejo, no qual a Camicado atua. A taxa de desconto utilizada foi de 13,0% a.a. (13,0% a.a. em 31 de dezembro de 2019); e
- Taxa de crescimento na perpetuidade: 6,5% a.a. (6,5% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou testes de revisão do valor recuperável e concluiu que não há fatores que indiquem perdas por *impairment*, dado que o valor recuperável excedeu o valor contábil.

16.3 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A Companhia efetuou análise de sensibilidade nas taxas de desconto e de crescimento. Considerando um acréscimo ou uma redução de 1% na taxa de desconto e de 0,5% na taxa de crescimento na perpetuidade, conforme demonstrado na tabela abaixo. A Administração da Companhia concluiu que o fluxo de caixa descontado resultaria em valores recuperáveis.

| | Taxa de desconto | | | Taxa de perpetuidade | | |
|-----------------------------------|------------------|-----------------|---------------|----------------------|-------------------|-----------------|
| | Cenário Provável | Acréscimo de 1% | Redução de 1% | Cenário Provável | Acréscimo de 0,5% | Redução de 0,5% |
| Varição fluxo de caixa descontado | 13,0% | (185.991) | 258.951 | 6,5% | 74.402 | (119.043) |

17 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

17.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Inicialmente, os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado conforme previsto contratualmente (acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva, variações monetárias, cambiais e amortizações incorridos até as datas dos balanços).

O saldo dos empréstimos de capital de giro da linha de financiamento Lei 4.131, em moeda estrangeira, são mensurados pelo valor justo, que reflete as expectativas do mercado atual em relação aos valores futuros, usando a técnica de avaliação do fluxo de caixa descontado (conversão dos fluxos de caixas futuros em valor único). Os empréstimos da mesma linha de financiamento Lei 4.131, porém em moeda nacional são mensurados pelo custo amortizado.

17.2 COMPOSIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

| Descrições | Encargos (a.a.) | Vencimento | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------------|------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Em moeda nacional | | | | | | |
| Debêntures 7ª Emissão - série única (i) | - | - | - | 306.537 | - | 306.537 |
| Debêntures 9ª Emissão - série única (i) | 103,9% do CDI | 10/10/2022 | 401.649 | 404.466 | 401.649 | 404.466 |
| Debêntures 10ª Emissão - série única (i) | CDI + 2,96% | 13/04/2021 | 518.855 | - | 518.855 | - |
| Debêntures 11ª Emissão - 1ª série (i) | CDI + 3,00% | 05/05/2022 | 302.255 | - | 302.255 | - |
| Debêntures 11ª Emissão - 2ª série (i) | CDI + 3,04% | 05/11/2022 | 201.515 | - | 201.515 | - |
| Debêntures - Custos de estruturação | - | - | (5.177) | (44) | (5.177) | (44) |
| Fundo do Nordeste - FNE (ii) | 8,23% | 30/06/2023 | - | 8.524 | - | 8.524 |
| Fundo do Nordeste - FNE (ii) | - | - | - | - | - | 684 |
| BNDES (iii) | - | - | - | 3.289 | - | 3.289 |
| BNDES (iii) | - | - | - | 1.750 | - | 1.750 |
| Capital de giro - conta garantida | - | - | - | - | - | 51.420 |
| Capital de giro - modalidade 4.131 (iv) | CDI + 3,28% | 24/03/2021 | 313.740 | - | 313.740 | - |
| Capital de giro - CCB (v) | CDI + 2,65% | 07/07/2022 | 153.376 | - | 153.376 | - |
| Capital de giro - CCB (v) | 148,0% do CDI | 25/11/2022 | 100.033 | - | 100.033 | - |
| Capital de giro - CCB (v) | 140,0% do CDI | 25/11/2022 | 401.005 | - | 401.005 | - |
| Capital de Giro - Custos de estruturação | - | - | (3.607) | - | (3.607) | - |
| Em moeda estrangeira | | | | | | |
| Capital de giro - modalidade 4.131 (vi) | - | - | - | 101.039 | - | 101.039 |
| Capital de giro - modalidade 4.131 (vi) | - | - | - | 172.804 | - | 172.804 |
| Capital de giro - modalidade 4.131 (vi) | US\$ + 2,57% | 27/01/2021 | 39.586 | - | 39.586 | - |
| Capital de giro - modalidade 4.131 (vi) | US\$ + 3,70% | 07/01/2021 | - | - | 55.121 | 43.140 |
| Capital de giro - modalidade 4.131 (vi) | US\$ + 0,76% | 22/01/2021 | 207.991 | - | 207.991 | - |
| Capital de giro - modalidade 4.131 (vi) | - | - | - | - | - | 61.525 |
| (+/-) swap - capital de giro (vii) | - | - | - | (5.546) | - | (5.546) |
| (+/-) swap - capital de giro (vii) | - | - | - | 7.661 | - | 7.661 |
| (+/-) swap - capital de giro (vii) | 108,6% CDI | 27/01/2021 | (7.433) | - | (7.433) | - |
| (+/-) swap - capital de giro (vii) | 106,95% CDI | 07/01/2021 | - | - | (15.666) | (3.281) |
| (+/-) swap - capital de giro (vii) | 112,0% CDI | 22/01/2021 | (40.229) | - | (40.229) | - |
| (+/-) swap - capital de giro (vii) | - | - | - | - | - | (305) |
| Total | | | 2.583.559 | 1.000.480 | 2.623.014 | 1.153.663 |
| Passivo circulante | | | 1.037.626 | 594.394 | 1.077.081 | 709.022 |
| Passivo não circulante | | | 1.545.933 | 406.086 | 1.545.933 | 444.641 |
| Total | | | 2.583.559 | 1.000.480 | 2.623.014 | 1.153.663 |

- (i) Além do contrato já existente em 31 de dezembro 2019 da 9ª emissão, em abril de 2020 ocorreu a captação de R\$ 500.000 da 10ª emissão pelo prazo de 2 anos, em maio de 2020 captamos R\$ 300.000 na 11ª emissão – 1ª série, pelo prazo de 2 anos e R\$ 200.000 na 11ª emissão – 2ª série pelo prazo de 2 anos e meio. Os recursos obtidos foram destinados para reforço de capital de giro e para manutenção do nível de caixa mínimo estratégico.
- (ii) Em novembro de 2020 a Companhia liquidou antecipadamente, os contratos de financiamento junto ao Banco do Nordeste.
- (iii) Em julho de 2020 a Companhia liquidou o contrato junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social.
- (iv) Em março de 2020 a Companhia firmou contrato em Reais junto ao Banco Santander na modalidade 4.131, na ordem de R\$ 300.000, pelo prazo de 1 ano. Esse recurso foi destinado a manutenção do caixa mínimo estratégico.

- (v) Em julho de 2020 a Companhia firmou empréstimo em CCB (Cédula de Crédito Bancário) com o Banco Safra no valor de R\$ 150.000 pelo prazo de 2 anos, em novembro de 2020 firmou mais um contrato, junto ao Banco Safra no valor de R\$ 100.000 pelo prazo de 2 anos e R\$ 400.000 junto ao Banco Itaú pelo prazo de 2 anos, destinados para reforço de capital de giro e para manutenção do nível de caixa mínimo estratégico.
- (vi) Além dos contratos já existentes em 31 de dezembro de 2019, a Companhia firmou dois novos contratos em moeda estrangeira sendo um com o banco Citibank no valor US\$ 40.000, equivalente a R\$ 167.080 e outro com o Banco Tokyo no valor de US\$ 7.600 equivalente a R\$ 32.034. Esses recursos são destinados a manutenção do caixa mínimo e apoio ao Programa de Recompra de Ações da Companhia (nota explicativa nº 30).
- (vii) As operações de Swaps em moeda estrangeira (Lei 4.131) estão protegendo as oscilações do câmbio.

A nota explicativa nº 37 demonstra a movimentação dos empréstimos da Controladora e do Consolidado.

As cláusulas contratuais (*covenants*) e o cronograma de liquidação de acordo com o fluxo de caixa contratual (principal mais juros estimados futuro) estão demonstrados na nota explicativa nº 6.2.

18 FINANCIAMENTOS – OPERAÇÕES SERVIÇOS FINANCEIROS E GARANTIAS

18.1 FINANCIAMENTOS – OPERAÇÕES SERVIÇOS FINANCEIROS

| Financiamentos | Encargos (a.a.) | Vencimento | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|------------|--------------|---------------|----------------|----------------|
| | | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Em moeda nacional | | | | | | |
| Conta Garantida | - | - | - | 37.740 | - | 37.740 |
| Certificados de Depósitos Interfinanceiros (i) | 210,0% do CDI | 04/2021 | - | - | 51.577 | - |
| Certificados de Depósitos Interfinanceiros (i) | CDI + 3,5% | 04/2021 | - | - | 103.850 | - |
| Certificados de Depósitos Interfinanceiros (i) | 181,0% do CDI | 03/2021 | - | - | 51.261 | - |
| Certificados de Depósitos Interfinanceiros (i) | 209,0% do CDI | 03/2021 | - | - | 51.861 | - |
| Certificados de Depósitos Interfinanceiros (i) | 240,0% do CDI | 05/2021 | - | - | 10.331 | - |
| Letras Financeiras (ii) | 104,1% do CDI | 08/2022 | - | - | 315.203 | 306.370 |
| Cédula de Crédito Bancário (iii) | CDI + 3,5% | 05/2022 | - | - | 31.083 | - |
| Cédula de Crédito Bancário (iii) | 160,00% do CDI | 09/2022 | - | - | 20.187 | - |
| Certificados de Depósitos Bancários (iv) | 130,74% do CDI | 06/2021 | - | - | 72.095 | - |
| Certificados de Depósitos Bancários (iv) | 137,71% do CDI | 06/2022 | - | - | 54.517 | - |
| Em moeda estrangeira | | | | | | |
| Capital de giro - Lei 4.131 Bacen (iv) | - | - | - | - | - | 142.830 |
| (+/-) swap - capital de giro | - | - | - | - | - | 4.426 |
| Total | | | - | 37.740 | 761.965 | 491.366 |
| Passivo circulante | | | - | 37.740 | 341.390 | 184.996 |
| Passivo não circulante | | | - | - | 420.575 | 306.370 |
| Total | | | - | 37.740 | 761.965 | 491.366 |

- (i) A Companhia através da sua controlada indireta Realize CFI emitiu Certificados de Depósitos Interfinanceiros, no valor de R\$ 99.600 em março de 2020 e R\$ 10.000 em maio de 2020, ambas pelo prazo de 1 ano, junto ao Banco Votorantim, em abril de 2020 emitiu R\$ 50.000 pelo prazo de 1 ano junto ao Banco Itaú e em abril de 2020 emitiu R\$ 100.000 pelo prazo de 1 ano, junto ao Banco Safra. Estes recursos têm como finalidade reforçar o caixa mínimo e suportar o curso ordinário do negócio.
- (ii) A Companhia através da sua controlada indireta Realize CFI emitiu Letras Financeiras em agosto de 2019 pelo prazo de 3 anos para distribuição privada, para financiamento das operações e o curso ordinário do negócio.
- (iii) A controlada indireta Realize CFI firmou contrato de capital de giro CCB (Cédula de Crédito Bancário) em maio de 2020 juntos ao Banco de BOCOM BBM no valor de R\$ 30.000 e em setembro de 2020 o valor de R\$ 20.000, ambas pelo prazo de 2 anos, para financiamento das operações e o curso do negócio, com a Controladora como garantidora.
- (iv) A controlada indireta Realize CFI emitiu CDBs (Certificados de Depósitos Bancário) junto a XP Investimentos no montante de R\$ 70.811 pelo prazo de 1 ano e R\$ 54.806 pelo prazo de 2 anos. Estes recursos têm como finalidade o financiamento das operações e o curso ordinário do negócio.

18.2 GARANTIAS

A Controladora é fiadora solidariamente responsável por todas as obrigações, principais e acessórias, das operações de Letras Financeiras e Cédula de Crédito Bancário, e, também, de uma operação de Certificado de Depósito Interfinanceiro mais detalhes nota explicativa nº 26.1.9.

19 ARRENDAMENTOS A PAGAR

19.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Dos contratos que foram escopo da norma CPC 06 (R2)/IFRS 16, considerou-se como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos (bruto de impostos), descontados a uma taxa incremental de juros. Conforme, mencionado na nota explicativa nº 3.6.1, a Administração da Companhia identificou a necessidade de reavaliar sua política contábil, passando a utilizar taxas de desconto nominais na mensuração dos seus contratos de arrendamento, com objetivo principal de alinhar sua política contábil à prática majoritariamente adotada pelo mercado, incluindo empresas comparáveis no Brasil e no exterior. A taxa de desconto nominal corresponde às taxas referenciais de mercado + spread de risco para captações com montantes que representam o total de investimentos para abertura de novas lojas.

A Administração avaliou possíveis impactos da Covid-19 e concluiu que as oscilações futuras dos indexadores econômicos afetaram na composição da taxa de desconto para 50 novos contratos de arrendamento que entraram em vigor a partir de março de 2020, pois as inaugurações e renovatórias do primeiro trimestre foram anteriores aos acontecimentos da Covid-19. Com relação as demais taxas de desconto, não há alteração.

19.2 COMPOSIÇÃO DOS ARRENDAMENTOS A PAGAR

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| | | Reapresentado (*) | | Reapresentado (*) |
| Locação com opção de compra (**) | 38.335 | 35.428 | 38.335 | 35.428 |
| Locações | 1.493.312 | 1.398.996 | 1.824.052 | 1.703.933 |
| Total | 1.531.647 | 1.434.424 | 1.862.387 | 1.739.361 |
| Passivo circulante | 410.998 | 373.555 | 496.583 | 447.685 |
| Passivo não circulante | 1.120.649 | 1.060.869 | 1.365.804 | 1.291.676 |
| Total | 1.531.647 | 1.434.424 | 1.862.387 | 1.739.361 |

(*) Reapresentação dos saldos comparativos em razão da alteração de política contábil do arrendamento, conforme descrito na nota explicativa nº 3.6.1.1.

(**) A taxa de desconto da locação com direito de opção de compra está de acordo com o contrato do aluguel do imóvel da sede administrativa, firmado em julho de 2012, e corrigido com base na variação acumulada do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) anual.

19.3 MOVIMENTAÇÃO DOS ARRENDAMENTOS A PAGAR

19.3.1 Controladora

| | Saldo em 31/12/2019 (*) | (+) Remensuração | (+/-) Novos contratos / encerrados | | (-) Contraprestação Locações (**) | Saldo em 31/12/2020 |
|------------------------------|----------------------------|------------------|------------------------------------|-----------------------|-----------------------------------|------------------------|
| | | | (+) Encargos Locações | (-) Encargos Locações | | |
| Locações | 1.398.996 | 153.053 | 203.384 | 119.024 | (381.145) | 1.493.312 |
| Locações com opção de compra | 35.428 | - | - | 5.267 | (2.360) | 38.335 |
| Total | 1.434.424 | 153.053 | 203.384 | 124.291 | (383.505) | 1.531.647 |

| | Saldo em 01/01/2019 | (-) Ajuste | | (+/-) Novos contratos / encerrados | | (-) Contraprestação Locações | Saldo em 31/12/2019 (*) |
|----------|------------------------|-------------------|------------------|------------------------------------|-----------------------|------------------------------|----------------------------|
| | | - Mudança na taxa | (+) Remensuração | (+) Encargos Locações | (-) Encargos Locações | | |
| Locações | 1.719.658 | (220.759) | 59.580 | 45.999 | 118.447 | (323.929) | 1.398.996 |

| | | | | | | | |
|------------------------------|------------------|------------------|---------------|---------------|----------------|------------------|------------------|
| Locações com opção de compra | 33.940 | - | - | - | 4.423 | (2.935) | 35.428 |
| Total | 1.753.598 | (220.759) | 59.580 | 45.999 | 122.870 | (326.864) | 1.434.424 |

19.3.2 Consolidado

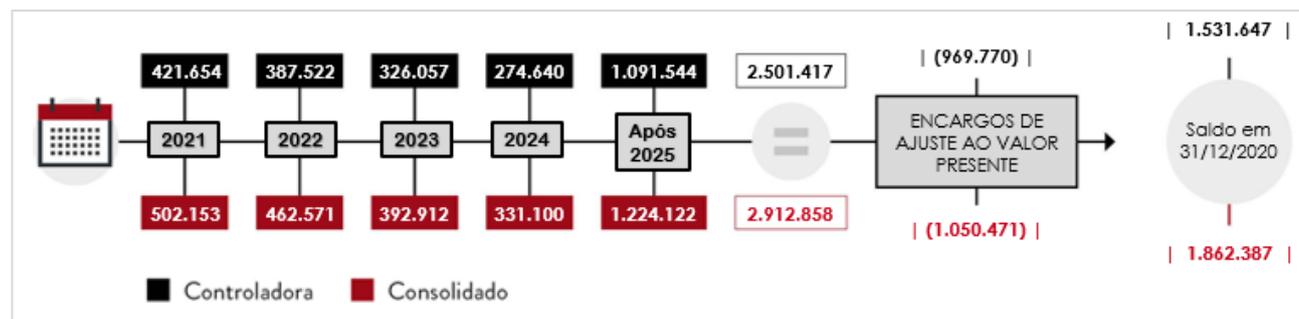
| | Saldo em 31/12/2019 (*) | (+) Remensuração | (+/-) Novos contratos / Contratos encerrados | (+) Encargos Locações | (-) Contrapres. Locações (**) | (+/-) Ajuste conversão/ Variação cambial | Saldo em 31/12/2020 |
|------------------------------|-------------------------|------------------|--|-----------------------|-------------------------------|--|---------------------|
| Locações | 1.703.933 | 209.038 | 218.887 | 142.832 | (461.478) | 10.840 | 1.824.052 |
| Locações com opção de compra | 35.428 | - | - | 5.267 | (2.360) | - | 38.335 |
| Total | 1.739.361 | 209.038 | 218.887 | 148.099 | (463.838) | 10.840 | 1.862.387 |

| | Saldo em 01/01/2019 | (-) Ajuste - Mudança na taxa | (+) Remensuração | (+/-) Novos contratos / Contratos encerrados | (+) Encargos Locações | (-) Contraprestações Locações | (+/-) Ajuste conversão/ Variação cambial | Saldo em 31/12/2019 (*) |
|------------------------------|---------------------|------------------------------|------------------|--|-----------------------|-------------------------------|--|-------------------------|
| Locações | 1.993.746 | (280.650) | 68.916 | 159.056 | 136.504 | (373.565) | (74) | 1.703.933 |
| Locações com opção de compra | 33.940 | - | - | - | 4.423 | (2.935) | - | 35.428 |
| Total | 2.027.686 | (280.650) | 68.916 | 159.056 | 140.927 | (376.500) | (74) | 1.739.361 |

(*) Reapresentação dos saldos comparativos em razão da alteração de política contábil do arrendamento, conforme descrito na nota explicativa nº 3.6.1.1.

(**) A Administração da Companhia optou pelo expediente prático (maiores detalhes vide nota explicativa nº 5.3) e reconheceu descontos de contraprestação no resultado do exercício, nos montantes de R\$ 104.488 na Controladora e R\$ 128.927 no Consolidado.

19.4 COMPROMISSOS FUTUROS

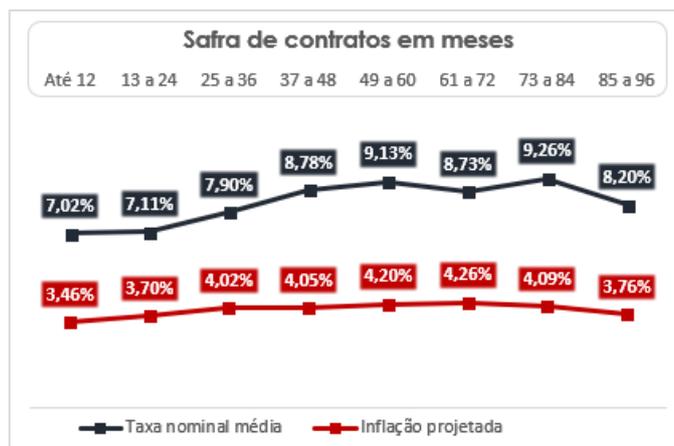


19.4.1 Informações adicionais

Para atendimento ao Ofício da CVM SNC/SEP nº 02/2019, divulga-se os *inputs* mínimos para fins de projeção do modelo taxa nominal e fluxo de caixa nominal recomendado pela CVM.

A taxa nominal de desconto corresponde às cotações futuras de mercado obtidas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - referência em DI x Pré + *spread* de risco para captações com montantes que representam o total de investimentos para abertura de novas lojas.

As cotações de inflação projetada utilizam o mesmo critério da taxa de desconto e são demonstradas para fins de cálculo do fluxo de caixa, conforme gráfico ao lado.



Segue abaixo o fluxo de pagamentos de acordo com o prazo médio ponderado que tem correspondência com as respectivas taxas apresentadas no gráfico acima:

| Período médio ponderado (meses) (*) | Consolidado | | | | | |
|-------------------------------------|------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|
| | Fluxo Contratual | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | Após 2025 |
| Até 12 | 2.805 | 1.962 | 843 | - | - | - |
| 13 a 24 | 155.799 | 103.377 | 48.385 | 4.037 | - | - |
| 25 a 36 | 459.260 | 133.738 | 137.740 | 110.947 | 52.688 | 24.147 |
| 37 a 48 | 387.533 | 73.626 | 73.941 | 74.410 | 74.507 | 91.049 |
| 49 a 60 | 597.798 | 72.939 | 78.925 | 79.311 | 79.323 | 287.300 |
| 61 a 72 | 1.034.819 | 104.899 | 113.149 | 113.277 | 113.530 | 589.964 |
| 73 a 84 | 23.648 | 2.097 | 2.097 | 2.097 | 2.097 | 15.260 |
| 85 a 96 | 58.099 | 4.277 | 4.277 | 4.277 | 4.277 | 40.991 |
| Acima de 97 meses (**) | 193.097 | 5.238 | 3.214 | 4.556 | 4.678 | 175.411 |
| Total | 2.912.858 | 502.153 | 462.571 | 392.912 | 331.100 | 1.224.122 |

(*) A Companhia calculou o prazo médio ponderado do fluxo contratual para fins de cotação de taxa, pois os contratos possuem amortizações mensais, reduzindo o prazo médio da operação e o risco para o credor.

(**) Refere-se ao fluxo contratual futuro de

Em 31 de dezembro de 2020, o potencial crédito de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto é de R\$ 269.439 e trazido a valor presente pelo prazo médio ponderado é de R\$ 185.058.

20 FORNECEDORES

20.1 POLÍTICA CONTÁBIL

As operações de compras a prazo foram trazidas ao valor presente na data das transações. A taxa de desconto utilizada para ajustar os saldos de fornecedores ao seu valor presente é a taxa média para desconto de duplicatas observável de mercado através do Banco Central do Brasil. A respectiva taxa utilizada foi 1,14% a.m. (0,99% a.m. em 31 de dezembro de 2019, quando era utilizada a taxa do custo médio ponderado de capital). O ajuste a valor presente é registrado nas contas de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de custo das vendas, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O saldo das contas a pagar de fornecedores é mensurado pelo custo amortizado, com método de taxa efetiva de juros.

20.2 COMPOSIÇÃO

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| | | Reapresentado (*) | | Reapresentado (*) |
| Fornecedores comerciais | 884.405 | 742.264 | 1.012.465 | 822.149 |
| Ajuste a valor presente | (7.688) | (4.805) | (9.143) | (5.212) |
| Fornecedores uso e consumo | 392.694 | 189.993 | 455.390 | 233.572 |
| Aluguéis a pagar | 34.429 | 25.919 | 41.643 | 31.276 |
| Total | 1.303.840 | 953.371 | 1.500.355 | 1.081.785 |

| | | | | |
|------------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|
| Passivo circulante | 1.208.337 | 953.371 | 1.404.852 | 1.081.785 |
| Passivo não circulante | 95.503 | - | 95.503 | - |
| Total | 1.303.840 | 953.371 | 1.500.355 | 1.081.785 |

(*) Reapresentação dos saldos comparativos em razão da alteração de política contábil do arrendamento, conforme descrito na nota explicativa 3.6.1.

Em 31 de dezembro de 2020, pagamentos antecipados a fornecedores com vencimento original posterior a essa data somaram R\$ 209.288 (R\$ 278.951 em 31 de dezembro de 2019). Os descontos obtidos com estas antecipações, por serem relacionados ao fornecimento de mercadorias, são registrados como redução do custo das vendas.

A Controladora tem convênio de *confirming* com os bancos Santander e Bradesco para gerir seus compromissos com fornecedores, que permanecem como "Fornecedores" até a extinção desta obrigação, com saldo de R\$ 58.960 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 47.217 em 31 de dezembro de 2019). Revisamos a composição da carteira da operação e concluímos que não houve alteração de prazos, preços e condições e, como não há impactos pelos encargos praticados pela instituição financeira, demonstramos a operação na conta de "Fornecedores".

A Companhia, em compromisso com sua cadeia de fornecedores, tomou algumas ações para amenizar os impactos da Covid-19, não alterando a política de pagamentos e mantendo as operações de recebíveis a todos os fornecedores de venda.

20.2.1 Movimentação do Ajuste a Valor Presente de Fornecedores

| | Controladora | Consolidado |
|---|----------------|----------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2019 | (4.548) | (4.966) |
| Adições | (67.471) | (72.105) |
| Baixas | 67.214 | 71.859 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | (4.805) | (5.212) |
| Adições | (63.520) | (68.723) |
| Baixas | 60.637 | 64.792 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | (7.688) | (9.143) |

21 OBRIGAÇÕES FISCAIS

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Imposto de renda e contribuição social | 91.895 | 164.355 | 93.983 | 299.927 |
| ICMS a recolher | 198.906 | 206.240 | 214.857 | 219.155 |
| PIS e COFINS | 57.772 | 80.830 | 64.658 | 92.701 |
| Tributos a recolher de controladas no exterior | - | - | 4.900 | 1.684 |
| Outros tributos | 17.747 | 15.552 | 24.532 | 23.256 |
| Total | 366.320 | 466.977 | 402.930 | 636.723 |

22 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Salários a pagar | 39.816 | 40.873 | 47.944 | 49.448 |
| Participação de empregados | 23.175 | 91.815 | 24.203 | 93.239 |
| Provisão de férias e gratificações | 66.186 | 71.350 | 80.224 | 82.932 |
| Encargos sociais | 64.226 | 72.510 | 74.445 | 81.263 |
| Total | 193.403 | 276.548 | 226.816 | 306.882 |

23 PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS, PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES**23.1 POLÍTICA CONTÁBIL**

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos tributários, trabalhistas e cíveis em tramitação, decorrentes do curso normal das operações e, com respaldo dos seus assessores jurídicos a Administração constituiu provisão considerada suficiente para cobrir as perdas esperadas.

23.1.1 Provisões Tributárias

Consideram a individualidade de cada processo, a classificação de perda e a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos. Para os processos cuja probabilidade de perda foi classificada como possível, a Administração provisiona valores estimados de custas processuais e honorários advocatícios, com base no histórico incorrido e bases contratuais atuais negociadas com seus assessores jurídicos, pois é provável desembolsos futuros de recursos. Para os processos com probabilidade de perda provável, são constituídas provisões para o montante total do risco mensurado.

23.1.2 Provisões Cíveis e Trabalhistas

As provisões cíveis e trabalhistas são revisadas periodicamente, considerando a evolução dos processos e o histórico de valores efetivamente liquidados, já que há probabilidade de saída de recursos para o cumprimento destas obrigações.

23.2 SALDOS E MOVIMENTAÇÕES DAS PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

| | Controladora | | | | Total |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------------|----------------|
| | Cíveis | Trabalhistas | Tributárias | Depósitos judiciais | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 22.996 | 34.918 | 29.712 | (6.281) | 81.345 |
| Provisões/reversões | 5.206 | 21.834 | (4.179) | 392 | 23.253 |
| Atualizações | - | - | 558 | 199 | 757 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 28.202 | 56.752 | 26.091 | (5.690) | 105.355 |
| Passivo Circulante | 23.944 | 28.160 | - | - | 52.104 |
| Passivo Não Circulante | 4.258 | 28.592 | 26.091 | (5.690) | 53.251 |
| Total | 28.202 | 56.752 | 26.091 | (5.690) | 105.355 |

| | Consolidado | | | | Total |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------------|----------------|
| | Cíveis | Trabalhistas | Tributárias | Depósitos judiciais | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 30.868 | 36.767 | 35.499 | (11.018) | 92.116 |
| Provisões/reversões | 10.037 | 22.237 | (3.322) | 393 | 29.345 |
| Atualizações | - | - | 636 | 199 | 835 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 40.905 | 59.004 | 32.813 | (10.426) | 122.296 |
| Passivo Circulante | 36.647 | 30.412 | - | - | 67.059 |
| Passivo Não Circulante | 4.258 | 28.592 | 32.813 | (10.426) | 55.237 |
| Total | 40.905 | 59.004 | 32.813 | (10.426) | 122.296 |

As provisões de natureza tributária mais significativas referem-se a:

- Glosa do direito ao crédito de ICMS em aquisições de fornecedores considerados inidôneos;
- Glosa do direito ao crédito de ICMS sobre energia, aquisições de mercadorias, diferencial de alíquota, entre outros;
- Aumento da alíquota do SAT (Seguro Acidente de Trabalho) e a instituição do FAP (Fator Acidentário de Prevenção);
- Glosa da despesa com pagamento de Juros sobre Capital Próprio de exercícios anteriores; e
- Exigência de INSS/IRRF sobre parcelas não salariais.

Com relação às provisões cíveis e trabalhistas, a Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais cíveis de natureza consumerista e trabalhista com objetos diversos.

A Administração da Companhia avaliou os impactos da Covid-19 e concluiu que não há fatores que indiquem a necessidade de incremento de provisões tributárias, cíveis e trabalhistas.

23.3 PASSIVOS CONTINGENTES TRIBUTÁRIOS

De acordo com nossos assessores jurídicos, os passivos contingentes acrescidos de juros e correção monetária estão demonstrados abaixo:

| Natureza | Controladora | | Consolidado | |
|-------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Tributárias | 322.887 | 279.148 | 355.549 | 290.693 |

As causas relevantes relacionadas aos passivos contingentes em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão descritas abaixo:

- ICMS - Fornecedores inidôneos - Processos referentes a suposta tomada de crédito indevida de ICMS na aquisição de mercadorias junto a fornecedores considerados inidôneos pela autoridade fazendária. O valor dos processos atualizados era de R\$ 168.572 na Controladora e R\$ 171.245 no Consolidado (R\$ 138.440 na Controladora e R\$ 139.705 no Consolidado em 31 de dezembro de 2019).
- INSS/IRPF parcelas não salariais - Autos de infração lavrados para cobrança de contribuição previdenciária sobre valores considerados pela Companhia como não tributáveis e multa de ofício pela falta de retenção de imposto de renda na fonte sobre os valores. O auto de infração relativo ao INSS encerrou na fase administrativa e é objeto de ação anulatória de débito. O valor atualizado era de R\$ 38.143 na Controladora e no Consolidado (R\$ 37.544 na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2019).
- IRPJ/CSLL - JSCP exercícios anteriores – Execução fiscal para cobrança de IRPJ/CSLL relativo a glosa de despesa com pagamento de JSCP calculado com base no patrimônio líquido de exercício anterior. O valor atualizado era de R\$ 28.252 na Controladora e no Consolidado (R\$ 26.883 na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2019).
- ICMS - Glosa de créditos de terceiros - Glosa de créditos de ICMS adquiridos de terceiros no Estado do Rio de Janeiro. O valor atualizado era de R\$ 19.375 na Controladora e no Consolidado (R\$ 19.132 na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2019).
- ICMS - Quebras de estoque - Autos de infração e execuções fiscais para a cobrança de ICMS decorrente de diferenças de estoque fiscal e contábil, apuradas no levantamento quantitativo de estoques. O valor atualizado era de R\$ 24.251 na Controladora e R\$ 25.762 no Consolidado (R\$ 20.969 na Controladora e R\$ 22.428 no Consolidado em 31 de dezembro de 2019).
- ICMS - Centralização - Autos de infração recebidos em janeiro de 2020 para a cobrança de ICMS decorrente de supostos equívocos na centralização dos saldos devedores de estabelecimentos centralizados em estabelecimento centralizador. O valor atualizado era de R\$ 19.054 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020.
- Outros passivos contingentes com valor atualizado de R\$ 44.294 na Controladora e R\$ 53.718 no Consolidado (R\$ 36.180 na Controladora e R\$ 45.001 no Consolidado em 31 de dezembro de 2019) referem-se a matérias diversas de âmbito federal, estadual e municipal.

23.4 PASSIVOS CONTINGENTES CÍVEIS E TRABALHISTAS

Para processos cíveis e trabalhistas, consideram-se o histórico de obrigações efetivamente liquidadas para constituição da provisão, pois tratam-se de processos massificados de natureza cível consumerista e natureza diversa trabalhista, em que o valor da causa frequentemente não reflete o valor da contingência. Assim, considera-se que a provisão está relacionada com a exposição a esta natureza de risco.

23.5 ATIVO CONTINGENTE

O processo da controlada Camicado teve decisão favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, reconhecendo expressamente a prescrição quinquenal (a ação foi ajuizada em março/2017, tendo seus efeitos retroagindo a abril/2012) e definindo que “o ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS/COFINS é o destacado da nota fiscal”. Em face de tal decisão, a União Federal apresentou Recurso Extraordinário e o processo encontra-se sobrestado, aguardado definição do *leading case* no STF. Como ainda está pendente de decisão judicial transitada em julgado não é possível o reconhecimento do ativo relativo aos créditos a serem levantados em relação às competências que antecedem 5 anos da data de ingresso das ações até a competência de 03/2017 (data da decisão do STF), estimado em R\$ 15.829. Os valores relativos aos períodos de apuração 03/2017 em diante, em relação aos quais a probabilidade de perda é avaliada como remota pelos assessores jurídicos, já vêm sendo reconhecidos no resultado desde então.

23.6 OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/N.º 01/2021 SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DE PIS E COFINS SOBRE INSUMOS

Com base no julgamento do STJ (Superior Tribunal de Justiça) REsp 1.221.170/PR, que definiu o conceito de insumo para fins de cálculo dos créditos de PIS e COFINS, levando em consideração os critérios da essencialidade ou relevância da despesa para o desenvolvimento da atividade econômica do contribuinte, e precedente do CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), por meio de sua Câmara Superior, posterior à decisão do STJ, assegurando direito ao crédito de PIS e COFINS sobre insumos para contribuinte com objeto social de distribuição e revenda de mercadorias (acórdão 9303007.702), a Companhia apropriou créditos de PIS e COFINS em relação a despesas consideradas essenciais ou relevantes para sua operação no montante de R\$ 22.113 (R\$ 7.546 em outros resultados operacionais e R\$ 14.567 em despesas com vendas) ante R\$ 10.078 em 2019 (R\$ 6.050 em outros resultados operacionais e R\$ 4.028 em despesas com vendas), notas explicativas nº 34.1 e nº 34.3. Dada a avaliação dos consultores jurídicos, de que a probabilidade de saída de recursos em decorrência da apropriação de tais créditos é possível ou remota, nenhuma provisão foi reconhecida, nos termos do CPC 25/IAS 37.

24 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com política interna aprovada pela Administração, a contratação de instrumentos financeiros derivativos tem a finalidade de proteção do risco cambial assumido em pedidos de importações de mercadorias e bens do ativo imobilizado e empréstimos do exterior. A classificação dos seus ativos e passivos financeiros não derivativos é determinada no seu reconhecimento inicial, conforme o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais presentes no CPC 48/IFRS 9. Os passivos financeiros são mensurados de acordo com sua natureza e finalidade.

24.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Os derivativos são reconhecidos ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes, exceto Swaps. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos são determinados com base nos indicadores do contexto macroeconômico. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do derivativo ser designado ou não como instrumento de *hedge*. Em caso positivo, o método depende da natureza do item que está sendo protegido. A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa os contratos a termos futuros (*NDF*) como *hedge* de fluxo de caixa. No início de cada operação, é documentada a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco, a estratégia de realização das operações de *hedge* e a avaliação da Companhia, tanto no início do *hedge* como continuamente, da relação econômica entre o instrumento e o item protegido.

24.1.1 Hedge de fluxo de caixa

A Companhia aplica a contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa para proteger-se do risco de variação cambial nos pedidos de importação ainda não pagos. A parcela efetiva da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa, e não liquidada, é reconhecida no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes. Esta parcela é realizada quando o risco para o qual o derivativo foi contratado é eliminado. Após liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos deste e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo.

24.1.2 Swap

Nas operações de *Swap* não designadas para *hedge accounting*, os ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado financeiro.

24.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

24.2.1 Controladora

| | Custo amortizado | Valor Justo | VJORA (*) | Total |
|---|--------------------|------------------|-----------------|--------------------|
| Ativos financeiros | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | - | 1.761.439 | - | 1.761.439 |
| Aplicações financeiras | - | 139.212 | - | 139.212 |
| Contas a receber de clientes | 1.839.223 | - | - | 1.839.223 |
| Instrumentos financeiros derivativos (<i>hedge</i>) | - | - | 4.896 | 4.896 |
| Passivos financeiros | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos (<i>hedge</i>) | - | - | (30.327) | (30.327) |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | (2.383.644) | (199.915) | - | (2.583.559) |
| Arrendamentos a pagar | (1.531.647) | - | - | (1.531.647) |
| Fornecedores | (1.303.840) | - | - | (1.303.840) |
| Obrigações com administradoras de cartões | (15.711) | - | - | (15.711) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | (3.395.619) | 1.700.736 | (25.431) | (1.720.314) |

| | Custo amortizado | Valor Justo | VJORA (*) | Total |
|---|-----------------------------|--------------------|------------------|--------------------|
| Ativos financeiros | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (**) | - | 844.755 | - | 844.755 |
| Aplicações financeiras (**) | - | 167.099 | - | 167.099 |
| Contas a receber de clientes | 1.912.774 | - | - | 1.912.774 |
| Instrumentos financeiros derivativos (<i>hedge</i>) | - | - | 4.244 | 4.244 |
| Passivos financeiros | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos (<i>hedge</i>) | - | - | (6.680) | (6.680) |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | (724.522) | (275.958) | - | (1.000.480) |
| Financiamentos - operações serviços financeiros | (37.740) | - | - | (37.740) |
| Arrendamentos a pagar (**) | (1.434.424) | - | - | (1.434.424) |
| Fornecedores (**) | (953.371) | - | - | (953.371) |
| Obrigações com administradoras de cartões | (26.919) | - | - | (26.919) |
| Total em 31 de dezembro de 2019 | (1.264.202) | 735.896 | (2.436) | (530.742) |

24.2.2 Consolidado

| | Custo amortizado | Valor Justo | VJORA (*) | Total |
|---|--------------------|------------------|-----------------|--------------------|
| Ativos financeiros | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | - | 2.066.781 | - | 2.066.781 |
| Aplicações financeiras | - | 605.572 | - | 605.572 |
| Contas a receber de clientes | 3.811.668 | - | - | 3.811.668 |
| Instrumentos financeiros derivativos (<i>hedge</i>) | - | - | 5.435 | 5.435 |
| Passivos financeiros | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos (<i>hedge</i>) | - | - | (31.428) | (31.428) |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | (2.383.644) | (239.370) | - | (2.623.014) |
| Financiamentos - operações serviços financeiros | (761.965) | - | - | (761.965) |
| Arrendamentos a pagar | (1.862.387) | - | - | (1.862.387) |
| Fornecedores | (1.500.355) | - | - | (1.500.355) |
| Obrigações com administradoras de cartões | (1.193.168) | - | - | (1.193.168) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | (3.889.851) | 2.432.983 | (25.993) | (1.482.861) |

| | Custo amortizado | Valor Justo | VJORA (*) | Total |
|---|--------------------|----------------|----------------|--------------------|
| Ativos financeiros | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (**) | - | 980.954 | - | 980.954 |
| Aplicações financeiras (**) | - | 391.348 | - | 391.348 |
| Contas a receber de clientes | 3.825.961 | - | - | 3.825.961 |
| Instrumentos financeiros derivativos (<i>hedge</i>) | - | - | 4.382 | 4.382 |
| Passivos financeiros | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos (<i>hedge</i>) | - | - | (7.764) | (7.764) |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | (776.626) | (377.037) | - | (1.153.663) |
| Financiamentos - operações serviços financeiros | (344.110) | (147.256) | - | (491.366) |
| Arrendamentos a pagar (**) | (1.739.361) | - | - | (1.739.361) |
| Fornecedores (**) | (1.081.785) | - | - | (1.081.785) |
| Obrigações com administradoras de cartões | (985.298) | - | - | (985.298) |
| Total em 31 de dezembro de 2019 | (1.101.219) | 848.009 | (3.382) | (256.592) |

(*) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme classificação do CPC 48/ IFRS 9.

(**) Reapresentação dos saldos comparativos em razão da alteração de políticas contábeis do arrendamento e do fundo exclusivo de investimento conforme descrito nas notas explicativas nº 3.6.1.1 e nº 3.6.1.2.

24.3 MENSURAÇÃO E HIERARQUIA DOS VALORES JUSTOS

Utiliza-se a técnica de avaliação do fluxo de caixa descontado para mensurar os valores justos dos ativos e passivos financeiros, cuja premissa é o valor presente dos fluxos de caixa estimados por cotações futuras de mercado. Para ativos e passivos financeiros, em que os saldos contábeis são razoavelmente próximos do valor justo, não são apurados valores justos, como previsto no CPC 40/ IFRS 7.

Com relação aos impactos da Covid-19, a Administração avaliou e concluiu que as oscilações futuras dos indexadores do CDI, inflação e da cotação do Dólar já estão capturadas na metodologia de cálculo da mensuração dos valores justos dos instrumentos financeiros refletidas nas posições patrimoniais de ativos e passivos financeiros.

Abaixo, os valores justos das debêntures e financiamentos – operações serviços financeiros que a Companhia mensura somente para fins de divulgação.

24.3.1 Controladora

| Ativos e passivos financeiros | 31/12/2020 | | 31/12/2019 | |
|---|--------------------|--------------------|------------------|------------------|
| | Valor justo | Saldo contábil | Valor justo | Saldo contábil |
| Debêntures | (1.410.113) | (1.419.097) | (707.982) | (710.959) |
| Capital de giro - Lei 4.131 Bacen em Reais | (313.300) | (313.740) | - | - |
| Capital de giro - Cédula de Crédito Bancário | (659.539) | (650.807) | - | - |
| Financiamentos - operações serviços financeiros | - | - | (37.740) | (37.740) |
| Total | (2.382.952) | (2.383.644) | (745.722) | (748.699) |

24.3.2 Consolidado

| Ativos e passivos financeiros | 31/12/2020 | | 31/12/2019 | |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | Valor justo | Saldo contábil | Valor justo | Saldo contábil |
| Debêntures | (1.410.113) | (1.419.097) | (707.982) | (710.959) |
| Capital de giro - Lei 4.131 Bacen em Reais | (313.300) | (313.740) | - | - |
| Capital de giro - Cédula de Crédito Bancário | (659.539) | (650.807) | - | - |
| Financiamentos - operações serviços financeiros | (745.768) | (761.965) | (343.857) | (344.110) |
| Total | (3.128.720) | (3.145.609) | (1.051.839) | (1.055.069) |

Ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados no "Nível 2" de hierarquia do valor justo versus saldos contábeis.

Nível 2 - Informações que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração.

24.4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança orientam a Administração desses instrumentos. São usados contratos de compra de Dólar futuro do tipo NDF e Swap como instrumento de hedge para exposição às volatilidades do câmbio de moeda estrangeira e não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. Abaixo a composição dos derivativos, segregadas entre designados para hedge accounting (hedge de fluxo de caixa) e não designados para hedge accounting:

| Descrição Derivativos | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Designado para hedge | | | | |
| NDF (Pedidos) | (25.431) | (2.436) | (25.993) | (3.381) |
| Não designado para hedge | | | | |
| Swap cambial | 47.662 | (2.115) | 63.328 | (2.955) |
| Total | 22.231 | (4.551) | 37.335 | (6.336) |

Os Swaps estão apresentados junto ao saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota explicativa nº17.2) e financiamentos - operações serviços financeiros (nota explicativa nº18.1), já que atendem os requerimentos do CPC 40/ IFRS 7.

24.4.1 Derivativos designados para hedge accounting

24.4.1.1 NDF (Non-Deliverable Forward)

| Instrumento de Hedge | | | | Objeto de Hedge | |
|----------------------------|-------|----------------|-----------------|---------------------------------------|----------------------------|
| Vencimentos | Moeda | Nacional | Valor justo (*) | Operação | Vencimentos Estimados |
| De 29/01/2021 à 30/09/2021 | USD | 120.267 | (28.558) | Pedido de Importações de mercadorias | De 29/01/2021 à 30/09/2021 |
| De 29/01/2021 à 31/08/2021 | EUR | 19.500 | 3.127 | Contrato de importação de imobilizado | De 29/01/2021 à 31/08/2021 |
| Total Controladora | | 139.767 | (25.431) | | |
| De 31/03/2021 à 31/08/2021 | USD | 14.380 | (562) | Pedido de Importações de mercadorias | De 31/03/2021 à 31/08/2021 |
| Total Consolidado | | 154.147 | (25.993) | | |

(*) A metodologia de mensuração a valor justo das NDFs é o desconto no fluxo de caixa com projeções da "B3 S.A.- Brasil, Bolsa e Balcão".

Durante o exercício, as operações de *hedge* com NDF (*Non-Deliverable Forward*) usadas para proteção do risco de fluxo de caixa de pedidos de importação foram efetivas e estão dentro dos níveis previstos pelo CPC 48/ IFRS 9.

24.4.1.2 Fluxo de caixa

Os fluxos de caixa relacionados a pedidos de importação de mercadorias de revenda são reconhecidos inicialmente nos estoques e, posteriormente, ao longo da operação, registrados no resultado como custo de mercadorias vendidas.

A seguir, demonstra-se o fluxo de caixa previsto dos pedidos de importações de operações futuras expostas à moeda estrangeira com derivativos de proteção:

| | Consolidado | | | Total |
|--|---------------|-------------------|--------------------|----------------|
| | Até 3 meses | Entre 4 e 6 meses | Entre 7 e 12 meses | |
| Pedidos de importação de mercadoria de revenda | 464.033 | 215.482 | 19.061 | 698.576 |
| Valor Nocial USD | 89.440 | 41.533 | 3.674 | 134.647 |

Dólar esperado para a próxima divulgação: R\$ 5,1882

| | Consolidado | | | Total |
|---------------------------------------|---------------|-------------------|--------------------|---------------|
| | Até 3 meses | Entre 4 e 6 meses | Entre 7 e 12 meses | |
| Contrato de importação de imobilizado | 80.507 | - | 44.087 | 124.594 |
| Valor Nocial EUR | 12.600 | - | 6.900 | 19.500 |

Euro esperado para a próxima divulgação: R\$ 6,3895

24.4.2 Derivativos não designados para hedge accounting

24.4.2.1 Swaps

| Instrumento | Vencimento | Ponta Ativa | Ponta Passiva | Nocial | Valor a receber (pagar) | |
|------------------------------|------------|----------------|---------------|-------------|-------------------------|----------------|
| | | | | | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Swap cambial | | | | | | |
| Capital de giro - Lei 4.131 | - | - | - | - | - | 5.546 |
| Capital de giro - Lei 4.131 | - | - | - | - | - | (7.661) |
| Capital de giro - Lei 4.131 | 01/2021 | US\$ + 2,5699% | 108,6% CDI | US\$ 7.600 | 7.433 | - |
| Capital de giro - Lei 4.131 | 01/2021 | US\$ + 0,7597% | 112,0% CDI | US\$ 40.000 | 40.229 | - |
| Total da Controladora | | | | | 47.662 | (2.115) |
| Swap cambial | | | | | | |
| Capital de giro - Lei 4.131 | 01/2021 | US\$ + 3,6994% | 106,95% CDI | US\$ 10.515 | 15.666 | 3.281 |
| Capital de giro - Lei 4.131 | - | - | - | - | - | (4.426) |
| Capital de giro - Lei 4.131 | - | - | - | - | - | 305 |
| Total do Consolidado | | | | | 63.328 | (2.955) |

24.4.3 Movimentação dos Swaps

| | Controladora | Consolidado |
|--|----------------|----------------|
| Saldo em 1º de janeiro de 2019 | 37.181 | 39.833 |
| Pagamento de ajuste de Swap | 2.855 | 4.978 |
| Recebimento de ajuste de Swap | (33.580) | (41.773) |
| Varição do valor justo | (8.571) | (5.993) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | (2.115) | (2.955) |
| Pagamento de ajuste de Swap | 3.555 | 3.715 |
| Recebimento de ajuste de Swap | (122.289) | (288.794) |
| Varição do valor justo | 168.511 | 351.362 |

Saldo em 31 de dezembro de 2020

47.662

63.328

24.5 RISCO DE CRÉDITO

| Rating - Escala Nacional | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| brAAA | 40.283 | 13.855 |
| brA+ | 5.435 | - |
| brA- | 23.045 | - |
| Total - Instrumento financeiro derivativo (ativo) | 68.763 | 13.855 |

No quadro ao lado estão demonstrados os ratings de risco de crédito dos instrumentos financeiros derivativos ativos, de acordo com

25 OUTRAS OBRIGAÇÕES

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Receitas antecipadas (i) | 247 | 1.439 | 27.278 | 32.001 |
| Obrigações com clientes (ii) | 31.952 | 23.749 | 98.639 | 51.637 |
| Obrigações relacionadas às operações com seguros (iii) | 7 | 2.143 | 6.080 | 8.411 |
| Repasse da operação de produtos financeiros (iv) | 7.980 | 3.117 | - | - |
| Aquisição de créditos de ICMS (v) | 13.999 | 13.245 | 14.083 | 13.458 |
| Parceiros Marketplace (vi) | - | - | 4.694 | 1.041 |
| Outras obrigações (vii) | 10.386 | 12.164 | 19.865 | 11.976 |
| Total | 64.571 | 55.857 | 170.639 | 118.524 |
| Passivo circulante | 64.571 | 55.610 | 145.835 | 94.413 |
| Passivo não circulante | - | 247 | 24.804 | 24.111 |
| Total | 64.571 | 55.857 | 170.639 | 118.524 |

- i) Antecipação de receita de convênio da folha de pagamento junto à instituição financeira, prêmios de exclusividade de seguros junto à seguradora e prêmio de incentivo do Meu Cartão.
- ii) Saldos a favor dos clientes (créditos que podem ser usados como pagamento em compras na Companhia) e mercadorias compradas em listas de noivas, mas ainda não entregues.
- iii) Adiantamentos relacionados aos prêmios de seguro pagos pelos clientes para repasse à empresa seguradora.
- iv) Repasses referentes às operações do cartão Renner junto à Realize CFI e aos repasses das vendas da Camicado.
- v) Saldos a pagar correspondentes à aquisição de créditos de ICMS.
- vi) Repasses aos vendedores pelos serviços de Marketplace na Camicado.
- vii) Saldos a pagar correspondentes aos royalties, empréstimo consignado em folha de pagamento, entre outros.

26 PARTES RELACIONADAS

A Controladora, as controladas e pessoas ligadas realizam operações entre si, relativas a aspectos financeiros, comerciais e operacionais da Companhia. Descreve-se abaixo as operações mais relevantes.

26.1 CONTEXTO CONTROLADORA

26.1.1 Contratos de locação

Em agosto de 2018, atualizou-se os contratos de locação, por meio de aditivo, com a controlada Dromegon dos prédios das lojas do centro de Porto Alegre, de Santa Maria e de Pelotas, com validade de 10 anos, sujeitos a renovação, e valores estabelecidos em, respectivamente, 4,29%, 4% e 4% das vendas mensais brutas das lojas.

26.1.2 Contrato de prestação de serviço de concessão de empréstimos pessoais

A Companhia oferece aos clientes Renner serviços financeiros através de sua controlada indireta Realize CFI e participa na operação com sua infraestrutura operacional, realizando serviços de correspondente bancário.

26.1.3 Utilização do Cartão Renner e do Meu Cartão na Camicado

Um dos principais geradores de sinergia na Camicado é a aceitação do Cartão Renner (CCR) e do Meu Cartão.

26.1.4 Operações com o Cartão de Crédito Renner - Realize

A partir de abril de 2019, alinhado à estratégia de reorganização e especialização dos negócios, as vendas no Cartão de Crédito Renner (*Private Label*) passaram a ser registradas na controlada indireta Realize CFI.

26.1.5 Acordo para rateio de custos e despesas corporativas

Para otimizar a estrutura corporativa, a Lojas Renner e suas controladas têm convênios de compartilhamento de estruturas, focados principalmente na partilha das estruturas de *back-office* e corporativa. Para as subsidiárias do exterior o compartilhamento de despesas corporativas é cobrado pela Controladora na forma de exportação de serviços.

26.1.6 Intermediação de importação

A Controladora efetua operações comerciais com sua controlada LRS, que atua no intermediário de importações, em linha com a estratégia de aproximação e desenvolvimento da base de fornecedores internacionais. A receita de comissão de intermediação foi praticada a preço compatível com as condições de mercado.

26.1.7 Exportação de mercadorias

A Controladora efetua operações comerciais com suas controladas LRU e LRA relacionadas à exportação de mercadorias com o objetivo de formar estoques para operações de varejo nestes países, precificadas considerando as condições de mercado.

26.1.8 Compra de créditos de ICMS

Em 29 de maio de 2019, foi firmado contrato de promessa de cessão onerosa de créditos de ICMS no montante de R\$ 9.446 da controlada Camicado para a Controladora que, por sua vez, pagou montante trazido a valor presente de R\$ 9.109, utilizando uma taxa de 0,5% a.m.. Tais créditos fiscais estão em processo de homologação para habilitação junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo para a transferência à Controladora, quando será reconhecido no resultado o efeito do deságio desta operação. Em 20 de maio de 2020, o contrato foi aditivado para alteração do fato gerador e do prazo para transferência dos créditos entre empresas ligadas para até 15 de março de 2021.

26.1.9 Garantias

A Controladora é fiadora solidariamente responsável por algumas operações financeiras realizadas por controladas. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 apresentavam os seguintes saldos:

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|----------------|----------------|
| Camicado | | |
| Fundo do Nordeste - FNE | - | 685 |
| Financiamentos moeda estrangeira - modalidade 4.131 | 39.455 | 31.803 |
| Conta Garantida | - | 51.420 |
| Youcom | | |
| Financiamentos moeda estrangeira - modalidade 4.131 | - | 26.134 |
| Realize CFI | | |
| Letras Financeiras | 315.203 | 306.370 |
| Cédula de Crédito Bancário | 51.270 | - |
| Certificado de Depósito Interfinanceiro | 103.850 | - |
| Financiamentos em moeda estrangeira | - | 147.256 |
| Conta Garantida | - | 37.740 |
| Total | 509.778 | 601.408 |

26.2 CONTEXTO CONSOLIDADO

26.2.1 Acordos ou outras obrigações relevantes entre a Companhia e seus administradores

Conforme Capítulo IV, art. 13 do [Estatuto Social](#), a Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria e os Administradores são descritos em termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, e condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

O Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, tem mandato unificado de um ano, permitida a reeleição. Os membros do Conselho em exercício serão considerados automaticamente indicados para reeleição por proposta conjunta dos mesmos. A Diretoria, cujos membros são eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho, tem mandato de 2 anos,

permitida a reeleição e é vinculada por meio de um contrato de prestação de serviços, cuja remuneração compreende um componente fixo corrigido anualmente pelo INPC e um variável de acordo com o desempenho financeiro da Companhia.

26.2.2 Remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria (a “Administração”)

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o [Estatuto Social](#) da Companhia, cabe aos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores e ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores, após considerar o parecer do Comitê de Pessoas.

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2020 aprovou o limite de remuneração global dos administradores em até R\$ 38.800 para o exercício social de 2020. Tal valor é composto por verbas que incluem a remuneração fixa dos Administradores, a remuneração variável, que considera participação em reuniões e estatutária (art. 34 do Estatuto Social e parágrafo 1º do art. 152 da Lei 6.404/76), e as despesas com os planos de opção de compra de ações e ações restritas (notas explicativas nº 30 e 31). Demonstra-se abaixo o resumo dos montantes:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Remuneração dos administradores | (19.959) | (17.535) | (21.275) | (18.503) |
| Participação dos administradores | (1.363) | (5.855) | (1.363) | (5.855) |
| Plano de opção de compra de ações | (11.101) | (9.919) | (11.101) | (9.919) |
| Plano de ações restritas | (2.528) | (3.828) | (2.528) | (3.828) |
| Total | (34.951) | (37.137) | (36.267) | (38.105) |

O montante global de remuneração dos administradores é impactado por indicadores operacionais e financeiros dos resultados da Companhia.

26.3 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

26.3.1 Política Contábil

As operações entre as controladas, incluindo saldos, ganhos e perdas não realizados nessas operações, são eliminados. As políticas contábeis das controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Controladora. Os principais saldos de balanço e resultado relativos a operações com partes relacionadas decorrem de transações conforme condições contratuais e usuais de mercado.

26.3.2 Saldos com empresas ligadas

| Operações Ativo (Passivo) | RACC | Dromegon | Camicado | Youcom | LRS | Realize Participações S.A. | LRU | LRA | Realize CFI | Total |
|---|----------------|--------------|------------|------------|------------|----------------------------|---------------|---------------|------------------|------------------|
| Contas a receber | | | | | | | | | | |
| Exportação de mercadorias para revenda | - | - | - | - | - | - | 22.748 | 15.736 | - | 38.484 |
| Operações com Meu Cartão | - | - | - | - | - | - | - | - | 359.772 | 359.772 |
| Cartão de crédito Renner (Novo <i>Private Label</i>) | - | - | - | - | - | - | - | - | 810.639 | 810.639 |
| Outros ativos | | | | | | | | | | |
| Cartão de crédito Renner | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.836 | 1.836 |
| Crédito com partes relacionadas | | | | | | | | | | |
| Compartilhamento de despesas/prestação de serviços | 170 | 6 | 692 | 570 | 1.358 | 4 | 415 | 7.466 | 8.892 | 19.573 |
| Débito com partes relacionadas | | | | | | | | | | |
| Compartilhamento de despesas | - | - | - | - | (235) | - | - | - | - | (235) |
| Aluguéis a pagar | - | (874) | (23) | - | (313) | - | - | - | - | (1.210) |
| Obrigações com administradoras de cartões | | | | | | | | | | |
| Operações com Meu Cartão | (1.377) | - | - | - | - | - | - | - | (14.334) | (15.711) |
| Outras obrigações | | | | | | | | | | |
| Operações com Cartão de crédito Renner (<i>Private Label</i>) | - | - | - | - | - | - | - | - | (7.980) | (7.980) |
| Total em 31 de dezembro de 2020 | (1.207) | (868) | 669 | 570 | 810 | 4 | 23.163 | 23.202 | 1.158.825 | 1.205.168 |

| Operações Ativo (Passivo) | RACC | Dromegon | Camicado | Youcom | LRS | Realize Participações S.A. | LRU | LRA | Realize CFI | Total |
|--|--------------|----------------|------------|--------------|------------|----------------------------|---------------|---------------|------------------|------------------|
| Contas a receber | | | | | | | | | | |
| Exportação de mercadorias para revenda | - | - | - | - | - | - | 15.015 | 14.158 | - | 29.173 |
| Operações com Meu Cartão | - | - | - | - | - | - | - | - | 334.785 | 334.785 |
| Cartão de crédito Renner (Novo Private Label) | - | - | - | - | - | - | - | - | 943.091 | 943.091 |
| Outros ativos | | | | | | | | | | |
| Cartão de crédito Renner | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.454 | 1.454 |
| Crédito com partes relacionadas | | | | | | | | | | |
| Compartilhamento de despesas/prestação de serviços | - | - | 615 | 1.844 | 1.098 | 4 | 196 | - | 9.562 | 13.319 |
| Débito com partes relacionadas | | | | | | | | | | |
| Compartilhamento de despesas | - | 12 | - | - | (235) | - | - | - | - | (223) |
| Aluguéis a pagar | - | (1.030) | (26) | - | - | - | - | - | - | (1.056) |
| Obrigações com administradoras de cartões | | | | | | | | | | |
| Operações com Meu Cartão | (988) | - | - | - | - | - | - | - | (25.931) | (26.919) |
| Outras obrigações | | | | | | | | | | |
| Operações com Cartão de crédito Renner (Private Label) | - | - | - | - | - | - | - | - | (3.117) | (3.117) |
| Total em 31 de dezembro de 2019 | (988) | (1.018) | 589 | 1.844 | 863 | 4 | 15.211 | 14.158 | 1.259.844 | 1.290.507 |

26.3.3 Transações com empresas ligadas

| Natureza da receita (despesa) | RACC | Dromegon | Camicado | Youcom | LRS | LRU | LRA | Realize CFI | Total |
|----------------------------------|-------------|----------------|--------------|--------------|-----------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| Rateio de despesas corporativas | - | 77 | 7.302 | 7.249 | (3.460) | - | 845 | 39.917 | 51.930 |
| Comissão de intermediação | - | - | - | - | (17.205) | - | - | - | (17.205) |
| Despesa c/ aluguéis de imóveis | - | (4.343) | - | - | - | - | - | - | (4.343) |
| Receita c/ prestação de serviços | - | - | - | - | - | 5.585 | - | 55.946 | 61.531 |
| Export.de mercadorias e custos | - | - | - | - | - | 47.785 | 17.768 | - | 65.553 |
| Total - 2020 | - | (4.266) | 7.302 | 7.249 | (20.665) | 53.370 | 18.613 | 95.863 | 157.466 |
| Rateio de despesas corporativas | (42) | 75 | 7.618 | 6.053 | (2.562) | - | - | 26.596 | 37.738 |
| Comissão de intermediação | - | - | - | - | (16.308) | - | - | - | (16.308) |
| Despesa c/ aluguéis de imóveis | - | (7.014) | - | - | - | - | - | - | (7.014) |
| Receita c/ prestação de serviços | - | - | - | - | - | 3.889 | - | 50.268 | 54.157 |
| Exportação de mercadorias | - | - | - | - | - | 56.474 | 14.161 | - | 70.635 |
| Retorno de exportação | - | - | - | - | - | (3.644) | - | - | (3.644) |
| Total - 2019 | (42) | (6.939) | 7.618 | 6.053 | (18.870) | 56.719 | 14.161 | 76.864 | 135.564 |

27 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

27.1 CAPITAL SOCIAL

O limite do capital autorizado da Companhia é de 1.361.250.000 (um bilhão, trezentas e sessenta e um milhões e duzentas e cinquenta mil) de ações ordinárias, todas sem valor nominal. Dentro dos limites autorizados no Estatuto e mediante deliberação do Conselho de Administração, o capital social poderá aumentar independentemente de reforma estatutária. O Conselho fixará as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

De acordo com o art. 40 do [Estatuto Social](#) da Companhia, qualquer pessoa ou Grupo de Acionistas que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia (Acionista Comprador) em quantidade igual ou superior a 20% do total de ações emitidas deverá, no prazo máximo de 60 dias a contar da aquisição, realizar uma Oferta Pública (OPA) para aquisição da totalidade das ações, observando disposições da regulamentação da CVM, dos regulamentos da B3 e do [Estatuto Social](#) da Companhia. Em 31 de dezembro 2020 nenhum acionista detém, individualmente, participação acionária igual ou superior a 20%.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, além da participação na destinação dos lucros na forma de dividendos, propostos em conformidade com o [Estatuto Social](#) e de acordo com os artigos 190 e 202 da Lei 6.404/76, que estabelecem um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado.

27.1.1 Demonstração da evolução do capital social e das ações integralizadas

| | Quant. de ações (mil) | Total |
|---|-----------------------|------------------|
| Saldo em 1º de janeiro de 2019 | 720.024 | 2.637.473 |
| Aumento de capital, RCA de 23/05, 21/08 e 21/11 | 3.532 | 46.111 |
| Incorporação de reserva de capital, AGE 30/04 | - | 72.050 |
| Bonificação de ações (incorporação de reservas de lucros) | 72.002 | 1.040.000 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 795.558 | 3.795.634 |
| Aumento de capital, RCA de 21/05, 20/08 e 19/11 | 612 | 9.692 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 796.170 | 3.805.326 |

27.2 AÇÕES EM TESOURARIA

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 10 de março de 2020, foi aprovado por unanimidade de votos e sem qualquer restrição o Programa de Recompra de emissão da própria Companhia, sem redução do capital social, podendo ser adquiridas até 8.000.000 (oito milhões) de ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de ações em tesouraria é de R\$ 119.461 (R\$ 35.549 em 31 de dezembro de 2019) correspondente a 3.158.685 (três milhões, cento e cinquenta e oito mil e seiscentos e oitenta e cinco) ações ordinárias a um custo médio ponderado de R\$ 37,82 (R\$ 19,42 em 31 de dezembro de 2019). As transferências realizadas estão relacionadas ao atendimento ao programa de ações restritas da Companhia. Segue movimentação ao lado:

| | Quantidade (mil) | Valor | Preço médio |
|--|------------------|----------------|--------------|
| Saldo em 1º de janeiro de 2019 | 2.085 | 44.536 | 21,36 |
| Transferência de ações | (421) | (8.987) | 21,35 |
| Bonificação de ações | 167 | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 1.831 | 35.549 | 19,42 |
| Transferência de ações | (672) | (13.052) | 19,42 |
| Recompra de ações | 2.000 | 96.964 | 48,48 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 3.159 | 119.461 | 37,82 |

27.3 RESERVAS DE CAPITAL

27.3.1 Reserva de plano de opção de compra de ações e ações restritas

São reservas em contrapartida às despesas do plano de opção de compra de ações e ações restritas (notas explicativas nº 30 e 31), cuja destinação depende de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas (AGE). O saldo em 31 de dezembro de 2020 corresponde a R\$ 94.031 (R\$ 74.227 em 31 de dezembro de 2019).

27.4 RESERVAS DE LUCROS

27.4.1 Reserva legal

Em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76 e art. 34, item (a) do [Estatuto Social](#) da Companhia, é constituída reserva legal equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 109.768 (R\$ 54.955 em 31 de dezembro de 2019).

27.4.2 Reserva para investimento e expansão

É constituída conforme deliberado pelos órgãos da Administração para fazer frente aos investimentos do plano de expansão da Companhia, como previsto no art. 34, item (c) do [Estatuto Social](#). Considerados os impactos da Covid-19, o dividendo adicional proposto em RCA em 16 de janeiro de 2020 no valor de R\$ 282.221, foi revertido para reserva de investimento e expansão, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária em 29 de abril de 2020. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo é de R\$ 1.421.744 (R\$ 434.856 em 31 de dezembro de 2019 reapresentado, conforme mudança de política contábil nota explicativa nº 3.6.1.1).

27.4.3 Reserva de incentivos fiscais

A Companhia goza de incentivos fiscais de ICMS na forma de crédito presumido, com seus impactos no resultado. A Administração, tendo em vista a publicação da Lei Complementar nº 160/17 e em conformidade com a Lei nº 6.404/76, os destinou como reserva de incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo é de R\$ 162.812 (R\$ 97.539 em 31 de dezembro de 2019).

27.4.4 Dividendo adicional proposto

São os dividendos propostos adicionalmente ao mínimo obrigatório, que tomaram por base a distribuição de 50% do lucro líquido do exercício de 2019 deliberado em RCA de 16 de janeiro de 2020. Entretanto, na RCA de 30 de março de 2020, foi revogada a referida deliberação, sendo proposto a distribuição do dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado do exercício de 2019, em linha com iniciativas para preparação da Companhia frente aos impactos da Covid-19 (nota explicativa nº 3.9) e a diferença do valor contabilizado em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 282.221 foi reclassificada para reserva de investimentos e expansão. Em 31 de dezembro de 2020 não há proposição de dividendo adicional ao mínimo obrigatório, estando apenas o saldo de R\$ 191 correspondente aos dividendos prescritos de anos anteriores (R\$ 282.546 em 31 de dezembro de 2019).

27.5 OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São os ajustes acumulados de conversão, correção monetária por hiperinflação e os resultados não realizados com os instrumentos financeiros derivativos como ajustes de avaliação patrimonial. O montante representa um saldo acumulado de ganho, líquido dos impostos, de R\$ 26.905 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 13.189 de perda, líquido de impostos em 31 de dezembro de 2019 reapresentado, conforme mudança de política contábil nota explicativa nº 3.6.1).

28 DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

28.1 POLÍTICA CONTÁBIL

O [Estatuto Social](#) e a legislação societária preveem distribuição de dividendos de, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado. Caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações, no final do exercício é registrada provisão no montante do dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido "Dividendo Adicional Proposto". Quando deliberados pela Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do exercício. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado (nota explicativa nº 12.5).

28.2 DISTRIBUIÇÃO DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS - EXERCÍCIO 2020

A Administração da Companhia propôs a distribuição de 25% do lucro líquido gerado no exercício de 2020 complementando em R\$ 30.698, a título de dividendos, montante já deliberado na forma de juros sobre capital próprio ao longo do exercício (maiores detalhes vide nota explicativa nº 38.128). A soma dos juros sobre capital próprio, líquida da retenção do imposto de renda, acrescido dos dividendos, atende ao disposto nos artigos 201 e 202 da Lei 6.404/76 e art. 36 do Estatuto Social da Companhia.

28.2.1 Base de cálculo ajustada

| | 2020 | 2019 |
|--|----------------|-------------------|
| | | Reapresentado (*) |
| Lucro líquido do exercício | 1.096.269 | 1.086.201 |
| (-) Reserva legal | (54.813) | (54.955) |
| (-) Reserva Incentivos Fiscais | (65.273) | (97.539) |
| Lucro líquido do exercício ajustado | 976.183 | 933.707 |
| Dividendo proposto | 271.516 | 546.324 |
| (+) IRRF sobre juros sobre capital próprio | (27.470) | (30.676) |
| Dividendo ajustado conforme AGO 29/04/2020 (**) | - | (282.221) |
| Ajuste de dividendos - mudança de política contábil | - | 3.224 |
| Total distribuído aos acionistas, líquido do imposto de renda | 244.046 | 236.651 |

28.2.2 Composição da distribuição

| | 2020 | 2019 |
|---|----------------|-------------------|
| | | Reapresentado (*) |
| Distribuído na forma de JSCP | 240.818 | 251.957 |
| (-) IRRF sobre juros sobre capital próprio | (27.470) | (30.676) |
| Complemento para dividendo mínimo obrigatório | 30.698 | 15.370 |
| Total dividendo mínimo obrigatório | 244.046 | 236.651 |
| (+) IRRF sobre juros sobre capital próprio | 27.470 | 30.676 |
| Total distribuído aos acionistas | 271.516 | 267.327 |

(*) Reapresentação dos saldos comparativos em razão da alteração de política contábil do arrendamento, conforme descrito na nota explicativa 3.6.1.1.

28.2.3 Demonstrativo da proposta de distribuição

| Período | Natureza | Pagamento | (*) Ações em circulação | | R\$/ação 31/12/2020 | R\$/ação 31/12/2019 |
|--------------|--|------------|-------------------------|-----------------|---------------------|---------------------|
| | | | (mil) | | | |
| 1T20 | JSCP - RCA 16/03/2020 | Abril/2021 | 792.399 | 0,073638 | 58.351 | 0,092945 |
| 2T20 | JSCP - RCA 18/06/2020 | Abril/2021 | 792.431 | 0,070596 | 55.942 | 0,077650 |
| 3T20 | JSCP - RCA 17/09/2020 | Abril/2021 | 792.489 | 0,083344 | 66.049 | 0,078588 |
| 4T20 | JSCP - RCA 15/12/2020 | Abril/2021 | 793.011 | 0,076261 | 60.476 | 0,077278 |
| 4T20 | Dividendos - RCA 21/01/2021 (**) | Abril/2021 | 793.011 | 0,038711 | 30.698 | 0,019364 |
| 4T20 | Dividendos prescritos - RCA 21/01/2021 | Abril/2021 | 793.011 | 0,000241 | 191 | 0,000412 |
| Total | | | | 0,342791 | 271.707 | 0,346237 |
| | | | | | 267.654 | |

(*) A quantidade de ações em circulação está desconsiderando as ações em tesouraria.

(**) Em 2019 dividendos propostos adicionalmente ao mínimo obrigatório, que tomaram por base a distribuição de 50% do lucro líquido do exercício de 2019 deliberado em RCA de 16 de janeiro de 2020. Entretanto, na RCA de 30 de março de 2020, foi revogada a referida deliberação, sendo proposto a distribuição do dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado do exercício de 2019, em linha com iniciativas para preparação da Companhia frente aos impactos da Covid-19 e a diferença do valor contabilizado em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 282.221 foi reclassificada para reserva de investimentos e expansão.

Os juros sobre o capital próprio foram deduzidos na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Estima-se que os benefícios tributários dessa dedução para o exercício de 2020 foram de aproximadamente R\$ 81.878 (R\$ 85.665 em 31 de dezembro de 2019).

29 LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação foi calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas pelas opções de compra de ações exercíveis. A quantidade de ações calculadas, conforme descrito, é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações. Abaixo demonstra-se o lucro por ação básico e diluído:

| Numerador básico/diluído | Controladora e Consolidado | |
|--|----------------------------|-------------------|
| | 2020 | 2019 |
| | | Reapresentado (*) |
| Lucro líquido do exercício (*) | 1.096.269 | 1.086.201 |
| Média ponderada de ações ordinárias, líquida das ações em tesouraria | 792.779 | 768.063 |
| Potencial incremento nas ações ordinárias em função do plano de opções | 1.919 | 3.447 |
| Lucro líquido básico por ação - R\$ (*) | 1,3828 | 1,4142 |
| Lucro líquido diluído por ação - R\$ (*) | 1,3795 | 1,4079 |

(*) Reapresentação dos saldos comparativos em razão da alteração de política contábil do arrendamento, conforme descrito na nota explicativa 3.6.1.1.

30 PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

30.1 POLÍTICA CONTÁBIL

A Companhia aprovou um plano de opção de compra de ações que dá aos administradores e executivos selecionados a possibilidade de adquirir ações da Companhia na forma e condições descritas no plano. O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga, com base no modelo *Black&Scholes*. A despesa é registrada em uma base *pro rata temporis*, da data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. A Companhia possui um plano de opção de compra de ações com um total de cinco programas e duas outorgas contratuais em andamento. Segue abaixo o detalhamento das características do 2º Plano de Opção de Compra de Ações:

30.2 2º PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES E CARACTERÍSTICAS

Em 23 de setembro de 2015, foi aprovado em AGE um novo plano de opção de compra de ações. Cada programa terá quatro *tranches*, sendo que 25% se tornarão exercíveis após um ano e assim sucessivamente. Em 09 de fevereiro de 2017 e 07 de fevereiro de 2019 foram aprovadas outorgas contratuais de opções ao Diretor Presidente, que preveem as mesmas condições das outorgas do 2º Plano de Opções de Compra de Ações.

O plano é supervisionado pelo Comitê de Pessoas ("Comitê"), criado em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, composto por membros independentes do Conselho de Administração ("Conselho"). Os membros do Comitê não poderão ser beneficiados das opções de compra de ações. Após uma opção ter se tornado exercível, o beneficiário (Administradores e Executivos selecionados) poderá exercê-la a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, até o término do prazo de seis anos da data de outorga. O plano prevê também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante.

No caso da obrigação de realizar oferta pública, nos termos dos art. 39, 40, 41 e 42 do Estatuto Social, ou na hipótese de sucesso de oferta pública para aquisição do controle da Companhia, se houver desligamento (que ocorra em até 12 meses no caso do plano aprovado em 2015) sem justa causa de participante do plano por iniciativa da Companhia, todas as opções outorgadas ao participante e que ainda não sejam passíveis de exercício se tornarão automaticamente exercíveis.

30.3 POSIÇÃO DO PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

| Valor Justo | Valor de Exercício | Data da Outorga* | Outorgas | Saldo em 31/12/2020 (Quant./mil) | Disponível para exercício | Carência a cumprir ** | | | | Saldo em 31/12/2019 (Quant./mil) |
|--------------------------|--------------------|------------------|--------------------|----------------------------------|---------------------------|-----------------------|------------|------------|--------------|----------------------------------|
| | | | | | | 1º tranche | 2º tranche | 3º tranche | 4º tranche | |
| 6,18 | 12,04 | 12/02/2015 | 11ª OUTORGA | - | - | - | - | - | - | 249 |
| SUBTOTAL 1º PLANO | | | | - | - | - | - | - | - | 249 |
| 9,40 | 14,00 | 04/02/2016 | 1º OUTORGA | 410 | 410 | - | - | - | - | 613 |
| 10,15 | 19,73 | 09/02/2017 | 2º OUTORGA | 680 | 510 | - | - | - | 170 | 799 |
| 10,15 | 19,73 | 09/02/2017 | OUTORGA CONTRATUAL | 1.721 | 1.291 | - | - | - | 430 | 1.721 |
| 15,36 | 32,91 | 08/02/2018 | 3º OUTORGA | 827 | 414 | - | - | 207 | 206 | 873 |
| 19,21 | 38,62 | 07/02/2019 | OUTORGA CONTRATUAL | 133 | 33 | - | 33 | 33 | 34 | 133 |
| 19,21 | 38,62 | 07/02/2019 | 4º OUTORGA | 864 | 216 | - | 216 | 216 | 216 | 940 |
| 24,45 | 57,70 | 05/02/2020 | 5º OUTORGA | 1.118 | - | 280 | 280 | 280 | 278 | - |
| SUBTOTAL 2º PLANO | | | | 5.753 | 2.874 | 280 | 529 | 736 | 1.334 | 5.079 |
| TOTAL | | | | 5.753 | 2.874 | 280 | 529 | 736 | 1.334 | 5.328 |

(*) Limite de 6 anos para exercer as opções a partir da data da outorga.

(**) As opções estarão disponíveis para exercício após cumprimento das carências por tranches. A carência da 1ª tranche termina um ano após a data da outorga, a 2ª tranche dos anos depois e assim sucessivamente.

O preço de fechamento da ação da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 43,54 (R\$ 56,19 em 31 de dezembro de 2019).

| VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | QUANTIDADE DE AÇÕES (MIL) | | VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO (R\$) | |
|--|--------------|---|---------|--|------|
| SEM EXERCÍCIO DAS OPÇÕES <i>IN THE MONEY</i> | | SEM EXERCÍCIO DAS OPÇÕES <i>IN THE MONEY</i> | | SEM EXERCÍCIO DAS OPÇÕES <i>IN THE MONEY</i> | |
| 5.501.316 | 4.691.019(*) | 796.170 | 795.558 | 6,65 | 5,9 |
| COM EXERCÍCIO DAS OPÇÕES <i>IN THE MONEY</i> | | COM EXERCÍCIO DAS OPÇÕES <i>IN THE MONEY</i> | | COM EXERCÍCIO DAS OPÇÕES <i>IN THE MONEY</i> | |
| 5.620.148 | 4.822.488 | 800.805 | 800.886 | 6,76 | 6,02 |
| | | 0,58% | 0,67% | | |
| | | Queda na participação societária dos atuais acionistas, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i> (%) | | | |
| | | 12/2020 | 12/2019 | | |

Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, existiam 4.635 mil opções *in the Money* (5.328 mil opções *in the Money* em 31 de dezembro de 2019). Demonstra-se ao lado os efeitos no valor patrimonial da ação e respectivo percentual de redução de participação societária dos atuais acionistas:

(*) Reapresentação dos saldos comparativos em razão da alteração de política contábil do arrendamento, conforme descrito na nota explicativa 3.6.1.1.

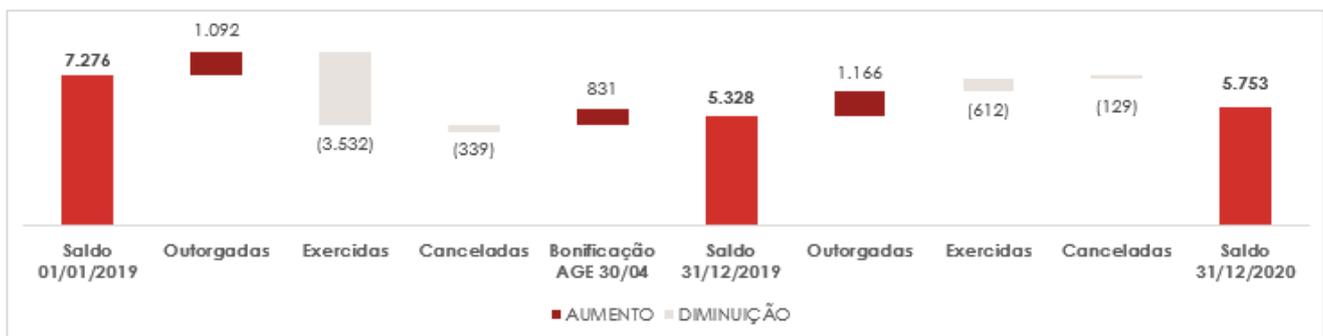
30.4 PREMISSAS PARA MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO DAS OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da outorga com base no modelo de Black&Scholes. Para sua determinação a Companhia utilizou premissas como:

- Valor de exercício da opção: taxa média ponderada dos últimos trinta pregões das ações da Lojas Renner S.A. antes da data da outorga.
- Volatilidade do preço das ações: ponderação do histórico de negociações das ações da Companhia.
- Taxa de juros livre de risco: utilizou-se o CDI disponível na data da outorga e projetado para o prazo máximo de carência da opção.
- Dividendo esperado: pagamento de dividendos por ação em relação ao valor de mercado da ação na data da outorga.
- Prazo do direito de aquisição: limite máximo do prazo de vencimento para os beneficiários exercerem suas opções.

Com relação aos impactos da Covid-19, a Administração avaliou e concluiu que as oscilações futuras no preço da ação e do indexador do CDI, não afetaram a metodologia de cálculo do valor justo das opções outorgadas de compra de ações, pois a precificação do valor justo das opções foi anterior aos impactos da Covid-19.

30.5 MOVIMENTAÇÃO



Em 31 de dezembro de 2020, a despesa com plano de opção de compra de ações totalizou R\$ 22.832 (R\$ 21.074 em 31 de dezembro de 2019) na Controladora e no Consolidado.

31 PLANO DE AÇÕES RESTRITAS

31.1 POLÍTICA CONTÁBIL

A Companhia aprovou um plano de ações restritas para administradores e executivos selecionados, cuja despesa é registrada em uma base *pro rata temporis* (da data da outorga até a data em que a Companhia transfere o direito das ações ao beneficiário) e corresponde a quantidade de ações concedidas multiplicadas pelo valor da ação na data da outorga. A provisão dos encargos sociais é atualizada mensalmente de acordo com o valor de fechamento da ação da Companhia.

Em 23 de setembro de 2015, foi aprovado em AGE um Plano de Ações Restritas, administrado pelo Comitê - composto por membros independentes do Conselho - que prevê que os membros de ambos os órgãos não serão elegíveis às Ações Restritas nele contidas.

31.2 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

O Conselho de Administração poderá outorgar um número de ações ordinárias, nominativas e escriturais de emissão da Companhia, que estiverem em tesouraria, não excedente a 1% da totalidade de ações emitidas, mediante recomendação do Comitê, aos administradores e executivos da Companhia que ocupem cargos estratégicos para os negócios.

A transferência definitiva das ações restritas aos participantes estará condicionada ao cumprimento de prazo de carência de três anos para cada outorga e, ao final do prazo de carência, o participante deverá estar vinculado à Companhia para que as outorgas não sejam canceladas. As ações restritas que ainda não tenham cumprido o prazo de carência se tornarão devidas e serão transferidas aos titulares, herdeiros ou sucessores em caso de falecimento, invalidez permanente ou aposentadoria.

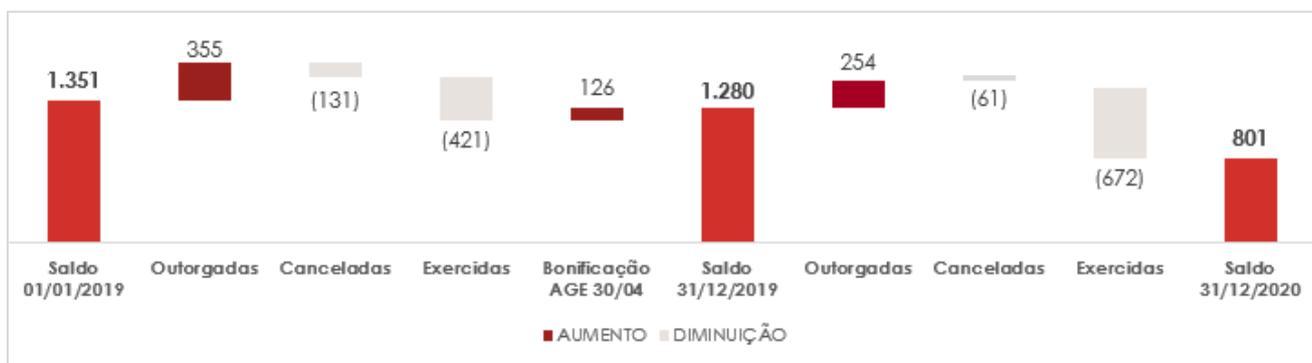
No caso da obrigação de realizar oferta pública, nos termos dos art. 39, 40, 41 e 42 do Estatuto Social, ou na hipótese de sucesso de oferta pública para aquisição do controle da Companhia, se houver desligamento sem justa causa de participante do plano por iniciativa da Companhia, todas as ações restritas atribuídas ao participante e dentro do exercício de carência serão transferidas a ele, por recomendação do Comitê e se aprovado pelo Conselho de Administração.

A outorga contratual possui a mesma condição de exercício e carência das demais outorgas vigentes.

31.3 POSIÇÃO DO PLANO DE AÇÕES RESTRITAS

| Data da Outorga | Outorgas | Saldo em 31/12/2020 (Quant. /mil) | Carência a cumprir | | | Saldo em 31/12/2019 (Quant. /mil) |
|-----------------|--------------------|-----------------------------------|--------------------|------------|------------|-----------------------------------|
| | | | 2021 | 2022 | 2023 | |
| 09/02/2017 | 2ª OUTORGA | - | - | - | - | 345 |
| 09/02/2017 | OUTORGA CONTRATUAL | - | - | - | - | 321 |
| 08/02/2018 | 3ª OUTORGA | 238 | 238 | - | - | 263 |
| 07/02/2019 | OUTORGA CONTRATUAL | 40 | 40 | - | - | 40 |
| 07/02/2019 | 4ª OUTORGA | 280 | - | 280 | - | 311 |
| 05/02/2020 | 5ª OUTORGA | 243 | - | - | 243 | - |
| TOTAL | | 801 | 278 | 280 | 243 | 1.280 |

31.4 MOVIMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÕES RESTRITAS



Em 31 de dezembro de 2020, a despesa com plano de ações restritas, incluindo principal de R\$ 10.024 (R\$ 10.093 em 31 de dezembro de 2019) e encargos sociais de R\$ 2.994 (R\$ 14.696 em 31 de dezembro de 2019), totalizou R\$ 13.018 (R\$ 24.789 em 31 de dezembro de 2019).

32 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

32.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Os segmentos operacionais apresentados a seguir são organizados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Conselho de Administração, principal tomador de decisões e responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho desses segmentos:

- Varejo:** comércio de artigos de vestuário, perfumaria, cosméticos, relógios e artigos de casa & decoração, abrangendo as operações da Renner, Camicado, Youcom, Ashua e operações no Uruguai e na Argentina.
- Produtos financeiros:** concessão de empréstimos pessoais, financiamento de compras, seguros e a prática de operações ativas e passivas inerentes às companhias de crédito, tais como Meu Cartão, dentre outros.

| | Varejo | | Produtos Financeiros | | Consolidado | |
|---|------------------|-------------------|----------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| | | Reapresentado (*) | | Reapresentado (*) | | Reapresentado (*) |
| Receita operacional líquida | 6.660.571 | 8.474.693 | 876.609 | 1.113.744 | 7.537.180 | 9.588.437 |
| Custos das vendas | (3.201.309) | (3.707.306) | (22.261) | (23.215) | (3.223.570) | (3.730.521) |
| Lucro bruto | 3.459.262 | 4.767.387 | 854.348 | 1.090.529 | 4.313.610 | 5.857.916 |
| Vendas | (2.302.953) | (2.360.540) | - | - | (2.302.953) | (2.360.540) |
| Gerais e administrativas | (774.391) | (809.794) | - | - | (774.391) | (809.794) |
| Perdas em crédito, líquidas | - | - | (412.636) | (381.049) | (412.636) | (381.049) |
| Outros resultados operacionais | 726.605 | (37.040) | (359.798) | (313.849) | 366.807 | (350.889) |
| Resultado gerado pelos segmentos | 1.108.523 | 1.560.013 | 81.914 | 395.631 | 1.190.437 | 1.955.644 |
| Depreciação e Amortização | (409.913) | (348.098) | (14.714) | (12.832) | (424.627) | (360.930) |
| Plano de opção de compra de ações | | | | | (22.832) | (21.075) |
| Resultado da baixa e estimativa de perdas em ativos fixos | | | | | (20.533) | (23.767) |
| Participação dos administradores | | | | | (1.363) | (8.294) |
| Resultado financeiro líquido | | | | | 479.679 | (49.596) |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | (104.492) | (405.781) |
| Lucro líquido do exercício | | | | | 1.096.269 | 1.086.201 |

(*) Reapresentação dos saldos comparativos em razão da alteração de política contábil do arrendamento, conforme descrito na nota explicativa 3.6.1.1

O resultado apresentado na tabela não deduz as despesas com depreciações e amortizações do ativo imobilizado e do intangível, com o plano de opção de compra de ações e com o resultado da baixa de ativos. A exclusão destas despesas no cálculo está em linha com a forma como a Administração avalia o desempenho de cada negócio e sua contribuição na geração do caixa. O resultado financeiro não é alocado por segmento (exceto o resultado financeiro oriundo da aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16), entendendo que sua formação está mais relacionada às decisões corporativas de estrutura de capital que à natureza do resultado de cada segmento de negócio.

33 RECEITAS

33.1 POLÍTICA CONTÁBIL

O CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que evidencia se os critérios para a contabilização foram satisfeitos observando as seguintes etapas:

- Identificação do contrato com o cliente;
- Identificação das obrigações de desempenho;
- Determinação do preço da transação;
- Alocação do preço da transação; e
- Reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes.

A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e os descontos, além das eliminações de receitas entre partes relacionadas e do ajuste à valor presente, conforme nota explicativa nº 8.1.

Venda de mercadorias – varejo: operamos tanto em lojas físicas, como no e-commerce, a receita é reconhecida no resultado quando a mercadoria é entregue ao cliente. As vendas são realizadas à vista, em dinheiro ou cartão de débito, a prazo, com cartões de terceiros ou cartão Renner, e por financiamentos concedidos pela controlada indireta Realize CFI.

Vendas de produtos e serviços financeiros: realizamos operações de crediário próprio, oferta de empréstimos pessoais e financiamento de vendas, tanto pela controlada indireta Realize CFI, como por convênios com instituições financeiras (saldos de operações realizadas até 1º de abril de 2019). O resultado das operações é apropriado considerando a taxa efetiva de juros ao longo da vigência dos contratos e para operações conveniadas, de acordo com a efetiva prestação dos serviços.

33.2 COMPOSIÇÃO

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Receita operacional bruta | 8.347.343 | 10.960.342 | 10.341.605 | 12.956.886 |
| Vendas de mercadorias | 8.308.065 | 10.702.597 | 9.408.371 | 11.774.249 |
| Produtos e serviços financeiros | 39.278 | 257.745 | 933.234 | 1.182.637 |
| Deduções | (2.493.948) | (3.067.176) | (2.804.425) | (3.368.449) |
| Devoluções e Cancelamentos | (702.282) | (655.118) | (766.855) | (698.969) |
| Impostos sobre vendas de mercadorias | (1.783.781) | (2.390.725) | (1.980.945) | (2.600.587) |
| Impostos sobre produtos e serviços financeiros | (7.885) | (21.333) | (56.625) | (68.893) |
| Receita operacional líquida | 5.853.395 | 7.893.166 | 7.537.180 | 9.588.437 |

De acordo com nossa política de devoluções, o cliente recebe no ato da devolução um bônus vale-troca com mesmo valor da mercadoria devolvida para utilização em uma nova compra.

34 DESPESAS POR NATUREZA

As demonstrações do resultado da Companhia são apresentadas por função. Os gastos são demonstrados a seguir por natureza.

34.1 DESPESAS COM VENDAS

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| | | Reapresentado (*) | | Reapresentado (*) |
| Pessoal | (684.686) | (762.711) | (823.460) | (890.301) |
| Ocupação | (234.214) | (226.014) | (291.806) | (288.845) |
| Descontos - arrendamentos a pagar | 104.488 | - | 128.927 | - |
| Serviços de terceiros | (115.415) | (70.838) | (156.543) | (86.603) |
| Utilidades e serviços | (190.880) | (216.603) | (217.213) | (240.881) |
| Publicidade e Propaganda | (303.125) | (207.276) | (343.884) | (241.044) |
| Depreciação e amortização | (224.916) | (209.346) | (278.040) | (257.542) |
| Depreciação - Direito de uso | (247.638) | (235.095) | (304.350) | (272.559) |
| Outras despesas | (144.784) | (195.002) | (181.649) | (228.046) |
| Total | (2.041.170) | (2.122.885) | (2.468.018) | (2.505.821) |

(*) Reapresentação dos saldos comparativos em razão da alteração de política contábil do arrendamento, conforme descrito na nota explicativa 3.6.1.1.

34.2 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| | | Reapresentado (*) | | Reapresentado (*) |
| Pessoal | (342.407) | (361.424) | (381.063) | (393.039) |
| Ocupação | (4.241) | (1.129) | (10.019) | (5.354) |
| Serviços de terceiros | (203.676) | (206.322) | (238.805) | (241.778) |
| Utilidades e serviços | (44.436) | (51.314) | (52.652) | (56.709) |
| Depreciação e amortização | (116.344) | (92.739) | (131.873) | (90.558) |
| Depreciação - Direito de uso | (27.184) | (26.081) | (30.077) | (27.670) |
| Outras despesas | (25.140) | (47.118) | (40.744) | (64.156) |
| Total | (763.428) | (786.127) | (885.233) | (879.264) |

(*) Reapresentação dos saldos comparativos em razão da alteração de política contábil do arrendamento, conforme descrito na nota explicativa 3.6.1.1.

34.3 OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|------------------|----------------|-------------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| | | | | Reapresentado (*) |
| Despesas com produtos e serviços financeiros | (85.479) | (144.406) | (357.414) | (316.084) |
| Depreciação e amortização | (3.839) | (8.608) | (14.714) | (12.830) |
| Depreciação - Direito de uso | - | - | (587) | (594) |
| Resultado da baixa de ativos fixos | (12.788) | (19.689) | (20.533) | (23.768) |
| Plano de opção de compra de ações | (22.831) | (21.075) | (22.832) | (21.075) |
| Participação dos administradores | (1.363) | (5.855) | (1.363) | (5.855) |
| Outros resultados operacionais (i) | (56.309) | (17.033) | (65.995) | (25.831) |
| Recuperação de créditos fiscais (ii) | 811.870 | 79.154 | 815.120 | 87.384 |
| Participação empregados | (21.087) | (94.217) | (22.526) | (96.752) |
| Total | 608.174 | (231.729) | 309.156 | (415.405) |

(i) Refere-se principalmente a provisão de honorários referente ao processo de ICMS na base de cálculo de PIS/COFINS em 2020.

(ii) Refere-se principalmente aos créditos relativos ao processo que exclui o ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS reconhecido no segundo trimestre de 2020, maiores detalhes nota explicativa nº 10.

(*) Reapresentação dos saldos comparativos em razão da alteração de política contábil do arrendamento, conforme descrito na nota explicativa 3.6.1.1.

35 RESULTADO FINANCEIRO

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| | | Reapresentado (*) | | Reapresentado (*) |
| Receitas financeiras | 618.347 | 31.344 | 712.925 | 74.422 |
| Rendimentos de equivalentes de caixa | 34.515 | 29.046 | 35.250 | 31.200 |
| Varição cambial ativa | 21.235 | 1.300 | 44.035 | 34.271 |
| Correções monetárias ativas | - | - | 70.262 | 6.836 |
| Juros Selic sobre créditos tributários (i) | 560.384 | 169 | 560.384 | 379 |
| Outras receitas financeiras | 2.213 | 829 | 2.994 | 1.736 |
| Despesas financeiras | (242.451) | (188.137) | (369.043) | (258.817) |
| Juros de empréstimos, financiamentos e swap | (85.510) | (60.255) | (87.534) | (67.275) |
| Juros sobre arrendamentos | (113.604) | (117.075) | (135.798) | (134.799) |
| Varição cambial passiva | (32.622) | (2.331) | (81.422) | (26.132) |
| Juros passivos | (766) | (1.224) | (1.435) | (2.287) |
| Correções monetárias passivas | - | - | (48.723) | (16.725) |
| Outras despesas financeiras | (9.949) | (7.252) | (14.131) | (11.599) |
| Resultado financeiro líquido | 375.896 | (156.793) | 343.882 | (184.395) |

(i) Refere-se principalmente à atualização monetária do processo que exclui o ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS reconhecido no segundo trimestre de 2020, maiores detalhes na nota explicativa nº 10.

(*) Reapresentação dos saldos comparativos em razão da alteração de política contábil do arrendamento, conforme descrito na nota explicativa 3.6.1.1.

36 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguros contratados junto às principais seguradoras do país, definidas por orientação de especialistas considerando a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas tinham cobertura de seguros de responsabilidade civil e seguro patrimonial (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial) e para os estoques, conforme demonstrado a seguir.

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|------------------------------|------------------|------------------|
| Veículos | 8.392 | 8.422 |
| Patrimônio e Estoque | 5.020.861 | 4.768.048 |
| Responsabilidade Civil e D&O | 98.000 | 98.000 |
| Total | 5.127.253 | 4.874.470 |

37 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

37.1 CONTROLADORA

| | Capital social | Ações em tesouraria | Arrendamentos a pagar | Empréstimos, financiamentos, debêntures e financiamentos operacionais | Obrigações estatutárias | Total |
|--|------------------|---------------------|-----------------------|---|-------------------------|------------------|
| Saldo em 1º de janeiro de 2019 | 2.637.473 | (44.536) | 33.940 | 906.725 | 242.995 | 3.776.597 |
| | | | Reapresentado (*) | | | |
| Alterações que afetam caixa | 46.111 | 4 | (326.864) | 33.146 | (411.520) | (659.123) |
| Aumento de capital/Alienação e/ou Transferência de ações em tesouraria | 46.111 | 4 | - | - | - | 46.111 |
| (Amortizações) captações de empréstimos e contraprestação de arrendamento | - | - | (326.864) | 73.805 | - | (253.059) |
| Juros pagos sobre empréstimos, debêntures e financiamentos operacionais | - | - | - | (40.659) | - | (40.659) |
| JSCP e dividendos pagos e IR s/JSCP | - | - | - | - | (409.081) | (409.081) |
| Participação dos administradores | - | - | - | - | (2.439) | (2.439) |
| Alterações que não afetam caixa | 1.112.050 | 8.983 | 1.727.348 | 60.609 | 411.639 | 3.320.629 |
| Adoção inicial - CPC 06 (R2)/IFRS 16 e remensuração contratual (*) | - | - | 1.604.478 | - | - | 1.604.478 |
| Bonificação de ações e incorporação de reserva de capital | 1.112.050 | - | - | - | - | 1.112.050 |
| Alienação/transferência de ações | - | 8.983 | - | - | - | 8.983 |
| Despesas de juros de empréstimos, arrendamento, custos de estruturação e financiamentos operacionais (*) | - | - | 122.870 | 60.609 | - | 183.479 |
| Distribuição JSCP e dividendos | - | - | - | - | 411.639 | 411.639 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 3.795.634 | (35.549) | 1.434.424 | 1.000.480 | 243.114 | 6.438.103 |
| Alterações que afetam caixa | 9.692 | (96.964) | (279.017) | 1.454.344 | (249.670) | 838.385 |
| Aumento de capital | 9.692 | - | - | - | - | 9.692 |
| Recompra de ações | - | (96.964) | - | - | - | (96.964) |
| (Amortizações) captações de empréstimos e contraprestação de arrendamento | - | - | (279.017) | 1.512.288 | - | 1.233.271 |
| Juros pagos sobre empréstimos, debêntures e financiamentos operacionais | - | - | - | (57.944) | - | (57.944) |
| JSCP e dividendos pagos e IR s/JSCP | - | - | - | - | (243.835) | (243.835) |
| Participação dos administradores | - | - | - | - | (5.835) | (5.835) |
| Alterações que não afetam caixa | - | 13.052 | 376.240 | 128.735 | 252.825 | 770.852 |
| Remensuração, novos contratos e contratos encerrados | - | - | 356.437 | - | - | 356.437 |
| Descontos - arrendamentos a pagar | - | - | (104.488) | - | - | (104.488) |
| Alienação/transferência de ações | - | 13.052 | - | - | - | 13.052 |
| Despesas de juros de empréstimos, arrendamento, custos de estruturação e financiamentos operacionais | - | - | 124.291 | 90.995 | - | 215.286 |
| Distribuição JSCP e dividendos | - | - | - | - | 273.397 | 273.397 |
| Compensação de IR s/JSCP | - | - | - | - | (20.572) | (20.572) |
| Financiamentos - operações serviços financeiros | - | - | - | 37.740 | - | 37.740 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 3.805.326 | (119.461) | 1.531.647 | 2.583.559 | 246.269 | 8.047.340 |

(*) Reapresentação dos saldos comparativos em razão da alteração de política contábil do arrendamento, conforme descrito na nota explicativa 3.6.1.

37.2 CONSOLIDADO

| | Capital social | Ações em tesouraria | Arrendamentos a pagar | Empréstimos, financiamentos, debêntures e financiamentos operacionais | Obrigações estatutárias | Total |
|--|------------------|---------------------|-----------------------|---|-------------------------|------------------|
| Saldo em 1º de janeiro de 2019 | 2.637.473 | (44.536) | 33.940 | 1.038.062 | 242.995 | 3.907.934 |
| | | | Reapresentado (*) | | | |
| Alterações que afetam caixa | 46.111 | 4 | (376.500) | 48.078 | (411.520) | (693.827) |
| Aumento de capital | 46.111 | 4 | - | - | - | 46.115 |
| (Amortizações) captações de empréstimos e contraprestação de arrendamento | - | - | (376.500) | 91.753 | - | (284.747) |
| Juros pagos sobre empréstimos, debêntures e financiamentos operacionais | - | - | - | (43.675) | - | (43.675) |
| JSCP e dividendos pagos e IR s/JSCP | - | - | - | - | (409.081) | (409.081) |
| Participação dos administradores | - | - | - | - | (2.439) | (2.439) |
| Alterações que não afetam caixa | 1.112.050 | 8.983 | 2.081.921 | 67.523 | 411.639 | 3.682.116 |
| Adoção inicial - CPC 06 (R2)/IFRS 16 e remensuração contratual (*) | - | - | 1.940.994 | - | - | 1.940.994 |
| Bonificação de ações e incorporação de reserva de capital | 1.112.050 | - | - | - | - | 1.112.050 |
| Alienação/transferência de ações | - | 8.983 | - | - | - | 8.983 |
| Despesas de juros de empréstimos, arrendamento, custos de estruturação e financiamentos operacionais (*) | - | - | 140.927 | 67.523 | - | 208.450 |
| Distribuição JSCP e dividendos | - | - | - | - | 411.639 | 411.639 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 3.795.634 | (35.549) | 1.739.361 | 1.153.663 | 243.114 | 6.896.223 |
| Alterações que afetam caixa | 9.692 | (96.964) | (334.911) | 1.619.793 | (249.670) | 947.940 |
| Aumento de capital | 9.692 | - | - | - | - | 9.692 |
| Alienação/transferência de ações | - | (96.964) | - | - | - | (96.964) |
| (Amortizações) captações de empréstimos e contraprestação de arrendamento | - | - | (334.911) | 1.679.318 | - | 1.344.407 |
| Juros pagos sobre empréstimos, debêntures e financiamentos operacionais | - | - | - | (59.525) | - | (59.525) |
| JSCP e dividendos pagos e IR s/JSCP | - | - | - | - | (243.835) | (243.835) |
| Participação dos administradores | - | - | - | - | (5.835) | (5.835) |
| Alterações que não afetam caixa | - | 13.052 | 457.937 | 611.523 | 252.825 | 1.335.337 |
| Remensuração, novos contratos, contratos encerrados e ajuste de conversão | - | - | 438.765 | - | - | 438.765 |
| Descontos - arrendamentos a pagar | - | - | (128.927) | - | - | (128.927) |
| Alienação/transferência de ações | - | 13.052 | - | - | - | 13.052 |
| Despesas de juros de empréstimos, arrendamento, custos de estruturação e financiamentos operacionais | - | - | 148.099 | 120.157 | - | 268.256 |
| Distribuição JSCP e dividendos | - | - | - | - | 273.397 | 273.397 |
| Compensação de IR s/JSCP | - | - | - | - | (20.572) | (20.572) |
| Financiamentos - operações serviços financeiros | - | - | - | 491.366 | - | 491.366 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 3.805.326 | (119.461) | 1.862.387 | 3.384.979 | 246.269 | 9.179.500 |

(*) Reapresentação dos saldos comparativos em razão da alteração de política contábil do arrendamento, conforme descrito na nota explicativa 3.6.1.

38 EVENTOS SUBSEQUENTES

38.1 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A Administração da Companhia propôs, em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de janeiro de 2021, a distribuição de 25% do lucro líquido gerado no exercício de 2020. A distribuição dos dividendos será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se até o mês de abril de 2021.

38.2 CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS

Ao longo das demonstrações financeiras estão apresentadas as medidas tomadas frente aos impactos da Covid-19. Estas decisões se mostraram acertadas, pois preservaram os colaboradores, clientes e fornecedores. A Companhia chegou ao final deste exercício com a retomada gradual de suas operações, observando um fluxo crescente de clientes em lojas e os negócios digitais em importante evolução. A Companhia vem permanentemente monitorando o cenário e mantém um plano de ajuste dinâmico, adaptável conforme a evolução do cenário econômico e oportunidades internas.

Considerando estes fatores, entende-se que estes indicativos contribuem para o plano de continuidade operacional da Companhia.

ANEXO IV

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Lojas Renner S.A.
Porto Alegre – RS

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lojas Renner S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

Conforme evidenciado na nota explicativa 10, em maio de 2020, a Companhia obteve o trânsito em julgado, com decisão favorável, de seu mandado de segurança no qual buscava o reconhecimento do direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, para o período de novembro de 2001 a fevereiro de 2017. Ainda em maio de 2020, a Companhia obteve a habilitação desse crédito, perante a Receita Federal do Brasil. Desta forma, a Companhia registrou crédito tributário de PIS/COFINS no valor total de R\$1.363.029 mil, incluindo principal e atualização monetária, os quais foram mensurados considerando julgamentos e premissas da administração, o valor líquido ou bruto do imposto destacado na nota fiscal e outras informações conforme a documentação que suporta o crédito, bem como o processo de mensuração de tais créditos envolveu um volume relevante de operações.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria em razão da relevância dos valores envolvidos e da existência de julgamento crítico da administração, amparada pela opinião de assessores jurídicos e tributários, na mensuração dos impactos decorrentes da ação transitada em julgado, bem como quanto a capacidade de realização do referido crédito tributário.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, dentre outros: o entendimento do processo da administração para mensuração e reconhecimento dos créditos tributários, em conjunto com nossos especialistas tributários; a análise, com auxílio

de nossos especialistas tributários e legais, da documentação relativa à decisão judicial transitada em julgado, bem como as opiniões legais emitidas em conexão com o tema; a realização de testes de recálculo do crédito apurado pela Companhia em bases amostrais, incluindo a análise da documentação suporte dos itens selecionados para teste documental, em conjunto com a realização de procedimentos analíticos substantivos de auditoria; a análise da estimativa de recuperação dos créditos tributários preparada pela administração; e a revisão das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o assunto nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados para mensuração e reconhecimento dos referidos créditos tributários, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 10, no contexto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Perdas estimadas em crédito

Conforme divulgado na nota explicativa 8, a Companhia realiza vendas a consumidores que são, em sua maioria, pessoas físicas e oferece crédito a tais consumidores por meio da emissão de cartões de crédito através da controlada indireta Realize Crédito Financiamento e Investimento S.A. Esses créditos estão sujeitos as análises de perdas esperadas conforme definido pelo NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, sendo passíveis de redução mediante reconhecimento de provisão para as perdas estimadas em crédito.

Consideramos a provisão para perdas estimadas em crédito como um principal assunto de auditoria, uma vez que é uma estimativa que requer julgamento significativo da administração, além de envolver um conjunto de fatores a serem considerados na determinação do seu valor, tais como: níveis de inadimplência, políticas de renegociação e o histórico da qualidade da carteira. Adicionalmente, consideramos a relevância dos montantes envolvidos, pulverização das operações (tíquete médio baixo) e o alto volume de transações, além dos possíveis impactos da COVID-19 nos níveis de inadimplência.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: o teste da conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; a análise da razoabilidade da política adotada pela Companhia e sua aderência às práticas contábeis adotadas no Brasil e às IFRS; o recálculo da provisão com base na política estabelecida que inclui, entre outros aspectos, considerações em relação aos níveis de risco e atraso das operações, incluindo a análise amostral de clientes, para avaliação dos níveis individuais de risco; acompanhamento trimestral da provisão e discussões periódicas com a administração; e análise quanto à adequação das respectivas divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas estimadas em crédito, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as políticas e premissas adotadas na mensuração e registro da provisão pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Mensuração do passivo de arrendamento e ativo de direito de uso, conforme o NBC TG 06 (R3) (IFRS 16)

Conforme descrito nas notas explicativa 15 e 19, a Companhia possui registrados ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para os contratos abrangidos pelo NBC TG 06 (R3) (IFRS 16). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuiá saldo de ativo de direito de uso de R\$ 1.397.843 mil na Controladora e R\$1.700.038 mil no Consolidado, além de passivo de arrendamento de R\$ 1.531.647 mil na Controladora e R\$ 1.862.387 mil no Consolidado.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos, tanto em relação aos saldos patrimoniais quanto sobre o resultado do exercício, bem como às incertezas inerentes a esse tipo de cálculo e o grau de julgamento necessário que deve ser exercido pela administração na determinação das premissas relevantes, as quais incluem, entre outras, a taxa de desconto utilizada.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: avaliação sobre as principais premissas utilizadas referentes a prazo de arrendamento, taxa de desconto e valores das contraprestações, além da metodologia de cálculo utilizada pela Companhia para mensuração dos impactos contábeis; análise do inventário de contratos de arrendamento da Companhia, além da verificação da aderência destes contratos ao escopo da norma. Testamos também a razoabilidade dos critérios adotados pela Companhia para uma amostra de contratos selecionados de forma aleatória, considerando as informações dos contratos e de seus aditivos, além de recalcular os montantes mensurados pela Companhia para estas transações. Como resultado destes procedimentos, identificamos ajuste de auditoria no primeiro trimestre, sendo este ajuste posteriormente registrado pela administração mesmo considerando sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, pelos motivos divulgados na nota explicativa 3.6.1.1. Por fim, examinamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o assunto nas notas explicativas, incluindo os requerimentos do NBC TG 06 (R3) (IFRS 16) e as orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis os registros contábeis preparados pela Administração para mensuração dos impactos do NBC TG 06

(R3) (IFRS 16) nos contratos de arrendamento, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 15 e 19, no contexto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício corrente, foram retificados em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas originalmente divulgadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as quais foram auditadas por outro auditor independente. Os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ora retificados em decorrência dos assuntos descritos nas notas explicativas 3.6.1 e 3.6.2, foram auditados por outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria datado em 11 de fevereiro de 2021, sem modificação.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Guilherme Ghidini Neto
Contador CRC-RS 067795/O-5

ANEXO V

RELATÓRIO E PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA E GESTÃO DE RISCO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA E GESTÃO DE RISCOS

1 APRESENTAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

Em abril de 2012, o Conselho de Administração da Companhia criou o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos (CAGR) das Lojas Renner S.A., passando a ser estatutário após aprovação em Assembleia Geral Extraordinária realizada em março de 2018.

O Comitê é um órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, estatutário, com autonomia operacional e orçamento próprio, de caráter consultivo, tem o seu funcionamento disciplinado pelas disposições do Regimento Interno e do Estatuto Social da Companhia. O Comitê tem por objetivo exercer funções consultivas junto ao Conselho de Administração no que diz respeito ao cumprimento de suas responsabilidades de supervisão pelo monitoramento da integridade dos processos das Demonstrações Financeiras e sistemas de controles internos da Companhia, revisando e avaliando a independência e o desempenho dos auditores independentes, bem como dos auditores internos da Companhia. O Comitê também deverá revisar as áreas de riscos significativos à Companhia, bem como monitorar o cumprimento dos requerimentos legais e regulatórios.

Atualmente, o Comitê é composto por 3 (três) membros independentes do Conselho de Administração, eleitos pelos seus pares, sendo que todos possuem reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária conforme instrução da CVM, e 1 (um) membro externo nomeado pelo Conselho, também com experiência reconhecida em assuntos de contabilidade societária, conforme exigido pelo Regimento Interno do Comitê.

2 RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2020

Ao longo do exercício de 2020, o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos realizou 7 (sete) reuniões ordinárias e 7 (sete) extraordinárias, onde foram analisadas diversas questões e formuladas recomendações ao Conselho de Administração, sendo que em uma destas houve a presença de representantes do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração. Além disso, houve a participação da Auditoria Interna em 5 (cinco) oportunidades e da Auditoria Independente em 2 (duas). Neste mesmo período, o CAGR pautou assuntos em 8 (oito) reuniões realizadas pelo Conselho de Administração, onde foram apresentados os trabalhos realizados pelo Comitê, bem como as recomendações a serem aprovadas. A seguir, serão relacionados os principais assuntos discutidos ao longo do exercício:

2.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Revisão das demonstrações financeiras trimestrais e anual, e recomendação para deliberação por parte do Conselho de Administração;
- Revisão das demonstrações financeiras semestral e anual da Realize CFI, e recomendação para deliberação por parte do Conselho de Administração;
- Acompanhamento das provisões para riscos e estimativas contábeis;
- Análise das propostas de garantias e aprovação para serem deliberadas pelo Conselho de Administração;
- Acompanhamento da inadimplência na Realize, captações e fluxo de caixa Renner.

2.2 GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

- Apreciação da atualização dos riscos de grande escala e repercussão, e das ações já implementadas, bem como indicadores e comparativos;
- Apreciação do Plano de Gestão de Continuidade de Negócios (GNC).

2.3 COMPLIANCE E ÉTICA

- Apreciação do *report* periódico sobre as inspeções realizadas pelo Banco Central na Realize CFI, recomendando prioridade na solução delas;

2.4 AUDITORIA INTERNA

- Revisão e aprovação dos principais riscos da Companhia, apresentados pela Auditoria Interna, incluindo as Empresas Controladas: Camicado, Youcom, Realize CFI e RACC, os quais foram apresentados ao Conselho de Administração;
- Apreciação e aprovação do planejamento de projetos a serem realizados em 2020;
- Acompanhamento dos pontos de Auditoria, pendentes de implementação no ano de 2019;
- Apreciação das análises relacionadas a 2 (duas) denúncias de aspectos contábeis, controles internos e procedimentos de auditoria, recomendando a implementação das ações o mais breve possível, bem como novo *report* sobre o tema;
- Análise e aprovação das alterações na nova política de auditoria interna, incluindo a metodologia, e gestão de planos de ação (prazos, adiamentos, responsabilidades);

- Apreciação dos principais impactos nos projetos de Auditoria, decorrente da Covid19, bem como os reflexos no cronograma, recomendando atenção especial nos projetos de riscos relevantes e compulsórios;
- Apreciação e aprovação das propostas de mudanças do cronograma de projetos da Auditoria Interna;

2.5 AUDITORIA INDEPENDENTE

- Apreciação dos trabalhos realizados em 2019, pela KPMG Auditoria Independente;
- Análise e aprovação da proposta de negociação com a empresa de Auditoria Ernest Young;
- Apreciação do planejamento e dos trabalhos já em andamento, realizados pela Ernest Young para o Exercício de 2020.

2.6 DISCUSSÕES PONTUAIS

- Apreciação de assuntos tributários apresentados, aprovação de recomendação da administração sobre tratamento tributário e solicitação de atualizações sobre estes assuntos;
- Apreciação da Norma IFRS 16/CPC 06 (R2) – e aprovação da recomendação proposta pela administração;
- Apreciação do histórico de entendimento e abordagem de aplicação da Norma IFRS 16- CPC 06 e Ofício nº 72/2020/CVM/SEP/GEA;
- Análise e aprovação do Relatório Anual de atividades do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos do Ano de 2019;
- Apreciação das perspectivas dos impactos da epidemia do Coronavírus nos negócios, e solicitação de atualização sobre o assunto;
- Apreciação do histórico do processo de certificação OEA (Operador Econômico Autorizado), e aprovação da recomendação da administração;
- Apreciação do *report* sobre as dificuldades, riscos e medidas de segurança atreladas ao processo de reabertura das lojas, e solicitação de atualização periódica;
- Apreciação das reclamações trabalhistas relacionadas ao POCA, e solicitação de *report* periódico sobre o assunto;
- Apreciação dos trabalhos, avaliações e acompanhamento efetuados pelo Comitê de Riscos Realize, solicitando *report* periódico sobre o comportamento dos indicadores e trabalhos realizados;
- Apreciação do plano de captação de dívidas 2020/21, e aprovação do plano proposto pela Administração;
- Apreciação do andamento do projeto de linha de crédito junto ao BNDES, e aprovação da continuidade da operação;
- Avaliação do comportamento dos indicadores de inadimplência, e solicitação de *report* periódico;
- Análise de assuntos relacionados a Finanças Corporativas;
- Realização de agenda de integração entre o CAGR e Conselho Fiscal;
- Apreciação da atualização de status das licenças das unidades da Companhia, bem como de seus AVCB's (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros).

3 PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA E GESTÃO DE RISCOS

O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos de Lojas Renner S.A., em cumprimento às disposições legais, revisou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Com base na revisão mencionada e considerando, ainda, as informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia e pela Ernest Young, recebidos no decorrer do exercício, o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos recomendou, ao Conselho de Administração, a aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras (incluindo notas explicativas) relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

* * *

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA E GESTÃO DE RISCOS

O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos de Lojas Renner S.A., em cumprimento às disposições legais, revisou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Com base na revisão mencionada e considerando, ainda, as informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia e pela Ernest & Young Auditores Independentes, recebidos no decorrer do exercício, o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos recomenda, ao Conselho de Administração, a aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras (incluindo notas explicativas) relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Porto Alegre, 10 de fevereiro de 2021.

Membros:

Fábio de Barros Pinheiro
Presidente do Comitê

Oswaldo Burgos Schirmer

José Carlos Hruby

Carlos Fernando Couto de Oliveira Souto

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal de Lojas Renner S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei 6404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e a Proposta de distribuição do resultado, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório sem ressalvas dos auditores independentes – Ernest & Young Auditores Independentes, datado de 11 de fevereiro de 2021, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina, por unanimidade, que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2021.

Joarez José Piccinini

Roberto Frota Decourt

Estela Maris Vieira De Souza

ANEXO VI

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL E DECLARAÇÕES DOS DIRETORES

ORÇAMENTO DE CAPITAL PROPOSTO PELA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia está apresentando na tabela abaixo, orçamento de capital para o exercício de 2021, em atendimento à Instrução Normativa 480/09, publicada pela CVM na data de 07 de dezembro de 2009.

Considerando tratar-se de projeções e perspectivas de negócios, que envolvem riscos, incertezas e premissas, as aplicações de recursos dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer.

Condições econômicas gerais, condições da indústria e outros fatores operacionais, podem afetar os montantes previstos de alocação em ativos fixos e capital de giro.

Para fazer frente aos investimentos previstos no plano de expansão da Companhia, a Administração está propondo a retenção de 64,3% do lucro líquido do exercício de 2020 no montante de R\$ 704,7 milhões, totalizando em 31 de dezembro de 2020, R\$ 1.421,8 milhões na conta de Reserva para Investimentos e Expansão.

| Fontes de Investimentos | R\$ Milhões |
|---|----------------------|
| Saldo de Reservas de Lucro para Investimento e Expansão – pós AGO 29/04/2020 | 717,1 |
| Constituição Reserva de Lucro para Investimento e Expansão – 2020 | 704,7 |
| Saldo Reservas de Lucro para Investimento e Expansão – 31/12/2020 | 1.421,8 |
| Orçamento de Capital - Aplicação de Recursos | Projeção 2021 |
| Investimentos em Ativos Fixos | (914,1) |
| Novas Lojas | (201,2) |
| Remodelações e Reformas | (90,5) |
| Sistemas e Equipamento de Tecnologia | (325,3) |
| Logística | (296,3) |
| Outros | (0,8) |
| Investimentos em Controladas | (185,9) |
| Total de Investimentos em Capital Fixo | (1.100,0) |
| Investimentos em Capital de Giro | (154,9) |
| Total de Aplicações de Recursos previstos para 2021 | (1.254,9) |

A Administração da Companhia entende como necessária a manutenção das Reservas de Lucros para Investimento e Expansão nos níveis atuais, incorporadas as retenções de lucros auferidos no exercício de 2020, às quais serão acrescidas a geração operacional de caixa do exercício de 2021 para suporte do plano de expansão que será implementado ao longo do exercício.

Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2021.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Galló

Presidente do Conselho de Administração

Oswaldo Burgos Schirmer

Vice-Presidente do Conselho de Administração

**Carlos Fernando Couto de Oliveira
Souto**

Membro do Conselho

Fábio de Barros Pinheiro

Membro do Conselho

Alexandre Vartuli Gouvea

Membro do Conselho

Christiane Almeida Edington

Membro do Conselho

Thomas Bier Herrmann

Membro do Conselho

Juliana Rozenbaum Munemori

Membro do Conselho

DIRETORIA

Fabio Adegas Faccio

Diretor Presidente

Alvaro Jorge Fontes de Azevedo

Diretor Administrativo e Financeiro
e de RI

Clarice Martins Costa

Diretora de Recursos Humanos

Fabiana Silva Taccola

Diretora de Operações

Henry Costa

Diretor de Produto (Compras)

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (alterado pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017), a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2020, autorizando sua conclusão nesta data.

Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2021.

DIRETORIA**Fabio Adegas Faccio**

Diretor Presidente

Alvaro Jorge Fontes de AzevedoDiretor Administrativo e Financeiro
e de RI**Clarice Martins Costa**

Diretora de Recursos Humanos

Fabiana Silva Taccola

Diretora de Operações

Henry Costa

Diretor de Produto (Compras)

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (alterado pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017), a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2020, emitido nesta data.

A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e opinião expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2021.

DIRETORIA

Fabio Adegas Faccio

Diretor Presidente

Alvaro Jorge Fontes de Azevedo

Diretor Administrativo e Financeiro
e de RI

Clarice Martins Costa

Diretora de Recursos Humanos

Fabiana Silva Taccola

Diretora de Operações

Henry Costa

Diretor de Produto (Compras)

ANEXO VII

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(Anexo 9-1-II da Inst. CVM 481)

1. Lucro líquido do exercício.

O Lucro Líquido da Companhia, que corresponde ao resultado do exercício após deduções das provisões para o Imposto de Renda e Contribuição Social e das participações estatutárias, no ano de 2020, foi de R\$ 1.096,3 milhões, 0,9% maior que os R\$ 1.086,2 milhões apresentados em 2019.

2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

A remuneração aos Acionistas, proposta pela Administração da Companhia, a ser levada para aprovação na Assembleia de Acionistas, somará R\$ 271,7 milhões (R\$ 0,342525 por ação). Nesse valor, estão incluídos R\$ 191,1 mil referentes a dividendos prescritos.

3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

O Conselho de Administração, em reunião no dia 21 de janeiro de 2021, optou em propor aos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 29 de abril de 2021, a distribuição de 25% do resultado do exercício de 2020, a título de dividendos e juros sobre capital próprio. Tal proposta levou em conta a política de crescimento sustentado da Companhia e o seu plano de investimentos.

4. Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Em 2020, a Companhia não distribuiu dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informações, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

O Conselho de Administração, nas reuniões realizadas em 16 de março, 18 de junho, 17 de setembro e 15 de dezembro de 2020, deliberou o pagamento, a título de juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 240,8 milhões (R\$ 0,303584 por ação). Adicionalmente, estão propondo, para aprovação dos Acionistas, em Assembleia Geral, o valor de R\$ 30.889.473,22 milhões (R\$ 0,038940 por ação), a título de dividendos. Para fins de cálculo do dividendo por ação, foram excluídas as ações em tesouraria (2,9 milhões). Em atendimento ao Plano de Ações Restritas da Companhia, na data de 08/02/2021, foram transferidas 238.260 ações que estavam em tesouraria, de forma que a quantidade de ações base para distribuição de dividendos a ser deliberada nesta AGO, passou de 793.011.525, conforme posição de 31/12/2020, para 793.249.785.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

Tanto para os juros sobre capital próprio como para os dividendos, a forma será em crédito bancário e o prazo de pagamento será até 10 dias após a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de 2021, que deverá ocorrer em 29 de abril de 2021.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não há incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

O Conselho de Administração da Lojas Renner S.A. ("Companhia"), em reunião realizada em 19 de abril de 2021, declarou o pagamento, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 2021. Farão jus aos dividendos aprovados, os acionistas que se encontrarem inscritos nos registros da Companhia no final do dia 23 de abril de 2021, inclusive. Dessa forma, a partir de 26 de abril de 2021 (inclusive), as ações da Companhia serão negociadas "Ex-Dividendos. Quanto aos juros sobre capital próprio, terão direito ao pagamento, os acionistas que eram detentores de ações nas datas das respectivas aprovações pelo Conselho de Administração, conforme constou nas atas.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores: a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados; b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

Os juros sobre capital próprio foram deliberados em 16 de março, 18 de junho, 17 de setembro e 15 de dezembro de 2020, no montante total de R\$ 240,8 milhões (R\$ 0,303584 por ação), e a Assembleia Geral Ordinária, que irá deliberar sobre os dividendos, no montante de R\$ 30.889.473,22 milhões (R\$ 0,038940 por ação), está prevista para 29 de abril de 2021. O pagamento será em crédito bancário e o prazo de pagamento será até 10 dias após a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de 2021.

7. Tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe: a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores; b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

| | 2018 | 2019* | 2020 |
|------------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| Lucro Líquido | R\$ 1,4168 | R\$ 1,3708 | R\$ 1,3820 |
| Juros sobre Capital Próprio (JSCP) | R\$ 0,315536 | R\$ 0,326461 | R\$ 0,303584 |
| Dividendos | R\$ 0,24186 | R\$ 0,019809 | R\$ 0,038940 |
| Total JSCP + Dividendos | R\$ 0,569722 | R\$ 0,346270 | R\$ 0,342525 |

*Em 2019, houve bonificação de ações na proporção de 10%.

8. Informações sobre destinação de lucros à reserva legal: a) Identificar o montante destinado à reserva legal e, b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

Foram destinados 5% do lucro líquido do exercício para a reserva legal, no valor de R\$ 54,8 milhões.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos: a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos; b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos; c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa; d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais; e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

A Companhia não tem ações preferenciais, pois faz parte do Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, onde o regulamento determina que as empresas tenham somente ações ordinárias.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Forma de cálculo prevista no estatuto.

O Estatuto Social da Companhia, conforme item (b) do artigo 33 determina que a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório não poderá ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações.

b. O dividendo está sendo pago integralmente?

Sim. O dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia está sendo pago integralmente.

c. Montante eventualmente retido.

Não há montante retido.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia: a. Informar o montante da retenção; b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos; c. Justificar a retenção dos dividendos.

Não há retenção do dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências: a. Identificar o montante destinado à reserva; b. Identificar a perda considerada provável e sua causa; c. Explicar porque a perda foi considerada provável; d. Justificar a constituição da reserva.

Não há destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar: a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar; b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.

Não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva:

O Estatuto Social da Companhia, conforme Item (c) do Artigo 33, determina que a parcela remanescente do lucro líquido ajustado será destinada à Reserva para Investimento e Expansão, que tem por finalidade reforçar o capital social e de giro da Companhia, objetivando assegurar adequadas condições operacionais. O saldo dessa reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e as reservas para contingências, não poderá ultrapassar o valor do capital social. Uma vez atingido esse limite máximo, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

b. Identificar o montante destinado à reserva:

Neste ano, a proposta de retenção será de R\$ 704,7 milhões e será destinada a cobrir parte dos investimentos programados no plano de expansão da Companhia a serem executados no curso do exercício social de 2021.

c. Descrever como o montante foi calculado.

Do lucro líquido de 2020, no valor de R\$ 1.096,3 milhões, serão destinados 5% para a Reserva Legal, 25% para Dividendos (conforme proposta da Administração), 64,3% para Reserva para Investimento e Expansão e 6,0% para Reserva para Incentivos Fiscais.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital. a. Montante da retenção; b. Orçamento de capital.

Salvo o disposto no Item 14 acima, não se propõe outra retenção de lucros com base em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:**a. Informar o montante destinado à reserva;**

O montante destinado do resultado para a Reserva de Incentivos Fiscais foi de R\$ 65,3 milhões, correspondente a 6,0% do lucro líquido do exercício, nos termos do Artigo 195-A de Lei 6.404/76.

b. Explicar a natureza da destinação.

A Companhia goza de incentivos fiscais de ICMS na forma de crédito presumido, com seus respectivos impactos no resultado, tendo auferido, no exercício de 2020, o montante de R\$ 162.812 mil na Controladora. A Administração da Companhia, tendo em vista a publicação da Lei Complementar 160/17, está destinando estes incentivos como reserva de incentivos fiscais, o que deverá ser aprovado na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29 de abril de 2021. Os valores dos incentivos não fazem parte da base de cálculo de dividendos e somente poderão ser incorporados ao capital social, em conformidade com a Lei 6.404/76.

ANEXO VIII

INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS INDICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA
(De acordo com os Itens 12.5 A 12.10 do Formulário de Referência da ICVM 480/09)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

| 12.5 (a) Nome | JOSÉ GALLÓ | OSVALDO BURGOS SCHIRMER | CARLOS FERNANDO COUTO DE OLIVEIRA SOUTO | FÁBIO DE BARROS PINHEIRO |
|--|--|--|--|--|
| 12.5 (b) Data de Nascimento | 11.09.1951 | 22.08.1950 | 30.01.1967 | 19.04.1960 |
| 12.5 (c) Profissão | Administrador de Empresas | Administrador de Empresas | Advogado | Engenheiro |
| 12.5 (d) CPF ou Número do Passaporte | 032.767.670-15 | 108.187.230-68 | 469.694.890-00 | 275.497.201-34 |
| 12.5 (e) Cargo eletivo ocupado | Presidente do Conselho de Administração | Vice-Presidente do Conselho de Administração | Membro do Conselho de Administração | Membro do Conselho de Administração |
| 12.5 (f) Data da eleição | 15.04.2021 | 15.04.2021 | 15.04.2021 | 15.04.2021 |
| 12.5 (g) Data da posse | | | | |
| 12.5 (h) Prazo de mandato | Até a AGO de 2022 | Até a AGO de 2022 | Até a AGO de 2022 | Até a AGO de 2022 |
| 12.5 (i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor | Presidente do Comitê Estratégico e Membro do de Sustentabilidade | Presidente do Comitê de Pessoas e Membro do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos | Membro do Comitê de Pessoas e do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos | Presidente do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos |
| 12.5 (j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não | Não, pois a Companhia não tem acionista controlador | Não, pois a Companhia não tem acionista controlador | Não, pois a Companhia não tem acionista controlador | Não, pois a Companhia não tem acionista controlador |
| 12.5 (k) Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado para determinar a independência | Não | Sim. Critério conforme Parágrafo 1º do Artigo 16 do Estatuto Social da Companhia | Sim. Critério conforme Parágrafo 1º do Artigo 16 do Estatuto Social da Companhia | Sim. Critério conforme Parágrafo 1º do Artigo 16 do Estatuto Social da Companhia |
| 12.5 (l) Número de mandatos consecutivos | 23 mandatos | 9 mandatos | 6 mandatos | 7 mandatos |
| 12.5 (n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo do CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer | Nada consta | Nada consta | Nada consta | Nada consta |
| 12.6 Participação, em percentual, nas reuniões do Conselho de Administração realizadas após a posse no cargo | 100% | 100% | 100% | 100% |
| 12.7 Indicar se é membro de algum comitê estatutário, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração na Companhia | Sim, do Comitê Estratégico e do Comitê de Sustentabilidade | Sim, do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e do Comitê de Pessoas | Sim, do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e do Comitê de Pessoas | Sim, do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos |
| 12.8 Participação, em percentual, nas reuniões dos Comitês que faz parte após a posse no cargo | Comitê Estratégico = 100% Comitê de Sustentabilidade = 100% | Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos = 100% Comitê de Pessoas = 100% | Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos = 100% Comitê de Pessoas = 100% | Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos = 100% |
| 12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a. administradores do emissor; b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor | Não existe | Não existe | Não existe | Não existe |
| 12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: | Não há relação | Não há relação | Não há relação | Não há relação |

| 12.5 (a) Nome | THOMAS BIER HERRMANN | JULIANA ROZENBAUM MUNEMORI | CHRISTIANE ALMEIDA EDINGTON | ALEXANDRE VARTULI GOUVEA |
|--|--|--|--|--|
| 12.5 (b) Data de Nascimento | 28.07.1950 | 21.07.1976 | 05.02.1965 | 02.12.1959 |
| 12.5 (c) Profissão | Administrador de Empresas | Economista | Executiva | Engenheiro Mecânico |
| 12.5 (d) CPF ou Número do Passaporte | 148.854.500-63 | 081.606.157-28 | 387.697.355-49 | 749.218.607-00 |
| 12.5 (e) Cargo eletivo ocupado | Membro do Conselho de Administração |
| 12.5 (f) Data da eleição | 15.04.2021 | 15.04.2021 | 15.04.2021 | 15.04.2021 |
| 12.5 (g) Data da posse | | | | |
| 12.5 (h) Prazo de mandato | Até a AGO de 2022 |
| 12.5 (i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor | Presidente do Comitê de Sustentabilidade e Membro do Comitê de Pessoas | Membro do Comitê Estratégico | Membro do Comitê Estratégico | Membro do Comitê Estratégico |
| 12.5 (j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não | Não, pois a Companhia não tem acionista controlador | Não, pois a Companhia não tem acionista controlador | Não, pois a Companhia não tem acionista controlador | Não, pois a Companhia não tem acionista controlador |
| 12.5 (k) Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado para determinar a independência | Sim. Critério conforme Parágrafo 1º do Artigo 16 do Estatuto Social da Companhia | Sim. Critério conforme Parágrafo 1º do Artigo 16 do Estatuto Social da Companhia | Sim. Critério conforme Parágrafo 1º do Artigo 16 do Estatuto Social da Companhia | Sim. Critério conforme Parágrafo 1º do Artigo 16 do Estatuto Social da Companhia |
| 12.5 (l) Número de mandatos consecutivos | 4 mandatos | 4 mandatos | 3 mandatos | 2 mandatos |
| 12.5 (n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer | Nada consta | Nada consta | Nada consta | Nada consta |
| 12.6 Participação, em percentual, nas reuniões do Conselho de Administração realizadas após a posse no cargo | 100% | 100% | 94% | 100% |
| 12.7 Indicar se é membro de algum comitê estatutário, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração na Companhia | Sim, do Comitê de Sustentabilidade e do Comitê de Pessoas | Sim, do Comitê Estratégico | Sim, do Comitê Estratégico | Sim, do Comitê Estratégico |
| 12.8 Participação, em percentual, nas reuniões dos Comitês que faz parte após a posse no cargo | Comitê de Sustentabilidade = 100% Comitê de Pessoas = 100% | Comitê Estratégico = 100% | Comitê Estratégico = 100% | Comitê Estratégico = 100% |
| 12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a. administradores do emissor; b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor | Não existe | Não existe | Não existe | Não existe |
| 12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: | Não há relação | Não há relação | Não há relação | Não há relação |

12.5 (m)**JOSÉ GALLÓ**

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor: Presidente do Conselho de Administração desde 18 de abril de 2019. Atua como membro do Conselho de Administração da Lojas Renner desde abril de 1998, tendo ocupado a posição de Presidente desse Conselho entre os anos 1999 e 2005 e é, atualmente, Presidente do Comitê Estratégico e membro do de Sustentabilidade. Foi Diretor Superintendente da Lojas Renner S.A., de setembro de 1991 até março de 1999, quando foi eleito Diretor Presidente, cargo que ocupou até abril de 2019. Atua no varejo há mais de 30 anos, tendo sido membro Conselho de Administração do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV). É membro do Conselho de Administração do Itaú Unibanco Holding S.A. desde abril de 2016 e da Ultrapar Participações S.A. desde abril de 2019. Foi membro do Conselho de Administração da SLC Agrícola S.A. de abril de 2007 até maio de 2016 e da Localiza Rent a Car S.A. de outubro de 2010 a junho de 2020, tendo sido Vice-Presidente desse Conselho de abril de 2019 a junho de 2020.

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Foi Diretor da Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda., da Dromegon Participações Ltda., da Realize Participações S.A. e da Realize Crédito, Financiamento e Investimento S.A., todas empresas ligadas a Lojas Renner S.A.. Atualmente, é embaixador da Endeavor Brasil no Rio Grande do Sul e Vice-Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Caldeira, ecossistema de inovação em Porto Alegre. Também foi membro do Conselho Deliberativo do Instituto Lojas Renner de junho de 2008 a abril de 2019.

OSVALDO BURGOS SCHIRMER

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor: Membro Independente do Conselho de Administração da Lojas Renner desde abril de 2012 e foi Presidente do Conselho de abril de 2013 a abril de 2019. Em abril de 2019 foi eleito Vice-Presidente do Conselho de Administração. É Presidente do Comitê de Pessoas, além de Membro do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos da Companhia. Atualmente é membro dos Conselhos de Administração das empresas de capital aberto, SLC Agrícola S.A., produtora de commodities agrícolas, desde junho de 2013 e da Estácio Participações S.A. (atualmente YDUQS), posição que acumula com a de Coordenador do Comitê de Auditoria e Finanças, desde abril de 2016. É Conselheiro Consultivo da CMPC Produtora de Celulose e Papel sediada no Chile, mas com relevante operação no Brasil via Celulose Riograndense, desde junho de 2016; da SLC Participações, "holding" familiar fechada do Grupo SLC, desde abril de 2017; da META Soluções de Informática, desde janeiro de 2019; da FCC Indústria e Comércio Ltda., empresa da indústria química fabricante de produtos para a indústria automotiva, farmacêutica, de calçados e construção civil, desde março de 2020; da OLEOPLAN produtora de Biodiesel, desde outubro de 2020 e da CFL construtora e Incorporadora com atuação nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul desde outubro de 2020. Como executivo trabalhou no Grupo Gerdau, empresa do setor siderúrgico, de 1986 a janeiro de 2013, quando se aposentou. Nessa empresa foi diretor financeiro, CFO e depois Vice-Presidente e membro do Comitê Executivo.

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Desde fevereiro de 2013 é Membro do Conselho da "American Chamber of Commerce. Durante cinco anos, até 2018, foi Chairman do Conselho desta Câmara.

CARLOS FERNANDO COUTO DE OLIVEIRA SOUTO

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor: Membro Independente do Conselho de Administração da Lojas Renner desde abril de 2015, foi Vice-Presidente do Conselho de abril de 2016 até 18 de abril de 2019 e, atualmente, é membro do Comitê de Pessoas e do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos. É sócio, fundador e CEO, desde 2013, do escritório de advocacia Souto, Correa, Cesa, Lummertz & Amaral Advogados.

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: É membro dos Conselhos da YPO (Região LAC), Associação Escola Panamericana de Porto Alegre (PAS), da Câmara Americana de Comércio – Porto Alegre (AMCHAM), membro do conselho do Instituto de Estudos Empresariais – IEE e do Hospital Moinhos de Vento de Porto Alegre (HMV).

FÁBIO DE BARROS PINHEIRO

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor: Membro Independente do Conselho de Administração da Lojas Renner desde agosto de 2014 e, atualmente, é Presidente do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos. É membro Independente do Conselho de Administração do Banco Pan S.A. desde 2013, Presidente do Conselho de Administração da Itseg Seguros Inteligentes S.A. desde janeiro de 2016 e Membro independente do Conselho da CPSEC (Cia Paulista de Securitização). É membro independente do Conselho de Administração e membro do CAUD do BNDES, desde abril de 2020. É Membro do Conselho de Administração e Presidente do CAUD do Atakarejo Distribuidora de Alimentos e Bebidas AS, desde janeiro de 2020. Foi membro Independente do Conselho de Administração da Galvani Indústria, Comércio e Serviços S.A., da Estre Ambiental Inc. e Presidente dos Conselhos do Grupo Diletto e da Eneva S.A. Foi Diretor Gerente do Banco UBS Pactual S.A..

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Foi membro Independente do Conselho de Administração da Laticínio São Vicente de Minas S.A. de 2013 a 2018.

THOMAS BIER HERRMANN

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor: Membro independente do Conselho de Administração da Lojas Renner desde abril de 2017 e, atualmente, é Presidente do Comitê de Sustentabilidade e membro do Comitê de Pessoas. Exerce suas atividades profissionais há 47 anos no Grupo Renner Herrmann S.A. Desde 1997, é o Diretor Presidente da Renner Herrmann S.A. Foi membro do Conselho de Administração da Lojas Renner, de abril de 1991 a dezembro de 1998. Foi Conselheiro da Lochpe-Maxxon S/A de janeiro de 2008 a março de 2015.

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Integra o Conselho Superior da Associação do Aço do Rio Grande do Sul e, desde 2020, é Líder do Conselho de Administração do Hospital Moinhos de Vento, tendo sido já Presidente desse Conselho de 1999 a 2005.

JULIANA ROZENBAUM MUNEMORI

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor: Membro Independente do Conselho de Administração da Lojas Renner desde abril de 2017 e, atualmente, é membro do Comitê Estratégico. Desde julho de 2013 (até abril de 2021), é membro do Conselho de Administração da Arezzo&Co e Coordenadora do Comitê de Estratégia. Desde junho de 2016, é membro independente do Conselho de Administração da Duratex S.A, além do Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos e do Comitê para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas. Desde abril de 2018, é membro independente do Conselho de Administração da EDP – Energias do Brasil S.A., do Comitê de Governança Corporativa e Partes Relacionadas, e do Comitê de Inclusão e Diversidade. Desde dezembro de 2018, participa do Comitê de Estratégia da Suzano Papel e Celulose S.A. e, desde janeiro de 2019, é membro do Conselho Consultivo da Eurofarma Laboratórios S.A. Desde Dezembro de 2019, é membro do Conselho de Administração da Cogna Educação S.A., do Comitê de Pessoas e Governança e Coordenadora do Comitê de Estratégia e Inovação. Acumulou 13 anos de experiência em Sell Side Equity Research, com foco primordial em empresas do setor de consumo e varejo. Passou por algumas instituições financeiras entre 2000 e maio de 2013, mas primordialmente no Itaú BBA. Entre 2013 e 2017, atuou como consultora em projetos de consumo e varejo do Investment Banking do Itaú BBA. Ao longo dos anos, foi várias vezes premiada pela Institutional Investor por sua cobertura dos setores de varejo e bens de consumo. Anteriormente, atuou como economista no Buy Side de instituições como JGP, Pactual e Icatu.

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Faz parte do Conselho Consultivo da GoCase e Uatt, empresas de Empreendedores Endeavor, organização da qual é mentora ativa. Fundou a ONG Associação Beneficente Parents in Action, na qual é Diretora Financeira.

CHRISTIANE ALMEIDA EDINGTON

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor: Membro Independente do Conselho de Administração da Lojas Renner e membro do Comitê Estratégico desde abril de 2018. Possui sólida experiência na área de tecnologia da informação, implementação de modelos de negócios digitais e em telecomunicações. É membro Independente do Conselho de Administração e do Comitê Digital e de Pessoas da JHSF Participações SA, membro independente do Conselho de Administração e do Comitê de Tecnologia da Padtec Holding, membro do Conselho da CIONET (rede mundial de líderes de tecnologia da Informação), Conselheira no Programa Winning Women Brasil da EY, Membro do Conselho de Administração da Dataprev, onde também foi Presidente, responsável por ações de transformação digital de processos beneficiando 35 milhões de pessoas. Por 22 anos fez parte da liderança do Grupo Telefônica/VIVO responsável pela transformação digital dos negócios. Como Chief Information Officer da VIVO, foi eleita por 3 vezes executiva de TI do Ano pela Informática Hoje e IT Midia. Experiências anteriores como Conselheira Consultiva na ZUP IT INNOVATION, como membro do Comitê Estratégia da Oesia Grupo, Membro do Conselho de Administração da LIQ S.A..

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Nenhuma informação adicional.

ALEXANDRE VARTULI GOUVEA

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor: Membro Independente do Conselho de Administração da Lojas Renner desde julho de 2019 e, atualmente, é membro do Comitê Estratégico. Foi sócio sênior da McKinsey & Company. Durante seus 29 anos na McKinsey, atendeu clientes em serviços financeiros, varejo, telecomunicações, indústria química e metais e mineração, em temas estratégicos, organizacionais, operacionais, fusões e expansão internacional. Mais recentemente, desenvolveu e liderou a Prática RTS na América do Sul, que oferece uma abordagem comprovada para mudanças transformacionais em clientes que buscam melhorias de desempenho radicais, rápidas e sustentáveis. Desde que ingressou na McKinsey, trabalhou em toda a América Latina, nos Estados Unidos, no Canadá e na Turquia. No Grupo Credicorp no Peru é membro do Conselho de Administração, é membro do comitê de Nomeações e Remuneração, além de Presidente do Comitê de Auditoria. Também é membro do Conselho do Banco de Crédito del Peru (BCP).

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Desde 2013, é membro do Conselho do Habitat for Humanity Internacional.

CONSELHO FISCAL

| 12.5 (a) Nome | JOAREZ JOSÉ PICCININI | ROBERTO ZELLER BRANCHI | ROBERTO FROTA DECOURT | VANDERLEI DOMINGUEZ DA ROSA | ESTELA MARIS VIEIRA DE SOUZA | ISABEL CRISTINA BITTENCOURT SANTIAGO |
|--|---|---|---|---|---|---|
| 12.5 (b) Data de Nascimento | 03.09.1960 | 22.09.1972 | 05.07.1972 | 09.09.1963 | 20.02.1964 | 21.10.1964 |
| 12.5 (c) Profissão | Administrador de Empresas | Contador | Administrador de Empresas | Contador | Contadora | Administradora de Empresas |
| 12.5 (d) CPF ou Número do Passaporte | 293.961.580-20 | 705.046.790-15 | 212.672.418-29 | 422.881.180-91 | 430.340.800-00 | 451.956.766-15 |
| 12.5 (e) Cargo efetivo ocupado | Membro Efetivo do Conselho Fiscal (Presidente) | Membro Suplente do Conselho Fiscal | Membro Efetivo do Conselho Fiscal | Membro Suplente do Conselho Fiscal | Membro Efetivo do Conselho Fiscal | Membro Suplente do Conselho Fiscal |
| 12.5 (f) Data da eleição | 15.04.2021 | 15.04.2021 | 15.04.2021 | 15.04.2021 | 15.04.2021 | 15.04.2021 |
| 12.5 (g) Data da posse | | | | | | |
| 12.5 (h) Prazo de mandato | Até a AGO de 2022 |
| 12.5 (i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor | Não | Não | Não | Não | Não | Não |
| 12.5 (j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não | Não, pois a Companhia não tem acionista controlador | Não, pois a Companhia não tem acionista controlador | Não, pois a Companhia não tem acionista controlador | Não, pois a Companhia não tem acionista controlador | Não, pois a Companhia não tem acionista controlador | Não, pois a Companhia não tem acionista controlador |
| 12.5 (k) Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado para determinar a independência | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 12.5 (l) Número de mandatos consecutivos | 2 mandatos | 1 mandato | 11 mandatos | 1 mandato | 1 mandato | 1 mandato |
| 12.5 (n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer | Nada consta |
| 12.6 Participação, em percentual, nas reuniões do Conselho Fiscal realizadas após a posse no cargo | - | - | - | - | - | - |
| 12.7 Indicar se é membro de algum comitê estatutário, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração na Companhia | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 12.8 Participação, em percentual, nas reuniões dos Comitês que faz parte após a posse no cargo | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| 12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a. administradores do emissor; b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor | Não existe |
| 12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: | Não há relação |

12.5 (m) - EFETIVO**JOAREZ JOSÉ PICCININI**

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor: É Conselheiro Fiscal efetivo das Lojas Renner desde 18 de abril de 2019. Desde 2009, é o Diretor Superintendente de Serviços Financeiros (Banco Randon e Randon Consórcios). É Diretor de Relações Institucionais das Empresas Randon, também é Diretor da Randon Ventures (Rvc Venture Capital Participações e Investimentos Ltda) e Presidente do Conselho Deliberativo da RandonPrev. Com mais de 20 anos de atuação no mercado financeiro brasileiro, com passagens pelos Bancos BankBoston, Sogeral e Maisonnave e com larga experiência no mercado financeiro internacional, sendo 10 anos de residência em Londres, (FleetBoston/ Bank of America e Votorantim). Enquanto residiu em Londres foi Conselheiro da Câmara de Comércio Brasil e Reino Unido.

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Atualmente é Diretor de Economia e Finanças e Conselheiro da Câmara de Indústria e Comércio de Caxias do Sul.

ROBERTO FROTA DECOURT

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor: . É Conselheiro Fiscal efetivo da Lojas Renner desde 03 de agosto de 2020, foi Conselheiro Fiscal suplente de abril de 2010 a julho de 2020. É sócio Diretor do Instituto Pantex de Pesquisa Ltda. desde 2001, trabalhando com consultoria e treinamento na área de gestão financeira e riscos. É membro do Conselho de Administração da Connectplug desde 2018. Foi membro efetivo do Conselho Fiscal da Metalúrgica Gerdau S.A. de 2007 a 2011 e 2014 a 2016. É professor de Mestrado e Doutorado na Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos), desde 2005.

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Nenhuma informação adicional.

ESTELA MARIS VIEIRA DE SOUZA – Indicada pela Previ

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor: É Conselheira Fiscal efetiva da Lojas Renner desde 29 de abril de 2020. Iniciou sua carreira na PricewaterhouseCoopers (PwC) em agosto de 1987. Na PwC foi sócia de auditoria de 2000 a 2018, aposentou-se em janeiro de 2019. Liderou projetos de auditoria e consultoria para empresas nacionais e multinacionais de diversos portes e com operações em distintos segmentos de negócios. Liderou equipes de assessoria a investidores no processo de privatização do setor de telecomunicações no Brasil (privatização do sistema Telebrás) em 1998. Exerceu por mais de 15 anos responsabilidades de liderança em Tecnologia, Comunicação, Entretenimento e Mídia em âmbito nacional e internacional na PwC. Membro do Conselho de Administração da Transportadora Sulbrasileira de Gás. Coordenadora do Comitê de Auditoria da Track&Field. Membro do Comitê de Auditoria da Agência Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF. Membro do Comitê de Auditoria da Localiza S.A.

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Foi membro titular do Board da PwC.

12.5 (m) - SUPLENTE**ROBERTO ZELLER BRANCHI**

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor: É Conselheiro Fiscal (suplente) da Lojas Renner desde 29 de abril de 2020, foi Conselheiro Fiscal (suplente) da Lojas Renner de abril de 2016 a abril de 2019. É sócio da Ardenas Partners, foi Controller da CRP Companhia de Participações e CFO da Rexnord Correntes Ltda., além de ter trabalhado como Gerente Sênior da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. É professor em diversos MBA's e Especializações, membro de comissões junto ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRC/RS). Associado ao IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Nenhuma informação adicional.

VANDERLEI DOMINGUES DA ROSA

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor: É Conselheiro Fiscal (suplente) da Lojas Renner desde 21 de outubro de 2020. É Conselheiro Fiscal titular, desde abril de 2007 da Odontoprev S.A., desde abril de 2014 da Weg S.A., desde abril de 2015 da Equatorial Energia S.A., da Equatorial Pará Distribuidora De Energia S.A. e da Equatorial Maranhão Distribuidora De Energia S.A., desde abril de 2016 da Valid Soluções S.A e desde abril de 2018 da Triunfo Part. e Investimentos S.A. Foi Conselheiro Fiscal da Marcopolo S.A., da Ideiasnet S.A., da Cosan S.A., entre outras. É perito ou assistente técnico em litígios trabalhistas, dissolução de sociedades e outros. Foi Sócio-Gerente da empresa HB Audit - Auditores Independentes, sucessora de Handel, Bittencourt & Cia. – Auditores Independentes, na qual foi sócio de fevereiro de 1994 até junho de 2016, tendo atuado na empresa por 28 anos (desde 1988) e foi responsável técnico perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Nenhuma informação adicional.

ISABEL CRISTINA BITTENCOURT SANTIAGO – Indicada pela Previ

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor: É Conselheira Fiscal (suplente) da Lojas Renner desde abril de 2019. Membro eleita do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Auditoria e Gestão dos Riscos do IIA Brasil, desde 2017. Conselheira Fiscal (Suplente): Fundação Renova desde 05/2020 e da São Martinho S.A desde 2017; Conselheira Fiscal: Nova Fronteira Bioenergia S/A ("joint venture" da São Martinho S.A com Petrobrás BioEnergia S.A.): de 2011 até 2017. Presidente do Conselho Fiscal da Aceprev (Entidade fechada de Previdência Complementar): de 1999 até 2012 e da Fundação Aperam Acesita: de 2010 até 2011. Gerente Executiva de Auditoria Interna e Gerenciamento de Riscos (Regional: Américas), Gerente de conformidade com a SOX & Controles Internos e Contabilidade e, membro do Comitê de Compliance na Aperam S.A desde 1992. Diretora Financeira e de Relações com Investidores: Metaltrust S.A.: de 2009 até 2012.

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Nenhuma informação adicional.

ANEXO IX

INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(Na forma do Item 13 do Formulário de Referência da ICVM 480/09)

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Filosofia Geral da Remuneração:

A Companhia tem uma cultura corporativa sólida e uma gestão voltada para o encantamento, que busca superar as expectativas dos seus clientes. Em sintonia com esta filosofia, os objetivos dos programas de remuneração visam atrair e reter os profissionais com as competências e valores requeridos pela Companhia, e motivá-los a atingir resultados e criar valor para os acionistas e demais stakeholders. Desta forma, os programas buscam reconhecer e recompensar os desempenhos individuais relacionados aos resultados da Companhia, em níveis competitivos aos de mercado.

A remuneração da Companhia é baseada nas seguintes premissas:

- Metas e estratégias de negócios;
- Melhores práticas de mercado;
- Interesses dos acionistas na criação de valor sustentável e de longo prazo; e
- Propósito da Companhia.

Seguindo as melhores práticas de Governança Corporativa o Presidente do Conselho de Administração e o Presidente da Companhia são executivos distintos. A Companhia tem um Conselho Fiscal permanente, um Comitê de Pessoas, um Comitê de Sustentabilidade, um Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos (estatutário) e um Comitê Estratégico. Além disso, o Conselho de Administração poderá criar outros comitês.

Conforme previsto no Estatuto Social compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei, eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a remuneração global dos administradores totalizou R\$ 35,7 milhões, incluindo a remuneração fixa, a variável e a despesa com o plano de opção de compra de ações, conforme demonstrado nas tabelas no item 13.2 adiante.

Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba global anual entre os Conselheiros e Diretores, após considerar o parecer do Comitê de Pessoas. Também é atribuição do Conselho de Administração, após apreciar a opinião do Comitê de Pessoas, estabelecer o valor da participação nos lucros dos Diretores e Empregados da Companhia, assim como de qualquer contrato a ser celebrado entre a Companhia e qualquer Diretor que contemple o pagamento de valores, inclusive o pagamento de valores a título de indenização, em razão do desligamento voluntário ou involuntário do Diretor; de mudança de Controle; ou de qualquer outro evento similar.

O Comitê de Pessoas, formado por conselheiros independentes, é responsável pela análise das políticas e programas de remuneração dos administradores.

Os programas e níveis de remuneração individual da diretoria executiva são sugeridos ao Comitê de Pessoas pelo Diretor Presidente, com base na filosofia de remuneração vigente. Ao fazer suas recomendações o Diretor Presidente leva em consideração os resultados da Companhia no exercício anterior, desempenho individual, pesquisas de remuneração de mercado e outros aspectos tais como riscos de retenção, habilidades e conhecimentos, experiência e potencial de cada executivo. O Diretor Presidente é assessorado pela área de recursos humanos da Companhia, e pode utilizar consultorias externas especializadas para temas técnicos.

O Comitê de Pessoas é responsável por analisar e opinar nas recomendações do Diretor Presidente quanto aos diretores, e por recomendar a remuneração do Diretor Presidente para aprovação do Conselho de Administração. Em suas análises e recomendações, o Comitê de Pessoas leva em consideração os mesmos parâmetros usados pelo Diretor Presidente para a remuneração dos diretores executivos, ou seja, os resultados da Companhia no exercício anterior, desempenho individual, pesquisas de remuneração de mercado e outros aspectos tais como riscos de retenção, habilidades e conhecimentos, experiência e histórico do executivo na Companhia. O Comitê de Pessoas também é assessorado pela área de recursos humanos da Companhia, e por consultorias externas especializadas nas áreas de remuneração executiva e jurídica. Nestes casos, o Comitê de Pessoas tem acesso direto aos consultores contratados, sem o envolvimento ou intermediação da Diretoria.

O Comitê de Pessoas ainda é responsável por recomendar ao Conselho de Administração as políticas e níveis de remuneração dos conselheiros. Ao analisar as políticas e remunerações dos conselheiros, o Comitê de Pessoas leva em consideração as boas práticas da governança corporativa, pesquisas de remuneração de mercado e outros aspectos como habilidades, experiência e histórico dos conselheiros. O Comitê de Pessoas também pode ser assessorado por áreas internas da Companhia, assim como por consultores contratados sem o envolvimento ou a intermediação da Diretoria.

O Conselho Fiscal da Companhia é composto por profissionais independentes e renomados, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, funcionando de modo permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidas por lei, sendo sua remuneração fixada pela Assembleia Geral Ordinária que os elege, observado o parágrafo 3º do Artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

O Conselho de Administração aprovou, em 15/03/2018, a Política de Indicação e de Remuneração dos Administradores, que poderá ser consultada no site de Relações com Investidores da Companhia – Governança – Estatuto e Políticas.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração do Conselho de Administração é composta por:

- Remuneração fixa: que é balizada nas práticas de mercado e visa reconhecer o valor dos conselheiros interna e externamente. O Conselho de Administração elege, entre seus membros, 3 (três) Conselheiros para compor o Comitê de Pessoas, os quais são conselheiros independentes, de acordo com o disposto no Parágrafo 1º do Artigo 16 do Estatuto Social e a definição do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da Bovespa. Para cumprir com este papel os conselheiros eleitos recebem uma remuneração equivalente a uma reunião de forma adicional enquanto fizerem parte do comitê. A parte fixa do Presidente do Conselho de Administração é um terço superior à dos demais Conselheiros. A partir de 2011, foi instituída remuneração superior para os Presidentes de Comitês, de um terço superior na parcela fixa referente à participação em comitês.

Além da remuneração descrita acima os membros do Conselho de Administração, conforme previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, também são reembolsados, pela Companhia, de todas as despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho de suas funções.

A remuneração total da diretoria executiva é composta por quatro elementos:

- Remuneração Fixa: Tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo internamente e externamente, bem como o desempenho individual, experiência, formação e conhecimento do executivo.
- Benefícios: Que visem complementar benefícios da assistência social pública e dar segurança aos diretores e seus familiares dentro das práticas usuais do mercado, assegurando as perfeitas condições para o desempenho do cargo.

- Remuneração Variável: Premiar o atingimento e superação de metas da Companhia e individuais, alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e mercado.
- Plano de Opções de Compra de Ações (POCA) e Plano de Ações Restritas: Reforçar a retenção dos executivos chave, atração de talentos e alinhar seus interesses com os dos acionistas, na criação de valor para o negócio de forma sustentável e no longo prazo.

A remuneração do Conselho Fiscal da Companhia é composta por:

- Remuneração Fixa: O montante total equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas da representação e participação nos lucros.

Além da remuneração acima descrita, os membros do Conselho Fiscal, conforme prevê a legislação vigente, também são reembolsados, pela Companhia, de todas as despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho de suas funções.

De 2011 em diante, foi instituída remuneração superior para o Presidente do Conselho Fiscal, de um terço superior aos demais conselheiros.

A remuneração dos membros dos comitês é composta por:

- Remuneração Fixa: equivalente a uma reunião de forma adicional enquanto fizerem parte do Comitê.

Os Presidentes de cada comitê recebem uma remuneração superior em um terço em relação aos demais membros do comitê. Os executivos da Companhia que forem membros de tais comitês não serão remunerados pela função exercida.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Ano 2018

| | Conselho de Administração | Comitês | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal |
|---|---------------------------|---------------|-----------------------|-----------------|
| Remuneração Fixa | 61,4% | 100,0% | 23,0% | 100,00 |
| Benefício | N/A | N/A | 3,2% | N/A |
| Remuneração Variável | 38,6% | N/A | 28,7% | N/A |
| Remuneração Baseada em Ações (a) | N/A | N/A | 45,1% | N/A |
| TOTAL | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% |

Ano 2019

| | Conselho de Administração | Comitês | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal |
|--|---------------------------|---------------|-----------------------|-----------------|
| Remuneração Fixa | 60,5% | 100,0% | 26,9% | 100,00 |
| Benefício | N/A | N/A | 4,3% | N/A |
| Remuneração Variável | 3,5% | N/A | 27,8% | N/A |
| Remuneração Baseada em Ações (a)* | 36,0% | N/A | 41,0% | N/A |
| TOTAL | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% |

Ano 2020

| | Conselho de Administração | Comitês | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal |
|-----------------------------------|---------------------------|---------------|-----------------------|-----------------|
| Remuneração Fixa | 66,3% | 100,0% | 36,7% | 100,00 |
| Benefício | N/A | N/A | 5,0% | N/A |
| Remuneração Variável | 3,5% | N/A | 8,6% | N/A |
| Remuneração Baseada em Ações (a)* | 33,7% | N/A | 49,7% | N/A |
| TOTAL | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% |

Nota: (a) – Utilizada metodologia Black&Scholes. No Conselho de Administração, são de outorgas contratuais do Sr. José Galló, recebidas ainda quando membro da Diretoria.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os níveis de remuneração são balizados na prática de mercado, obtida anualmente através de pesquisas salariais conduzidas por consultorias especializadas, das quais são selecionados painéis específicos de empresas que reflitam uma combinação das seguintes características:

- Porte similar ao da Companhia, em termos de faturamento;
- Setor de varejo;
- Concorrentes em recursos humanos;
- Filosofias de remuneração consistentes e similares.

A remuneração fixa, ou honorários fixos, são baseados na mediana de mercado, e reajustados anualmente conforme mercado, desempenho individual e outros fatores tais como potencial do executivo, habilidades específicas, experiência na função e riscos de retenção.

Os benefícios oferecidos pela Companhia seguem as práticas de mercado. Aos diretores são concedidos os seguintes benefícios:

- Plano de saúde
- Check-up médico
- Seguro de vida
- Automóvel
- Telefone Móvel

A Remuneração Variável é baseada no conceito de participação nos resultados, no qual é definida uma meta de premiação alvo ("target"), e associada a metas ponderadas de desempenho financeiro da Companhia e individuais. Para tanto são utilizadas as seguintes métricas: Resultado Operacional, Receita Operacional Líquida, ROIC (Retorno sobre o Capital Investido) e progressos alcançados nos Planos de Sucessão. As metas financeiras são baseadas no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração.

A partir de 2021, a remuneração variável da Diretoria passa a ser também atrelada a metas ESG. As metas são anuais, com monitoramento de indicadores de resultado parcial para 6 meses. As métricas estão, de forma geral, relacionadas aos compromissos públicos assumidos para o ano de 2021, com indicadores voltados para aspectos como, por exemplo,

mudanças climáticas (nível de emissões de CO2 e energia renovável), conformidade de fornecedores de produto e processos de fabricação de produtos têxteis que reduzam o impacto ambiental através das frentes de matérias-primas e processos.

Ao final do exercício é avaliado o atingimento das metas e calculada a premiação resultante, conforme o processo de Governança descrito anteriormente.

Somente haverá a outorga do Plano de Opções de Compra de Ações e/ou do Plano de Ações Restritas nos anos em que a Companhia tenha auferido, no ano imediatamente anterior, lucros suficientes para permitir a distribuição dos dividendos obrigatórios aos acionistas. Sendo, ainda, que para concessão das outorgas, cada executivo será avaliado por uma composição de objetivos, medidos através de: metas corporativas, individuais e nível de adesão aos princípios e valores da Companhia.

Os ganhos eventuais resultantes do Plano de Opções de Compra de Ações (POCA) são sujeitos à valorização da empresa, medida através da cotação de sua ação em bolsa de valores, a partir do preço de exercício da opção (compra das ações). Maiores detalhes sobre as regras do POCA nos itens 13.4 a 13.8.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

O posicionamento desejado da competitividade da remuneração total (soma de todos os elementos) é o terceiro quartil (percentil 75) de mercado, sendo que as parcelas fixas (salário base e benefícios) são alinhadas à mediana de mercado. Os objetivos desta composição são:

- Competitividade com a prática de mercado, que permita atrair e reter os profissionais com as qualificações requeridas;
- Associar uma parcela significativa da remuneração aos resultados da empresa (meritocracia);
- Gerar um equilíbrio entre as diferentes parcelas da remuneração, que incentive a busca de resultados de curto, médio e longo prazos, dentro de níveis de risco moderados;
- Balancear a remuneração variável de curto e longo prazos, visando a geração de resultados anuais sustentáveis e que resultem na criação de valor para os acionistas e demais stakeholders.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Até abril de 2019, o ex-Diretor Presidente também era membro do Conselho de Administração, não recebendo remuneração para o exercício do cargo de Conselheiro e, portanto não constava no número de membros e nem na remuneração do Conselho de Administração. Os membros do Comitê de Sustentabilidade não recebiam remuneração por participação nesse Comitê, até junho/2016.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O conjunto de elementos da remuneração busca reconhecer os resultados obtidos pela Companhia e desempenhos individuais e coletivos, em níveis competitivos aos de mercado. A remuneração fixa está baseada procurando alinhar na mediana de mercado obtida através de pesquisas salariais conduzidas por consultorias especializadas, e no desempenho individual.

O desempenho individual é medido por um cruzamento entre competências e resultado. O eixo competência é obtido através da avaliação anual do executivo, com base na sua adesão aos princípios e valores da empresa, bem como suas competências individuais. O eixo resultado é obtido através das metas individuais que se originam do planejamento estratégico da empresa e são desdobradas para todos os executivos.

A remuneração variável da diretoria é baseada em metas e estratégias do negócio, visando à criação de valor sustentável e de longo prazo à Companhia.

Do ponto de vista de negócio, os principais indicadores financeiros utilizados são: Resultado Operacional, Receita Líquida e ROIC (Retorno sobre o Capital Investido). A remuneração variável de curto prazo é composta conforme a performance desses indicadores no exercício e a remuneração variável de longo prazo é composta com objetivo de equilibrar o pacote de remuneração total do executivo, considerando mercado, equidade interna, desempenho e resultado.

A partir de 2021, a remuneração variável da Diretoria passa a ser também atrelada a metas ESG. As metas são anuais, com monitoramento de indicadores de resultado parcial para 6 meses. As métricas estão, de forma geral, relacionadas aos compromissos públicos assumidos para o ano de 2021, com indicadores voltados para aspectos como, por exemplo, mudanças climáticas (nível de emissões de CO2 e energia renovável), conformidade de fornecedores de produto e processos de fabricação de produtos têxteis que reduzam o impacto ambiental através das frentes de matérias-primas e processos.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Um dos parâmetros de ajuste do salário base é o desempenho individual (medido por metas individuais, competências e comportamentos).

A Remuneração Variável é baseada no conceito de participação nos resultados, no qual é definida uma meta de premiação alvo ("target"), e associada a metas ponderadas de desempenho financeiro da Companhia e individuais. As metas financeiras são baseadas em orçamento, aprovado pelo Conselho de Administração, e incluem a previsão de custos do plano. Portanto, o atingimento das metas automaticamente gera os recursos necessários à premiação, tornando o plano autofinanciável. A partir de 2021, a remuneração variável da Diretoria passa a ser também atrelada a metas ESG.

O Plano de Opções de Compra de Ações consiste na concessão de direitos de compra de ações da empresa, respeitadas regras de preços e prazos, previamente aprovadas pelos acionistas em Assembleia Geral. O preço de exercício é o preço médio ponderado das negociações ocorridos nos 30 (trinta) dias corridos de negociação em bolsa, anteriores à data da outorga que ensejar sua aplicação, e há um prazo de carência total de quatro anos para o exercício das opções. Caso o executivo se desligue da Companhia durante o prazo de carência, o mesmo perderá seus direitos ao Plano. Portanto, os ganhos dos executivos com o POCA dependem diretamente da valorização da ação da empresa após a outorga das opções, e durante o prazo de carência.

O Plano de Ações Restritas consiste na concessão de direitos de transferência de ações da empresa, respeitadas regras de prazos, previamente aprovadas pelos acionistas em Assembleia Geral. As Ações Restritas a serem outorgadas aos participantes serão aquelas que estiverem em tesouraria da Companhia. A transferência definitiva das Ações Restritas aos participantes estará condicionada ao cumprimento de um prazo de carência de três anos para cada outorga e, ao final do prazo de carência, o participante deverá estar com o vínculo com a Companhia em pleno vigor, caso contrário, as outorgas serão canceladas.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A estratégia de remuneração da empresa é baseada em práticas de mercado, o que permite a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados para a implementação e operacionalização das estratégias de negócios aprovadas pelos acionistas. A mecânica dos planos de remuneração variável anual atrela as premiações a métricas financeiras de crescimento da empresa de curto e médio prazos (Receita Operacional Líquida), eficiência operacional (Resultado Operacional) e ROIC. O plano de incentivos de longo prazo é baseado no conceito de opções de compra de ações e de

ações restritas, portanto, diretamente atrelado ao crescimento do valor de mercado da empresa, ou seja, a valorização das ações no longo prazo.

Somente haverá a outorga do Plano de Opções de Compra de Ações e/ou do Plano de Ações Restritas nos anos em que a Companhia tenha auferido, no ano imediatamente anterior, lucros suficientes para permitir a distribuição dos dividendos obrigatórios aos acionistas. Sendo, ainda, que para concessão das outorgas, cada executivo será avaliado por uma composição de objetivos, medidos através de: metas corporativas, individuais e nível de adesão aos princípios e valores da Companhia.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Os membros do Conselho de Administração, Comitês do Conselho de Administração, Diretoria e do Conselho Fiscal não recebem remuneração suportadas por empresas subsidiárias ou controladas.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

O Comitê de Pessoas é responsável por recomendar ao Conselho de Administração as políticas e níveis de remuneração individual dos Conselheiros e Diretoria, considerando as boas práticas de governança corporativa, pesquisas de remuneração de mercado e outros aspectos como habilidades, experiência e histórico dos Conselheiros. O Comitê de Pessoas também pode ser assessorado por áreas internas da Companhia, assim como por consultores contratados sem o envolvimento ou a intermediação da Diretoria.

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Comitê de Pessoas, assessorado pela área de Recursos Humanos da Companhia, é responsável pela análise das políticas e programas de remuneração dos Administradores. Atribui-se ao Conselho de Administração aprovar e definir a distribuição da verba global anual entre os Conselheiros e Diretores, após considerar o parecer do Comitê de Pessoas.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Os critérios avaliados para a definição da remuneração individual levam em consideração os resultados da Companhia no exercício anterior, desempenho individual, pesquisas de remuneração de mercado e outros aspectos como riscos de retenção, habilidades e conhecimentos, experiência e histórico dos Conselheiros e Executivos da Companhia. Os estudos de mercado consideram medidas estatísticas de posicionamento de remuneração em comparação ao mercado competidor e grandes companhias alinhadas ao porte e relevância estratégica da organização.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A frequência com que o Conselho de Administração avalia a aderência da remuneração dos Conselheiros e Diretores é anual, considerando a avaliação de competitividade de remuneração, assessorado pela área de Recursos Humanos da Companhia e com base em estudos técnicos conduzidos em conjunto com consultorias especializadas.

13.2 - Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | TOTAL |
|---|---------------------------|-----------------------|-------------------|----------------------|
| Número Total de Membros | 8,00 | 5,00 | 3,00 | 16,00 |
| Número de Membros Remunerados | 8,00 | 5,00 | 3,00 | 16,00 |
| REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL (R\$) | | | | |
| Salário ou Pró-Labore | 11.802.300,00 | 6.698.825,00 | 669.375,00 | 19.170.500,00 |
| Benefícios diretos e indiretos | - | 850.000,00 | - | 850.000,00 |
| Participações em Comitês | 2.400.000,00 | - | - | 2.400.000,00 |
| Outros | - | - | - | - |
| Descrição de outras remunerações fixas | - | - | - | - |
| REMUNERAÇÃO VARIÁVEL (R\$) | | | | |
| Bônus | - | - | - | - |
| Participação de resultados | - | 7.000.000,00 | - | 7.000.000,00 |
| Participação em reuniões | - | - | - | - |
| Comissões | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - |
| Descrição de outras remunerações variáveis | - | - | - | - |
| PÓS-EMPREGO | - | - | - | - |
| CESSAÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO | - | - | - | - |
| REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES INCLUINDO OPÇÕES(R\$) | 1.393.303,15 | 9.106.696,85 | - | 10.500.000,00 |
| TOTAL (R\$) | 15.595.603,15 | 23.655.521,85 | 669.375,00 | 39.920.500,00 |

Notas: O valor da remuneração estimada para 2021 compreende reajuste das verbas honorárias do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal. Para determinar o número de membros de cada órgão, foi somado o número de membros em cada mês do ano e dividido por 12 (média simples). O valor da remuneração baseada em ações, no Conselho de Administração, é de outorgas contratuais do Ex-Diretor Presidente, recebidas ainda como membro da Diretoria. O valor mencionado, na Diretoria Estatutária, como participação nos resultados, corresponde à remuneração variável, caso algumas metas estabelecidas pela Companhia venham a ser atingidas.

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | TOTAL |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|---------------|
| Número Total de Membros | 8,00 | 5,00 | 3,00 | 16,00 |
| Número de Membros Remunerados | 8,00 | 5,00 | 3,00 | 16,00 |
| REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL (R\$) | | | | |
| Salário ou Pró-Labore | 11.389.029,95 | 5.788.016,66 | 631.254,98 | 17.808.301,59 |
| Benefícios direto ou indireto | - | 787.900,00 | - | 787.900,00 |
| Participação em Comitê | 2.150.453,22 | - | - | 2.150.453,22 |
| Outros | - | - | - | - |
| Descrição de outras remunerações fixas | - | - | - | - |
| REMUNERAÇÃO VARIÁVEL (R\$) | | | | |
| Bônus | - | - | - | - |
| Participação de resultados | - | 1.362.846,79 | - | 1.362.846,79 |
| Participação em Reuniões | - | - | - | - |

| | | | | |
|---|----------------------|----------------------|-------------------|----------------------|
| Comissões | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| PÓS-EMPREGO | - | - | - | - |
| CESSAÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO | - | - | - | - |
| BASEADA EM AÇÕES INCLUINDO OPÇÕES(R\$) | 5.785.632,43 | 7.842.410,89 | - | 13.628.043,32 |
| TOTAL (R\$) | 19.325.115,60 | 15.781.174,34 | 631.254,98 | 35.737.544,92 |

Notas: O valor da remuneração de 2020 compreende reajuste das verbas honorárias do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal. Em 2020, foi aplicada a redução salarial de 25% durante 4 meses. Para determinar o número de membros de cada órgão, foi somado o número de membros em cada mês do ano e dividido por 12 (média simples). O valor da remuneração baseada em ações, no Conselho de Administração, é de outorgas contratuais do Ex-Diretor Presidente, recebidas ainda como membro da Diretoria. O valor mencionado, na Diretoria Estatutária, como participação nos resultados, corresponde à remuneração variável, devido ao programa de retenção da Companhia.

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | TOTAL |
|---|---------------------------|-----------------------|-------------------|----------------------|
| Número Total de Membros | 8,00 | 5,60 | 3,00 | 16,60 |
| Número de Membros Remunerados | 7,70 | 5,60 | 3,00 | 16,30 |
| REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL (R\$) | | | | |
| Salário ou Pró-Labore | 8.572.800,00 | 5.662.946,66 | 657.130,00 | 14.892.876,66 |
| Benefícios direto ou indireto | - | 914.463,00 | - | 914.463,00 |
| Participação em Comitê | 2.148.200,00 | - | - | 2.148.200,00 |
| Outros | - | - | - | - |
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |
| REMUNERAÇÃO VARIÁVEL (R\$) | | | | |
| Bônus | - | - | - | - |
| Participação de resultados | - | 5.855.451,36 | - | 5.855.451,36 |
| Participação em Reuniões | 494.000,00 | - | - | 494.000,00 |
| Comissões | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - |
| Descrição de outras remunerações variáveis | - | - | - | - |
| PÓS-EMPREGO | - | - | - | - |
| CESSAÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO | - | - | - | - |
| BASEADA EM AÇÕES INCLUINDO OPÇÕES(R\$) | 5.091.996,61 | 8.654.965,28 | - | 13.746.961,89 |
| TOTAL (R\$) | 16.306.996,61 | 21.087.826,30 | 657.130,00 | 38.051.952,91 |

Notas: O valor da remuneração de 2019 compreende reajuste das verbas honorárias do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal pelo INPC de 2018 e adequação ao mercado. Para determinar o número de membros de cada órgão, foi somado o número de membros em cada mês do ano e dividido por 12 (média simples). No Conselho de Administração, a remuneração por participação em reuniões deixou de ser paga como variável a partir de julho/2019. O Ex-Diretor Presidente também era membro do Conselho de Administração, não recebendo remuneração para o exercício do cargo de Conselheiro até abril/2019 e, portanto não constava no número de membros do Conselho de Administração até abril/2019. Após essa data, considera-se sua remuneração no Conselho de Administração. O valor da remuneração baseada em ações, no Conselho de Administração, corresponde às outorgas contratuais do Ex-Diretor Presidente, recebidas ainda como membro da Diretoria.

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | TOTAL |
|---|---------------------------|-----------------------|-------------------|----------------------|
| Número Total de Membros | 8,00 | 6,00 | 3,00 | 17,00 |
| Número de Membros Remunerados | 7,00 | 6,33 | 3,00 | 16,33 |
| REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL (R\$) | | | | |
| Salário ou Pró-Labore | 1.505.370,00 | 6.627.603,34 | 576.000,00 | 8.708.973,34 |
| Benefícios direto ou indireto | - | 911.697,60 | - | 911.697,60 |
| Participação em Comitê | 1.641.600,00 | - | - | 1.641.600,00 |
| Outros | - | - | - | - |
| Descrição de outras remunerações fixas | - | - | - | - |
| REMUNERAÇÃO VARIÁVEL (R\$) | | | | |
| Bônus | - | - | - | - |
| Participação de resultados | - | 8.294.749,20 | - | 8.294.749,20 |
| Participação em Reuniões | 946.200,00 | - | - | 946.200,00 |
| Comissões | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - |
| Descrição de outras remunerações variáveis | - | - | - | - |
| PÓS-EMPREGO | - | - | - | - |
| CESSAÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO | - | - | - | - |
| BASEADA EM AÇÕES INCLUINDO OPÇÕES(R\$) | - | 13.030.852,06 | - | 13.030.852,06 |
| TOTAL (R\$) | 4.093.170,00 | 28.864.902,20 | 576.000,00 | 33.534.072,20 |

Notas: O valor da remuneração de 2018 compreende reajuste das verbas honorárias do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal pelo INPC de 2017, bem como uma adequação ao mercado. Para determinar o número de membros de cada órgão, foi somado o número de membros em cada mês do ano e dividido por 12 (média simples). O Ex-Diretor Presidente também é membro do Conselho de Administração, não recebendo remuneração para o exercício do cargo de Conselheiro e, portanto, não consta no número de membros do Conselho de Administração.

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Na Companhia, não há pagamento de bônus, sendo utilizada a denominação de remuneração variável, que estão apresentadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia como Participações Estatutárias. Os membros do Conselho Fiscal não recebem remuneração variável. Com relação ao Conselho de Administração a remuneração variável era composta exclusivamente pelo comparecimento ou não nas reuniões, que deixou de ser paga a partir de julho/2019.

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2021 – previsão).

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---------------------------|-----------------------|-----------------|--------------|
| Nº Membros (a) | 8,00 | 5,00 | 3,00 | 16,00 |
| Nº de Membros Remunerados (a) | - | 5,00 | - | 5,00 |
| Bônus | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$) | - | - | - | - |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$) | - | - | - | - |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas (R\$) | - | - | - | - |
| Participação nos resultados | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$) | - | Zero | - | Zero |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | - | Sem Limite | - | Sem Limite |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas (R\$) | - | 7.000.000,00 | - | 7.000.000,00 |

Remuneração variável para o exercício social encerrado em 2020.

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---------------------------|-----------------------|-----------------|--------------|
| Nº Membros (a) | 8,00 | 5,00 | 3,00 | 16,00 |
| Nº de Membros Remunerados (a) | - | 5,00 | - | 5,00 |
| Bônus | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$) | - | - | - | - |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$) | - | - | - | - |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas (R\$) | - | - | - | - |
| Participação nos resultados | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$) | - | Zero | - | Zero |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | - | Sem Limite | - | Sem Limite |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas (R\$) (b) | - | 2.851.500,00 | - | 2.851.500,00 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$) | - | 1.362.846,79 | - | 1.362.846,79 |

Remuneração variável para o exercício social encerrado em 2019.

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---------------------------|-----------------------|-----------------|---------------|
| Nº Membros (a) | 8,00 | 5,60 | 3,00 | 16,60 |
| Nº de Membros Remunerados (a) | - | 5,60 | - | 5,60 |
| Bônus | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$) | - | - | - | - |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$) | - | - | - | - |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas (R\$) | - | - | - | - |
| Participação nos resultados | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$) | - | Zero | - | Zero |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | - | Sem Limite | - | Sem Limite |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas (R\$) (b) | - | 10.500.000,00 | - | 10.500.000,00 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$) | - | 5.855.451,36 | - | 5.855.451,36 |

Remuneração variável prevista para o exercício social encerrado em 2018.

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---------------------------|-----------------------|-----------------|---------------|
| Nº Membros (a) | 8,00 | 6,00 | 3,00 | 17,00 |
| Nº de Membros Remunerados (a) | - | 6,33 | - | 6,33 |
| Bônus | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$) | - | - | - | - |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$) | - | - | - | - |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas (R\$) | - | - | - | - |
| Participação nos resultados | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$) | - | Zero | - | Zero |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | - | Sem Limite | - | Sem Limite |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas (R\$) (b) | - | 13.000.000,00 | - | 13.000.000,00 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$) | - | 8.294.749,20 | - | 8.294.749,20 |

Notas: (a) – Para determinar o número de membros de cada órgão, foi somado o número de membros em cada mês do ano e dividido por 12 (média simples).

(b) – Nos anos de 2018, 2019 e 2020, o valor reconhecido no resultado foi menor do que estava previsto, pois nesses anos as metas não foram cumpridas na integralidade.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. termos e condições gerais

Plano de Opção de Compra de Ações 2005

Plano de Opção de Compra de Ações 2005 foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia, realizada no dia 25 de maio de 2005, e alterado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias de Acionistas, realizadas nos dias 10 de abril de 2007 e 30 de março de 2009 ("Plano de Opção 2005"). É supervisionado pelo Comitê de Remuneração, criado em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, e composto por membros do Conselho de Administração da Companhia ("Conselho"). As deliberações do Comitê de Remuneração, entretanto não vinculam a Companhia, exceto se e quando homologados pelo Conselho.

Os membros do Comitê de Remuneração não foram beneficiários das opções de compra objeto do Plano de Opção 2005.

Participaram do Plano de Opção 2005 os profissionais selecionados a exclusivo critério do Comitê, e aprovados pelo Conselho, dentre os diretores, executivos e empregados da Companhia e de suas controladas ("Beneficiários 2005"). Cada Beneficiário 2005 aderiu expressamente ao Plano de Opção 2005, mediante assinatura de termo de adesão próprio.

A outorga de opções de ações aos Beneficiários 2005 selecionados pelo Comitê de Remuneração eram realizadas periodicamente, por meio de programas de outorgas de opção de compra de ações.

Plano de Opção de Compra de Ações 2015

O Plano de Opção de Compra de Ações 2015 foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas, realizada no dia 23 de setembro de 2015 e alterado pela Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia, realizada em 21 de outubro de 2020 ("Plano de Opção 2015"). É supervisionado pelo Comitê de Pessoas ("Comitê"), criado em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, e composto por membros do Conselho. As deliberações do Comitê, entretanto não vinculam a Companhia, exceto se e quando homologados pelo Conselho.

Os membros do Comitê e do Conselho não poderão ser beneficiários das opções de compra objeto do Plano de Opções 2015.

Participarão do Plano de Opção 2015 os profissionais selecionados a exclusivo critério do Comitê, e aprovados pelo Conselho, dentre os diretores, executivos e empregados da Companhia e de suas controladas ("Beneficiários 2015", em conjunto com os Beneficiários 2005, os "Beneficiários"). Cada Beneficiário 2015 deverá aderir expressamente ao Plano de Opção 2015, mediante assinatura de termo de adesão próprio.

As outorgas de opções de ações aos Beneficiários selecionados pelo Comitê são realizadas periodicamente, por meio de programas de outorgas de opção de compra de ações.

Plano de Ações Restritas

O Plano de Ações Restritas foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas, realizada no dia 23 de setembro de 2015 e alterado pela Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia, realizada em 21 de outubro de 2020 (em conjunto com o Plano de Opção 2005 e Plano de Opção 2015, os "Planos"). É supervisionado pelo Comitê, criado em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, e composto por membros do Conselho. As deliberações do Comitê, entretanto não vinculam a Companhia, exceto se e quando homologados pelo Conselho.

Os membros do Comitê e do Conselho não poderão ser beneficiários das opções de compra objeto do Plano de Ações Restritas.

Participarão do Plano de Ações Restritas os profissionais selecionados a exclusivo critério do Comitê, e aprovados pelo Conselho, dentre os diretores, executivos e empregados da Companhia e de suas controladas ("Participantes").

As outorgas de ações restritas aos Participantes selecionados pelo Comitê são realizadas periodicamente, por meio de programas de outorgas de ações restritas.

b. principais objetivos do plano

Plano de Opção de Compra de Ações 2005

O Plano de Opção 2005 tem por objetivo (a) atrair, motivar e reter executivos qualificados, (b) promover os interesses da Companhia e de seus acionistas, e (c) incentivar os administradores, executivos, empregados e prestadores de serviços a contribuir para a obtenção de resultados para a Companhia por meio da concessão de opções de compra de ações do capital da Companhia.

Plano de Opção de Compra de Ações 2015

O Plano de Opção 2015 têm por objetivo (a) atrair, motivar e reter executivos qualificados, (b) alinhar os interesses dos executivos com os da Companhia e de seus acionistas, e (c) incentivar os diretores, executivos e empregados a contribuir para a obtenção de resultados para a Companhia por meio da concessão de opções de compra de ações do capital da Companhia.

Plano de Ações Restritas

O Plano de Ações Restritas tem por objetivo: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) atrair e reter os melhores profissionais ao longo do tempo e oferecer incentivos que alinhem interesses desses profissionais com o contínuo crescimento e sucesso da Companhia; e (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle ("Controladas") manter a elas vinculados os Participantes ou Beneficiários.

c. forma como os planos contribuem para esses objetivos

Os Planos conferem aos seus Beneficiários e Participantes, conforme aplicável, a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia. Ao oferecer tal possibilidade, espera-se que eles tenham incentivos para contribuir efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento da Companhia, beneficiando-se com a valorização e, sobretudo, obtendo vantagem patrimonial mediante o crescimento. O modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores, empregados e prestadores de serviços, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das ações da Companhia.

d. como os planos se inserem na política de remuneração do emissor

Os Planos têm um peso relevante na composição da remuneração total da diretoria (vide item 13.1.ii do Formulário de Referência) e gerência sênior da Companhia, sendo baseada em meritocracia, resultando, portanto (i) no devido enfoque dos executivos na valorização da Companhia, bem como (ii) em uma relação de a longo prazo destes profissionais com a Companhia; e conseqüentemente, a geração de resultados sustentáveis. Em 2020, os Planos representaram 49,7% da remuneração da Diretoria e 33,7% da remuneração do Conselho. Até 31 de dezembro de 2020, os 5 diretores e 1 conselheiro (ex-CEO) integravam os Planos.

e. como os planos alinham os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

A estratégia de remuneração total da Companhia tem como objetivo o alinhamento dos níveis de remuneração ao mercado. Como os Planos têm peso relevante na remuneração total, os Beneficiários e/ou Participantes, conforme aplicável,

têm ciência de que a competitividade de sua remuneração está atrelada ao crescimento sustentável do valor da Companhia no curto, médio e longo prazos, e que, por sua vez, também é a expectativa dos acionistas.

Como os Planos normalmente têm outorgas anuais de opções e de ações restritas a valores de mercado, há uma continuidade no foco em valorização futura das ações e da Companhia. Importante também observar que o número de opções outorgadas a cada programa é determinado de forma que os Beneficiários e/ou Participantes, conforme aplicável, somente terão ganhos efetivamente alinhados a mercado se houver uma valorização futura das ações alinhada às expectativas dos acionistas.

Somente haverá a outorga dos Planos nos anos em que a Companhia tenha auferido, no ano imediatamente anterior, lucros suficientes para permitir a distribuição dos dividendos obrigatórios aos acionistas. Ademais, para concessão das outorgas, cada executivo será avaliado por uma composição de objetivos, medidos através de: metas corporativas, individuais e nível de adesão aos princípios e valores da Companhia.

f. número máximo de ações abrangidas

Plano de Opção de Compra de Ações 2005

As opções de ações outorgadas segundo o Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em 2005, incluídas as já exercidas ou não, e descontadas as canceladas por situações de desligamento podiam conferir direitos sobre um número de ações que não excedesse 9% (nove por cento) da totalidade de ações emitidas pela Companhia a qualquer tempo, e contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano de Opção 2005 estivesse sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

Plano de Opção de Compra de Ações 2015

As opções de ações outorgadas segundo o Plano de Opção 2015, incluídas as já exercidas ou não, e descontadas as canceladas por situações de desligamento, podem conferir direitos sobre um número de ações que não exceda 3% (três por cento) da totalidade de ações emitidas pela Companhia a qualquer tempo, e desde que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano de Opção 2015 esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

Plano de Ações Restritas

Para fins do Plano de Ações Restritas, o Conselho de Administração poderá, mediante prévia recomendação do Comitê, outorgar um número de ações ordinárias, nominativas e escriturais de emissão da Companhia não excedente a 1% (um por cento) da totalidade de ações emitidas pela Companhia a qualquer tempo ("Ações Restritas"). As Ações Restritas a serem outorgadas aos Participantes serão aquelas que estiverem em tesouraria da Companhia.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Plano de Opção de Compra de Ações 2005

Conforme mencionado no item "f" acima, as opções de ações outorgadas segundo o Plano de Opção aprovado em 2005, incluídas as já exercidas ou não, e descontadas as canceladas por situações de desligamento, podiam conferir direitos sobre um número de ações que não excedesse 9% (nove por cento) da totalidade de ações emitidas pela Companhia a qualquer tempo, e desde que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano de Opção 2005 esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

Até 31.12.2020, em relação do Plano de Opção 2005, tinham sido outorgadas e exercidas 43.037.885 opções de ações (já excluindo as canceladas) para administradores, representando 5,41% do capital social da Companhia.

Plano de Opção de Compra de Ações 2015

Conforme mencionado no item "f" acima, as opções de ações outorgadas segundo o Plano de Opção 2015, incluídas as já exercidas ou não, e descontadas as canceladas por situações de desligamento, podem conferir direitos sobre um número de ações que não exceda 3% (três por cento) da totalidade de ações emitidas pela Companhia a qualquer tempo, e desde que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano de Opção 2015 esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

Até 31.12.2020, em relação ao Plano de Opção 2015, tinham sido outorgadas 4.156.745 opções de ações (já excluindo as canceladas) para administradores, representando 0,52% do capital social, sendo que destas, 1.322.669 foram exercidas, representando 0,16% do capital social da Companhia.

Plano de Ações Restritas

Conforme mencionado no item "f" acima, para fins do Plano de Ações Restritas, o Conselho de Administração poderá, mediante prévia recomendação do Comitê, outorgar um número de ações ordinárias, nominativas e escriturais de emissão da Companhia não excedente a 1% (um por cento) da totalidade de ações emitidas pela Companhia a qualquer tempo ("Ações Restritas"). As Ações Restritas a serem outorgadas aos Participantes serão aquelas que estiverem em tesouraria da Companhia.

Até 31.12.2020, em relação ao Plano de Ações Restritas, tinham sido outorgadas 698.830 ações restritas (0,09% do capital social), para administradores, sendo que destas, 528.770 foram transferidas (0,06% do capital social).

h. condições de aquisição de ações

Plano de Opção de Compra de Ações 2005

Periodicamente, o Comitê de Remuneração outorgava de opções de subscrição ou aquisição de ações aos Beneficiários 2005 selecionados. O exercício de tais opções era subordinado a determinadas condições, inclusive a eventual imposição de restrições à negociação das ações ordinárias adquiridas em razão do exercício das opções.

Plano de Opção de Compra de Ações 2015

Periodicamente, o Comitê outorga de opções de subscrição ou aquisição de ações aos Beneficiários 2015 selecionados. O exercício de tais opções é subordinado a determinadas condições, inclusive a eventual imposição de restrições à negociação das ações ordinárias adquiridas em razão do exercício das opções.

Plano de Ações Restritas

Periodicamente, o Comitê outorga de ações restritas aos Participantes selecionados. A aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas é subordinada a determinadas condições, inclusive o cumprimento de prazo de carência no qual os Participantes deverão permanecer trabalhando ou prestando serviços à Companhia.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano de Opção de Compra de Ações 2005

O preço básico para o exercício das opções e pagamento da subscrição ou aquisição de ações pelos Beneficiários 2005 do Plano de Opção 2005 era determinado pelo Conselho, conforme recomendação do Comitê de Remuneração, a cada programa, respeitados os parâmetros legais, na data da outorga da opção, mas nunca inferior a 100% (cem por cento) do valor de bolsa das ações de emissão da Companhia na data da outorga da opção. O valor de bolsa das ações objeto do exercício da opção era o preço médio ponderado das negociações nos 30 (trinta) dias corridos de negociação em bolsa, anteriores à data do evento que ensejar sua aplicação.

Plano de Opção de Compra de Ações 2015

O preço básico para o exercício das opções e pagamento da subscrição ou aquisição de ações pelos Beneficiários 2015 do Plano de Opção 2015 será determinado pelo Conselho, conforme recomendação do Comitê, a cada programa, respeitados os parâmetros legais, na data da outorga da opção, mas nunca inferior a 100% (cem por cento) do valor de bolsa das ações de emissão da Companhia na data da outorga da opção. Este mesmo preço (100% do valor de bolsa) deverá ser observado na hipótese de alienação de ações em tesouraria pela Companhia aos Beneficiários 2015. O valor de bolsa das ações objeto do exercício da opção será o preço médio ponderado das negociações nos 30 (trinta) dias corridos de negociação em bolsa, anteriores à data do evento que ensejar sua aplicação.

Plano de Ações Restritas

Para quaisquer fins aplicáveis, o valor das Ações Restritas corresponderá a 100% (cem por cento) do valor médio (sem considerar o after market) das ações da Companhia na bolsa de valores do dia anterior à data da transferência das Ações Restritas ao Participante.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

Plano de Opção de Compra de Ações 2005

O prazo de exercício das opções será determinado pelo Comitê de Remuneração, caso a caso, respeitados os parâmetros legais, na data da outorga da opção, mas nunca será superior a 6 (seis) anos contados da data da outorga da opção.

Plano de Opção de Compra de Ações 2015

De acordo com o texto original do Plano de Opção de 2015, após o decurso de um ano de sua respectiva outorga, 25% (vinte e cinco por cento) das opções, considerando apenas as opções objeto de uma mesma outorga, poderão ser exercidas pelo Beneficiário 2015, sujeito às demais condições do Plano, e assim sucessivamente, à razão de 25% (vinte e cinco por cento) para cada período subsequente de um ano. Após o decurso de quatro anos de sua respectiva outorga, todas as opções, considerando apenas as opções objeto de uma mesma outorga, estarão exercíveis, sujeito às demais condições deste Plano de Opção 2015. O prazo de exercício das opções nunca será superior a 6 (seis) anos contados da data da outorga da opção.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 21 de outubro de 2020, os acionistas aprovaram uma alteração ao Plano de Opção 2015. Para opções outorgadas após essa data, o exercício será após o decurso de dois anos de sua respectiva outorga, 20% (vinte por cento) das opções, considerando apenas as opções objeto de uma mesma outorga, poderão ser exercidas pelo Beneficiário 2015, sujeito às demais condições deste Plano, mais 30% (trinta por cento) após o decurso de três anos da respectiva outorga e os outros 50% (cinquenta por cento) após o decurso de quatro anos de sua respectiva outorga.

O prazo de exercício das opções será determinado pelo Comitê, caso a caso, respeitados os parâmetros legais, na data da outorga da opção, mas nunca será superior a 6 (seis) anos contados da data da outorga da opção.

Plano de Ações Restritas

No Plano de Ações Restritas, há um prazo de carência de 3 (três) anos, sendo que ao final do prazo de carência o Participante deverá estar com o vínculo com a Companhia em pleno vigor, sem prejuízo do cumprimento das demais disposições do Plano de Ações Restritas e do Programa.

k. forma de liquidação

Plano de Opção de Compra de Ações 2005

O preço das ações será pago pelos titulares da opção de compra nas condições determinadas pelo Comitê de Remuneração, respeitada a integralização mínima prevista na Lei nº 6.404/76, na hipótese de o Comitê de Remuneração autorizar a integralização parcelada do preço das ações. O pagamento do preço de subscrição das ações objeto do exercício da opção será feito em dinheiro. Conforme o programa de outorga, que complementa o Plano de Opção 2005, o Beneficiário 2005 terá até 4 (quatro) dias, após o exercício das opções, para efetuar o pagamento.

Plano de Opção de Compra de Ações 2015

O preço das ações será pago pelos titulares da opção de compra nas condições determinadas pelo Comitê, respeitada a integralização mínima prevista na Lei nº 6.404/76, na hipótese de o Comitê autorizar a integralização parcelada do preço das ações. O pagamento do preço de subscrição das ações objeto do exercício da opção será feito em dinheiro. Conforme o programa de outorga, que complementa o Plano de Opção 2015, o Beneficiário 2015 terá até 5 (cinco) dias, após o exercício das opções para efetuar o pagamento.

Plano de Ações Restritas

No caso das Ações Restritas, após o decurso do prazo de carência, e mediante o cumprimento de todas as condições previstas no Plano de Ações Restritas e demais condições aplicáveis, a Companhia transferirá a propriedade das Ações Restritas ao Participante no prazo de 3 dias.

l. restrições à transferência das ações

As ações decorrentes do exercício de opção de compra no âmbito dos Planos de Opção 2005 e 2015 não podem ser alienadas a terceiros enquanto não estiverem totalmente integralizadas.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Plano de Opção de Compra de Ações 2005

O Plano de Opção 2005 foi extinto em 25 de maio de 2015.

Contudo, deve-se ressaltar que o Plano de Opção 2005 extinguir-se-á automaticamente, nos seguintes casos: (a) por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, (b) pelo cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, (c) pela cessação de negociação das ações ordinárias em mercado de balcão, mercado organizado ou bolsa de valores, em virtude de reorganização societária da Companhia, (d) pela dissolução e liquidação da Companhia, ou (e) pelo decurso de um prazo de 10 (dez) anos contados da data de aprovação deste plano.

A extinção do Plano de Opção 2005 por deliberação dos acionistas da Companhia não afetará a eficácia das opções ainda em vigor, anteriormente outorgadas, nem a prevalência das restrições à negociabilidade das ações e/ou ao direito de preferência instituído.

Em caso de extinção por ocasião de reorganização societária da Companhia, o Plano de Opção 2005 e os programas de outorga serão extintos, assim como qualquer opção até então concedida, exceto se as deliberações sobre a reorganização estabeleçam por escrito, em conexão com tal transação, a permanência do Plano de Opção 2005 e/ou de algum programa de outorga e a assunção das opções até então concedidas com a substituição de tais opções por novas opções. Nesse caso, a Companhia sucessora, sua afiliada ou sociedade controlada assumirá os ajustes apropriados no número, espécie e preço de ações, e nesse caso o Plano de Opção 2005 e o programa de outorga relevante continuarão na forma então prevista.

Nas hipóteses de cancelamento de registro de Companhia aberta, cessação de negociação, dissolução e liquidação da Companhia, o Plano de Opção 2005 e as opções com base nele concedidas serão automaticamente extintas.

Plano de Opção de Compra de Ações 2015

O Plano de Opção 2015 extinguir-se-á automaticamente, nos seguintes casos: (a) por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, (b) pelo cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, (c) pela cessação de negociação das ações ordinárias em mercado de balcão, mercado organizado ou bolsa de valores, em virtude de reorganização societária da Companhia, (d) pela dissolução e liquidação da Companhia, ou (e) pelo decurso de um prazo de 10 (dez) anos contados da data de aprovação deste plano.

A extinção do Plano de Opção 2015 por deliberação dos acionistas da Companhia não afetará a eficácia das opções ainda em vigor, anteriormente outorgadas, nem a prevalência das restrições à negociabilidade das ações e/ou ao direito de preferência aqui instituído.

Em caso de extinção por ocasião de reorganização societária da Companhia, o Plano de Opção 2015 e os programas de outorga serão objeto de análise pelo Conselho, a fim de deliberar, em conexão com tal transação, a permanência do Plano de Opção 2015 e/ou de algum programa de outorga e a assunção das opções até então concedidas com a substituição de tais opções por novas opções.

Nas hipóteses de cancelamento de registro de companhia aberta, cessação de negociação, dissolução e liquidação da Companhia, o Plano de Opção 2015 e os programas de outorga serão objeto de análise pelo Conselho, a fim de deliberar, em conexão com tal transação, a permanência do Plano de Opção 2015 e/ou de algum programa de outorga e a assunção das opções até então concedidas com a substituição de tais opções por novas opções.

Plano de Ações Restritas

O Plano de Ações Restritas extinguir-se-á automaticamente, nos seguintes casos: (a) por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, (b) pelo cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, (c) pela cessação de negociação das ações ordinárias em mercado de balcão, mercado organizado ou bolsa de valores, em virtude de reorganização societária da Companhia, (d) pela dissolução e liquidação da Companhia, ou (e) pelo decurso do prazo de 10 (dez) anos contado da data de aprovação deste plano.

A extinção do Plano de Ações Restritas por deliberação dos acionistas da Companhia não afetará a eficácia das Ações Restritas ainda em vigor, anteriormente atribuídas aos Participantes, nem a prevalência das restrições à negociabilidade das ações e/ou ao direito de preferência instituído.

Em caso de extinção por ocasião de reorganização societária da Companhia, o Plano de Ações Restritas e os programas de outorga serão objeto de análise pelo Conselho, a fim de deliberar, em conexão com tal transação, a permanência do Plano de Ações Restritas e/ou de algum programa de outorga e a assunção das opções até então concedidas com a substituição de tais opções por novas opções.

Nas hipóteses de cancelamento de registro de companhia aberta, cessação de negociação, dissolução e liquidação da Companhia, o Plano de Ações Restritas e os programas de outorga serão objeto de análise pelo Conselho, a fim de deliberar, em conexão com tal transação, a permanência do Plano de Ações Restritas e/ou de algum programa de outorga e a transferência das Ações Restritas ao Participante.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Plano de Opção de Compra de Ações 2005

Nenhuma disposição do Plano de Opção 2005 confere direitos aos Beneficiários 2005 relativos à garantia de permanência como empregado ou prestador de serviços da Companhia ou de suas subsidiárias, ou interfere de qualquer modo com o

direito da Companhia e de suas subsidiárias, sujeito às condições legais e àquelas do contrato de trabalho ou do contrato de prestação de serviços, conforme o caso, de rescindir a qualquer tempo o relacionamento com o Beneficiário 2005. Nenhuma disposição do Plano de Opção 2005 confere, ainda, a qualquer titular de uma opção, direitos concernentes à sua permanência até o término do seu mandato como diretor, ou interfere de qualquer modo com o direito da Companhia em destituí-lo(a), nem assegura o direito à sua reeleição para o cargo.

Em caso de desligamento do Beneficiário 2005 por iniciativa da Companhia ou de sua controlada, exceto por justa causa e ressalvada a hipótese de desligamento em função de falecimento, invalidez ou aposentadoria do Beneficiário 2005, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as opções que lhe tenham sido concedidas e que ainda não sejam exercíveis. Não obstante, caberá ao titular das opções o direito de exercer as opções já exercíveis na data do desligamento no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, contados da data do desligamento, mediante pagamento à vista e integralização do saldo remanescente no caso de integralização parcelada. O Comitê de Remuneração poderá estender este prazo, quando tal medida for justificada pelas circunstâncias específicas do caso.

Em caso de desligamento do Beneficiário 2005 por sua própria iniciativa, por qualquer razão, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as opções que lhe tenham sido concedidas e que ainda não sejam exercíveis. Não obstante, caberá ao titular das opções o direito de exercer as opções já exercíveis na data do desligamento no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data do desligamento, mediante pagamento à vista e integralização do saldo remanescente no caso de integralização parcelada.

No caso do desligamento do titular de opções da Companhia ocorrer em decorrência de justa causa, as opções não exercíveis que lhe tenham sido concedidas tornar-se-ão automaticamente extintas de pleno direito, independente de aviso prévio ou indenização. O prazo para exercício das opções exercíveis se expirará no dia antecedente ao desligamento. Caso as ações subscritas por força do Plano de Opção 2005 não estejam inteiramente integralizadas, o Beneficiário 2005 terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente integralizado.

No caso de falecimento de um titular de opção, todas as opções ainda não exercíveis tornar-se-ão imediatamente exercíveis, e a opção se estenderá aos herdeiros ou sucessores do titular da opção, por sucessão legal ou por disposição testamentária até o término do prazo da opção concedida, podendo a opção ser exercida, no todo ou em parte, pelos herdeiros e/ou sucessores do titular da opção, com pagamento à vista. Caso as ações subscritas por força do Plano de Opção 2005 não estejam inteiramente integralizadas, o representante legal do participante terá o prazo original de exercício da opção (que será automaticamente prorrogado por 2 (dois) anos contados do falecimento se a opção expiraria antes de tal data) para efetuar a integralização do valor total das ações subscritas ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente integralizado.

No caso de invalidez permanente ou aposentadoria de um Beneficiário 2005, todas as opções ainda não exercíveis tornar-se-ão imediatamente exercíveis e o pagamento do preço de exercício deverá ser feito à vista. As opções já exercíveis poderão ser exercidas no prazo original desde que o pagamento seja feito à vista. Caso as ações subscritas por força do Plano de Opção 2005 não estejam inteiramente integralizadas, o Beneficiário 2005 terá o prazo original de exercício da opção (que será automaticamente prorrogado por 2 (dois) anos contados da invalidez permanente ou aposentadoria se a opção expiraria antes de tal data) para efetuar a integralização do valor total das ações subscritas ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente integralizado.

Na hipótese de ocorrência da obrigação de implementação de oferta pública de aquisição das ações de emissão da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia, ou na hipótese de sucesso de oferta pública de aquisição do controle da Companhia formulada nos termos do Art. 257 da Lei 6.404/76, uma ou outra que resulte em desligamento sem justa causa de Beneficiário 2005 do Plano de Opção 2005 por iniciativa da Companhia dentro do prazo de até 12 (doze) meses de tal ocorrência, fica desde já estabelecido que todas as opções anteriormente outorgadas ou ações restritas

atribuídas ao respectivo Beneficiário 2005 e que ainda não sejam passíveis de exercício tornar-se-ão automaticamente exercíveis.

O exercício antecipado de opções que tenham sido outorgadas nos termos do Plano de Opção 2005 poderá ser implementado em outras hipóteses ora não expressamente previstas, sempre mediante o prévio exame e opinião do Comitê de Remuneração, o qual avaliará a respectiva hipótese e, em sendo o caso, sugerirá sua aprovação ao Conselho.

Plano de Opção de Compra de Ações 2015

Nenhuma disposição do Plano de Opção 2015 confere direitos aos Beneficiários 2015 relativos à garantia de permanência como empregado ou prestador de serviços da Companhia ou de suas subsidiárias, ou interfere de qualquer modo com o direito da Companhia e de suas subsidiárias, sujeito às condições legais e àquelas do contrato de trabalho ou do contrato de prestação de serviços, conforme o caso, de rescindir a qualquer tempo o relacionamento com o Beneficiário 2015. Nenhuma disposição do Plano de Opção 2015 confere, ainda, a qualquer titular de uma opção, direitos concernentes à sua permanência até o término do seu mandato como diretor, ou interfere de qualquer modo com o direito da Companhia em destituí-lo(a), nem assegura o direito à sua reeleição para o cargo.

Em caso de desligamento do Beneficiário 2015 por iniciativa da Companhia ou de sua controlada, exceto por justa causa e ressalvada a hipótese de desligamento em função de falecimento, invalidez ou aposentadoria do Beneficiário 2015, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as opções que lhe tenham sido concedidas e que ainda não sejam exercíveis. Não obstante, caberá ao titular das opções o direito de exercer as opções já exercíveis na data do desligamento no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, contados da data do desligamento, mediante pagamento à vista e integralização do saldo remanescente no caso de integralização parcelada. O Comitê poderá estender este prazo, quando tal medida for justificada pelas circunstâncias específicas do caso.

Em caso de desligamento do Beneficiário 2015 por sua própria iniciativa, por qualquer razão, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as opções que lhe tenham sido concedidas e que ainda não sejam exercíveis. Não obstante, caberá ao titular das opções o direito de exercer as opções já exercíveis na data do desligamento no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data do desligamento, mediante pagamento à vista e integralização do saldo remanescente no caso de integralização parcelada.

No caso do desligamento do titular de opções da Companhia ocorrer em decorrência de justa causa, as opções não exercíveis que lhe tenham sido concedidas tornar-se-ão automaticamente extintas de pleno direito, independente de aviso prévio ou indenização. O prazo para exercício das opções exercíveis se expirará no dia antecedente ao desligamento. Caso as ações subscritas por força do Plano de Opção 2015 não estejam inteiramente integralizadas, o Beneficiário 2015 terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente integralizado.

No caso de falecimento de um titular de opção, todas as opções ainda não exercíveis tornar-se-ão imediatamente exercíveis, e a opção se estenderá aos herdeiros ou sucessores do titular da opção, por sucessão legal ou por disposição testamentária até o término do prazo da opção concedida, podendo a opção ser exercida, no todo ou em parte, pelos herdeiros e/ou sucessores do titular da opção, com pagamento à vista. Caso as ações subscritas por força do Plano de Opção 2015 não estejam inteiramente integralizadas, o representante legal do Beneficiário 2015 terá o prazo original de exercício da opção (que será automaticamente prorrogado por 2 (dois) anos contados do falecimento se a opção expiraria antes de tal data) para efetuar a integralização do valor total das ações subscritas ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente integralizado.

No caso de invalidez permanente ou aposentadoria de um Beneficiário 2015, todas as opções ainda não exercíveis tornar-se-ão imediatamente exercíveis e o pagamento do preço de exercício deverá ser feito à vista. As opções já exercíveis poderão ser exercidas no prazo original desde que o pagamento seja feito à vista. Caso as ações subscritas por força do Plano de Opção 2015 não estejam inteiramente integralizadas, o Beneficiário 2015 terá o prazo original de exercício da opção (que será automaticamente prorrogado por 2 (dois) anos contados da invalidez permanente ou aposentadoria se a

opção expiraria antes de tal data) para efetuar a integralização do valor total das ações subscritas ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente integralizado.

Na hipótese de ocorrência da obrigação de implementação de oferta pública de aquisição das ações de emissão da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia, ou na hipótese de sucesso de oferta pública de aquisição do controle da Companhia formulada nos termos do Art. 257 da Lei 6.404/76, uma ou outra que resulte em desligamento sem justa causa de Beneficiário 2015 do Plano de Opção 2015 por iniciativa da Companhia dentro do prazo de até 12 (doze) meses de tal ocorrência, fica desde já estabelecido que todas as opções anteriormente outorgadas ou ações restritas atribuídas ao respectivo Beneficiário 2015 e que ainda não sejam passíveis de exercício tornar-se-ão exercíveis.

O exercício antecipado de opções que tenham sido outorgadas nos termos deste Plano de Opção 2015 poderá ser implementado em outras hipóteses mesmo que não expressamente previstas, desde que somente sejam utilizadas em situações de interesse da Companhia para casos excepcionais de desligamento de diretores, sempre mediante o prévio exame e opinião do Comitê, o qual avaliará a respectiva hipótese e, em sendo o caso, sugerirá sua aprovação ao Conselho.

Plano de Ações Restritas

Nenhuma disposição do Plano de Ações Restritas conferirá aos Participantes direitos relativos à garantia de permanência como empregado da Companhia ou de suas controladas ou interferirá de qualquer modo com o direito da Companhia e/ou de suas controladas, sujeito às condições legais e àquelas do contrato de trabalho, conforme o caso, de rescindir a qualquer tempo o relacionamento com o Participante. Nenhuma disposição do Plano de Ações Restritas conferirá, ainda, a qualquer Participante, direitos concernentes à sua permanência até o término do seu mandato como diretor, ou interferirá de qualquer modo com o direito da Companhia ou da controlada em destituí-lo(a), nem assegurará o direito à sua reeleição para o cargo.

Qualquer hipótese de desligamento do Participante por iniciativa da Companhia ou de sua controlada, com ou sem justa causa, e ressalvada a hipótese de desligamento em função de falecimento, invalidez ou aposentadoria do Participante, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio, todas as Ações Restritas que lhe tenham sido atribuídas e que ainda não tenham cumprido o prazo de carência, sem qualquer obrigação de indenização por parte da Companhia.

Em caso de desligamento do Participante por sua própria iniciativa, por qualquer razão, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio, todas as Ações Restritas que lhe tenham sido atribuídas e que ainda não tenham cumprido o prazo de carência, sem qualquer obrigação de indenização por parte da Companhia.

No caso de falecimento de um Participante, todas as Ações Restritas que ainda não tenham cumprido o prazo de carência tornar-se-ão imediatamente devidas, e serão transferidas aos herdeiros ou sucessores do Participante falecido titular das

Ações Restritas, por sucessão legal ou por disposição testamentária. Exceto na hipótese de cessão para herdeiros ou sucessores em caso de falecimento, as Ações Restritas outorgadas nos termos do Plano de Ações Restritas são pessoais e intransferíveis, não podendo, portanto, o Participante, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer forma alienar a quaisquer terceiros as ações restritas outorgadas, nem os direitos e obrigações a elas inerentes. O Participante se obriga a não onerar as ações restritas outorgadas, nem instituir qualquer gravame que possa impedir a execução do disposto no Plano de Ações Restritas.

No caso de invalidez permanente ou aposentadoria com afastamento de um Participante, todas as Ações Restritas que ainda não tenham cumprido o prazo de carência tornar-se-ão imediatamente devidas ao Participante.

Na hipótese de ocorrência da obrigação de implementação de oferta pública de aquisição das ações de emissão da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia, ou na hipótese de sucesso de oferta pública de aquisição do controle da Companhia formulada nos termos do Art. 257 da Lei 6.404/76, uma ou outra que resulte em desligamento sem justa causa de Participante do Plano de Ações Restritas por iniciativa da Companhia dentro do prazo de até 12 (doze) meses

de tal ocorrência, fica desde já estabelecido que todas as Ações Restritas atribuídas ao respectivo Participante, ainda que estejam dentro do período de carência, serão transferidas ao Participante.

A transferência antecipada das Ações Restritas que tenham sido outorgadas nos termos deste Plano de Ações Restritas poderá ser implementada em outras hipóteses ora não expressamente previstas, desde que somente sejam utilizadas em situações de interesse da Companhia para casos excepcionais de desligamento de diretores, sempre mediante o prévio

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

O Conselho de Administração da Companhia era elegível ao Plano de Opção de Compra de Ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 25 de maio de 2005. Porém até o presente momento, nenhuma outorga foi concedida aos membros do Conselho de Administração.

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 2018.

Para o ano de 2018, a 9ª outorga deixou de ser reconhecida nos resultados da Companhia e por isso não é apresentada no quadro abaixo.

| Conselho de Administração | Diretoria | | | | | | | | |
|---|-----------|--|---------------------------------------|---|--|---|--|---|--|
| | | | | | | | | | |
| Nº total de membros | 8 | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 |
| Nº membros remunerados | - | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 |
| Em relação a cada outorga de opções de compra de ações: | - | 10ª outorga (A) e outorga contratual (B)* | 11ª outorga | 1ª outorga POCA Plano aprovado em AGE de 23.09.15 | 1ª outorga RESTRITAS Plano aprovado em AGE de 23.09.15 | 2ª outorga POCA Plano aprovado em AGE de 23.09.15 | 2ª outorga RESTRITAS Plano aprovado em AGE de 23.09.15 | 3ª outorga POCA Plano aprovado em AGE de 23.09.15 | 3ª outorga RESTRITAS Plano aprovado em AGE de 23.09.15 |
| data de outorga | - | 19.02.2014(A) 05.03.2014(B) | 12.02.2015 | 04.02.2016 | 04.02.2016 | 09.02.2017 | 09.02.2017 | 08.02.2018 | 08.02.2018 |
| quantidade de opções outorgadas | - | 958.300 (A) 6.875.000 (B) | 985.600 | 744.700 | 102.300 | 454.025 (A) 1.564.200 (B) | 77.000 (A) 291.500 (B) | 282.500 | 49.600 |
| prazo para que as opções se tornem exercíveis | - | (A) 50% em 19.02.2017 e 50% em 19.02.2018 (B) 30% em 05.03.2016, 30% em 05.03.2017 e 40% a partir do 4º trimestre de 2017 | 50% em 12.02.2018 e 50% em 12.02.2019 | 25% em 04.02.2017, 25% em 04.02.2018, 25% em 04.02.2019 e 25% em 04.02.2020 | 100% em 04.02.2019 | 25% em 09.02.2018, 25% em 09.02.2019, 25% em 09.02.2020 e 25% em 09.02.2021 | 100% em 09.02.2020 | 25% em 08.02.2019, 25% em 08.02.2020, 25% em 08.02.2021 e 25% em 08.02.2022 | 100% em 08.02.2021 |
| prazo máximo para exercício das opções | - | (A) 19.02.2020 (B) 05.03.2020 | 12.02.2021 | 04.02.2022 | 04.02.2019 | 09.02.2023 | 09.02.2020 | 08.02.2024 | 08.02.2021 |
| prazo de restrição à transferência das ações | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|--|
| grupos de opções (preço por ação): | | | | | | | | | | |
| (a) em aberto no início do exercício social | - | (A) R\$ 10,22 (B) R\$ 10,16 | R\$ 13,25 | R\$ 15,40 | - | (A) R\$ 21,71 (B) R\$ 21,71 | - | R\$ 36,21 | - | |
| (b) perdas durante o exercício social | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| (c) exercidas durante o exercício social | - | (A) R\$ 10,22 (B) R\$ 10,16 | - | R\$ 15,40 | - | (A) R\$ 21,71 | - | - | - | |
| (d) expiradas durante o exercício social | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Valor justo das opções na data de outorga (por opção) | - | (A) R\$ 4,79 (B) R\$ 5,44 | R\$ 6,80 | R\$ 10,34 | - | (A) R\$ 11,17 (B) R\$ 11,17 | - | R\$ 16,90 | - | |
| Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas | - | 1,09% do capital social em 31.12.2018 | 0,14% do capital social em 31.12.2018 | 0,10% do capital social em 31.12.2018 | 0,01% do capital social em 31.12.2018 | 0,28% do capital social em 31.12.2018 | 0,05% do capital social em 31.12.2018 | 0,04% do capital social em 31.12.2018 | 0,01% do capital social em 31.12.2018 | |

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 2019.

Para o ano de 2019, a 10ª outorga do Plano de Opções de Compras de Ações e a 1ª outorga do Plano de Ações Restritas deixaram de ser reconhecidas nos resultados da Companhia e por isso não são apresentadas nos quadros abaixo.

| | Conselho de Administração | | | |
|--|--|---|--|---|
| Nº total de membros | 8 | 8 | 8 | 8 |
| Nº de membros remunerados | 8 | 8 | 8 | 8 |
| Em relação a cada outorga de opções de compra de ações: | 2ª outorga POCA Plano aprovado em AGE de 23.09.15 | 2ª outorga RESTRITAS Plano aprovado em AGE de 23.09.15 | 4ª outorga POCA Plano aprovado em AGE de 23.09.15 | 4ª outorga RESTRITAS Plano aprovado em AGE de 23.09.15 |
| data de outorga | 09.02.2017 | 09.02.2017 | 07.02.2019 | 07.02.2019 |
| quantidade de opções outorgadas | 1.564.200 (B) | 291.500 (B) | 121.000 (B) | 36.000 (B) |
| prazo para que as opções se tornem exercíveis | 25% em 09.02.2018, 25% em 09.02.2019, 25% em 09.02.2020 e 25% em 09.02.2021 | 100% em 09.02.2020 | 25% em 07.02.2020, 25% em 07.02.2021, 25% em 07.02.2022 e 25% em 07.02.2023 | 100% em 07.02.2022 |
| prazo máximo para exercício das opções | 09.02.2023 | 09.02.2020 | 07.02.2025 | 07.02.2022 |
| prazo de restrição à transferência das ações | - | - | - | - |
| preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (preço por ação): | | | | |
| (a) em aberto no início do exercício social | (B) R\$ 19,73 | - | R\$ 38,62 | - |

| | | | | | | | | |
|--|---------------------------------------|---|---|--|---|--|---|--|
| (b) perdas durante o exercício social | - | - | - | - | - | - | - | - |
| (c) exercidas durante o exercício social | - | - | - | - | - | - | - | - |
| (d) expiradas durante o exercício social | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Valor justo das opções na data de outorga (por opção) | (B) R\$ 10,15 | - | - | - | R\$ 19,21 | - | - | - |
| Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas | 0,20% do capital social em 31.12.2019 | 0,04% do capital social em 31.12.2019 | 0,02% do capital social em 31.12.2019 | 0,00% do capital social em 31.12.2019 | 0,02% do capital social em 31.12.2019 | 0,00% do capital social em 31.12.2019 | 0,00% do capital social em 31.12.2019 | 0,00% do capital social em 31.12.2019 |
| Diretoria | | | | | | | | |
| Nº total de membros | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 |
| Nº de membros remunerados | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 |
| Em relação a cada outorga de opções de compra de ações: | 11ª outorga | 1ª outorga POCA Plano aprovado em AGE de 23.09.15 | 2ª outorga POCA Plano aprovado em AGE de 23.09.15 | 2ª outorga RESTRITAS Plano aprovado em AGE de 23.09.15 | 3ª outorga POCA Plano aprovado em AGE de 23.09.15 | 3ª outorga RESTRITAS Plano aprovado em AGE de 23.09.15 | 4ª outorga POCA Plano aprovado em AGE de 23.09.15 | 4ª outorga RESTRITAS Plano aprovado em AGE de 23.09.15 |
| data de outorga | 12.02.2015 | 04.02.2016 | 09.02.2017 | 09.02.2017 | 08.02.2018 | 08.02.2018 | 07.02.2019 | 07.02.2019 |
| quantidade de opções outorgadas | 985.600 | 744.700 | 454.025 (A) | 77.000 (A) | 282.500 | 49.600 | 280.000 (A) | 56.000 (A) |
| prazo para que as opções se tornem exercíveis | 50% em 12.02.2018 e 50% em 12.02.2019 | 25% em 04.02.2017, 25% em 04.02.2018, 25% em 04.02.2019 e 25% em 04.02.2020 | 25% em 09.02.2018, 25% em 09.02.2019, 25% em 09.02.2020 e 25% em 09.02.2021 | 100% em 09.02.2020 | 25% em 08.02.2019, 25% em 08.02.2020, 25% em 08.02.2021 e 25% em 08.02.2022 | 100% em 08.02.2021 | 25% em 07.02.2020, 25% em 07.02.2021, 25% em 07.02.2022 e 25% em 07.02.2023 | 100% em 07.02.2022 |
| prazo máximo para exercício das opções | 12.02.2021 | 04.02.2022 | 09.02.2023 | 09.02.2020 | 08.02.2024 | 08.02.2021 | 07.02.2025 | 07.02.2022 |
| prazo de restrição à transferência das ações | - | - | - | - | - | - | - | - |
| preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (preço por ação): | | | | | | | | |
| (a) em aberto no início do exercício social | R\$ 12,04 | R\$ 14,00 | (A) R\$ 19,73 | - | R\$ 32,91 | - | R\$ 38,62 | - |
| (b) perdas durante o | - | - | - | - | - | - | - | - |

| | | | | | | | | |
|---|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| exercício social | | | | | | | | |
| (c) exercidas durante o exercício social | R\$ 12,04 | R\$ 14,00 | (A) R\$ 19,73 | - | R\$ 32,91 | - | - | - |
| (d) expiradas durante o exercício social | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Valor justo das opções na data de outorga (por opção) | R\$ 6,18 | R\$ 9,40 | (A) R\$ 10,15 | - | R\$ 15,36 | - | R\$ 19,21 | - |
| Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas | 0,14% do capital social em 31.12.2019 | 0,10% do capital social em 31.12.2019 | 0,08% do capital social em 31.12.2019 | 0,01% do capital social em 31.12.2019 | 0,04% do capital social em 31.12.2019 | 0,01% do capital social em 31.12.2019 | 0,04% do capital social em 31.12.2019 | 0,01% do capital social em 31.12.2019 |

Nota: As outorgas no Conselho de Administração, são de outorgas contratuais do Diretor Presidente, recebidas ainda como membro da Diretoria.

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 2020.

Para o ano de 2020, a 11ª outorga do Plano de Opções de Compras de Ações e a 2ª outorga do Plano de Ações Restritas deixaram de ser reconhecidas nos resultados da Companhia e por isso não são apresentadas no quadro abaixo.

| | Conselho de Administração | | |
|--|--|--|---|
| Nº total de membros | 8 | 8 | 8 |
| Nº de membros remunerados | 8 | 8 | 8 |
| Em relação a cada outorga de opções de compra de ações: | 2ª outorga POCA Plano aprovado em AGE de 23.09.15 | 4ª outorga POCA Plano aprovado em AGE de 23.09.15 | 4ª outorga RESTRITAS Plano aprovado em AGE de 23.09.15 |
| data de outorga | 09.02.2017 | 07.02.2019 | 07.02.2019 |
| quantidade de opções outorgadas | 1.564.200 (B) | 121.000 (B) | 36.000 (B) |
| prazo para que as opções se tornem exercíveis | 25% em 09.02.2018, 25% em 09.02.2019, 25% em 09.02.2020 e 25% em 09.02.2021 | 25% em 07.02.2020, 25% em 07.02.2021, 25% em 07.02.2022 e 25% em 07.02.2023 | 100% em 07.02.2022 |
| prazo máximo para exercício das opções | 09.02.2023 | 07.02.2025 | 07.02.2022 |
| prazo de restrição à transferência das ações | - | - | - |
| preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (preço por ação): | | | |
| (a) em aberto no início do exercício social | (B) R\$ 19,73 | R\$ 38,62 | - |
| (b) perdidas durante o exercício social | - | - | - |
| (c) exercidas durante o exercício social | - | - | - |
| (d) expiradas durante o exercício social | - | - | - |
| Valor justo das opções na data de outorga (por opção) | (B) R\$ 10,15 | R\$ 19,21 | - |

| | | | | | | | | |
|---|--|--|--|---|--|---|---|---|
| | 0,20% do capital social em 31.12.2020 | | | | 0,02% do capital social em 31.12.2020 | | 0,01% do capital social em 31.12.2020 | |
| Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas | | | | | | | | |
| | Diretoria | | | | | | | |
| Nº total de membros | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 |
| Nº de membros remunerados | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 |
| Em relação a cada outorga de opções de compra de ações: | 1ª outorga POCA Plano aprovado em AGE de 23.09.15 | 2ª outorga POCA Plano aprovado em AGE de 23.09.15 | 3ª outorga POCA Plano aprovado em AGE de 23.09.15 | 3ª outorga RESTRITAS Plano aprovado em AGE de 23.09.15 | 4ª outorga POCA Plano aprovado em AGE de 23.09.15 | 4ª outorga RESTRITAS Plano aprovado em AGE de 23.09.15 | 5ª outorga POCA Plano aprovado em AGE de 23.09.15 | 5ª outorga RESTRITAS Plano aprovado em AGE de 23.09.15 |
| data de outorga | 04.02.2016 | 09.02.2017 | 08.02.2018 | 08.02.2018 | 07.02.2019 | 07.02.2019 | 05.02.2020 | 05.02.2020 |
| quantidade de opções outorgadas | 744.700 | 454.025 (A) | 282.500 | 49.600 | 280.000 (A) | 56.000 (A) | 299.700 | 42.300 |
| prazo para que as opções se tornem exercíveis | 25% em 04.02.2017, 25% em 04.02.2018, 25% em 04.02.2019 e 25% em 04.02.2020 | 25% em 09.02.2018, 25% em 09.02.2019, 25% em 09.02.2020 e 25% em 09.02.2021 | 25% em 08.02.2019, 25% em 08.02.2020, 25% em 08.02.2021 e 25% em 08.02.2022 | 100% em 08.02.2021 | 25% em 07.02.2020, 25% em 07.02.2021, 25% em 07.02.2022 e 25% em 07.02.2023 | 100% em 07.02.2022 | 25% em 05.02.2021, 25% em 05.02.2022, 25% em 05.02.2023 e 25% em 05.02.2024 | 100% em 05.02.2023 |
| prazo máximo para exercício das opções | 04.02.2022 | 09.02.2023 | 08.02.2024 | 08.02.2021 | 07.02.2025 | 07.02.2022 | 05.02.2026 | 05.02.2023 |
| prazo de restrição à transferência das ações | - | - | - | - | - | - | - | - |
| preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (preço por ação): | | | | | | | | |
| (a) em aberto no início do exercício social | R\$ 14,00 | (A) R\$ 19,73 | R\$ 32,91 | - | R\$ 38,62 | - | R\$ 57,70 | - |
| (b) perdidas durante o exercício social | - | - | - | - | - | - | - | - |
| (c) exercidas durante o exercício social | R\$ 14,00 | (A) R\$ 19,73 | R\$ 32,91 | - | - | - | - | - |
| (d) expiradas | - | - | - | - | - | - | - | - |

| | | | | | | | | |
|---|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| durante o exercício social | | | | | | | | |
| Valor justo das opções na data de outorga (por opção) | R\$ 9,40 | (A) R\$ 10,15 | R\$ 15,36 | - | R\$ 19,21 | - | R\$ 24,45 | - |
| Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas | 0,09% do capital social em 31.12.2020 | 0,06% do capital social em 31.12.2020 | 0,04% do capital social em 31.12.2020 | 0,01% do capital social em 31.12.2020 | 0,04% do capital social em 31.12.2020 | 0,01% do capital social em 31.12.2020 | 0,04% do capital social em 31.12.2020 | 0,01% do capital social em 31.12.2020 |

Remuneração baseada em ações – exercício social em andamento (2021).

Para o ano de 2021, a 1ª outorga do Plano de Opções de Compras de Ações e a 3ª outorga do Plano de Ações Restritas deixaram de ser reconhecidas nos resultados da Companhia e por isso não são apresentadas no quadro abaixo.

| | Conselho de Administração | | |
|--|--|--|---|
| Nº total de membros | 8 | 8 | 8 |
| Nº de membros remunerados | 8 | 8 | 8 |
| Em relação a cada outorga de opções de compra de ações: | 2ª outorga POCA Plano aprovado em AGE de 23.09.15 | 4ª outorga POCA Plano aprovado em AGE de 23.09.15 | 4ª outorga RESTRITAS Plano aprovado em AGE de 23.09.15 |
| data de outorga | 09.02.2017 | 07.02.2019 | 07.02.2019 |
| quantidade de opções outorgadas | 1.564.200 (B) | 121.000 (B) | 36.000 (B) |
| prazo para que as opções se tornem exercíveis | 25% em 09.02.2018, 25% em 09.02.2019, 25% em 09.02.2020 e 25% em 09.02.2021 | 25% em 07.02.2020, 25% em 07.02.2021, 25% em 07.02.2022 e 25% em 07.02.2023 | 100% em 07.02.2022 |
| prazo máximo para exercício das opções | 09.02.2023 | 07.02.2025 | 07.02.2022 |
| prazo de restrição à transferência das ações | - | - | - |
| preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (preço por ação): | | | |
| (a) em aberto no início do exercício social | (B) R\$ 19,73 | R\$ 38,62 | - |
| (b) perdidas durante o exercício social | - | - | - |
| (c) exercidas durante o exercício social | - | - | - |
| (d) expiradas durante o exercício social | - | - | - |
| Valor justo das opções na data de outorga (por opção) | (B) R\$ 10,15 | R\$ 19,21 | - |
| Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas | 0,20% do capital social em 31.12.2020 | 0,02% do capital social em 31.12.2020 | 0,01% do capital social em 31.12.2020 |

| | Diretoria | | | | | | | |
|--|--|--|--|---|--|---|--|---|
| Nº total de membros | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | | 5 |
| Nº de membros remunerados | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | | 5 |
| Em relação a cada outorga de opções de compra de ações: | 2ª outorga POCA Plano aprovado em AGE de 23.09.15 | 3ª outorga POCA Plano aprovado em AGE de 23.09.15 | 4ª outorga POCA Plano aprovado em AGE de 23.09.15 | 4ª outorga RESTRITAS Plano aprovado em AGE de 23.09.15 | 5ª outorga POCA Plano aprovado em AGE de 23.09.15 | 5ª outorga RESTRITAS Plano aprovado em AGE de 23.09.15 | | 6ª outorga RESTRITAS Plano aprovado em AGE de 23.09.15 |
| data de outorga | 09.02.2017 | 08.02.2018 | 07.02.2019 | 07.02.2019 | 05.02.2020 | 05.02.2020 | | 11.02.2021 |
| quantidade de opções outorgadas | 454.025 (A) | 282.500 | 280.000 (A) | 56.000 (A) | 299.700 | 42.300 | | 1.075.100 |
| prazo para que as opções se tornem exercíveis | 25% em 09.02.2018, 25% em 09.02.2019, 25% em 09.02.2020 e 25% em 09.02.2021 | 25% em 08.02.2019, 25% em 08.02.2020, 25% em 08.02.2021 e 25% em 08.02.2022 | 25% em 07.02.2020, 25% em 07.02.2021, 25% em 07.02.2022 e 25% em 07.02.2023 | 100% em 07.02.2022 | 25% em 05.02.2021, 25% em 05.02.2022, 25% em 05.02.2023 e 25% em 05.02.2024 | 100% em 05.02.2023 | | 100% em 11.02.2024 |
| prazo máximo para exercício das opções | 09.02.2023 | 08.02.2024 | 07.02.2025 | 07.02.2022 | 05.02.2026 | 05.02.2023 | | 11.02.2024 |
| prazo de restrição à transferência das ações | - | - | - | - | - | - | | - |
| preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (preço por ação): | | | | | | | | |
| (a) em aberto no início do exercício social | (A) R\$ 19,73 | R\$ 32,91 | R\$ 38,62 | - | R\$ 57,70 | - | | - |
| (b) perdas durante o exercício social | - | - | - | - | - | - | | - |
| (c) exercidas durante o exercício social | (A) R\$ 19,73 | R\$ 32,91 | R\$ 38,62 | - | - | - | | - |

| | | | | | | | |
|---|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| (d) expiradas durante o exercício social | - | - | - | - | - | - | - |
| Valor justo das opções na data de outorga (por opção) | (A) R\$ 10,15 | R\$ 15,36 | R\$ 19,21 | - | - | - | - |
| Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas | 0,06% do capital social em 29.02.2021 | 0,04% do capital social em 29.02.2021 | 0,04% do capital social em 29.02.2021 | 0,01% do capital social em 29.02.2021 | 0,04% do capital social em 29.02.2021 | 0,01% do capital social em 29.02.2021 | 0,13% do capital social em 29.02.2021 |

Nota: As outorgas no Conselho de Administração, são de outorgas contratuais do Diretor Presidente, recebidas ainda como membro da Diretoria.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Estatutária

| | Conselho de Administração | Diretoria |
|---|---|--|
| Número de Membros | 1 | 5 |
| Número de Membros remunerados | 1 | 5 |
| Em relação às opções ainda não exercíveis | | |
| quantidade | 529.980 | 609.284 |
| data em que se tornarão exercíveis | Vide item 13.5 acima | Vide item 13.5 acima |
| prazo máximo para exercício das opções | Contratual: 09/02/2023 Contratual nova: 07/02/2025 | 2ª outorga: 09/02/2023 3ª outorga: 08/02/2024 4ª outorga: 07/02/2025 5ª outorga: 05/02/2026 |
| prazo de restrição à transferência das ações | Não tem mais restrição | Não tem mais restrição |
| preço médio ponderado de exercício | R\$ 23,33 | R\$ 45,02 |
| valor justo das opções no último dia do exercício social | Vide item 13.5 acima | Vide item 13.5 acima |
| Em relação às opções exercíveis | | |
| quantidade | 1.290.465 | 362.072 |
| prazo máximo para exercício das opções | Contratual nova: 09/02/2023 | 1ª outorga: 04/02/2022 2ª outorga: 09/02/2023 3ª outorga: 08/02/2024 4ª outorga: 07/02/2025 |
| prazo de restrição à transferência das ações | Não tem restrição | Não tem restrição |
| preço médio ponderado de exercício | R\$ 19,74 | R\$ 26,44 |
| valor justo das opções no último dia do exercício social | Vide item 13.5 acima | Vide item 13.5 acima |
| valor justo do total das opções no último dia do exercício social | R\$ 13.737.432,50 | R\$ 4.826.080,70 |

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Nos anos de 2018, 2019 e 2020 foram exercidas opções pela Diretoria e Conselho de Administração, conforme demonstrativo abaixo.

| Ano | Conselho de Administração | | | Diretoria | | |
|--|---------------------------|-------------------|------|-------------------|-------------------|------------------|
| | 2018 | 2019 | 2020 | 2018 | 2019 | 2020 |
| Número de Membros | 8 | 8 | 8 | 6 | 6 | 6 |
| Número de Membros remunerados | 0 | 1 | 1 | 6 | 5 | 5 |
| Em relação às opções exercidas: | | | | | | |
| número de ações | 0 | 783.750 | 0 | 3.898.825 | 749.351 | 220.221 |
| preço médio ponderado de exercício | 0 | R\$ 9,24 | 0 | R\$ 11,16 | R\$ 14,74 | R\$ 18,81 |
| valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas | 0 | R\$ 32.047.537,50 | 0 | R\$ 88.470.814,50 | R\$ 21.817.693,60 | R\$ 6.194.063,40 |
| Em relação às ações entregues | | | | | | |
| número de ações | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| preço médio ponderado de aquisição | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas | NA | NA | NA | NA | NA | NA |

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: (a) modelo de precificação; (b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; (c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado; (d) forma de determinação da volatilidade esperada; (e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

Plano de Opção de Compra de Ações

Premissas para mensuração do valor justo das opções de compra de ações

O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga com base no modelo de Black&Scholes. Para determinação do valor justo, a Companhia utilizou premissas como:

- Valor de exercício da opção: corresponde a taxa média ponderada dos últimos trinta pregões das ações da Lojas Renner S.A antes da data da outorga.
- Volatilidade do preço das ações da Companhia: corresponde a ponderação do histórico de negociações das ações da Companhia.
- Taxa de juros livre de risco: a Companhia utilizou o CDI (Certificado de Depósito Interbancário) disponível na data da outorga e projetado para o prazo máximo de carência da opção.
- Dividendo esperado: esse percentual corresponde ao pagamento de dividendos por ação em relação ao valor de mercado da ação da Companhia na data da outorga.
- Prazo do direito de aquisição: representa o limite máximo do prazo de vencimento para os beneficiários exercerem suas opções.

Abaixo segue o quadro resumo com as informações utilizadas na determinação dos valores justos das outorgas:

| Plano de Opções (data de aprovação) | Outorgas | Valor de Exercício | Data da Outorga | Prazo direito de aquisição | Dividendo Esperado (%) | Volatilidade preço da ação | Taxa de juros livre de risco | Valor justo na data da outorga (R\$) por ação |
|--|--------------------|--------------------|-----------------|----------------------------|------------------------|----------------------------|------------------------------|---|
| 1º Plano - maio/05 | Outorga Contratual | 9,23 | 05/03/14 | - | 3,72% | 26,77% | 11,89% | 4,94 |
| 1º Plano - maio/05 | 11º outorga | 12,04 | 12/02/15 | - | 1,80% | 27,82% | 11,77% | 6,18 |
| 2º Plano - set/15 | 1º outorga | 14,00 | 04/02/16 | - | 1,67% | 40,69% | 14,38% | 9,40 |
| 2º Plano - set/15 | 2º outorga | 19,73 | 09/02/17 | 0,11 | 1,52% | 34,03% | 9,99% | 10,15 |
| 2º Plano - set/15 | Outorga Contratual | 19,73 | 09/02/17 | 0,11 | 1,52% | 34,03% | 9,99% | 10,15 |
| 2º Plano - set/15 | 3º outorga | 32,91 | 08/02/18 | 1,10 | 1,12% | 32,54% | 9,36% | 15,36 |
| 2º Plano - set/15 | 4º outorga | 38,62 | 07/02/19 | 2,10 | 0,97% | 33,18% | 8,26% | 19,21 |
| 2º Plano - set/15 | Outorga Contratual | 38,62 | 07/02/19 | 2,10 | 0,97% | 33,18% | 8,26% | 19,21 |
| 2º Plano - set/15 | 5º outorga | 57,70 | 05/02/20 | 3,10 | 0,97% | 33,18% | 6,04% | 24,45 |

Posição do Plano de Opção de Compra de Ações nos exercícios de 2020, 2019 e 2018:

| Outorgas | Valor de Exercício | Data da Outorga | Carência 1º tranche | Carência 2º tranche | Carência 3º tranche | Carência 4º tranche | Posição das Outorgas (Quant.) | | | |
|--------------------|--------------------|-----------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------|-------------------|--------------|
| | | | | | | | Saldo em 31/12/20 | Saldo em 31/12/19 | Saldo em 31/12/18 | |
| Outorga contratual | 9,23 | 05/03/14 | 04/03/16 | 04/03/17 | 30/09/17 | - | - | - | 713 | |
| 11º outorga | 12,04 | 12/02/15 | 11/02/18 | 11/02/19 | - | - | - | - | 425 | |
| | | | | | | | | | 1.138 | |
| 1º outorga | 14,00 | 04/02/16 | 03/02/17 | 03/02/18 | 03/02/19 | 03/02/20 | 62 | 177 | 337 | |
| 2º outorga | 19,73 | 09/02/17 | 09/02/18 | 09/02/19 | 09/02/20 | 08/02/21 | 158 | 234 | 328 | |
| Outorga contratual | 19,73 | 09/02/17 | 09/02/18 | 09/02/19 | 09/02/20 | 08/02/21 | 1.721 | 1.721 | 1.564 | |
| 3º outorga | 32,91 | 08/02/18 | 08/02/19 | 08/02/20 | 07/02/21 | 07/02/22 | 235 | 265 | 283 | |
| Outorga contratual | 38,62 | 07/02/19 | 07/02/20 | 06/02/21 | 06/02/22 | 06/02/23 | 133 | 133 | - | |
| 4º outorga | 38,62 | 07/02/19 | 07/02/20 | 06/02/21 | 06/02/22 | 06/02/23 | 258 | 299 | - | |
| 5º outorga | 57,70 | 05/02/20 | 04/02/21 | 04/02/22 | 06/02/23 | 06/02/24 | 268 | 299 | - | |
| | | | | | | | 2.835 | 3.128 | 2.511 | |
| | | | | | | | Total | 2.835 | 3.128 | 3.648 |

Nos exercícios findos em 2020, 2019 e 2018, a Companhia reconheceu como despesa com o plano de opção de compra de ações outorgadas aos Administradores, R\$ 11.101 mil, R\$ 9.919 mil e R\$ 9.501 mil, respectivamente.

Considerando o exercício das 2.567 mil opções in the Money em 2020, 2.829 mil opções in the Money em 2019 e 3.648 mil opções in the Money em 2018, demonstramos a seguir os efeitos no valor patrimonial da ação e respectivo percentual de redução de participação societária dos atuais acionistas em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

| | 31/12/20 | 31/12/19 | 31/12/18 |
|---|-----------|-----------|-----------|
| Valor do Patrimônio Líquido | 5.501.316 | 4.619.019 | 3.954.512 |
| Quantidade de ações - mil | 796.170 | 796.170 | 720.024 |
| Valor patrimonial da ação - R\$ | 6,91 | 5,80 | 5,49 |
| Valor do Patrimônio Líquido, considerando o exercício das opções in the Money | 5.562.091 | 4.685.474 | 4.023.860 |
| Quantidade de ações, considerando o exercício das opções in the Money | 798.737 | 798.999 | 723.672 |
| Valor patrimonial da ação, considerando o exercício das opções in the Money | 6,96 | 5,86 | 5,56 |
| % de redução na participação societária dos atuais acionistas, considerando o exercício das opções in the Money | 0,32% | 0,35% | 0,50% |

Plano de Ações RestritasPremissas para mensuração do valor justo das ações restritas

O valor justo das ações restritas corresponde ao valor do fechamento da ação da Lojas Renner S.A. na data da outorga.

Posição do Plano de Ações Restritas para os exercícios de 2020, 2019 e 2018:

| Outorgas | Data da Outorga | Carência 1º franche | Posição das Outorgas (Quant.) | | |
|--------------------|-----------------|---------------------|-------------------------------|------------|------------|
| | | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| 1º outorga | 04/02/16 | 03/02/19 | - | - | 102 |
| 2º outorga | 09/02/17 | 09/02/20 | - | 77 | 77 |
| Outorga Contratual | 09/02/17 | 09/02/20 | - | 321 | 292 |
| 3º outorga | 08/02/18 | 07/02/21 | 45 | 56 | 50 |
| Outorga Contratual | 07/02/19 | 06/02/22 | 40 | 40 | - |
| 4º outorga | 07/02/19 | 06/02/22 | 49 | 60 | - |
| 5º outorga | 05/02/20 | 04/02/23 | 36 | - | - |
| | | | 170 | 554 | 521 |

Nos exercícios findos em 2020, 2019 e 2018, a Companhia reconheceu como despesa com o plano de ações restritas aos Administradores, R\$ 2.528 mil, R\$ 3.828 mil e R\$ 3.530 mil, respectivamente.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, devidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Em 31 de dezembro de 2020, os membros da administração da Companhia detinham as seguintes participações acionárias na Companhia:

| Órgão | Ações LREN3 |
|--------------------------------|-------------|
| Conselho de Administração | 5.702.435 |
| Diretoria | 787.776 |
| Órgãos Técnicos ou Consultivos | 200.000 |
| Conselho Fiscal | 0 |
| Em Tesouraria | 3.158.685 |

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**a. Órgão**

A Companhia não concede ao Conselho de Administração, Comitês do CA, Diretoria e Conselho Fiscal plano de previdência ou de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social oficial.

b. número de membros

A Companhia não concede ao Conselho de Administração, Comitês do CA, Diretoria e Conselho Fiscal plano de previdência ou de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social oficial.

c. nome do plano

A Companhia não concede ao Conselho de Administração, Comitês do CA, Diretoria e Conselho Fiscal plano de previdência ou de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social oficial.

d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar

A Companhia não concede ao Conselho de Administração, Comitês do CA, Diretoria e Conselho Fiscal plano de previdência ou de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social oficial.

e. condições para se aposentar antecipadamente

A Companhia não concede ao Conselho de Administração, Comitês do CA, Diretoria e Conselho Fiscal plano de previdência ou de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social oficial.

f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

A Companhia não concede ao Conselho de Administração, Comitês do CA, Diretoria e Conselho Fiscal plano de previdência ou de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social oficial.

g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

A Companhia não concede ao Conselho de Administração, Comitês do CA, Diretoria e Conselho Fiscal plano de previdência ou de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social oficial.

h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

A Companhia não concede ao Conselho de Administração, Comitês do CA, Diretoria e Conselho Fiscal plano de previdência ou de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social oficial.

13.11 - Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:**Valores anuais**

| | Diretoria Estatutária (*) | | | Conselho de Administração | | | Conselho Fiscal | | |
|------------------------------------|---------------------------|--------------|---------------|---------------------------|---------------|------------|-----------------|------------|------------|
| | 2020 | 2019 | 2018 | 2020 | 2019 | 2018 | 2020 | 2019 | 2018 |
| Número de Membros (a) | 5,00 | 5,60 | 6,33 | 8,00 | 7,70 | 8,00 | 3,00 | 3,00 | 3,00 |
| Número de Membros remunerados (a) | 5,00 | 5,60 | 6,33 | 8,00 | 7,70 | 7,00 | 3,00 | 3,00 | 3,00 |
| Valor da Maior Remuneração (reais) | 4.021.246,54 | 4.028.573,56 | 12.515.208,11 | 14.903.025,74 | 11.744.796,61 | 912.000,00 | 252.281,66 | 196.800,00 | 230.400,00 |
| Valor da Menor Remuneração (reais) | 2.497.765,79 | 2.225.155,87 | 2.523.002,47 | 524.393,32 | 533.000,00 | 467.400,00 | 122.836,66 | 196.800,00 | 172.800,00 |
| Valor Médio da Remuneração (reais) | 3.156.234,87 | 3.765.683,27 | 4.560.016,15 | 2.415.639,45 | 2.117.791,77 | 584.738,57 | 210.418,33 | 219.043,33 | 192.000,00 |

Observação:

| | |
|------------|---|
| 31/12/2020 | Nota: (a) – Para determinar o número de membros de cada órgão, foi somado o número de membros em cada mês do ano e dividido por 12 (média simples). (b) – No ano de 2020, no Conselho Fiscal, como teve duas trocas de conselheiros com menor remuneração, foi considerado o conselheiro com mais meses no ano. Para a apuração dos valores da maior, menor e média da remuneração individual anual foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 13.2. No valor total da remuneração está incluída a remuneração baseada em ações, que no Conselho de Administração, são de outorgas contratuais do Ex-Diretor Presidente, recebidas ainda como membro da Diretoria. (*) Para a Diretoria estatutária e Conselho de Administração, quando considerada a remuneração baseada em ações, que foi calculada pelo modelo Black&Scholes, o resultado pode ser interpretado como o valor presente dos ganhos potenciais futuros com as opções, caso as premissas adotadas se concretizem. Portanto, cabe enfatizar que o resultado não representa ganhos financeiros efetivamente realizados pelos executivos no exercício fiscal reportado, uma vez que no conceito de opções de compra de ações existem riscos de que os executivos não venham a auferir nenhum tipo de ganho. Estes riscos são relacionados a desligamentos, que dependendo da situação podem cancelar as opções outorgadas, e principalmente a variações no preço da ação durante a vigência da opção, uma vez que desvalorizações sobre o preço de exercício anulam qualquer ganho. |
| 31/12/2019 | Nota: (a) – Para determinar o número de membros de cada órgão, foi somado o número de membros em cada mês do ano e dividido por 12 (média simples). (b) – Historicamente, a Companhia apresentava a remuneração maior somente daquele que tinha exercido suas funções remuneradas nesse órgão nos 12 meses do ano. Porém, ao apurar o ano de 2020, a Companhia, para uma melhor comparabilidade entre os anos de 2019/2020 por parte dos acionistas, está reapresentando a maior remuneração do Conselho de Administração do ano de 2019, mesmo o membro não ter completado 12 meses na função remunerada. Para a apuração dos valores da maior, menor e média da remuneração individual anual foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 13.2. No valor total da remuneração está incluída a remuneração baseada em ações, que no Conselho de Administração, são de outorgas contratuais do Ex-Diretor Presidente, recebidas ainda como membro da Diretoria. (*) Para a Diretoria estatutária e Conselho de Administração, quando considerada a remuneração baseada em ações, que foi calculada pelo modelo Black&Scholes, o resultado pode ser interpretado como o valor presente dos ganhos potenciais futuros com as opções, caso as premissas adotadas se concretizem. Portanto, cabe enfatizar que o resultado não representa ganhos financeiros efetivamente realizados pelos executivos no exercício fiscal reportado, uma vez que no conceito de opções de compra de ações existem riscos de que os executivos não venham a auferir nenhum tipo de ganho. Estes riscos são relacionados a desligamentos, que dependendo da situação podem cancelar as opções outorgadas, e principalmente a variações no preço da ação durante a vigência da opção, uma vez que desvalorizações sobre o preço de exercício anulam qualquer ganho. |
| 31/12/2018 | Nota: (a) – Para determinar o número de membros de cada órgão, foi somado o número de membros em cada mês do ano e dividido por 12 (média simples). O Diretor Presidente também é membro do Conselho de Administração, não recebendo remuneração para o exercício do cargo de Conselheiro e, portanto não consta no número de membros do Conselho de Administração. (b) – Foi excluída a remuneração dos membros que não exerceram as suas funções nos 12 meses do ano. Para a apuração dos valores da maior, menor e média da remuneração individual anual foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 13.2. (*) Para a Diretoria estatutária, quando considerada a remuneração baseada em ações, que foi calculada pelo modelo Black&Scholes, o resultado pode ser interpretado como o valor presente dos ganhos potenciais futuros com as opções, caso as premissas adotadas se concretizem. Portanto, cabe enfatizar que o resultado não representa ganhos financeiros efetivamente realizados pelos executivos no exercício fiscal reportado, uma vez que no conceito de opções de compra de ações existem riscos de que os executivos não venham a auferir nenhum tipo de ganho. Estes riscos são relacionados a desligamentos, que dependendo da situação podem cancelar as opções outorgadas, e principalmente a variações no preço da ação durante a vigência da opção, uma vez que desvalorizações sobre o preço de exercício anulam qualquer ganho. |

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Para os membros do Conselho de Administração, Comitês do Conselho de Administração e Conselho Fiscal não há qualquer previsão em contrato, apólice de seguro ou outros mecanismos de remuneração ou indenização para o caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. Para os Diretores, em situações de interesse da Companhia para casos excepcionais de desligamento ou aposentadoria, sempre mediante o prévio exame e opinião do Comitê de Pessoas, o qual avaliará a respectiva hipótese e, em sendo o caso, sugerirá sua aprovação ao Conselho de Administração para contrato de não competição e assim haverá valor indenizatório.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui acionista controlador.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve quaisquer valores pagos a título de remuneração para os membros do Conselho de Administração, Comitês do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal por outra razão que não a função que ocupam na Companhia.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Os membros do Conselho de Administração, Comitês do Conselho de Administração e Conselho Fiscal não receberam remuneração de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

Um Diretor e um ex-Diretor (enquanto Diretor) receberam pro-labore de uma das controladas da Companhia, porém foi reduzido o valor pago a esses Diretores pela Companhia.

Demais remunerações recebidas por controlada da Companhia:

Exercício social 2020

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|-----------------------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------|------------|
| Controladores diretos e indiretos | - | - | - | - |
| Controladas do emissor | - | 188.900,00 | - | 188.900,00 |
| Sociedades sob controle comum | - | - | - | - |

Exercício social 2019

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|-----------------------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------|------------|
| Controladores diretos e indiretos | - | - | - | - |
| Controladas do emissor | - | 572.686,67 | - | 572.686,67 |
| Sociedades sob controle comum | - | - | - | - |

Exercício social 2018

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|-----------------------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------|------------|
| Controladores diretos e indiretos | - | - | - | - |
| Controladas do emissor | - | 485.060,00 | - | 485.060,00 |
| Sociedades sob controle comum | - | - | - | - |

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 13 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

ANEXO X**AVISO AOS ACIONISTAS****Declaração e Pagamento de Dividendos e Informações sobre a
Assembleia Geral Ordinária de 2021**

Comunicamos aos Senhores Acionistas que o Conselho de Administração da Lojas Renner S.A. ("Companhia"), em reunião realizada em 19 de abril de 2021, declarou o pagamento, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 2021, o pagamento de dividendos de R\$ 271.516 mil, correspondentes a 27,8% do Lucro Líquido Ajustado com base nas demonstrações financeiras de 31.12.2020, adicionado do saldo de dividendos prescritos de R\$ 191 mil, totalizando o montante de R\$271.707 mil.

Deste valor, será deduzido R\$ 240.818 mil já deliberados como Juros Sobre Capital Próprio nas Reuniões do Conselho de Administração de 16/03, 18/06, 17/09 e 15/12, de forma a atribuir aos acionistas por conta da deliberação desta reunião, dividendos no montante de R\$ 30.889 mil, equivalentes a R\$ 0,03894 por ação ordinária, já deduzidas deste cálculo as ações em tesouraria na respectiva data. Farão jus aos dividendos aprovados, os acionistas que se encontrarem inscritos nos registros da Companhia no final do dia 23 de abril de 2021, inclusive. Dessa forma, a partir de 26 de abril de 2021 (inclusive), as ações da Companhia serão negociadas "Ex-Dividendos".

Tendo em vista a deliberação do Conselho de Administração, a Companhia informa que reapresentou nesta data a Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária, com a alteração da proposta de distribuição de dividendos e a substituição dos Anexos II, VII e IX.

Para maiores informações, os acionistas poderão contatar o departamento de Relações com Investidores da Companhia, à Avenida Joaquim Porto Villanova, 401, 7º andar, Jardim do Salso, Porto Alegre/ RS, CEP 91410-400, telefones (51) 2121.7045 / 7183 / 7006 / 7023 / 7312.

Porto Alegre, 19 de abril de 2021.

LOJAS RENNER S.A.

Alvaro Jorge Fontes de Azevedo

Diretor de Relações com Investidores

ANEXO XI

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas para se reunirem, no dia 29 de abril de 2021, às 13h, em Assembleia Geral Ordinária, exclusivamente digital, através de sistema eletrônico, sem prejuízo de participação por meio do boletim de voto à distância, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

1. examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;
2. examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
3. fixar o número de membros do Conselho de Administração;
4. eleger os membros do Conselho de Administração;
5. fixar o montante da remuneração global dos Administradores;
6. fixar o número de membros do Conselho Fiscal;
7. eleger os membros do Conselho Fiscal; e
8. fixar o montante da remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

Informações Gerais:

1. A Companhia informa que utilizará o processo de voto a distância, de acordo com a Instrução CVM nº 481/2009. O acionista, que desejar, poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida instrução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes no Manual para Participação de Acionistas em Assembleia – Proposta da Administração.

2. Adicionalmente, os acionistas, por si ou por seus procuradores ou representantes legais, que desejarem participar remotamente, por meio da plataforma de assembleias virtuais ALFM Easy Voting, deverão acessar o link (<https://plataforma.alfm.adv.br/ALFM/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAqUx1hlBxa4PbZ2fb5QK1fz6/Hx8u7uQ1tFsJtsxF+XTaxyZNf2p>) de pré cadastro, impreterivelmente, **até o dia 27 de abril de 2021 (inclusive)**, preenchendo todas as informações solicitadas e fornecendo todos os documentos indicados no Manual para Participação em Assembleias. Os acionistas ou procuradores que não realizarem o cadastro dentro do prazo supra **não poderão** participar da Assembleia por meio da plataforma digital.

3. Em atenção ao disposto na Instrução CVM nº 165 de 11 de dezembro de 1991, alterada pela Instrução CVM nº 282 de 26 de junho de 1998, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5 % (cinco por cento).

4. Os acionistas encontrarão todas as informações necessárias para melhor entendimento das matérias acima no "Manual para Participação de Acionistas – Proposta da Administração – Assembleia Geral Ordinária" que está no site da Companhia www.lojasrenner.com.br/ri e no site da CVM www.cvm.gov.br. A Companhia disponibiliza o e-mail acionistas@lojasrenner.com.br para acesso a Secretaria de Governança Corporativa, que está apta a esclarecer qualquer dúvida em relação à Assembleia.

Porto Alegre, RS, 29 de março de 2021.

José Galló
Presidente do Conselho de Administração